



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PATRÍCIA SOUSA ALMEIDA DE MACEDO

**ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA
TEXTUAL**

FORTALEZA

2018

PATRÍCIA SOUSA ALMEIDA DE MACEDO

ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA TEXTUAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M123a Macedo, Patrícia Sousa Almeida de.
Análise da argumentação no discurso : uma perspectiva textual / Patrícia Sousa Almeida de Macedo. –
2018.
243 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Linguística, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.
1. Argumentação no discurso. Estratégias textuais de persuasão. Textualização. Modalidades
argumentativas. Polêmica. . I. Título.

CDD 410

PATRÍCIA SOUSA ALMEIDA DE MACEDO

ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA TEXTUAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Suzana Leite Cortez
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Democracia, bastião da Liberdade e das Retóricas.

A Mônica Magalhães Cavalcante, pela singular capacidade de conjugar Ciência e Amor.

A Penélope, minha verdade incontestada.

A Gilmar, meu esposo e parceiro.

A minha família.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Lúcia, pelo apoio, pela presença, por ser minha mãe e por admirar meu desejo constante de crescer.

Aos meus irmãos, Lamberto e Lucianna (*in memoriam*), por contribuírem no duro exercício de tornar meu coração mais nobre.

Às minhas amadas sobrinhas, Dayanne e Rayssa, por serem a presença física da ausência que ao mesmo tempo pesa e fortalece.

Ao meu pai, Ney, pelo amor particular.

À minha cunhada-irmã, Patrícia, pelo apoio, pela admiração e pelo amor que me dispensa.

Ao meu esposo, Gilmar, pelo franco desejo de me ver conquistar o título de doutora, pela singela admiração de minhas capacidades e pelo apoio irrestrito e indispensável.

À minha pequena filha, Penélope, por me ensinar (e me desafiar) a ser mãe.

À minha mãe preta, Lucy, pelo apoio e pelo amor incondicional.

Aos meus queridos tios Telma e Ofir, prima Luana e sobrinha Tainá, pela amorosidade.

Ao meu tio Luís Guilherme, por sempre se alegrar com minhas conquistas.

À minha avó Nazica (*in memoriam*), por ter acreditado que um dia minha estrela brilharia.

À minha tia Marly, pelo incentivo que deu, por longos anos, aos meus estudos.

Às amigas Graça e Berna, por se importarem e por sempre estarem tão perto.

Às amigas Angela, Dora, Denise, Elziana e Maria, pela alegria recíproca em partilhar de seus êxitos.

Aos amigos Alessandro Galvão e Alessandra Martins, pelo apoio e pela cumplicidade. (Um brinde ao café, que nos une!).

Aos primos Vanessa e Roberto, por terem me acolhido em sua casa, em Fortaleza, nos primeiros meses de curso.

À Rita Bentes, amiga de todas as horas.

À Maysa Paulinelli, pela gentil disponibilidade em me ajudar a ter acesso a materiais teóricos fundamentais à produção desta tese.

A Katyane e Valdinar, pela generosa ajuda que contribuiu para a realização do anseio de ser orientada por uma grande mestra da Linguística Textual.

Aos colegas de Protexto, pelo acolhimento e pelos profícuos momentos de discussão e de reflexão teórica, em especial, a Tarciclê, Suelene, Edmar, Rafael, Isabel, Kleiane, Maiara e Mayara, pela carinhosa proximidade.

À Marizinha, pela generosa e afetuosa disponibilidade para me acolher em Fortaleza.

Aos colegas da Pós-Graduação em Linguística da UFC, todos admiráveis, em especial a Laurenci, Raudete, Ana Paula, Marilde e Jeane, pela amizade.

Ao Eduardo Xavier, Secretário do PPGL/UFC, e à Wanessa, pela disponibilidade sempre cordial para atender às minhas demandas discentes.

Aos professores do PPGL/UFC, por compartilharem de seus conhecimentos.

Aos professores José Américo Saraiva, Mariza Brito, Suzana Cortez e Valdinar Custódio Filho, por gentilmente terem aceitado participar da banca de defesa, e às professoras Isabel Azevedo e Maria da Dores, por terem aceitado o convite para serem suplentes.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, pela disposição para orientar esta pesquisa e balizar minhas reflexões e, principalmente, por compartilhar, sem reservas, de seus conhecimentos e de sua enorme sabedoria.

À Espiritualidade de Luz, pela assistência em todas as horas.

À Universidade Federal do Pará, instituição que me acolhe há muitos anos, na qual teve início minha vida acadêmica, e que me concedeu liberação integral para cursar doutorado na UFC.

Aos autores e pesquisadores, linguistas e filósofos, que me interpelaram, de modo incontornável, por meio de seus textos, com suas ideias sobre linguagem, argumentação, textualização, discursivização, e, principalmente, sobre (con)viver no espaço da troca linguageira genuinamente humana.

A Ruth Amossy, pelo serviço que tem prestado, de maneira mais imediata, às ciências da linguagem e, por meio desta, à própria Democracia.

A todos que participaram, em alguma medida e de algum modo, desta conquista, o meu muito obrigada!

“Em uma sociedade dividida, na qual o conflito de opiniões permanece como regra, caso se deseje preservar seu pluralismo e sua diversidade, a polêmica pública proporciona um meio de lutar por uma causa e de protestar contra o que é percebido como intolerável, de efetuar reagrupamentos identitários, provocando trocas mais ou menos diretas com o adversário, e de gerir os desacordos, bastante profundos, sem lhes permitir degenerar em ruptura do corpo social e em violência fratricida”. (AMOSSY, 2014, p. 227-228).

RESUMO

Nas sociedades democráticas pluralistas, tal como a brasileira, são muitas as questões polêmicas que atravessam as interações sociais humanas. A Linguística Textual, que se ocupa da descrição e da análise dos processos de textualização pelos quais a unidade *texto* se constitui nas mais diversas situações sociais e das estratégias por meio das quais os interactantes negociam e coconstroem sentidos, não poderia deixar de fora de seu escopo investigativo os procedimentos textuais pelos quais os sujeitos argumentam e se posicionam em relação a temas polêmicos. Nossa questão central, portanto, é: o que o estudo das estratégias textuais de persuasão tem a nos revelar sobre o funcionamento da argumentação no discurso, em especial, no que diz respeito a temas polêmicos? Para respondê-la, estabelecemos um diálogo com a abordagem da argumentação no discurso, proposta por Ruth Amossy (2002, 2005, 2006, 2007, 2011a, 2016, 2018a[2006], 2018b). É dela a noção de argumentação que estamos assumindo, a título de pressuposto teórico, segundo a qual a argumentação consiste na tentativa de influenciar, pelos recursos da linguagem, os modos de ver, de pensar e de sentir do interlocutor. Nessa perspectiva, a argumentação (inter)discursiva é vista através de um *continuum* que engloba os mais variados modos de argumentatividade, ou modalidades argumentativas (AMOSSY, 2006, 2008, 2011a, 2018a[2006]), dentre as quais encontra-se a modalidade polêmica (AMOSSY, 2014, 2017[2014]). Os critérios que utilizamos para a seleção dos dados analisados foram, primeiro, o critério genérico do pertencimento dos textos a gêneros que relevam da esfera midiática, e, segundo, o critério temático que diz respeito ao fato de todos eles tratarem de questões polêmicas. Esses critérios nos levaram a uma amostra composta por textos dos gêneros notícia, reportagem, entrevista jornalística televisiva, entrevista jornalística escrita e charge. Para a análise, selecionamos os seguintes parâmetros textuais: gênero do discurso, intertextualidade, composicionalidade (que se desdobra em categorias mais específicas: plano de texto e sequências textuais – narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal) e referenciação. Por meio desses parâmetros, analisamos a inscrição da argumentatividade discursiva em textos que tratam de questões polêmicas, isto é, os meios de textualização pelos quais os locutores assumem ou deixam entrever o seu posicionamento em relação a um tema polêmico e o seu pertencimento, no plano actancial, a um dos polos sociais que debatem sobre esse tema. Os resultados mostram que é possível apreender a argumentação (inter)discursiva por categorias de textualidade e que, portanto, a interface entre LT e AD que estamos a propor é profícua e amplia as possibilidades de estudo tanto de uma como de outra disciplina.

Palavras-chave: Argumentação no discurso. Estratégias textuais de persuasão. Textualização. Modalidades argumentativas. Polêmica.

RESUMÉ

Dans les sociétés démocratiques pluralistes, comme le Brésil, il y a de nombreuses questions polémiques qui transversent les interactions sociales humaines. La Linguistique Textuelle, qui s'occupe de la description et de l'analyse des processus de textualisation par lequel l'unité de texte se constitue dans les plus diverses situations sociales et des stratégies à travers lesquelles les interactants négocient et construisent ensemble les sens, il ne pourrait pas laisser de côté de son champ d'application les procédures textuelles pour lesquelles les individus argumentent et se positionnent par rapport aux questions polémiques. Notre question centrale c'est donc: ce que l'étude des stratégies de persuasion textuelles a nous révéler sur le fonctionnement de l'argumentation dans le discours, notamment en ce qui concerne les thèmes polémiques? Pour la répondre, nous avons établi un dialogue avec l'approche de l'argumentation dans le discours, proposé par Ruth Amossy (2002, 2005, 2006, 2007, 2011a, 2016, 2018e [2000], 2018b). Et c'est cette notion d'argumentation que nous prenons, comme hypothèse théorique selon laquelle l'argumentation est une tentative d'influencer par les ressources du langage, les façons de voir, de penser et de sentir de l'interlocuteur. Dans cette perspective, l'argumentation (inter)discursive est vue à travers un *continuum* qui englobe les plus différents modes de argumentativité ou modalités argumentatifs (Amossy, 2006, 2008, 2011a, 2018), parmi lesquels il y a la modalité polémique (Amossy 2014, 2017 [2014]). Les critères utilisés pour sélectionner les données analysées ont été, en premier lieu, le critère général d'appartenance des genres de textes qui relèvent la sphère des médias, en deuxième lieu, les critères thématiques en ce qui concerne le fait qu'ils traitent tous des questions polémiques. Ces critères nous ont conduits à un échantillon composé par de textes de genres de nouvelles, de reportage, d'interview journalistique de télévision, d'interview journalistique écrite et des charges. Pour l'analyse, nous avons sélectionné les paramètres de texte suivants: le genre du discours, l'intertextualité, la compositionnalité (qui se déroule dans des catégories plus spécifiques: plan du texte et des séquences textuelles - narratifs, descriptif, explicatif et dialogique) et référencement. À partir de ces paramètres, nous analysons l'inscription de l'argumentativité discursive dans les textes qui traitent des questions polémiques, c'est à dire, les moyens de textualisation par lesquels les locuteurs assument ou laissent entrevoir sa position par rapport à un sujet polémique et leur appartenance au régime actantiel, l'un de pôles sociaux qui débat sur ce sujet. Les résultats montrent qu'il est possible constater que l'argumentation (inter)discursive par les catégories de textualité et, par conséquent, l'interface entre le LT et l'AD que nous proposons est productif et élargit les possibilités d'études dans les deux disciplines.

Mots-clés: L'argumentation dans le discours. Stratégies de persuasion textuelles. Textualisation. Modalités argumentatifs. Polémique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Entrevista <i>De frente com Gabi</i> com Fábio de Melo	68
Esquema 1 – A LT como subdomínio da AD	101
Esquema 2 – Relação entre os níveis/planos da AD e os níveis/planos da ATD	103
Esquema 3 – Os lugares da LT e da AD no campo das ciências da linguagem	104
Esquema 4 – Interface entre LT e AD no estudo da referenciação	105
Imagem 2 – Reportagem da <i>Forbes</i>	122
Imagem 3 – Entrevista <i>De frente com Gabi</i> com Silas Malafaia	135
Esquema 5 – Esquema quinário da sequência narrativa	143
Esquema 6 - Esquema narrativo completo	146
Imagem 4 – Entrevista com Silas Malafaia publicada na revista <i>IstoÉ</i>	149
Esquema 7 – Sequência argumentativa típica	153
Quadro 1 – Organização da entrevista por bloco e tema	155
Esquema 8 – Protótipo da sequência explicativa	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LT	Linguística Textual
AD	Análise do Discurso
AAD	Abordagem (ou análise) da argumentação no discurso
FD	Formação discursiva
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
ATD	Análise textual dos discursos
PTO	Plano de texto ocasional
PTF	Plano de texto fixo
PPF	Plano pré-formatado (por um gênero)
MP	Macroproposição
MPn	Macroproposição narrativa
MP.arg.	Macroproposição argumentativa
MP.expl.	Macroproposição explicativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ABORDAGEM DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO	22
2.1	A nova retórica	22
2.2	A análise da argumentação no discurso	38
2.3	A polêmica como modalidade argumentativa	50
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
3.1	Método de abordagem	75
3.2	Delimitação do universo e da amostra	76
3.3	Técnica de coleta de dados	77
3.4	Procedimentos de análise	78
4	REDEFINIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA INTERFACE ENTRE LT E AAD	81
4.1	Gêneros do discurso na AD e argumentação	84
4.2	Gêneros do discurso e textos: aspectos conceituais	95
4.3	Gêneros e outros critérios de análise: problematização teórica e metodológica	100
5	CRITÉRIOS TEXTUAIS DE ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO	111
5.1	Intertextualidade	113
5.2	Composicionalidade	128
5.2.1	<i>O plano de texto</i>	128
5.2.2	<i>A sequencialidade</i>	140
5.2.2.1	<i>A sequência narrativa</i>	142
5.2.2.2	<i>A sequência descritiva</i>	147
5.2.2.3	<i>A sequência argumentativa</i>	152
5.2.2.4	<i>A sequência explicativa</i>	161
5.2.2.5	<i>A sequência dialogal</i>	166
5.3	Referenciação	171
6	CONCLUSÃO	191
	REFERÊNCIAS	196

ANEXO A – TEXTO (03): REPORTAGEM DA REVISTA <i>EXAME</i> SOBRE SILAS MALAFAIA	201
ANEXO B – TEXTO (05): ENTREVISTA DE SILAS MALAFAIA AO PROGRAMA <i>DE FRENTE COM GABI</i> [CD]	207
ANEXO C – TEXTO (06): ENTREVISTA DE SILAS MALAFAIA À REVISTA <i>VEJA</i>	208
ANEXO D – TEXTO (08): ENTREVISTA DE SILAS MALAFAIA À REVISTA <i>ISTOÉ</i>	211
ANEXO E – TEXTO (12): REPORTAGEM DO PORTAL <i>GI</i> SOBRE O IMPEACHMENTE DE DILMA ROUSSEFF E OS 13 ANOS DO PT NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL	222
ANEXO F – TEXTO (13): NOTÍCIA DA <i>CARTA CAPITAL</i> SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	236

1 INTRODUÇÃO

A favor ou contra a descriminalização do aborto? Reduzir ou não a maioria penal? Descriminalizar ou não a maconha? E as outras drogas? Agro pode até ser pop, por estar na mídia, mas... e os agrotóxicos? Eles fazem mal à saúde humana e ao meio ambiente ou são inofensivos a ambos? Pensando nisso, qual a melhor forma de agricultura: o agronegócio ou a agroecologia? Homossexualidade é natural e admissível ou é um comportamento desviante que deve ser corrigido? E a exposição *Queermuseu*, promovida pelo banco Santander, é o quê: arte ou apologia a práticas sexuais transgressoras e perversas?

Essas são apenas algumas das mais diversas questões que recentemente estiveram ou que continuam a estar na pauta de conversas e de discussões entre cidadãos brasileiros. Nas conversas cotidianas face a face ou nas interações mediadas por dispositivos tecnológicos, o fato é que estamos acostumados a lidar, há bastante tempo, com questões que nos dividem, que nos fazem argumentar, com veemência, em favor de um ou de outro modo de ver, de viver, de se comportar e de se relacionar com os outros e com o mundo. Ser a favor da descriminalização do aborto, e defender essa opinião, é vislumbrar um certo modo coletivo de viver que se opõe àquele no qual o aborto é concebido como um ato crime. Nossas opiniões, ou simplesmente nossos pontos de vista, em relação a temas polêmicos revelam os projetos de sociedade que temos em mente e os princípios que nos levam a tomar partido, por isso a polêmica diz respeito, grosso modo, a uma maneira de argumentar sobre questões políticas.

Oriundo da Linguística Textual (doravante, LT), este trabalho se dedica, em linhas gerais, a refletir sobre e a demonstrar como certas estratégias de textualização servem à expressão de posicionamentos e de diferentes formas de argumentatividade discursiva, em relação a algumas questões polêmicas contemporâneas atinentes ao contexto sociopolítico brasileiro. Para isso, firmaremos um diálogo com a abordagem da argumentação no discurso, na qual nos basearemos para refletir sobre a argumentação inerente aos discursos e sobre as diferentes maneiras pelas quais ela é marcada em textos.

É no âmbito da Análise do Discurso francesa contemporânea de viés não marxista que a linguista Ruth Amossy situa sua abordagem (ou análise) da argumentação no discurso (doravante, AAD), cuja finalidade consiste em investigar a argumentação com base em postulados e instrumentos analíticos advindos tanto das retóricas clássica e nova como das ciências da linguagem, mais especificamente, da linguística do discurso (AMOSSY, 2002, 2005, 2006, 2011a, 2016). Para essa autora, a argumentação é inerente à atividade discursiva e os “discursos” (na verdade, os textos) podem manifestar diferentes modos de

argumentatividade. Um desses modos, o de oposição mais radical entre discursos, é aquele materializado sob a forma da modalidade polêmica. A AAD de R. Amossy tem contribuído, vigorosamente, com sua proposta de articulação da retórica com a linguística do discurso, para as reflexões que temos empreendido sobre as estratégias de organização textual das quais os locutores se utilizam para negociar sentidos e pôr em prática seus projetos argumentativos.

Constatamos que, até agora, poucos trabalhos pertencentes à LT se ocuparam de descrever a inscrição da argumentação retórico-discursiva em textos, em uma análise pautada em parâmetros de textualização, e que nenhum deles se debruçou, mais especificamente, sobre a argumentatividade implicada no tratamento de questões polêmicas, seja na modalidade polêmica, seja em outras modalidades argumentativas. No campo mais amplo das ciências da linguagem, o que se tem fartamente sobre argumentação são estudos que se esteiam sobre a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), de Ducrot, e que se aproximam bastante daquilo que foi feito por Koch (2009[1984]) e outros pesquisadores na década de 1980: por meio de uma reflexão sobre o funcionamento da língua, especialmente no que diz respeito aos operadores argumentativos, são realizadas análises interpretativas da orientação argumentativa dos textos. Nessa perspectiva, a argumentação consiste em um fato de língua, ou seja, ela é inerente às significações ensejadas pela semântica do sistema linguístico, que direciona o texto para determinada conclusão.

Em outro veio de análise da LT, os trabalhos de pesquisa sobre argumentação se debruçaram predominantemente sobre a sequência textual argumentativa. Esses trabalhos, baseados na tipologia de sequências textuais proposta por Jean-Michel Adam, ganharam fôlego com a expansão da ideia de que a noção de gênero textual contribuiria para a melhoria do ensino e da aprendizagem escolares da língua materna (e das estrangeiras). Após a publicação da primeira edição dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para a educação básica (BRASIL, 1991), no fim da década de 1990, que preconizavam a seleção de gêneros textuais orais e escritos como objetos de ensino de língua portuguesa, diversas produções científicas passaram a ocupar-se da descrição do funcionamento sociodiscursivo e da organização textual desses instrumentos e muitas delas consideravam a argumentação como sendo um atributo dos gêneros nos quais predomina o “tipo textual argumentativo”. Exemplar bastante difundido no meio acadêmico sobre a relação entre gêneros e tipos/sequências textuais é o capítulo *Gêneros textuais: definição e funcionalidade* (MARCUSCHI, 2010), de Luiz Antônio Marcuschi, publicado na coletânea *Gêneros textuais e ensino*, no início dos anos 2000.

Outras pesquisas em LT, que versam sobre fenômenos textuais como a referenciação e a intertextualidade, em geral, apenas tangenciam a questão da argumentação em

textos, tratando da orientação argumentativa em termos de função discursiva dos processos referenciais e das relações intertextuais, conforme os possíveis efeitos de sentido operados por esses processos. No eixo da referenciação, são exemplos desse movimento: o trabalho de Silva (2013), que investigou as formas e as funções das introduções referenciais e encontrou, dentre as funções, o papel de “orientar o ponto de vista desde o título e ao longo do texto”; e a pesquisa de Sá (2007), que se ocupou das funções cognitivo-discursivas das anáforas encapsuladoras, dentre as quais encontra-se a de “orientação argumentativa”. No eixo da intertextualidade, citamos o trabalho de Forte (2013), que analisou as funções textual-discursivas de processos intertextuais por copresença e que identificou, dentre outras funções, a de “argumento de autoridade”.

No âmbito da Análise do Discurso (AD) francesa, há também, no exterior e no Brasil, uma vasta produção acadêmico científica sobre a relação entre linguagem e categorias retóricas, especialmente sobre *ethos* e *pathos*. A obra *Images de soi dans le discours: La construction de l'ethos*, organizada por R. Amossy e publicada originalmente em 1999, na Suíça, foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 2005 (*Imagens de si no discurso: a construção do ethos*) (AMOSSY, 2013). O livro *Ethos discursivo*, organizado por Ana Raquel Motta e Luciana Salgado, é uma compilação de textos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que tratam especificamente de *ethos* e se destaca pela diversidade de temas escolhidos pelos autores para discutir a construção da imagem do locutor nos discursos. Fora essas obras, há muitos artigos, dissertações e teses pertencentes à AD, no Brasil, que versam sobre meios retóricos de persuasão e que lhes dão, obviamente, tratamento condizente aos pressupostos discursivos que assumem.

Sem negarmos a importância de toda a produção acadêmica e científica que trata aspectos da argumentação em suas mais variadas dimensões (na língua, em textos, em discursos), nosso trabalho propõe-se a recobrir, ao menos em parte, uma lacuna que persiste nos estudos do texto: aquela que diz respeito à relação entre fenômenos textuais e argumentação retórico-discursiva. Quando falamos em argumentação retórica, não nos restringimos à sua concepção de argumentação como meio de persuasão, isto é, de condução dos interlocutores à adesão de uma tese elaborada por um locutor (tal como ocorre na supracitada obra de Ingedore Koch). Mais que isso, pensamos na substancialidade que categorias das retóricas clássica e nova – tais como acordo prévio (e os elementos que o promovem, como valores e tópicos), *ethos*, *pathos* e *logos* – têm para a engrenagem languageira que viabiliza a persuasão.

Situando esta discussão no escopo de uma LT ainda preocupada com o refinamento dos estudos sobre gêneros, intertextualidade, composicionalidade e referenciação, o intuito de

estabelecer uma interface com a AAD se justifica na medida em que pode ser um veio de análise proveitoso para se pensar sistematicamente, e a um só tempo, a constituição textual e discursiva da argumentação retórica em suas diferentes modalidades. Estamos pensando, de maneira mais ampla, na continuidade do movimento de retroalimentação teórica e disciplinar que há muito vem ocorrendo entre LT e outras disciplinas ou áreas de conhecimento e que tem promovido avanços importantes para os estudos do texto, o que exemplificamos com a contínua revisão do conceito de texto, a partir de trabalhos sobre sociocognição e sobre multimodalidade (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010). De maneira mais específica, optamos por assumir postulados da perspectiva discursiva retoricamente orientada de R. Amossy para refletirmos sobre como os fenômenos textuais da referenciação, da composicionalidade e da intertextualidade, e a opção por um dado gênero do discurso servem de estratégias de persuasão no trato textual de questões polêmicas. Assim, iniciaremos por apresentar a perspectiva teórica de argumentação que nos interpela; por isso, o capítulo 2 foi intitulado de “Abordagem da argumentação no discurso”.

No capítulo 3 – “Procedimentos metodológicos”, expomos e justificamos nossas escolhas operatórias, das quais a seleção do *corpus* nos parece ser a mais precípua. Os textos sobre os quais nos debruçaremos para analisar as estratégias textuais de persuasão pertencem à esfera midiática e relevam de diferentes gêneros, tais como entrevista jornalística (televisiva e escrita), notícia e charge. E todos os textos escolhidos tratam de questões polêmicas contemporâneas inscritas no contexto sociopolítico brasileiro. Esses gêneros têm uma importância fundamental no funcionamento da polêmica, conforme veremos em momento oportuno.

Os dois capítulos que se seguem ao metodológico foram elaborados com o objetivo de responder às seguintes questões: como se dá, a nosso ver, a relação entre texto e discurso e entre gênero e argumentatividade? Qual o papel da intertextualidade na argumentação interdiscursiva e na textualização de questões polêmicas? Como o plano de texto permite entrever, em um nível composicional macrotextual, a argumentatividade e os posicionamentos relativos a questões polêmicas? É possível evidenciar marcas da argumentação discursiva pela análise de sequências textuais prototípicas? E mais: sendo a sequência argumentativa, por definição, passível de inscrever a polêmica em textos, como ela pode ser utilizada em gêneros que não são tipicamente argumentativos? Sobre a referenciação, como um mesmo referente é construído, no âmbito do *logos*, nas teses antagônicas que constroem uma polêmica? Como podemos identificar, pela análise dos processos referenciais, o apelo ao *pathos*? De que maneira

os processos referenciais participam da construção do *ethos* de um locutor que aborda uma questão polêmica?

O capítulo 4, designado “Redefinições teóricas para uma interface entre LT e AD”, tem um caráter reflexivo-teórico decorrente da necessidade que tínhamos de delimitar o escopo de nossa pesquisa e de clarificar os termos do diálogo interdisciplinar que estamos estabelecendo. A categoria do gênero do discurso é a responsável pelo engendramento dessa etapa da tese. Gêneros do discurso são objetos importantes para a AD, pois ela se instituiu como uma disciplina que relaciona a linguagem aos quadros institucionais e aos lugares sociais em que é usada (AMOSSY, 2006). Os estudos sobre gêneros do discurso realizados no âmbito da LT reconhecem que o estatuto discursivo e pragmático desses instrumentos (ou seja, seu sentido e sua funcionalidade) estão atrelados à configuração social e institucional mais ampla, que constringe os sujeitos a fazerem uso de formas padronizadas de interação. Contudo, compreendemos que a relação entre texto e discurso é um tanto mais complexa do que aquela em que o texto é visto como materialidade do discurso. Nesse sentido, consideramos relevante problematizar a questão da relação entre texto e discurso, por meio de uma reflexão sobre como texto, discurso e gênero se imbricam de modo a compor diferentes maneiras de argumentar.

No capítulo 5 (“Critérios textuais de análise da argumentação no discurso”), nossas análises buscam demonstrar como os parâmetros da intertextualidade, da composicionalidade e da referenciação, próprios da LT, são relevantes a um estudo da argumentação no discurso. Quanto à intertextualidade, pensamos ser o fenômeno textual responsável por instaurar a polêmica em uma dada circunstância enunciativa, já que a polêmica pressupõe uma oposição radical de discursos em relação a um tema de interesse público e a existência de um conjunto de textos sobre ele.

A composicionalidade, como já mencionamos, geralmente serve ao estudo da argumentação em textos por meio da análise da sequência argumentativa. Por definição, essa unidade de organização textual é passível de deixar marcas da modalidade polêmica no cotexto. Contudo, outras categorias de composicionalidade, como a categoria de análise macrotextual denominada plano de texto, assim como as outras sequências textuais prototípicas (narrativa, descritiva, explicativa e dialogal), podem evidenciar estratégias pelas quais os locutores tentam persuadir seus interlocutores em interações sobre temas polêmicos.

Quanto à referenciação e sua relação com meios retóricos de persuasão, há de se fazer jus a trabalhos como os de Cavalcanti (2014) e de Miqueletti (2014), que analisaram construções de *ethe* a partir da “referenciação”. No entanto, há de se observar o objetivo e a circunscrição teórica desses trabalhos, para que se tenha uma visão mais precisa das diferenças

entre eles e esta proposta de análise. Em primeiro lugar, aquelas duas pesquisas inserem-se estritamente no escopo da Análise do Discurso francesa, para a qual uma das categorias analíticas basilares é a de *formação discursiva*. Isso significa que, em ambos os trabalhos, de Cavalcanti e de Miqueletti, considera-se que os efeitos que o locutor pretende produzir sobre o auditório (via *ethos*), na verdade, são tecidos, ao menos em parte, por meio de pistas deixadas no texto por coerção da formação discursiva na qual esse locutor se encontra inscrito. Para a AD francesa, o sujeito não é dotado de vontade, não é livre para fazer escolhas, de modo que o *ethos* constitui-se parte integrante da formação discursiva na qual está inserido, diferentemente do sujeito pensado pela LT, para a qual o locutor pode atuar como um estrategista e projetar pretensamente, em seu texto, uma imagem de si que ele supõe ser favorável ao seu projeto de persuasão, apesar de submeter-se a certas regras estabelecidas pelas práticas discursivas enquadradas em gêneros. A segunda diferença reside na concepção de referenciação adotada naqueles estudos em AD: para as autoras, a referenciação é um processo discursivo ainda bastante centrado em formas lexicais, ou seja, em expressões referenciais. A LT já deu passos significativos em relação ao reconhecimento de que os processos referenciais não se concentram em expressões lexicais ou pronominais, de vez que a construção de objetos de discurso é um processo textual e discursivo dinâmico para o qual convergem não apenas essas expressões, como também outros recursos linguísticos e extralinguísticos, havendo a possibilidade, inclusive, de um referente ser retomado em um texto sem que haja menção anafórica a ele (CUSTÓDIO FILHO, 2012). Outra particularidade de nosso trabalho está em estabelecer relação entre os processos de referenciação e apelo ao *logos*, ao *ethos* e ao *pathos* em textos que tratam de questões polêmicas. O que nos intriga em torno dessa relação diz respeito aos elementos que incidem sobre a construção de referentes, de modo a imprimir nos textos impressões de razoabilidade, de credibilidade e de sensibilidade, com vistas à persuasão de um auditório que se encontra em meio a discussões polêmicas, fundadas em valores e projetos de sociedade razoáveis, mas profundamente dissonantes.

O intento da pesquisa que ora propomos não é discutir à exaustão as questões apontadas, muito menos recobrir todos os interesses que os estudos sobre a argumentação no discurso e sobre as estratégias de textualização possam motivar, mas, sim, dar início a um diálogo que nos parece produtivo para a compreensão da tessitura argumentativa/retórica em textos e discursos enquadrados em certos gêneros de discurso. Optamos por fazer um recorte teórico da abordagem proposta por Ruth Amossy, centrando, por vezes, nossa atenção na modalidade argumentativa polêmica. É provável, no entanto, que várias outras inquietações decorram da AAD como um todo ou mesmo do recorte que escolhemos, ensejando, por

exemplo, uma discussão sobre relações possíveis ou não de se estabelecer entre categorias, instrumentos e postulados da LT, da AD e da retórica (antiga e nova).

2 ABORDAGEM DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

A reorientação dos estudos retóricos para articulá-los com a Análise do Discurso de linha francesa tornou-se uma causa pela qual sua proponente, a linguista Ruth Amossy, tem militado desde que a obra *L'argumentation dans le discours* foi publicada pela primeira vez, nos anos 2000. Declaradamente, essa proposta de articulação teórica e metodológica ambiciona apreender a argumentação retórica em suas dimensões propriamente discursivas, valendo-se, para tanto, principalmente dos postulados da retórica, clássica e nova, e dos instrumentos metodológicos advindos, de modo mais amplo, das ciências da linguagem e, de modo mais específico, da Análise do Discurso de linha francesa contemporânea. Várias publicações, entre livros e artigos, têm sido destinadas a apresentar os termos dessa articulação, justificada pela ausência de instrumentos linguísticos no tratamento da argumentação pela nova retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca.

Apesar da irrefutável pertinência da nova retórica tanto para o ressurgimento dos estudos retóricos (que haviam passado por um longo período de eclipse, da Idade Média a meados do século XX¹) como para a compreensão dos meios pelos quais se opera a persuasão, a dimensão linguageira da argumentação é nela abordada em termos manifestadamente emprestados da gramática tradicional (AMOSSY, 2002). Sem deixar de reconhecer que a perspectiva perelmaniana de argumentação considera a linguagem em situação, não o sistema linguístico, Amossy defende que se pode redefini-la como um dos ramos da linguística do discurso, “sob a condição, é claro, de dotá-la dos instrumentos e procedimentos necessários ao estudo concreto da linguagem argumentativa” (AMOSSY, 2002, p. 153, tradução nossa).

Os termos dessa integração entre retórica e ciências da linguagem serão expostos e problematizados nas subseções a seguir. Iniciaremos por apresentar, brevemente, aquilo que é fundamental e nuclear para a compreensão de toda a proposta de Amossy: a nova retórica. Em seguida, discutiremos sobre os demais fundamentos teóricos e metodológicos da análise argumentativa do discurso e apontaremos as reflexões, mais recentes, sobre a polêmica no escopo dessa abordagem.

2.1 A nova retórica

¹ Para um conhecimento panorâmico, mas bem fundamentado, dos estudos de procedência retórica, sugerimos a leitura de Paulinelli (2014).

A nova retórica é uma das mais proeminentes teorias que compõem o vasto campo dos estudos sobre argumentação. O modificador “nova” indica que essa teoria, desenvolvida por Chaïm Perelman, não só recupera a retórica clássica, como a amplia. Reagindo à ideia cartesiana de razão, Perelman situa a argumentação no âmbito de uma racionalidade contingente e negociada, coloca a noção de acordo no núcleo de sua teoria e descreve as técnicas discursivas dos raciocínios retóricos.

Há basicamente dois modos de raciocinar: um por demonstração, outro por argumentação. No primeiro, a razão se assenta em verdades, parte de premissas necessárias/incontestáveis e sua natureza é analítica; no segundo, ela se assenta no verossímil, parte de premissas prováveis e sua natureza é dialética. À lógica formal cabe o estudo daquela forma de raciocinar, enquanto esta outra é objeto da dialética e da retórica aristotélicas². Relegada, pela tradição filosófica que perdurou séculos, à posição de simples técnica de persuasão por expedientes ilegítimos, equiparada à sofística, a retórica foi duramente acusada de guiar os interlocutores a vencerem uma lide a qualquer custo, importando tão somente a derrota do adversário. Em tal perspectiva, ignorou-se o fato de que, ainda que não se imputando o trabalho de desvelar verdades incontestáveis, essa disciplina filosófica adotara preceitos éticos condizentes com os da demonstração analítica, a fim de que se pudesse refutar as tentativas de argumentar por silogismo erístico (raciocínio que admite o recurso a engodos aparentemente lógicos).

Essa rejeição à retórica e ao raciocínio dialético, no entanto, não decorre de um simples embate circunscrito ao campo filosófico. Como forma de orientação do pensamento, a dialética constituía uma ameaça a núcleos de poder erigidos em torno de duas grandes autoridades históricas – a igreja e a ciência –, que também originaram pensamentos doutrinários baseados na homogeneidade da razão. Apesar de ter sido depositário da cultura antiga, inclusive da retórica (cf. REBOUL, 2004), o cristianismo rejeitou a dialética pela ameaça que lhe imputaria o reconhecimento da existência de premissas variadas, apoiadas nas opiniões dos homens (cf. COELHO, 2005); e o racionalismo o fez sob a chancela do método científico, que goza de um estatuto de objetividade supostamente capaz de provar racionalmente suas teses. Da retórica, o cristianismo conservou os conhecimentos relativos às figuras, por sua

² Reboul (2004) distingue a dialética da retórica, definindo esta como a arte e a técnica de persuadir pelo discurso, enquanto aquela consiste em uma disputa puramente verbal, um jogo, em que dois adversários tentam vencer pela imposição de sua tese, sem transgressão das regras lógicas. A dialética é, portanto, um meio, entre outros, utilizados pela retórica para persuadir.

importância hermenêutica: a compreensão das alegorias recorrentes nos textos religiosos exigia a utilização de recursos fornecidos pela arte de persuadir.

Outra corrente de pensamento que contribuiu para o declínio da retórica foi o romantismo. Enquanto no âmbito científico, com Descartes, considerava-se como sendo falso tudo o que fosse verossímil, na filosofia, como o fez Locke, também se exaltava a verdade e considerava-se que ela decorria da experiência sensível. Dessa tese filosófica nutre-se o romantismo, corrente para a qual a retórica, lançando mão de meios verbais de persuasão, distanciaria os sujeitos da experiência e, conseqüentemente, da sinceridade (REBOUL, 2004).

Nos anos 40 do século XX, como uma reação ao pensamento racionalista cartesiano que perdurou por três séculos na filosofia ocidental, o jusfilósofo belga Chäim Perelman, em colaboração com Lucie Olbrechts-Tyteca, retoma os estudos clássicos da argumentação aristotélica, e eles publicam, em 1958, o afamado *Tratado da argumentação*. A partir dessa obra, o ânimo da retórica e da dialética gregas é reavivado e seu escopo é ampliado (daí, nova retórica), imprimindo à arte da persuasão um requinte teórico e técnico capaz de fornecer explicações lógicas para questões jurídicas, políticas, entre outras, que se assentassem no razoável, tais como os juízos de valor, que escapam às certezas do cálculo. Tendo, portanto, como preocupação central *os raciocínios* subjacentes aos discursos oriundos das ciências humanas, a nova retórica concentra seus esforços no estudo do *logos*.

Na retórica clássica, são três os meios de que um locutor lança mão com a finalidade de persuadir um auditório: pela argumentação racional, isto é, por estratégias discursivas que constituem os argumentos e as provas a sustentarem uma opinião (*logos*) – parte dialética da retórica; pela construção de uma imagem discursiva de si, estrategicamente evocada para agregar credibilidade às suas opiniões (*ethos*); e pela construção discursiva de emoções que o locutor pretende suscitar no auditório (*pathos*), a fim de envolvê-lo afetivamente a ponto de levá-lo a aderir aos raciocínios lógicos apresentados. Para que uma argumentação seja retórica, então, é preciso que razão e sentimento estejam juntos, sendo que *ethos* e *pathos* correspondem aos meios afetivos de se buscar o assentimento do auditório à tese formulada no âmbito da razão, isto é, do *logos*.

A nova retórica privilegia o *logos* e destina espaço considerável, no *Tratado*, à descrição das “técnicas argumentativas”. Apesar de alguns argumentos estarem intimamente ligados ao *pathos*, eles são descritos de modo a priorizar sempre seus traços lógicos, revelando os percursos escolhidos pelo orador para chegar às suas conclusões.

O traço, digamos, mais primário da lógica retórica reside na natureza dos dados (fatos e elementos que os constituem) a serem utilizados para a composição dos argumentos:

são dados semiotizados, uma vez que a única via possível da argumentação são as línguas naturais, e estas constituem os instrumentos que permitem ao homem compartilhar da realidade, mas não de uma realidade ontológica e apriorística, mas de uma realidade negociada e discursivizada. Assim, os dados extraídos dessa realidade também não têm existência empírica, a menos que considerados à revelia do processo de semiotização pelo qual os apreendemos. Apesar de reconhecermos que as coisas do mundo têm, sim, uma dimensão empírica, o que ocorre quando falamos dessas coisas? Inevitavelmente, semiotizamos tudo o quanto está ao nosso redor e, na impossibilidade de apreendermos esses objetos em sua totalidade, ou seja, de concebê-los de todas as formas possíveis à mente humana, eles passam por um inevitável processo de seleção.

A argumentação é seletiva, isto é, ela supõe a escolha tanto dos próprios dados como da forma (técnica) de torná-los presentes. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 132), “o papel da seleção é tão evidente que, quando alguém menciona fatos, deve sempre perguntar-se o que estes podem servir para confirmar ou para invalidar”. A apresentação dos elementos escolhidos confere-lhes uma *presença*, que atua diretamente na sensibilidade do auditório (prova disso é o ditado “O que os olhos não veem o coração não sente”). Mencionando Piaget, os autores afirmam ser a presença um dado psicológico

que exerce uma ação já no nível da percepção: por ocasião do confronto de dois elementos, por exemplo, um padrão fixo e grandezas variáveis com as quais ele é comparado, aquilo em que o olhar está centrado, o que é visto de um modo melhor ou com mais frequência é, apenas por isso, supervalorizado. Assim, o que está presente na consciência adquire uma importância que a prática e a teoria da argumentação devem levar em conta. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 132).

No discurso argumentativo, o orador torna um elemento presente quando, por considerá-lo importante ao seu projeto argumentativo, o faz entrar no circuito mental do interlocutor ou valoriza um elemento já introduzido, aumentando o efeito de presença. Interessante notar como a forma de apresentar os dados e seus elementos influencia nesse efeito; apresentá-lo sob a forma de um juízo de valor, tal como em “Fulano é mau caráter”, produz efeito retórico significativamente distinto da forma “Fulano recebeu cinco mil reais de propina para não multar a empresa X”, que expressa um juízo de fato. O juízo de valor corresponde a um julgamento subjetivo, a uma avaliação pautada em impressões individuais ligadas a valores morais. O juízo de fato corresponde a uma percepção objetiva da realidade, supostamente destituída da influência de impressões pessoais. Enquanto a forma de um juízo de fato insiste em suas condições de verificação, por sua aparente objetividade, as de juízo de valor apelam para impressões e sentimentos de caráter expressamente subjetivo. Do ponto de vista discursivo,

a forma do juízo de fato é não mais do que uma estratégia por meio da qual o orador transfere para seu interlocutor a responsabilidade do juízo de valor decorrente da afirmação de fato. Essa seletividade dos dados e de sua forma de apresentação implica na parcialidade da argumentação e é coerente com seu principal pressuposto: a existência de um contato intelectual que atenda a certas condições prévias.

É imprescindível, em argumentação, considerar as condições psíquicas e sociais de sua realização, já que seu objetivo é levar outros espíritos à adesão de uma tese. Para argumentar, algumas dessas condições devem ser ponderadas, afinal, é preciso estimar a adesão dos interlocutores à opinião que lhes será apresentada, estimar seu consentimento. Caberia, então, perguntarmo-nos, entre outras coisas: a quem nos dirigiremos? Trata-se de uma só pessoa ou de um conjunto de pessoas? De que características psíquicas e sociais essas pessoas estão investidas (idade, papel social, nível de escolaridade, grau de compartilhamento de conhecimentos técnicos e/ou teóricos com o locutor, gênero ou sexo etc.)? Qual a importância de estabelecermos contato com essas pessoas ou, ainda, qual o grau de importância que nossa argumentação teria para com elas? Essas questões são atinentes a algumas das condições prévias à argumentação e sua importância reside no fato de que é inviável persuadir a totalidade dos seres humanos. É inócua a tentativa de sermos ouvidos por todos, porque nem todos estão dispostos a, eventualmente, aceitar nosso ponto de vista. Dentre os que ouvem, duas são as possibilidades de reação a uma argumentação: aceitar, ao menos parcialmente, a tese levantada ou miná-la com contra-argumentos que a refutem veementemente. Em retórica, não se admite a simples eliminação, por força física, do adversário da arena discursiva – isso é violência, e a argumentação retórica constitui justamente uma alternativa civilizada a esse tipo de resolução de conflitos. No episódio ocorrido em Paris em 2015, do atentado terrorista coordenado e executado por extremistas do Estado Islâmico a jornalistas do semanário francês Charlie Hebdo, por exemplo, não houve nem haveria possibilidade de se entabular uma discussão retórica com os executores do crime a respeito do islamismo e, mais especificamente, sobre o modo com que o jornal encarava a devoção dos extremistas ao profeta Maomé. Trata-se de um grupo que se autodeclara religioso, mas que é de origem e de atuação essencialmente política; ele “faz uso de narrativa religiosa para alcançar objetivos políticos” (CALFAT, 2015, p. 15). Amplamente concebido como intolerante, esse grupo fundamentalista é conhecido pela violência e crueldade de suas ações. A condição básica para a argumentação, no caso das divergências entre Estado Islâmico e Charlie Hebdo, portanto, não poderia ser preenchida, pois não há, da parte dos extremistas, uma disposição para ouvir um ponto de vista que lhe seja contrário ou diferente.

Por outro lado, há condições prévias que tocam ao próprio orador. Ele precisa, geralmente, preencher certos requisitos para se fazer ouvir. Assim, não é qualquer pessoa que pode tomar a palavra mediante um auditório formado por especialistas durante um evento científico; nem todos podem defender ou acusar, legitimamente, um réu durante um julgamento. Em alguns casos, as qualidades convencionalmente exigidas não dizem respeito à função socioprofissional, mas à idade (em certas circunstâncias, é preciso ser adulto para tomar a palavra) ou à aparência física (estar limpo, bem arrumado). É a própria sociedade que estabelece as possibilidades e as normas do contato entre os espíritos, definindo quem pode e/ou deve falar e também, conseqüentemente, a quem devemos dirigir a palavra em certas ocasiões. Quanto mais institucionalizada a interação, mais definidos são os parâmetros do contexto atinentes ao preenchimento das condições prévias da argumentação. Em alguns casos, como no de uma interação entre orador e auditório em contexto científico, a própria instituição científica “fornece o vínculo indispensável entre o orador e seu auditório. O papel do autor é apenas manter, entre ele e o público, o contato que a instituição científica possibilitou estabelecer” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 20). A importância do contato entre orador e seu auditório, no entanto, extrapola as condições prévias da argumentação e subjaz à totalidade do processo argumentativo. É sempre em função do auditório que se quer persuadir, que se constrói um texto.

O auditório é, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22, grifo dos autores), “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Determinar que conjunto seria esse requer do orador uma imagem presumida dele, que permita construir-lhe uma imagem mais ou menos sistematizada, com base naquilo que o orador conhece de suas preferências, de seus posicionamentos ideológicos, de seus interesses. Não são as características empíricas que importam a um projeto argumentativo retórico; são as características psicossociais.

Reboul (2004, p. XIX) aborda essa questão de maneira bastante didática, atribuindo a capacidade de perceber as características do auditório à função hermenêutica da retórica³:

Ora, para ser persuasivo, o orador deve antes compreender os que lhe fazem face, captar a força retórica deles, bem como seus pontos fracos. Esse trabalho de interpretação é feito por todos de modo mais ou menos espontâneo. Até a criancinha mostra ser um excelente hermeneuta, por exemplo, quando percebe que a ameaça dos pais é aterradora demais para ser executada, ou quando interpreta uma frase do adulto no sentido que lhe convém.

³ Para esse autor, hermenêutica é a arte de interpretar textos (REBOUL, 2004).

A relevância do auditório é tão central na retórica clássica que os gêneros aristotélicos foram definidos em função dos papéis exercidos por ele em cada um: o de deliberar, no gênero deliberativo, o de julgar, no gênero judiciário, e o de tão somente apreciar o embate discursivo, no gênero epidíctico. Redutora, essa classificação genérica põe em foco o auditório e sua função decisiva para o empreendimento argumentativo, mas não é, nem de longe, suficiente para nortear questões relativas àquelas características psicossociais que se fazem tão importantes a um projeto persuasivo. Ela ignora, entre outras coisas, o fato de que todo auditório é constitutivamente heterogêneo – quando não em termos de diversidade de elementos, em termos de elementos em si diversificados em decorrência do pertencimento deles a núcleos sociais variados. Um argumento pode não parecer persuasivo a uma juíza que exerça também um papel social de mulher engajada em lutas voltadas à igualdade de sexo ou de gênero, mas pode parecer plausível a uma juíza que também seja mãe conservadora e de espírito patriarcal. Daí o valor retórico do auditório como construção do orador, ou seja, como uma projeção a mais próxima possível daquilo que o auditório representa do ponto de vista psicossocial, a fim de que o orador possa adaptar-se a ele e, assim, condicioná-lo por meio do discurso.

Considerando a natureza heterogênea dos auditórios, convencer a totalidade dos seres humanos, mediante a gama tão vasta de heterogeneidade que ela apresenta, não seria possível se o orador concebesse essa totalidade sob perspectiva factual, ou seja, como uma totalidade de fato. Mas é possível se ele a considerar pela ótica da presunção: o orador imagina que um raciocínio será unanimemente aceito porque acredita apresentar um fato objetivo e uma conclusão verdadeira, que não poderiam ser questionados por aqueles que se submetem à luz da razão. Seria legítimo, portanto, não levar em consideração aqueles que não estejam de acordo com o raciocínio apresentado, simplesmente excluindo-os desse auditório supostamente universal (trata-se do recurso à desqualificação do recalcitrante, cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Do ponto de vista da totalidade de fato, esse acordo unânime não seria possível, pois a lógica retórica não se pauta por demonstrações e não tem a pretensão de ser convincente nessa perspectiva. A convicção é uma prerrogativa dos raciocínios lógicos objetivos que se pretendem universais, verdadeiros e inquestionáveis, e ela estabelece um vínculo direto com a inteligência. Assim, todo ser de razão pode ser convencido da universalidade de uma conclusão verdadeira, mas nem todo ser de razão pode ser persuadido.

A persuasão está ligada a uma razão que não prescinde da ação ou, no mínimo, de uma disposição para a ação. Para persuadir, é preciso que as conclusões sejam consideradas não como *necessárias*, mas como *razoáveis* a um conjunto determinado de sujeitos que

compartilhem de premissas verossímeis. Para tornar mais clara a distinção entre esses dois tipos de raciocínios, recorreremos às definições de “racional” e de “razoável” apresentadas por Amossy (2011b, s/p):

O racional exprime-se por meio de um raciocínio do tipo hipotético-dedutivo cuja validade não depende de um quadro comunicacional qualquer e que segue um procedimento rigoroso que culmina com uma verdade penosa. O razoável tem, ao contrário, uma parte ligada ao senso comum. Ele representa aquilo que parece plausível a uma dada comunidade em função de suas crenças e de seus valores – o que lhe parece dever ser aceito por todo ser de bom senso. Enquanto o racional é necessário e válido em si mesmo, ou seja, independentemente das circunstâncias e dos agentes humanos, o razoável surge, ao contrário, como contingente e negociável no interior de uma interação social.

A argumentação, que se assenta no razoável e que busca persuadir a “uma dada comunidade”, não tem a pretensão, portanto, de conquistar a adesão da humanidade inteira, isto é, do auditório *universal*, e sim de um conjunto mais ou menos restrito de seres humanos. Ainda que um auditório restrito como esse seja, naturalmente, heterogêneo e diversificado, não podendo o orador fazer dele uma ideia tão precisa a ponto de não incorrer em fracasso, tal auditório é, por definição, *particular*, no sentido de que sua restrição permite-nos conhecer e compreender com mais especificidade suas características, suas crenças, seus valores, suas emoções. Levar em conta o auditório tem uma importância fulcral em retórica, porque toda a argumentação, do início ao fim, pressupõe acordo dos interlocutores.

O *acordo* é, segundo Amossy (2016), a “pedra de toque” da lógica na nova retórica, dado seu estatuto de condição prévia e substancial à argumentação e dada a sua relação com o auditório projetado pelo orador. Perpassando todo o empreendimento persuasivo, o acordo “tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73). É presumindo o que o auditório admite como plausível, em função das crenças e dos valores vigentes na comunidade a que ele pertence, que o orador seleciona as premissas, isto é, os dados e os aspectos destes que serão tornados presentes no texto, além da forma de apresentá-los. O acordo pode dizer respeito, portanto, às premissas em si (as proposições iniciais consideradas como aceitas pelo auditório), à escolha delas e ao modo de apresentá-las, e existe a possibilidade de o auditório refutar as bases do acordo, ou em função do desconhecimento do conteúdo presumido como sendo conhecido, ou em função do não compartilhamento da perspectiva escolhida pelo orador, ou, ainda, em função do caráter tendencioso de sua apresentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) destinam, para cada uma

dessas dimensões do acordo, um capítulo inteiro. Como já tratamos acima, ainda que brevemente, da seleção e da forma de apresentação dos dados, faremos uma exposição dos tipos de objeto do acordo que podem servir de premissas.

Os objetos do acordo que podem servir de premissas foram divididos em duas categorias: a do *real*, que se subdivide em *fatos*, *verdades* e *presunções*; e a do *preferível*, que se subdivide em *valores*, *hierarquias* e *lugares*. Importa esclarecer que,

na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que versa sobre o preferível, o que nos determina as escolhas e não é conforme a uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 74).

Um dado é considerado um *fato* quando atinente a uma realidade objetiva que se presume como sendo assim pelo auditório universal. Declarando a impossibilidade de dar uma definição de *fato* que pudesse recobrir uma classificação atemporal e descontextualizada de dados considerados como tal, os autores do *Tratado* reafirmam a natureza especular do auditório e destacam o caráter maleável do estatuto dos dados. Uma premissa é considerada um fato quando é dispensável reforçar ou justificar a necessidade de adesão, uma vez que o acordo sobre ele é universal e que, portanto, não há controvérsia. Isso significa também que, gozando desse estatuto, o fato não precisa entrar no circuito argumentativo. Se, ao contrário, for preciso convencer um auditório de que um dado é um fato e, por isso, ele passar a fazer parte da argumentação propriamente dita, e não do acordo prévio, então, esse dado se despe do estatuto de fato porque o acordo sobre ele não desfruta de um acordo universal. Como um acordo é sempre suscetível de ser questionado, nenhum dado carrega consigo definitivamente o estatuto de fato. A perda de prestígio pode ocorrer em consequência de duas reações do interlocutor: quando ele mostra que não se trata de uma premissa e sim de uma conclusão (o fato não precisa ser provado, e, sim, admitido) ou quando consegue mostrar a incompatibilidade do fato em tela com outros fatos.

As *verdades* são mais abrangentes do que os *fatos*, no sentido de que estes dizem respeito a objetos de acordo precisos, enquanto aquelas referem-se a “sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que (*sic*) se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 77).

As *presunções* também dependem de um acordo universal, no entanto, diferentemente dos fatos, a adesão a elas carece, algumas vezes, de reforço argumentativo, e

argumentar em favor de um dado presumido não implica a perda de seu prestígio (o fato perde seu estatuto de fato quando se torna objeto de argumentação, conforme discutimos anteriormente). A presunção pressupõe um vínculo com o que é considerado normal, com aquilo que a experiência humana permite considerar como recorrente e esperado, principalmente em relação a comportamentos. A noção de normal, por outro lado, está diretamente ligada a um grupo social de referência a partir do qual se estabelecem os parâmetros de normalidade. São exemplos de presunção apontados no *Tratado*:

a presunção de que a qualidade de um ato manifesta a da pessoa que o praticou; a presunção de credulidade natural, que faz com que nosso primeiro movimento seja acolher como verdadeiro o que nos dizem e que é admitida enquanto e na medida em que não tivermos motivo para desconfiar; a presunção de interesse, segundo a qual concluímos que todo enunciado levado ao nosso conhecimento supostamente nos interessa; a presunção referente ao caráter sensato de toda ação humana. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 79).

No âmbito do *preferível*, os valores dizem respeito a objetos, seres ou ideais que influenciam a ação ou a disposição para a ação de um auditório particular. Trata-se, portanto, de “objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 84). Vejamos um exemplo de como os valores conferem força a uma argumentação.

Exemplo (1)

- Gabi: ((risos)) agora:... você conCORda que a ideia/... a igreja deixa de ganhar fiéis por causa da oposição aos métodos de controle de natalidade como a pílula e a camisinha?
- Fábio: eu/
- Gabi: [e fora falar da saúde aí... que também...
- Fábio: [é... que: ()
- Gabi: passa... pelo... pelo preservativo
- Fábio: justamente... eu acredito que:... NÓS... no momento em que nós temos um:... uma postura... é natural que a gente vá contrariar muita gente... ninguém está... **a igreja não tem a pretensão de agradar o mundo todo...** e é mais uma/ uma distinção que a gente precisa fazer... a gente... a partir do momento que nós escutamos a palavra do papa... **ela... não tem a pretensão de ser para TODos... ela tem a pretensão de ser para aqueles que são liderados por ele...** então... é só a gente esclarecer bem... **eu sou cristão católico?... então a palavra do papa pra mim tem um peso... a palavra do papa me orienta...** o papa não tem a pretensão de que ele diz para o mundo inteiro... não... ele pode ser... como homem que é com a autoridade que tem com o papel que ele tem como: como papa... ele até ser escutado por todos... é um homem que tem uma liderança que está fazendo um discurso... que colabora fraternalmente... do ponto de vista intelectual... com a comunidade huma:na
- Gabi: uhm...
- Fábio: mas agora **aquelas regras são para os católicos**
- Gabi: ((puxa a respiração)) vou perguntar outra vez...
- Fábio: pode perguntar
- Gabi: essa igreja... não perde fiéis... sendo CON:TRA... o uso de camiSInhas... e... de... controle da natalidade?
- Fábio: eu não sei se ela chega a perder fiéis... eu acredito que:... MUItos fiéis... católicos... que vivem o dia a dia de uma fé de um processo de fé... vai prestar atenção nisso... talvez outros... que não tenha:... con/... não tenham convicções mais profundas... se dizem cristãos católicos e... e

- façam essas práticas todas aí sem... sem levar em consideração... **tudo depende Marília do nível de envolvimento que a gente tem com a fé**
- Gabi: você tá dizendo... ((balbucia, como que tentando falar algo))
- Fábio: o relativismo existe em todos os lugares... pode ser que algumas pessoas não cheguem nem a se incomodar com essa palavra... que proíbe que restringe ou que:... neh... você pode ter um discurso positivo sobre a camisinha por exemplo... eu acredito... eu... esse é meu ponto de vista... eu tenho muito medo quando a gente acredita que a camisinha possa nos livrar de todos os problemas da sexualidade... eu como padre... que acompanho os bastidores... eu vejo que o que fere... não é a possibilidade de você contaminar com o vírus isso e aquilo... claro isso é perigoso isso é isso é isso é: ((faz um movimento centrípeto e rápido com os dedos da mão direita))... precisa ser considerado
- Gabi: [é real
- Fábio: é real
- Gabi: isso é real
- Fábio: mas... **o grande problema da sexualidade... é quando... as pessoas vivem relações objetais**
- Gabi: você tá dizendo
- Fábio: [**quando não existe amor**:r... quando...
- Gabi: [quando não existe amor...
- Fábio: **quando não existe respeito**... ((Marília bate uma palma)) quando o outro acabou sendo... ((Fábio ri timidamente))

O exemplo (1) é um excerto da entrevista que o padre católico Fábio de Melo concedeu à jornalista Marília Gabriela, no programa televisivo *De frente com Gabi*, e que foi ao ar em janeiro de 2014 pelo SBT. Nele, destacamos os trechos nos quais a fala do padre invoca os termos do acordo prévio pautado em valores de natureza concreta (a Igreja) e abstrata (o duradouro – em contraposição ao fugaz): a igreja católica não perde fiéis por se opor aos métodos contraceptivos, porque os fiéis efetivamente católicos (auditório particular) comungam dos valores relativos à Igreja como orientadora do bem viver (e à qual devem obediência) e à sublimação do amor em relação ao desejo sexual. Assim, de acordo com a fala do padre, o alcance da adesão dos interlocutores desse discurso católico não sofre diminuição porque os valores subjacentes à tese de que não se deve usar métodos contraceptivos são compartilhados por um auditório particular; não compartilhar desses valores, ou seja, não estar de acordo quanto a eles, implica não na necessidade de mudar os valores, mas, sim, de considerar os recalcitrantes como não fazendo parte desse auditório. Os valores são, então, convocados para constituir um argumento para um ponto de vista a ser defendido.

Quanto às *hierarquias*, outro tipo de objeto de acordo baseado no preferível, elas dizem respeito a relações de superioridade entre valores concretos (os homens são superiores aos animais) ou valores abstratos (o justo é superior ao útil). Os critérios para o estabelecimento das hierarquias podem se basear no princípio da anterioridade (a lealdade gera a confiança, portanto, é superior a esta), ou no da quantidade (o respeito é mais valorizado do que a fidelidade). A hierarquização dos valores será necessária sempre que dois ou mais valores sejam aceitos para um empreendimento argumentativo, mas incompatíveis na circunstância em que sejam invocados.

Os *lugares (topoi)* são esquemas argumentativos, “premissas de ordem muito geral”, “rubricas nas quais se podem classificar os argumentos”, “depósitos de argumentos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 94). Fiorin (2015) aponta as duas concepções mais correntes dessa categoria de acordo:

A primeira é de esquema argumentativo que pode ganhar os conteúdos mais diversos, é uma matriz semântica, um molde discursivo. É essa a concepção que Aristóteles tem do lugar comum. Por exemplo, ele fala do lugar do mais e do menos. Nesse lugar, podem-se construir argumentos como: “Se os deuses não sabem tudo, menos ainda os homens; aquela pessoa pode ter agredido seu vizinho, porque já agrediu seu pai; em outras palavras, quem pode o mais pode o menos” (*Retórica* II, XXIII, 4, 1397b). (FIORIN, 2015, p. 95).

A segunda definição é de argumento pronto (por exemplo: a leniência da justiça induz ao aumento da violência). Nesse segundo sentido, o termo foi recebendo matizes diversos conforme a época: argumento já preparado; conteúdos fixos manifestados com figuras recorrentes; estereótipos, isto é, representações coletivas estáticas que orientam nossa ação; clichê. [...] Os provérbios [...] são expressão de lugar-comum nesse segundo sentido. (FIORIN, 2015, p. 96).

É dos lugares (no primeiro sentido do termo) que os argumentos retiram sua força, pois eles permitem criar valores e hierarquias que o orador supõe serem compartilhados entre os membros do auditório particular ao qual se dirige. Como os acordos dizem respeito, necessariamente, à comunidade à qual se dirige o discurso, às suas crenças, aos seus valores, é possível caracterizá-la conforme o seu grau de adesão a um dos elementos do par de lugares. Então, um auditório que valorize mais o efêmero em detrimento do duradouro pode ser caracterizado como romântico. Uma comunidade que valorize mais os padrões em detrimento da diversidade será caracterizada como conservadora.

Perelman e Olbrechts-Tyteca não apresentam uma lista exaustiva dos lugares; reúnem-nos de acordo com os traços que lhe são comuns, resultando na classificação deles em *lugares da quantidade, lugares da qualidade e outros lugares* (da ordem, do existente, da essência, da pessoa).

Os *lugares da quantidade* são os que se baseiam na quantidade para afirmar que uma coisa é melhor, ou preferível, que outra. Os protestos que culminaram com a deposição de Dilma Rousseff do cargo de Presidente do Brasil eram noticiados, pela mídia brasileira, com destaque incessante ao número de seus participantes, sempre superior ao número de participantes das passeatas pró Dilma. Essa comparação quantitativa sugeria que o impeachment da presidente era uma demanda imposta pela maioria dos brasileiros. Os opositores dessa tese faziam-lhe frente partindo da mesma premissa de que o mais é preferível

ao menos: Dilma fora eleita por maior número de votos, em eleição direta, logo, a maioria dos brasileiros preferiria tê-la na Presidência.

É no lugar da quantidade que se assenta também a hierarquia que coloca o útil acima do agradável. Se uma pessoa opta por comprar uma roupa em vez de flores, sob a alegação de que aquela terá mais utilidade do que estas, ela está recorrendo ao lugar da quantidade. Em publicidade, como ocorre no exemplo (2), o apelo a esse lugar é bastante proeminente, dada a sua força persuasiva:

Exemplo (2)



Fonte: <https://www.ortobom.com.br/Content/images/ortobom-logo-slogan.png> Acesso em 03/05/2017.

Os *lugares da qualidade* são aqueles que, contestando a virtude da quantidade, exaltam a qualidade das coisas. Assim, esses lugares resultam na valorização do único, do singular, do que é raro e do que é difícil de realizar. O caráter de unicidade, de raridade dos artigos de luxo agrega-lhes valor de mercado, pelo que se justificam os preços exorbitantes a eles atribuídos. Grandes marcas de roupas e acessórios femininos chegam a cobrar, por uma bolsa, o preço de um carro popular no Brasil, com a justificativa de que são fabricadas e comercializadas somente três ou quatro peças (às vezes, apenas uma) daquele modelo.

O lugar do único como um dos lugares da qualidade também subjaz à ideia segundo a qual as pessoas são insubstituíveis. É essa a premissa invocada por Augusto Cury no livro *Você é insubstituível*, classificado como livro de autoajuda, cujo propósito é valorizar a vida e elevar ou recuperar a autoestima, motivando o leitor a mudar sua percepção das relações humanas e de si mesmo. Aliás, os textos de autoajuda se apoiam ora no valor do único (lugar da qualidade), ora no valor do normal (lugar da quantidade), os dois pilares da argumentação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que todos os lugares poderiam ser reduzidos aos da quantidade e da qualidade, mas reconhecem a importância de outros lugares e, por isso, dedicam uma seção do *Tratado* à exposição dos lugares da *ordem*, do *existente*, da *essência* e da *pessoa*.

Os *lugares da ordem* privilegiam o anterior em relação ao posterior, da causa sobre o efeito, das leis sobre os fatos, do objetivo sobre o processo, etc. O lugar da determinação joga com a premissa de que a ação é movida por um objetivo maior, que recobre e que (re)compensa as intercorrências iminentes ao processo. O exemplo (3) também retira sua força de um lugar da ordem e reafirma a superioridade da infância, dada a orientação determinante que esta fase da vida exerce sobre as que a seguem:

Exemplo (3)



Fonte:

http://imgsapp2.correiobraziliense.com.br/app/noticia_127983242361/2016/10/19/553879/20161019150035626552a.png Acesso em 03/05/2017.

Os *lugares do existente* afirmam a superioridade do que é tangível, atual e real sobre o que é apenas possível, ou eventual, ou imaginário. O filme *Malévola*, produzido pela Walt Disney Pictures, pode servir-nos de exemplo da valorização do real sobre o imaginário, o romântico. O longa metragem tem como personagem principal a fada má do conto *A Bela Adormecida*, no qual se baseia, mas se distancia deste em vários aspectos, dentre os quais destacamos somente alguns, que nos parecem mais salientes: Malévola não é genuinamente má – sua amargura decorre de uma decepção amorosa somada à iminente ameaça de destruição do seu reino; o amor é um sentimento construído ao longo de uma convivência fraternal, não é idealizado; é a amizade a expressão desse amor, não a relação romântica entre uma princesa inerte e um príncipe desconhecido que aparece abruptamente no fim da história.

Os *lugares da essência* são aqueles que valorizam os representantes que encarnam com mais intensidade uma essência, uma função, um padrão, em detrimento dos que se afastam dessa essência ou a refugam. Na literatura, Mário de Andrade é considerado por muitos como

sendo “o papa do Modernismo brasileiro”, o que significa que aqueles que aceitam o epíteto concordam que é Mário de Andrade o autor que melhor exprimiu, em sua obra, as características atribuídas àquele movimento literário. Em nosso mundo contemporâneo, de interações virtuais, os chamados *memes* expressam o alcance de adesão às premissas que se assentam na essência, na medida em que são “viralizados” por meio de redes sociais e de aplicativos de troca de mensagens. As pessoas que produzem e que compartilham, por exemplo, *memes* do pequeno George, filho do príncipe William e da duquesa Kate Middleton, estão de acordo sobre a representatividade que o garoto encarna da realeza.

Exemplo (4)



Fonte: <http://ejesa.statig.com.br/bancodeimagens/3g/zh/7x/3gzh7xp7cd76aisk6uh12diqk.jpg> Acesso em 03/05/2017.

Os *lugares da pessoa* exaltam o valor da dignidade, do mérito e da autonomia da pessoa ou depreciam o que lhe é contrário, como ocorre em (5), em que a dignidade de Janaina Paschoal é depreciada no segundo comentário de Erika Takimoto. Ao questionar a excessiva cordialidade entre Lula e Temer (por ocasião da morte de Marisa Letícia, esposa do ex-Presidente Lula), Janaina Paschoal apelou para o valor da dignidade, sugerindo que o comportamento daquelas personagens seria reprovável. Erika Talimoto, por sua vez, refuta esse discurso, argumentando que questionar o caráter alheio seria um meio de provar menos a falta de dignidade dos outros e mais a própria.

Exemplo (5)



Fonte: Perfil @brasil-de-fato, no Instagram. Acesso em 03/05/2017.

A última parte do *Tratado* é nuclear da nova retórica e se dedica à exposição das técnicas argumentativas, isto é, de esquemas de argumentos que se apresentam em textos de gêneros variados, inclusive em textos literários, e que decorrem de processos de *ligação* e de *dissociação*.

Os processos de ligação ocorrem em esquemas nos quais elementos distintos são aproximados com vistas à sua construção, valorização ou desvalorização. Os processos de dissociação ocorrem em esquemas nos quais elementos considerados um todo ou solidários em um sistema de pensamento são separados, dissociados, de maneira a modificar esse sistema.

Os argumentos baseados em processos de ligação foram agrupados em três tipos:

- 1) Os *argumentos quase lógicos* são assim designados pela aparência demonstrativa de que se revestem, sendo construídos conforme os esquemas formais de raciocínio, por um esforço de redução de natureza não formal. São exemplos de argumentos quase lógicos a tautologia, a regra de justiça, os argumentos de reciprocidade, etc.;
- 2) Os *argumentos baseados na estrutura do real* estabelecem uma solidariedade entre elementos que gozam do estatuto (contingente) de realidade e de objetividade e elementos que se busca promover a esse estatuto. Isso significa que o elemento considerado real pode ser tratado como um fato, uma verdade ou uma presunção. O argumento do

desperdício, o argumento da direção e a interação entre o ato e a pessoa são alguns dos argumentos desse tipo;

- 3) Os *argumentos que fundamentam a estrutura do real* não se baseiam no modo de se conceber a realidade, mas no modo de organizá-la, de dar vazão a ela – “São os argumentos indutivos ou analógicos, ou seja, aqueles em que se generaliza a partir de um caso particular ou aqueles em que se transpõe para outro domínio o que é aceito num campo particular” (FIORIN, 2015, p. 186). O exemplo, a ilustração e a analogia são argumentos que fundamentam a estrutura do real.

Aos esquemas de dissociação correspondem a ruptura (entre elementos que formam pares derivados de uma associação forçada) e a dissociação (de elementos que compõem uma unidade presumida como tal).

Como nosso propósito, com esta subseção, é apresentar uma noção geral da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a partir da qual possamos compreender os termos da articulação entre essa teoria da argumentação e as ciências da linguagem, conforme proposta por Ruth Amossy, não nos deteremos na explanação das técnicas. Sempre que forem pertinentes à análise dos dados, traremos à baila as técnicas subjacentes à argumentatividade inscrita nos textos. Passemos, então, à apresentação da AAD propriamente dita.

2.2 A análise argumentativa do discurso

A AAD consiste na redefinição da retórica como um ramo da Análise de Discurso francesa, resultante da articulação entre esta disciplina e a retórica (clássica e nova), que tem como preocupação central o estudo da argumentação e de suas estratégias de persuasão no âmbito do discurso como dizer socialmente situado e constituído. Sem pretender tomar para si o mérito de reconhecer que a argumentação é parte constitutiva do discurso, o intuito de Ruth Amossy, ao propor essa abordagem, é delinear um quadro teórico e metodológico que permita apreender a argumentação (até então, negligenciada pelos estudos do discurso) em seus quadros discursivos e institucionais.

A argumentação, no interior da AD francesa contemporânea⁴, foi reconhecida por Dominique Maingueneau como fator primordial da coerência discursiva, em sua obra *L'analyse*

⁴ Essa AD francesa é aquela cujas tendências – de viés não materialista, diferentemente da AD inspirada nos preceitos de Pêcheux – surgiram na França entre os anos de 1980 e 1990 e cujo representante mais conhecido é Dominique Maingueneau (AMOSSY, 2016).

du discours, de 1991, mas não prosseguiu para além desse reconhecimento (AMOSSY, 2016). Uma das razões pelas quais a AD não deu marcha à análise da argumentação nos discursos reside em incompatibilidades epistemológicas existentes entre ela e a retórica, em especial, no que diz respeito às concepções de sujeito. Antes de tratarmos do conceito de argumentação na proposta de Amossy, discutiremos sobre as concepções de sujeito em jogo nessa abordagem, dada a substancialidade da categoria para a AD francesa, na qual se enraíza a AAD.

O sujeito da AD francesa, seja de viés mais ou menos ideológico, não governa o seu dizer, não é senhor de si. De acordo com Mussalim (2006), a AD francesa é marcada por três diferentes fases e, em cada uma delas, a concepção de sujeito sofreu alguma variação, em decorrência das reformulações teóricas e metodológicas operadas no âmbito da disciplina em cada uma dessas fases. Nas duas primeiras, há a proeminência da noção de ideologia e das ideias segundo as quais os discursos seriam produzidos sob condições (posições ideológicas e lugares sociais) mais estáveis e homogêneas (primeira fase) e as formações discursivas (FDs), apesar de terem suas próprias identidades, seriam atravessadas por outras FDs (segunda fase). Na terceira fase, a identidade das FDs é estruturada por relações interdiscursivas em seu próprio interior, diferentemente de como a identidade é vista na fase dois, na qual cada FD é constituída independentemente das outras e, só depois, é posta em relação com elas (MUSSALIM, 2006, p. 120). As concepções de sujeito das duas primeiras fases, “apesar de diferentes, [...] são influenciadas por uma teoria da ideologia que coloca o sujeito no quadro de uma formação ideológica e discursiva”, tratando-se, portanto, de um “sujeito ideológico” através do qual a ideologia se manifesta (MUSSALIM, 2006, p. 133-134). Na fase terceira, “tem-se um sujeito essencialmente heterogêneo, clivado, dividido”, “compatível com uma noção de discurso marcado radicalmente pela heterogeneidade” e com a ideia de primado do interdiscurso (MUSSALIM, 2006, p. 134).

Salvaguardadas as diferenças entre essas concepções, há um traço conceptual que lhes é comum e pelo qual podemos distinguir o “sujeito da AD” do “sujeito da retórica”: enquanto o sujeito da AD não é dono de sua vontade, porque ou é coagido por forças ideológicas e discursivas ou está submetido a uma inconsciência que lhe é constitutiva⁵, o sujeito da retórica se mostra um sujeito soberano, que governa a si e a seu discurso, sendo capaz de utilizar conscientemente a língua para condicionar e persuadir outros sujeitos. Em outras palavras, para

⁵ Parece-nos importante salientar, como o fez Mussalim (2006, p. 134-135), que a discriminação entre a vertente que inclui as duas primeiras fases e a outra, associada à terceira fase, levou ora à focalização da noção de ideologia, ora à da noção de inconsciente. Ambas as vertentes, no entanto, articulam essas duas noções, de modo que a primeira, ao conceber um sujeito ideologicamente interpelado, também o concebe como inconsciente, enquanto a segunda não deixa de considerar que o sujeito inconsciente é ideologicamente constrangido.

a retórica, o sujeito tem vontade própria e parece ter plena consciência do que faz ao selecionar dados e construir raciocínios.

Sem ver nessa incompatibilidade epistemológica um impedimento para operar uma articulação entre retórica (clássica e nova) e AD, Amossy (2005) defende que a retórica pode ser reorientada por uma abordagem que a considere como um ramo da AD e que, assim, o sujeito retórico seja ressignificado. No âmbito da AAD, o sujeito seria considerado, conforme o papel social que desempenha, como elaborador de um projeto persuasivo constrangido por fatores de ordem social, que definem a forma genérica e o pertencimento de sua fala a uma significação social dotada de lugares comuns e de argumentos próprios. Nesse sentido, o discurso e os modos de pensar e de dizer o mundo do locutor são necessariamente vistos como uma resposta, ainda que implícita, às palavras alheias ditas anteriormente. Trata-se de uma perspectiva dialógica de linguagem, pautada em Bakhtin, na qual “o sujeito aparece, então, como atravessado pelo interdiscurso, investido da palavra do outro e imerso em uma circulação discursiva generalizada que não possui exterioridade absoluta” (AMOSSY, 2005, p. 175).

O sujeito da análise argumentativa do discurso é involuntariamente determinado pela fala social na qual está imerso, mas também é estrategista. Como diz Possenti (2009, p. 83), “se os sujeitos não inventam o jogo, não significa que não joguem”. Nessa condição, antes de buscar levar seu interlocutor a aderir a uma opinião, ele mesmo adere (ainda que inconscientemente) a uma *doxa* que está subentendida em seu projeto persuasivo e em sua fala, e fora da qual não é possível dizer nem se dizer. Em vez de impedir o desenvolvimento da argumentação, como alegam alguns analistas do discurso, Amossy (2005) vê essa condição como um vetor importante para o empreendimento argumentativo, porque é a partir da inscrição do sujeito nessa fala social e nessa *doxa* que ele busca orientar o olhar, o sentir e o pensar do outro com o qual interage e busca, conseqüentemente, influenciar esse outro no sentido de, ao menos, predispor-lo a uma determinada ação. Alinhando-se, nesse ponto, à sociocrítica, Amossy (2005) acrescenta que o estatuto do locutor e o quadro institucional no qual ele profere sua fala também têm importância para essa concepção de sujeito ao mesmo tempo livre e coagido, porque seu discurso não somente é uma resposta a um já dito como também reflete uma engrenagem social que o autoriza ou não a proferir um discurso, a depender da posição e do grau de legitimidade de que desfruta esse locutor no contexto em que escolheu intervir.

Antes de resumirmos a concepção de sujeito da teoria da argumentação no discurso, convém lembrarmos do sujeito delineado pela nova retórica, cujas características podemos abstrair do que foi exposto na subseção anterior. O sujeito da retórica faz de seu discurso um instrumento de persuasão, na medida em que o profere com vistas à adesão de um auditório à

tese que lhe é apresentada. A argumentação concebida como a tentativa de um locutor de levar um auditório à adesão de sua tese pressupõe duas coisas: 1) que apenas o auditório é condicionado em uma argumentação e 2) que o orador é o “dono” da tese, ou seja, que ele tem pleno domínio sobre seu discurso, sua opinião, seu ponto de vista. Podemos resumir esses dois pressupostos em um só: o orador não é condicionado (por isso, a AD o considera um sujeito soberano, senhor de si). A AAD, como um ramo da AD francesa, reconfigura esse sujeito retórico autônomo e plenamente consciente, concebendo-o como uma instância enunciativa constringida pela *doxa* que o circunda e tributária dos quadros institucionais nos quais ele se situa (AMOSSY, 2005). A abordagem discursiva da argumentação, portanto, permite desvelar a dimensão social dos discursos, dimensão que foi apenas muito rasteiramente sugerida pela nova retórica quando tratou do acordo e da razoabilidade dos raciocínios argumentativos. Feito o parêntese sobre o sujeito tal como concebido pela retórica, pela AD e pela AAD, voltemos à concepção de argumentação nesta última abordagem.

Para Aristóteles e Perelman, *argumentação* e *retórica* são termos intercambiáveis e designam a arte da persuasão e os meios verbais suscetíveis de levar os espíritos à adesão de uma tese. Contrários a essa visão positiva da retórica, há posicionamentos como o de Platão, para quem a retórica não passa de pura manipulação (AMOSSY, 2006). Neste modo de concebê-la, em vez de persuadir, a retórica seria um meio de seduzir um auditório por meio de um discurso cativante que primaria pelo ornamento; daí a associação do termo às figuras. Diferentemente da retórica, a argumentação é que corresponderia à via pela qual se poderia influenciar, de modo racional, um auditório.

Apesar de concordar que a ameaça da sedução demagógica é sempre iminente, Amossy (2006) dá relevo à função positiva da retórica na vida da sociedade: como uma alternativa ao uso da força bruta e à violência física, ela pode ser um meio democrático de tomar decisões coletivas, ou mesmo individuais, e de expressar pontos de vista diferentes ou conflituosos. Assim, a autora usa o termo “argumentação” como referente ao termo “argumentação retórica”, em oposição a uma “retórica das figuras”, e adota, conseqüentemente, a perspectiva retórica de razão que se assenta no plausível, no razoável e no verossímil para estabelecer acordos ou para debater (ainda que sem a possibilidade, algumas vezes, de chegar a um acordo) sobre questões pertinentes à vida social. Aliás, mais do que considerar a argumentação retórica como um meio para levar um auditório a aderir a uma tese e, assim, se chegar a um consenso, a autora advoga em favor de uma abordagem retórica reconfigurada pela linguística do discurso de viés enunciativo e pragmático, que englobe “*todas* as modalidades segundo as quais a fala tenta agir no espaço social” (AMOSSY, 2006, p. 3, grifo da autora).

Esse redimensionamento da retórica implica duas contribuições teóricas que imprimem singularidade à AAD: primeiro, o reconhecimento da argumentação como algo intrínseco ao funcionamento global do discurso e, em consequência desse princípio de inerência, a consideração da polêmica como uma modalidade argumentativa que inscreve o dissenso no seio da retórica. Começaremos por discutir sobre o caráter constitutivamente argumentativo dos discursos e os pressupostos da abordagem proposta por Ruth Amossy. Somente depois de fazermos isso, nos deteremos, na subseção seguinte, na discussão teórica sobre a polêmica no interior dessa abordagem.

Em vários dos textos que integram o delineamento da AAD, Amossy (2002, 2006, 2007, 2008, 2011a) sublinha a proximidade da retórica (em especial, a perelmaniana) com a “linguística do discurso”⁶ em suas vertentes enunciativa e pragmática, porque ambas concebem a linguagem em termos de influência e de ação de um locutor sobre um alocutário. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50, grifo nosso),

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, *de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida* (ação positiva ou abstenção) *ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação*, que se manifestará no momento oportuno.

A busca por adesão que implica, no mínimo, uma predisposição para a ação confere à argumentação retórica um caráter substancialmente pragmático, que é reforçado também pela ideia de que o orador, antes mesmo de proferir seu discurso, projeta o auditório com suas características sociais, culturais e ideológicas (idade, sexo, valores, crenças, costumes, etc.), em função das quais mobiliza as estratégias de persuasão que lhe pareçam mais pertinentes. O exercício mútuo de influências entre os participantes de uma interação e a tentativa de agir sobre o outro e de levá-lo à (uma predisposição para a) ação são atribuídos, por Amossy, nos trabalhos citados acima, às teorias enunciativas, pragmáticas e interacionistas de linguagem e, mais especificamente, a Émile Benveniste e a Catherine Kerbrat-Orecchioni. A elas, Cavalcante (2017) e outros integrantes do grupo Prottexto acrescentam a abordagem teórica da Linguística Textual. Esta tese encampa essa ideia de que a Linguística Textual praticada por alguns pesquisadores no Brasil comunga desses pressupostos pragmático-enunciativos e interacionais,

⁶ Essa “linguística do discurso” de que fala Amossy é a mesma definida por Maingueneau e Charaudeau (2014, p. 169-172): não corresponde a **uma** disciplina que estuda o discurso, mas a “uma *maneira de apreender a linguagem*” que considera aspectos ligados à enunciação, à interação, à interdiscursividade, à subjetividade, à textualidade etc.

mas que adere à influência das formações discursivas sobre o sujeito, sempre situado sócio-historicamente.

Declaradamente alinhada também à perspectiva dialógica de linguagem de Mikhail Bakhtin e seu círculo, a AAD, assim como a Linguística Textual, adota a noção de responsividade ativa como pressuposto teórico que reforça a ideia de que a argumentação é inseparável do funcionamento discursivo, de vez que enunciar é, sempre e necessariamente, responder a um já dito, seja para concordar com ele, seja para refutá-lo ou modificá-lo. Isso significa que, para se posicionar em relação a um tema, para apresentar um ponto de vista sobre ele, não é imprescindível que o já dito com o qual dialoga seja expresso nem claramente identificável, pelo menos não em sua totalidade.

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. Por isso, cabe ao analista descrever as modalidades da argumentação verbal da mesma forma que os outros processos languageiros, e numa estreita relação com eles. (AMOSSY, 2011a, p. 131).

A tomada do pressuposto dialógico levou Amossy a reformular o conceito de argumentação da nova retórica, considerada como sendo a busca por “*provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4, grifo dos autores), pelo conceito de argumentação como sendo “*a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. (...) [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir*”. (AMOSSY, 2011a, p. 130, grifo nosso). Assim, nem todo discurso busca levar seu auditório à adesão de uma tese (o que pressupõe um posicionamento declarado e claramente definido por parte do locutor), mas todo discurso tende a orientar os modos de ver, de pensar e de sentir dos interlocutores. Essa constatação, de base enunciativa e pragmática, resultou na distinção entre *visada argumentativa* e *dimensão argumentativa*, que consistem em modos de organização (ou modalidades) da argumentatividade no discurso.

Na *visada argumentativa*, há estratégia programada de persuasão, pois o objetivo do locutor ao produzir um texto que comporte essa visada é levar o interlocutor a aderir à sua opinião ou tese sobre o tema debatido. Os gêneros discursivos considerados como tipicamente argumentativos, tais como o artigo de opinião, a ação judicial, a carta aberta, o debate eleitoral, entre outros, contém uma visada argumentativa, porque, de maneira expressa e programada, buscam arregimentar adeptos da opinião defendida no texto. A *dimensão argumentativa* é muito

mais ampla, pois consiste na “tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s)” (AMOSSY, 2011a, p. 131). A existência de dimensão argumentativa requer tão somente que um ponto de vista se manifeste sob o fundo de posições antagônicas ou divergentes⁷, que não precisam ser expressamente formuladas, porque toda enunciação pressupõe, como já o dissemos, a existência de um já dito ao qual ela responde.

É importante esclarecer que usaremos os termos “tese” e “ponto de vista” distintamente, para nos referirmos, respectivamente, à opinião estrategicamente defendida por um locutor com vistas à sua adesão pelo auditório e à expressão de um modo particular de ver as coisas, que é inerente a todo e qualquer dizer. O ponto de vista é, em outras palavras, uma perspectivização semiotizada de um dado. A dimensão argumentativa, portanto, abarca inúmeros textos e variados gêneros discursivos, tais como o romance, o poema, o roteiro de viagem, a notícia, o artigo científico etc.

Corriqueiramente, tanto no âmbito de teorias da linguagem como no do senso comum, os discursos que Ruth Amossy considera dotados de visada argumentativa são aqueles que se considera como sendo “argumentativos”, em oposição aos “não argumentativos”. No Brasil, uma das práticas discursivas que difundem e solidificam a ideia segundo a qual a declaração expressa e programada de uma opinião seria condição para a existência de argumentação é a redação do ENEM. Dentre as orientações oficiais aos candidatos que se submetem ao exame, está a de que ele “deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes” (BRASIL, 2016, p. 7). O Manual de Redação do ENEM acrescenta, ainda, que o texto dissertativo-argumentativo

é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou tese. É mais do que uma simples exposição de ideias. Nessa redação, o participante deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo. É preciso apresentar um texto que expõe um aspecto relacionado ao tema, defendendo uma posição, uma tese. (BRASIL, 2016, p. 15).

Sem desmerecermos as orientações oficiais relativas à produção de textos argumentativos nem, tampouco, discordarmos do fato de que há textos nos quais a argumentação se apresenta com mais explicitude e de maneira mais sistemática, alinhamo-nos à perspectiva de Amossy, que substitui a oposição “argumentativo” *versus* “não argumentativo” pela concepção de modalidades e modos de argumentatividade, e consideramos, conseqüentemente, que nenhum texto é neutro do ponto de vista discursivo e argumentativo:

⁷ É consensual a ideia de que “contra fatos não há argumentos”; portanto, a divergência de pontos de vista é condição para a existência de argumentação.

todo dizer reflete um posicionamento que se pretende fazer prevalecer sobre outro(s), ainda que o debate seja tácito e latente. Aprender esse posicionamento, no entanto, requer a mobilização de um conceito nuclear para as análises de discursos: o de interdiscurso.

O interdiscurso é, em sentido restrito, “um espaço discursivo, *um conjunto de discursos* (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros”, e em sentido mais amplo, “o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um *discurso particular* entra em relação implícita ou explícita”. (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2014, p. 286). A relação, implícita ou explícita, de um discurso com outros define tanto estes como aquele: o discurso feminista, sua identidade como tal, apenas se define e delimita em relação ao discurso machista ao qual aquele se opõe; ao mesmo tempo, é somente em função da emergência de um discurso feminista que o discurso que lhe faz frente pode ser identificado como machista. É na divergência, forjada no espaço da interdiscursividade, que ambos os discursos – machista e feminista – se delimitam e se constituem como tais.

Tomemos o *post* abaixo como exemplo de texto desprovido de visada argumentativa, mas cuja dimensão argumentativa pode ser recuperada pela via do interdiscurso.

Exemplo (6)

... E agora meninas... Um minuto de silêncio...

...para admirarem o relógio do

David Becham...



No texto do exemplo (6), não há a defesa de uma tese, mas a orientação do olhar do interlocutor encontra-se sobre o pano de fundo de diferenças conceituais e comportamentais entre homens e mulheres, no que diz respeito ao corpo, estabelecidas social e culturalmente no seio de uma comunidade considerada machista, que vê com naturalidade o tratamento do corpo feminino como um objeto (no sentido pejorativo do termo) de admiração e desejo. Assim, o público feminino (evocado nominalmente pelo vocativo em “E agora meninas”) é chamado a contemplar as nádegas do ex-jogador de futebol David Beckham – referido no texto por marcas não verbais (as fotos) e, metonimicamente, por meio de marcas verbais (pelas expressões referenciais “relógio” e “David Becham” [sic]) – e a agir de modo parecido com os homens, especificamente os brasileiros, que admiram os corpos das mulheres e que as veem como objetos. Ao mesmo tempo em que o *post* que circulou por WhatsApp admite o pressuposto dóxico de que o bumbum é “uma paixão nacional”, ele reage ao discurso machista que coloca o corpo feminino na categoria de objeto e que, sendo assim concebido, dispensa o respeito para ser admirado. O modo respeitoso com que o auditório é chamado a contemplar o “relógio”/bumbum de David Beckham é evidenciado no texto pela expressão “um minuto de silêncio”; o texto é também jocoso, na medida em que “disfarça” o real propósito de compartilhar da admiração pelo bumbum do ex-futebolista, por meio da menção explícita ao relógio dele. Temos, então, um texto que responde a discursos que lhe são anteriores e que dizem respeito ao estatuto do corpo em uma sociedade na qual homens e mulheres tentam impor, cada um, sua visão de mundo. Essa interdiscursividade faz com que o *post* de redes sociais, como o WhatsApp, figure entre aqueles textos de dimensão argumentativa, pois ele busca influenciar os modos de ver e de pensar do auditório, atualizando um tema de interesse social sem, no entanto, defender explicitamente uma opinião sobre tal tema.

Essa distinção entre visada argumentativa e dimensão argumentativa dá o tom de uma análise argumentativa preocupada com a elaboração de um quadro teórico e metodológico que permita apreender a argumentação em suas dimensões propriamente discursivas, nos mais variados *corpora* (AMOSSY, 2006). Esta é uma razão fundamental para que este pressuposto seja adotado por pesquisadores da Linguística Textual, como o fazemos nesta tese. O foco da abordagem de Amossy recai sobre os funcionamentos discursivos da argumentação, razão pela qual é dado um lugar de destaque aos gêneros discursivos e aos recortes institucionais da fala em situação. Para cumprir com esse papel, Amossy (2006) explicita os princípios conceituais que caracterizam sua abordagem como sendo, ao mesmo tempo, *linguageira, comunicacional, dialógica e interacional, genérica, estilística e textual*.

A AAD (AMOSSY, 2006, p. 31-32) é *linguageira* no sentido de que não se limita ao desvendamento das operações lógicas e dos raciocínios subjacentes aos discursos, ocupando-se também dos meios que a linguagem oferece para a construção do discurso argumentativo: escolhas lexicais, quadros formais da enunciação, dêiticos, conectores, *topoi* (de Ducrot), pressuposições, subentendidos. É uma abordagem *comunicacional* porque analisa o discurso em relação ao auditório ao qual é dirigido e à circunstância comunicativa na qual ele é produzido. Ela é também *dialógica e interacional*, porque concebe todo discurso como sendo uma reação a um já dito que tem como fim agir sobre o outro, ao qual ele busca adaptar-se. Trata-se de uma abordagem *genérica*, já que qualquer texto, seja ele de visada ou de dimensão argumentativa, se inscreve em algum gênero do discurso, enquanto este, considerado pela sociedade que o institucionaliza, determina os objetivos, os quadros enunciativos e uma distribuição prévia dos papéis dos interlocutores. Caracteriza-se como uma abordagem *estilística*, por considerar que o discurso argumentativo pode recorrer a figuras e a efeitos de estilo para envolver o auditório, principalmente nos discursos de visada argumentativa. Por fim, configura-se como uma abordagem *textual*, já que são os procedimentos de ligação entre enunciados, formando um todo coerente, que comandam o desenvolvimento do discurso argumentativo.

Quanto a este último princípio, o de uma abordagem *textual*, parece-nos pertinente discutir em que termos o texto é considerado, no interior da AD e da AAD, como uma das vias para a apreensão do discurso e de sua argumentatividade, tendo em vista que nosso propósito é demonstrar como vários dos critérios adotados pela LT podem contribuir para uma análise da argumentação no discurso, via textos.

Todas as disciplinas que respondem pela alcunha de “análise de (ou do) discurso”, qualquer que seja sua orientação ou filiação teórica e metodológica (francesa, materialista, crítica), estudam o discurso a partir de textos. Para a AD francesa pautada nos escritos de Michel Pêcheux, o discurso é “efeito de sentidos entre os interlocutores” e sua apreensão só é possível pela análise do funcionamento da língua, mas não da língua como um código transmitido por um enunciador e apreendido por um destinatário, e sim do linguístico determinado por uma exterioridade histórica e social que lhe é constitutiva (ORLANDI, 2015, p. 16). É somente na relação entre o discurso e suas condições de produção que ele pode ser apreendido e analisado, por isso,

A análise de discurso tem como unidade o texto. O texto não visto como na análise de conteúdo, em que se o atravessa para encontrar atrás dele um sentido, mas discursivamente, enquanto o texto constitui discurso, sua materialidade. Assim se procura ver o texto em sua discursividade: como em seu funcionamento o texto produz

sentido. E entender isso é compreender como o texto se constitui em discurso e como este pode ser compreendido em função das formações discursivas que se constituem em função da formação ideológica que as determina. (ORLANDI, 2015, p. 19).

Na perspectiva desenvolvida por Dominique Maingueneau, o texto é considerado “como uma forma de gestão do contexto, de modo que o dispositivo enunciativo não é algo exterior ao enunciado, mas ao mesmo tempo o constitui e é constituído por ele” (MUSSALIM, 2016, p. 63). É o texto, portanto, que deve ser tomado como unidade de análise para a apreensão do funcionamento discursivo na abordagem de Maingueneau, como na de Pêcheux, diferenciando-se basicamente por não primar pelo conceito de ideologia, como este autor o fazia, fortemente influenciado por Althusser.

Qual seria, então, a diferença entre o procedimento metodológico de análise da argumentação operado pela AD (e pela AAD) e o operado pela LT, se ambas analisam textos?

A primeira distinção reside na centralidade desse objeto nas análises da LT, dada a preocupação nuclear da disciplina em descrever e compreender as estratégias de textualização pelas quais os interlocutores evidenciam seus propósitos comunicativos (CAVALCANTE, 2016). Na AD e, por consequência, na AAD, o texto é imprescindível à análise do funcionamento discursivo (por isso, é unidade de análise), mas sua organização não é, em si mesma, o objeto de suas investigações. Seu objeto de investigação é o discurso. Situando o discurso no imbricamento entre texto e contexto, seu objeto de análise é, mais especificamente, o dispositivo de enunciação pelo qual se estabelece a relação reciprocamente constitutiva entre um texto e um lugar social/institucional determinado (AMOSSY, 2011a; MAINGUENEAU, CHARAUDEAU, 2014). Assim, o analista do discurso extrai, da unidade texto, os elementos (itens lexicais, dêiticos, semas etc.) que lhe pareçam pertinentes à apreensão de um discurso e do interdiscurso no interior do qual ele emerge. Isso significa que a análise de um discurso pela AD, diferentemente da análise de um texto pela LT, não se ocupa da compreensão do que faz com que um texto seja um texto, isto é, não se preocupa em descrever e analisar o que confere a um dizer sua unidade de coerência, mas sim em compreender como o linguístico e o social se constituem mutuamente a partir da materialização dessa relação em textos.

A segunda distinção é de natureza conceptual: a AAD concebe texto como “conjunto coerente de enunciados que formam um todo” e a textualização como o desenvolvimento do texto comandado por “processos de ligação” (AMOSSY, 2006, p. 32). Assim, o trabalho analítico da AAD adota geralmente categorias de análise que equiparam *textual* a *verbal* (o que exclui o não verbal da unidade texto) e que se limitam aos “processos de ligação” entre partes materializadas do texto (marcas lexicais, morfossintáticas e

morfossemânticas), ou seja, se limitam a aspectos pontuais do cotexto. Na LT, o conceito de texto como um conjunto de frases ou de enunciados sequencialmente ligados já foi reformulado há algum tempo, em consequência dos diálogos estabelecidos com outras teorias, especialmente com as de base sociodiscursiva e sociocognitiva. Texto, para a LT na qual nos encontramos, é

uma abstração, um enunciado que tem uma unidade negociada e contextualizada de coerência, além de ter início, meio e fim. Essa unidade de sentidos – objeto de análise da LT – é abstraída das relações dialogais e dialógicas e define seus limites, como *texto*, quando acontece como evento comunicativo único, irrepetível e conclusivo. (CAVALCANTE, 2016, p. 114, grifo da autora).

As consequências metodológicas desse conceito nas pesquisas em LT têm sido:

a) não mais considerar os sentidos como resultantes de um processamento cognitivo que exija a mobilização de conhecimentos estritamente linguísticos (o cotexto/a superfície textual não diz tudo; ela quase sempre manifesta evidências que servem como gatilho para o acionamento de conhecimentos de outras naturezas, como o enciclopédico, que não se manifestam explícita e integralmente na superfície, mas que participam da construção da coerência);

b) no rastro da consequência anterior, considerar a unidade de sentidos como não sendo uma prerrogativa da língua, mas como resultante de uma negociação entre os parceiros da interação, o que coloca os pesquisadores da LT na condição de serem, antes de analistas de textos, leitores de textos;

c) considerar o contexto como fator intrínseco e inseparável do cotexto, pois é somente nessa imbricação que se pode apreender a negociação e a construção dos sentidos. Por isso, a LT situa-se metodologicamente entre pesquisas descritivas e pesquisas discursivas (CAVALCANTE, 2016, p. 118).

Para a AAD, é o estudo da materialidade linguageira considerada no contexto de sua enunciação que permite apreender a argumentação no discurso (AMOSSY, 2011a). Esse estudo também permite que os meios de persuasão da retórica clássica – *ethos*, *pathos* e *logos* – sejam retomados e analisados na ligação dos textos com a situação discursiva particular em que as estratégias de persuasão são utilizadas. Neste ponto, ressaltamos a proficuidade da interface que ora propomos entre a LT e a AAD, dado o interesse de ambas em investigar e compreender a inscrição da argumentação, respectivamente, no texto e no discurso.

Nas palavras de Amossy (2011a, p. 134), a AAD:

1. Estuda os argumentos em língua natural, na materialidade do discurso, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global

2. Situa a argumentação, assim compreendida, em uma situação de enunciação precisa, da qual importa conhecer todos os elementos (participantes, lugar, momento, circunstâncias etc.)
3. Estuda a maneira como a argumentação se inscreve no interdiscurso, situando-se, quanto ao que se diz, antes e no momento da tomada da palavra, no modo da retomada, da modificação, da refutação, do ataque...
4. Leva em conta a maneira como o *logos*, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente.

Essa abordagem da argumentação, portanto, é essencialmente discursiva, porque relaciona, necessariamente, o uso da linguagem, materializado em textos, aos lugares sociais e às restrições institucionais que lhe imprimem força e legitimidade. Nosso intento é estabelecer um diálogo entre a LT e a AAD que permita apreender a argumentação no discurso, via textos, de modo que os postulados retóricos e discursivos adotados pela AAD sejam articulados a categorias adotadas pela LT para a análise da textualidade. O estabelecimento desse diálogo recairá principalmente sobre a análise, pautada em elementos textuais, das diferentes maneiras pelas quais é possível argumentar, desde aquela que prevê tão somente a manifestação orientada de um ponto de vista até aquela em que duas teses se contrapõem radicalmente e à qual Amossy chama de polêmica. É sobre a polêmica que nos debruçaremos a partir deste ponto.

2.3 A polêmica como modalidade argumentativa

Afirmamos anteriormente que Ruth Amossy concebe a argumentação, no interior da AAD, como a tentativa de levar o alocutário não somente à adesão de uma tese, como também a modos de ver, de sentir e de pensar. Assim, há textos que apresentam visada argumentativa – que expressam uma tese com vistas à persuasão – e outros que comportam, tão somente, uma dimensão argumentativa – que direcionam a percepção do(s) interlocutor(es) para uma certa perspectiva das coisas. Tal concepção substitui a divisão de discursos entre “argumentativos” *versus* “não argumentativos” pela noção de graus ou modos de argumentatividade, que poderiam ser dispostos em um *continuum*, que iria da manifestação orientada, mas não declarada, de um ponto de vista ao confronto rigoroso de opiniões ou teses, passando pela construção negociada de uma resposta a um problema controverso. Estudar a manifestação desses diferentes modos de argumentatividade no discurso requereu de Amossy a elaboração de uma categoria teórica que permitisse esclarecer, nas análises, a implicação da situação e do dispositivo de enunciação com *o modo particular de verbalização do ponto de*

vista ou da tese manifestada no e pelo discurso. A noção de “modalidade argumentativa” foi elaborada para atender a essa demanda.

Modalidades argumentativas são estruturas globais de troca/interação argumentativa, são “tipos de troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona num quadro tanto dialogal quanto dialógico” (AMOSSY, 2008, p. 232). Essas diferentes maneiras de argumentar são caracterizadas com base nos seguintes parâmetros: i) os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo (parceiros, adversários); ii) a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (apaixonada, racional, colaborativa, instrutiva); e iii) o modo como o interlocutor é concebido (ser de razão e/ou de sentimento, aluno ou discípulo, cúmplice ou rival etc.).

Amossy (2008) apresenta algumas possíveis modalidades argumentativas, apontando gêneros discursivos que as privilegiam. São elas:

- a) Modalidade demonstrativa: é aquela em que o locutor busca a adesão do(s) interlocutor(es) apresentando uma tese/uma opinião, em um discurso monogerido ou dialogal, com base em raciocínio apoiado em provas. São exemplos de gêneros nos quais essa modalidade é recorrente: a redação do ENEM, o artigo de opinião, o debate eleitoral, etc.;
- b) Modalidade patêmica: é a modalidade caracterizada fundamentalmente pelo apelo aos sentimentos⁸ do auditório para angariar sua adesão à tese ou ao ponto de vista apresentado. Estes gêneros privilegiam a modalidade patêmica: o apelo à ajuda humanitária, o poema lírico, a declaração de amor, entre outros;
- c) Modalidade pedagógica: é a da transmissão de um saber por um locutor autorizado a fazê-lo a um auditório que se encontra na condição de aprendiz. O modo de manifestação dessa troca também pode ser, como nas modalidades

⁸ O adjetivo “patêmico” deriva de “*pathos*”, uma das provas aristotélicas da argumentação retórica, mas a modalidade argumentativa “patêmica” não deve ser confundida com o próprio *pathos* nem com o que Amossy denomina de “registro discursivo patêmico”. Na modalidade, temos uma estrutura de troca argumentativa prototipicamente patêmica, em que o apelo (direto ou indireto) ao sentimento do auditório é constitutivo do gênero, como é o caso do apelo à ajuda humanitária. O registro discursivo é o “tom particular mobilizado [...] para assegurar o sucesso da fala persuasiva” (AMOSSY, 2008, p. 239). O *pathos* corresponde aos sentimentos do auditório; tocar os sentimentos do auditório não requer, necessariamente, que o “tom” do discurso seja apaixonado. Um locutor pode recorrer à razão para alcançar esse objetivo, como, por exemplo, ao afirmar “O PIB do Brasil foi de mais de R\$ 6 trilhões em 2016, o que daria uma média *per capita* em torno de R\$ 30 mil/ano. A miséria, no entanto, atinge mais de dez milhões de brasileiros...”. Recorrendo ao princípio da não contradição, por meio de argumento *reductio ad absurdum* (O Brasil é um país rico/A distribuição igualitária de sua riqueza impossibilitaria a miséria/O Brasil tem uma massa considerável de miseráveis), o locutor desse enunciado supõe que: i) o auditório compartilha do valor da igualdade e, sendo assim, ii) ele ficará indignado ao saber que a distribuição de renda no Brasil é muito desigual. O tom da afirmação não é patêmico, mas há um investimento no *pathos*, na medida em que o reconhecimento da desigualdade socioeconômica extrema pode levar o auditório a sentir indignação.

anteriores, monogerido ou poligerido. Gêneros como o manual escolar, a aula, a palestra, a história de literatura infantil, entre outros, são exemplos prototípicos de ocorrência dessa modalidade;

- d) Modalidade de coconstrução: é aquela em que os participantes levantam conjuntamente uma questão e, da mesma forma, buscam resolvê-la, por meio de uma interação dialogal. A reunião profissional, a reunião de colegiado, a conversação familiar são exemplos de gêneros que privilegiam essa modalidade;
- e) Modalidade negociada: é o tipo de troca em que os participantes debatem sobre um problema que os divide, mas para o qual estão dispostos a buscar e a estabelecer um acordo, por meio de uma negociação das divergências. As negociações comerciais, as trocas diplomáticas, as audiências de conciliação, entre outros, são gêneros que privilegiam a modalidade negociada;
- f) Modalidade polêmica: a última modalidade apontada por Amossy (2008) nessa lista é a caracterizada pela confrontação de teses antagônicas, em que se tenta desacreditar o opositor. Ela tornou-se objeto de investigação sistemática em uma pesquisa sobre o discurso polêmico na esfera democrática, realizada por Amossy e sua equipe, da qual derivou a obra *Apologie de la polémique* (AMOSSY, 2014), em que nos basearemos para apresentar, mais detida e detalhadamente, a concepção de polêmica no escopo da AAD.

A persistência da polêmica no espaço público das sociedades democráticas, apesar de sua má reputação (ela é frequentemente condenada por ser considerada parcial, violenta e apaixonada), e a falta de investigação mais profunda sobre seu papel social levaram Amossy a uma explicação sobre o fenômeno que não o reduzisse à incapacidade dos cidadãos de gerir os desacordos com racionalidade, nem ao afã das mídias por atrair e satisfazer seu público oferecendo-lhe episódios de violência verbal como espetáculo. No intuito de imprimir consistência ao estudo sobre a natureza dos debates conflituosos e sobre a manutenção da democracia em sociedades pluralistas, a obra de Amossy (2014) analisa casos concretos de trocas polêmicas e aponta aspectos relevantes para a compreensão do funcionamento e das funções da polêmica no espaço público democrático.

A primeira e mais reconhecida característica da polêmica é o choque de opiniões antagônicas. Enquanto, nas teorias retóricas, o desacordo é parte do circuito da argumentação, mas como uma etapa a ser superada em prol do consenso para a tomada de decisões comuns, na polêmica, ele é pujante, tornando remotas as possibilidades de se chegar a um acordo. Em

sociedades democráticas pluralistas, nas quais a liberdade de expressão é tomada como princípio e é constantemente reivindicada em casos de profundas dissonâncias de opiniões, o dissenso⁹ se manifesta abertamente, deixando entrever projetos de sociedade que são inconciliáveis, e “a polêmica preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é geralmente criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão” (AMOSSY, 2014, p. 12)¹⁰. Por permitir a coexistência no dissenso, sem que se recorra à violência física, e por preencher funções das quais trataremos ao longo desta seção, é que Amossy classifica sua obra como uma apologia da polêmica, mais do que um estudo desse fenômeno.

Para compreendermos o funcionamento da polêmica, é preciso antes de tudo lembrar o motivo pelo qual o acordo e o *logos* (como palavra e razão) são centrais na retórica. O *logos* retórico assenta-se, por definição, não no racional, mas no razoável, que se liga em parte ao senso comum e, por isso, “representa aquilo que parece plausível a uma dada comunidade em função de suas crenças e de seus valores – o que lhe parece dever ser aceito por todo ser de bom senso” (AMOSSY, 2011b, p. 3). Nessa perspectiva, a função das trocas verbais é possibilitar a negociação das diferenças de opiniões a respeito de uma dada questão política¹¹ e viabilizar o estabelecimento de um consenso, mesmo que volúvel, com vistas à solução de um problema comum e à superação das diferenças, sem recorrer à violência física. Chegar a um consenso a respeito do que seria razoável em relação a certo problema de sociedade requer o compartilhamento de premissas com o auditório ao qual o orador se dirige e que tenta persuadir. Assim, o acordo entre orador e auditório é tanto condição prévia como é subjacente ao empreendimento de persuasão, ao longo do qual o discurso constrói argumentos que buscam conformarem-se às premissas que repousam nos valores e nas crenças que governam as escolhas desses sujeitos. Sob o prisma retórico do *logos* como discurso razoável destinado ao estabelecimento de um consenso, a polêmica é destituída de legitimidade em termos de argumentação, na medida em que se funda no dissenso e, portanto, comporta opiniões antagônicas difíceis de serem conciliadas e de levarem a uma decisão comum.

⁹ O dissenso/a dissensão é mais do que o desacordo; é “uma profunda, até mesmo violenta, diferença de opiniões” (AMOSSY, 2014, p. 17, tradução nossa).

¹⁰ Daqui em diante, as citações de trechos da obra *Apologie de la polémique* (AMOSSY, 2014) serão retiradas da tradução realizada por Mônica Magalhães Cavalcante, Mariza Paiva Brito *et al.*, todos integrantes do Grupo PROTEXTO, e que foi publicada em 2017 pela Editora Contexto com o título *Apologia da polêmica*.

¹¹ O termo “política(o)”, na teoria de Ruth Amossy, assim como nas teorias retóricas, remete ao grego *polis*, sendo usado no sentido de “tudo que diz respeito aos assuntos públicos e ao bem da comunidade” (AMOSSY, 2014, p. 19).

Amossy (2014) chama a atenção para a assimilação que Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem do “debate” à erística no trecho a seguir (que optamos por retirar da obra que temos referido ao longo desta tese), para corroborar sua afirmação de que “*A Nova Retórica se esforça por desacreditar os tipos de interação que não são suscetíveis de conduzir a uma adesão dos espíritos*” (AMOSSY, 2014, p. 22):

o diálogo, tal como é focalizado aqui, não deve constituir um *debate*, em que convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários, mas uma *discussão*, em que os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido. Opondo ao ponto de vista erístico o ponto de vista heurístico, certos autores contemporâneos apresentam a discussão como o instrumento ideal para chegar a conclusões objetivamente válidas. Supõe-se que os interlocutores, na discussão, não se preocupam senão em mostrar e provar todos os argumentos, a favor ou contra, atinentes às diversas teses em presença. A discussão, levada a bom termo, deveria conduzir a uma conclusão inevitável e unanimemente admitida, se os argumentos, presumidamente com mesmo peso para todos, estivessem dispostos como que nos pratos de uma balança. No debate, em contrapartida, cada interlocutor só aventaria argumentos favoráveis à sua tese e só se preocuparia com argumentos que lhe são desfavoráveis para refutá-los ou limitar-lhes o alcance. O homem com posição tomada é portanto parcial, tanto por ter tomado posição como por já não poder fazer valer senão a parte dos argumentos pertinentes que lhe é favorável, ficando os outros, por assim dizer, gelados e só aparecendo no debate se o adversário os aventar. Como se supõe que este último adote a mesma atitude, compreende-se que a discussão seja apresentada como uma busca sincera da verdade, enquanto, no debate, cada qual se preocupa sobretudo com o triunfo de sua própria tese. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, 41-42).

Os autores assumem a dificuldade em diferenciar “discussão” de “debate”, principalmente pelo reconhecimento de que há situações em que os participantes desempenham papéis institucionalmente regulamentados, como no caso do advogado, cuja obrigação profissional de defender ou de acusar imputa-lhe o compromisso com uma tese que deve ser mantida e defendida do início ao fim de um processo ou julgamento. Há que se diferenciar esse quadro daquele em que “a falha [na busca por um acordo] pode eventualmente ser imputada à atitude obstinada de um dos participantes, mais que a uma derrota geral dos procedimentos racionais” (AMOSSY, 2014, p. 30-31). Ocorrências deste tipo, sem dúvida, existem, mas há aquelas em que a insistência do desacordo não reside na simples obstinação de um debatedor nem na condição imposta por regulamentação institucional. São os casos em que a divergência radical de opiniões leva à instauração de uma polêmica. Acusada de irracionalidade justamente por não conduzir a um consenso, a polêmica não é desprovida de razoabilidade; ao contrário, ela consiste no confronto de posições antagônicas que sustentam teses contrárias, mas ambas razoáveis, em conformidade com as regras de raciocínio da retórica. A diferença entre uma polêmica, que mantém o dissenso, e a argumentação retórica que resulta em uma opinião

comum é que nesta há um acordo de base, enquanto, naquela, há desacordo profundo, no termo de Robert Fogelin (cf. AMOSSY, 2014).

A ideia de desacordo profundo é crucial para compreendermos os traços definidores da polêmica, porque ela remete ao avesso daquela condição prévia da argumentação retórica que se funda em um acordo sobre valores, fatos, verdades e outras crenças partilhadas entre aqueles que debatem com vistas a uma deliberação. Entre os sujeitos que discutem uma questão polêmica, não há partilha de valores e de crenças, portanto a polêmica não preencheria as condições necessárias à argumentação retórica, o que justifica esta afirmação de Fogelin (2005 [1985] *apud* AMOSSY, 2014, p. 30): “Minha tese, ou melhor, a de Wittgenstein, é que os desacordos profundos¹² não podem ser resolvidos pelo uso de argumentos, porque eles minam as próprias condições que autorizam a argumentação”.

Façamos uma exemplificação das ideias de acordo retórico e de desacordo profundo, analisando textos. Primeiro, vamos ilustrar o acordo retórico e a argumentação que se fundamenta nele. Para isso, selecionamos uma tirinha da personagem Mafalda, de Quino, em que a menina busca “acalmar” sua mãe usando de uma argumentação pelo exemplo. O argumento pelo exemplo consiste na invocação de casos particulares que levam a uma generalização (uma conclusão geral a ser tomada como regra) ou a uma conclusão particular (*argumentação do particular ao particular*, segundo PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Exemplo (7)



Fonte: <https://marceloamil.files.wordpress.com/2011/01/001.jpg> Acesso em 04/05/2017.

¹² Amossy (2014) adere à noção de desacordos profundos como algo que inviabiliza o alcance de um consenso, mas adota a denominação de *dissensos*, em distinção aos desacordos constitutivos da argumentação retórica, cf. antecipamos na nota de número 10.

O raciocínio de Mafalda, que se apresenta sob a forma de um exemplo, pode ser reformulado pelas proposições: “Minha mãe é uma mulher frustrada e medíocre” (expressa no texto), “Minha mãe estudou pouco” (não expressa no texto), que levam, por indução, à conclusão: “Logo, toda mulher que estuda pouco é frustrada e medíocre”. A mãe serve de exemplo à conclusão de que a não dedicação aos estudos acarreta em fracasso e de que, portanto, Mafalda deve estudar bastante (do ensino básico à universidade, etc.) para não repetir o exemplo da mãe. A conclusão retira sua força do lugar da quantidade (*estudar mais é preferível a estudar menos*); já estamos falando, aqui, de acordo prévio (ver a subseção sobre a nova retórica). Além do apelo ao lugar da quantidade, o raciocínio de Mafalda também está fundamentado na crença de que Educação e Conhecimento são valores partilhados com sua mãe. É a projeção que Mafalda (como oradora) faz de sua mãe (na condição de auditório), como sujeito que valoriza a Educação e o Conhecimento e que concorda que o mais é preferível ao menos, que leva a menina a invocar as premissas apontadas acima e a pensar que foi persuasiva, isto é, que alcançou com êxito o propósito de “acalmar” sua mãe.

A tese contrária à de Mafalda seria obtida pela relativização da regra geral, que resultaria na conclusão: “Estudar pouco não acarreta necessariamente fracasso no futuro” (negar por completo a relação entre o pouco estudo e o fracasso no futuro não seria razoável em uma sociedade que valoriza Educação e Conhecimento). Para sustentar essa tese, um orador poderia recorrer a exemplos de exceções, cujo efeito seria o de restringir o campo de aplicação da regra geral. Um exemplo de exceção à generalização em tela seria o empresário Eike Batista, que, segundo o site da revista *Veja*, afirmava não ter curso superior “com certa dose de orgulho, uma prova de que sua aptidão empresarial era algo natural”¹³. A tese “Estudar pouco não acarreta necessariamente fracasso futuro”, no entanto, funda-se nos mesmos termos do acordo prévio subjacente à tese “Estudar pouco acarreta fracasso futuro”: para ambas, Educação e Conhecimento são valores partilhados pelos sujeitos que estão implicados nesses empreendimentos argumentativos, tanto é que, no caso de um exemplo que resulte em efeito contrário, esse efeito deve ser justificado, como ocorre com Eike Batista. Ao atribuir sua aptidão empresarial a uma capacidade particular, ele sugere que não se enquadra na regra geral, mas não nega a premissa de que quanto menor for o grau de instrução de uma pessoa, menores são suas chances de sucesso.

¹³ Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/eike-batista-nao-tem-curso-superior/>>. Acesso em 06 de maio de 2017.

Para ilustrar o desacordo profundo, selecionamos o exemplo (8), uma notícia sobre a polêmica em torno da descriminalização do aborto, publicada no site do Senado brasileiro sobre audiência pública realizada em abril de 2016.

Exemplo (8)

Descriminalização do aborto volta a causar polêmica em Comissão

Da redação | 28/04/2016, 18h59 – ATUALIZADO EM 29/04/2016, 10h04



A legalização do aborto até as doze primeiras semanas de gestação foi tema de mais um debate na Comissão de Direitos de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na audiência pública desta quinta-feira (28), feministas e advogadas defenderam a regulamentação e o direito de escolha das mulheres, com base em sua dignidade e autonomia. Militantes de grupos pró-vida, contrários ao aborto, rejeitaram enfaticamente a proposta, a partir da visão de que a vida começa na concepção e desde esse momento deve ser protegida.

Esse foi o quinto debate realizado pela comissão para instruir a análise da Sugestão 15/2014, proposta de iniciativa popular recebida pelo Senado, que contou com mais de 20 mil manifestações de apoio pelo sistema e-Cidadania. Pelo texto, a interrupção voluntária da gravidez dentro das doze primeiras semanas deve ser garantida por meio do sistema público de saúde.

A audiência foi solicitada pelo senador Magno Malta (PR-ES), que dirigiu a maior parte da reunião, aberta pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Inconstitucionalidade

A advogada Eloísa Machado de Almeida lembrou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de temas controversos como a questão das células-tronco e a extensão do aborto a grávidas de fetos anencéfalos. Segundo ela, nesses casos ficou evidente o respeito aos princípios da dignidade humana e da autonomia, os mesmos que, na sua avaliação, devem ser aplicados à questão do aborto. Por isso, concluiu que criminalizar a prática é inconstitucional.

— Mas não basta deixar de criminalizar. É preciso que, por demanda constitucional, se garanta a criação de políticas públicas de saúde que garanta esse direito a todas as mulheres que assim desejarem optar — afirmou.

A ativista feminista Leila Linhares, também advogada, observou que as cortes constitucionais internacionais, ao tratar do aborto, estão tendendo à regulamentação da prática dentro de doze semanas. Observou ainda que o próprio Código Penal brasileiro, de 1940, já mostra que a vida não é um valor absoluto, estando sujeito a regras de ponderação.

Um exemplo dessa gradação de valores no código, segundo Leila, está na regulamentação do aborto em caso de gravidez de risco ou quando resultar de violência. A seu ver, esse tipo de norma mostra que o que está em jogo não é negar que o embrião tenha vida ou direito, mas sim que a saúde física e mental da mulher está acima disso.

Condenação

Para as ativistas “pró-vida”, os argumentos que relativizam o valor da vida do embrião são inaceitáveis. Para Rosemeire Santiago, o melhor significado para a palavra “mulher” é a concepção da vida. Em São Paulo, ela dirige o Centro de Reestruturação para a Vida, que apoia mulheres que passam por uma gravidez indesejada. O centro já atendeu mais de 9 mil mulheres, 5 mil das quais com resultado positivo para a gravidez indesejada. Por conta do trabalho feito, segundo disse, apenas 1% delas mantiveram a ideia de abortar.

Doris Hipólito, também [sic] contrária ao aborto, fundou e dirige no Rio de Janeiro as Casas de Amparo às Gestantes do Rio de Janeiro. Ela mostrou na audiência um vídeo em que diversas mulheres contam de sua desistência de abortar depois de buscar apoio da instituição, cujo trabalho envolveria atenção [sic] médica e capacitação profissional para as mulheres. Assim como Rosemeire, Doris detalhou pormenores de modalidades de aborto e descreveu tipos de sequelas que afirmou serem comuns entre as mulheres que recorrem ao ato.

— Nenhuma mulher é capaz de fazer um aborto se conhecesse a monstruosidade que é essa prática. A mulher que tem informação não recorre a esse crime, a esse genocídio — disse.

Estudos

A médica obstetra Melânia Amorim trouxe dados de pesquisas que reforçam o ponto de vista sobre a necessidade de descriminalização do aborto, como parte de uma política pública de saúde. Segundo ela, uma a cada cinco mulheres aos 40 anos já terá feito pelo menos um aborto.

Para classes sociais desfavorecidas, segundo a médica, a alternativa tem sido recorrer a procedimentos com profissionais que atuam clandestinamente, colocando sua saúde e vida em risco. No mundo, afirmou, 15% das mortes maternas decorrem de abortos inseguros.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/28/descriminalizacao-do-aborto-volta-a-causar-polemica-em-comissao>. Acesso em 06/05/2017.

Essa notícia, por tratar declaradamente de uma questão polêmica, expõe o confronto entre duas posições antagônicas sobre a legalização e a descriminalização do aborto, uma favorável e outra contrária à proposta de que “a interrupção voluntária da gravidez dentro das doze primeiras semanas deve ser garantida por meio do sistema público de saúde”. O grupo favorável à proposta é representado por feministas e advogadas que apontam a “inconstitucionalidade” da restrição do direito de escolha da mulher quanto a dar ou não prosseguimento a uma gestação indesejada. Dessa tese, podemos abstrair dois valores que a fundam: a Justiça e a Liberdade; valores aos quais se apela para argumentar que criminalizar e/ou restringir o aborto é inconstitucional porque essa prática é uma expressão dos princípios constitucionais da autonomia e da dignidade humana. Para sustentar tal tese, o grupo pró-aborto lançou mão, principalmente, de duas técnicas argumentativas: a regra de justiça, segundo a qual o que vale para A deve valer para B, o que “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 248); e o argumento de autoridade, “o qual utiliza atos ou juízos de uma

pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348). Quando Eloísa Machado de Almeida evoca decisões anteriores do STF favoráveis ao uso de células-tronco e ao aborto de fetos anencéfalos, por “respeito aos princípios da dignidade humana e da autonomia”, a advogada coloca esses temas e o tema da descriminalização do aborto até a décima segunda semana de gestação na mesma categoria de “temas controversos” e reivindica que todos recebam o mesmo tratamento jurídico, ou seja, que o respeito aos princípios aventados por ela sejam aplicados também à questão debatida na reunião da CDH. O argumento de autoridade é o da médica obstetra Melânia Amorim, que apresentou dados os quais, segundo ela, corroboram a tese de que a criminalização do aborto e a falta de assistência médica e hospitalar às mulheres que abortam clandestinamente têm acarretado um número considerável de mortes pelo mundo. É a ciência que comprova, pela voz de uma médica obstetra, a razoabilidade dessa tese.

O grupo representado por militantes pró-vida, por outro lado, funda seus argumentos no valor da Vida, alegando que “a vida começa na concepção e desde esse momento deve ser protegida”. A principal técnica utilizada por este grupo é a do argumento pragmático, “que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 303). Quando Doris Hipólito detalha “pormenores de modalidades de aborto” e descreve “tipos de sequelas que afirmou serem comuns entre as mulheres que recorrem ao ato”, ela tenta persuadir o auditório pela ideia de que o aborto é um ato criminoso porque suas consequências são nefastas. A solução para o impasse sobre o qual se debate seria, então, garantir o acesso à informação e ao conhecimento, pelas mulheres, sobre as consequências dessa prática.

Conforme veremos adiante, “*é na circulação dos discursos que se constrói a polêmica como conjunto de confrontações verbais sobre uma questão social*”, de modo que os posicionamentos em torno dessa questão social controversa ocorrem sob o modo de “uma disseminação incessante e até um pouco anárquica da fala polêmica” (AMOSSY, 2014, p. 105, grifos nossos). Assim, no texto do exemplo (8), não se encontram todos os argumentos que circulam em relação a essa questão polêmica. Em muitos outros textos sobre o mesmo tema, encontram-se argumentos que se assentam não só na Vida, mas também no Cristianismo como um valor no qual se esteia a tese de que o aborto não deve ser admitido em hipótese alguma. Vemos, portanto, que o desacordo entre os dois grupos que debatem está na raiz de cada tese, ou seja, está naquilo que as funda: os valores que se supõe serem partilhados pela sociedade na qual a questão, de interesse público, está em vias de ser “resolvida” por força de lei. A ideia de “resolver a questão” está colocada entre aspas porque, em se tratando de uma polêmica, a

controvérsia pode até se revestir de aparente resolução por força de lei, que impõe à sociedade que todos ajam de uma mesma forma. Mas, na seara discursiva, o antagonismo persiste e a polêmica se mantém viva, justamente porque os dois grupos que se enfrentam discordam entre si desde a base de seus posicionamentos. Ainda que o grupo a favor do aborto declare que “o que está em jogo não é negar que o embrião tenha vida ou direito”, mas que o direito à vida está sujeito a regras jurídicas de ponderação, a vida é aqui tomada como um valor legalmente instituído e, também desse ponto de vista, relativo. Diferentemente da Vida valorizada pelo grupo contrário à legalização do aborto, para o qual a Vida é um valor dóxico¹⁴, isto é, um objeto de acordo retórico e um valor absoluto para o auditório particular do qual se pleiteia adesão. Também se trata de hierarquizações¹⁵ diferentes de valores: o grupo pró vida não chega a negar a Justiça e a Liberdade, mas coloca a Vida acima desses valores. O grupo pró aborto também não nega a Vida como valor, mas coloca a Justiça e a Liberdade no topo da sua ordem de prioridades.

O dissenso como desacordo profundo é uma noção importante para compreender que, em uma polêmica, a divergência de opiniões não está sujeita a solução, apesar de essas opiniões serem construídas, sim, por argumentações razoáveis. Marc Angenot também problematizou a existência de desacordos profundos, com a diferença de que, para ele, as divergências inconciliáveis são a regra, enquanto que, para Fogelin, elas são a exceção. O título da obra mais representativa de Angenot sobre os desacordos insuperáveis é *Dialogue de sourds* (“Diálogo de surdos”), na qual a polêmica, fenômeno muito frequente o qual frustra os esforços de persuasão, ganha centralidade e desencadeia dois questionamentos interessantes: por que insistimos em argumentar e por que polemizamos? Segundo o autor, argumentamos por necessidade de justificação e de posicionamento, sendo que a justificação é feita tanto para os outros como para nós mesmos, a fim de validarmos nossas razões diante de um juiz espectral, que seria uma espécie de “parâmetro de razoabilidade”. Quanto à insistência em polemizar, Angenot a atribui ao interesse dos homens pelo pensamento antilógico ligado ao antagonismo

¹⁴ A doxa corresponde à opinião comum na qual se apoiam os pontos do acordo; trata-se de “um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2014, p. 176). “A doxa é, então, o espaço do plausível tal como o apreende o senso comum” (AMOSSY, 2006, p. 100). Assim, nem todo valor juridicamente instituído desfruta de legitimidade dóxica e nem todo valor dóxico encontra valor jurídico correspondente.

¹⁵ As hierarquias também são objetos de acordo retórico (ver subseção sobre a nova retórica).

erístico. Nessa perspectiva, então, a polêmica ainda “aparece como originada de uma forma de pensamento desvalorizado” (AMOSSY, 2014, p. 33).

É nas Ciências Sociais, mais especificamente, na Sociologia e na Ciência Política, que Amossy (2014) encontra uma significativa “revalorização do dissenso”, que a autora considera essencial para seu objetivo de incluir a polêmica no seio da retórica. Dentre as contribuições encontradas nesse campo, está a de Lewis Coser, para quem o conflito é necessário às relações sociais, “na medida em que permite expressar a dissidência nas situações de opressão” (AMOSSY, 2014, p. 34) e, assim, possibilita mudanças. Essa perspectiva coaduna-se com a perspectiva marxista, que vê no dissenso uma força positiva imprescindível à revolução e à evolução social.

Outra perspectiva importante à fundamentação da apologia da polêmica de Amossy é a teoria da democracia deliberativa desenvolvida pela cientista política Chantal Mouffe. Segundo esta cientista, a dissensão e o conflito são onipresentes na esfera democrática, por isso esta é concebida como um “pluralismo agonístico” (AMOSSY, 2014).

Mouffe não se contenta em propor a preeminência do *dissenso*; ela denuncia também a tendência a enaltecer o consenso e, mais ainda, a abordagem contemporânea que exalta o consenso geral nascido da ilusão de que a esquerda e a direita deixaram de ser categorias relevantes (2000b, p. 7). Em resumo, o consenso para Mouffe não é a chave da democracia, e seu enaltecimento é um erro, quando não é uma manobra política. (AMOSSY, 2014, p. 35).

A percepção errônea de consenso como fonte de harmonia e bem-estar social impediria, assim, os sujeitos de se reconhecerem como sujeitos sociais, que se constituem a partir de sua identificação com um grupo com o qual compartilham uma visão de mundo e de sua oposição à visão de mundo do grupo oposto. É a exterioridade constitutiva de um “eles” em relação ao “nós” que permite o estabelecimento de identidades coletivas e a emergência do antagonismo no qual o “eles” é definido como um adversário que deve ser discursivamente combatido pelo “nós”. Paradoxalmente, Mouffe concebe o “pluralismo agonístico” como uma das condições de existência da democracia. Segundo ela,

Com efeito, o que permite a democracia é mesmo “o reconhecimento e a legitimação do conflito” e “a recusa em reprimir pela imposição de uma ordem autoritária”. A visão utópica da sociedade como uma unidade orgânica cede lugar a uma visão de pluralidade de valores (2000, p. 103). Mouffe situa, assim, o conflito e o *dissenso* no coração do processo democrático, como o seu próprio motor. Ao mesmo tempo, ela se pergunta sobre o que permite a este processo funcionar sem cair em desordem e em

violência. É, segundo ela, a capacidade do dinamismo democrático para transformar o inimigo em oponente (...). (AMOSSY, 2014, p. 36).

Às abordagens sociopolíticas aventadas, Amossy (2014) soma as de Pierre-André Taguieff e Kendall Phillips, que propõem transpor, respectivamente, a nova retórica e a tradição retórica americana, pelo reconhecimento de que o conflito funda e nutre as interações políticas e públicas e de que a cultura do consenso acarreta graves problemas sociais, tal como o apagamento das diferenças constitutivas das comunidades. É na esteira dessas abordagens que Amossy (2014) defende uma retórica do *dissenso*, “na qual a polêmica deve ter lugar de destaque” (AMOSSY, 2014, p. 39).

Para definir os termos dessa retórica do *dissenso*, a autora se apoia em filósofos como Schopenhauer, que, segundo ela, aparece como pai fundador da polêmica em estudos atuais. O que mais nos chama a atenção, no entanto, é a contribuição que a teoria das controvérsias de Marcelo Dascal dá à compreensão da polêmica quando aponta o valor heurístico do confronto de teses antagônicas: essa dissensão gera a compreensão e, até mesmo, o saber (AMOSSY, 2014, p. 40). A abordagem retórica de Christian Kock também coloca o *dissenso* no centro da vida pública e sustenta que o confronto de teses antagônicas permite ao auditório avaliar os prós e os contras de cada tese e escolher livremente uma ou outra. Esse valor heurístico das dissensões é fundamental à compreensão da polêmica, porque, de fato, uma das funções da polêmica é permitir que, a partir do confronto de opiniões divergentes, os sujeitos que assistem ao embate discursivo (e mesmo os que participam dele) compreendam mais precisamente as ideias e as razões de cada lado, as motivações da divergência, a natureza e o fundamento dos argumentos. Mais do que isso, a polêmica permite dar a conhecer os projetos de sociedade vislumbrados pelos defensores e pelos opositores dessas opiniões.

Amossy dedica todo um capítulo de *Apologia* à definição da polêmica. No senso comum e em algumas abordagens teóricas, o termo “polêmica” serve para designar um debate acalorado e violento entre dois ou mais participantes de uma interação, que veem um ao outro como um inimigo que deve ser vencido. A associação da polêmica à violência não ocorre à toa; ela encontra fundamento na etimologia do termo, que remete ao grego *polemikós*, derivado de *pólemos* (guerra). Essa associação da polêmica com a violência, no entanto, imprime-lhe um caráter de negatividade ao qual reagiram alguns estudos em ciências da linguagem e em argumentação retórica. Amossy recorre a alguns deles e a exemplos concretos de polêmicas para sistematizar sua reflexão e fundamentar suas constatações sobre a polêmica.

De início, a autora observa que uma polêmica não gira em torno de qualquer tema; é em torno de uma questão política (no sentido assumido pela teoria em tela, cf. nota de número

12) e, portanto, de interesse público, que se debate. Christian Plantin e Nicole Gelas já haviam constatado isso e distinguido a natureza política e pública da polêmica do caráter privado das discussões entre particulares. Além do caráter público, a polêmica é definida também por estar ancorada na atualidade e circunscrita a uma dada realidade cultural. Segundo Amossy (2014, p. 50-51),

Estreitamente ligada àquilo que preocupa o público num momento preciso, a polêmica é efêmera e, frequentemente, tão rapidamente esquecida quanto cheia de razão no momento em que ela eclode. É por isso que seu sentido e seus anseios deixam de ser perceptíveis para além de sua duração, assim como, por outro lado, do espaço cultural no qual ela emergiu. Ainda alcançamos a extensão das polêmicas que agitaram o início dos anos 1930 em torno do testemunho da guerra de 1914? Não compreendemos muito mais aquelas que se desenrolam em outras culturas quando ignoramos suas normas, seus valores e seus problemas de sociedade.

A polêmica como debate da atualidade pressupõe uma profunda oposição de discursos no seio de uma atividade verbal em que argumentos a favor de e contra uma tese são colocados em confronto, permitindo uma apreciação por comparação. O mesmo acontece na argumentação retórica: é preciso haver um desacordo e, pelo menos, duas alternativas de resposta a uma mesma questão para que ocorra argumentação, que supõe igualmente que cada tese seja justificada. Esse aspecto conceptual liga, irremediavelmente, a polêmica à argumentação retórica, distinguindo-a, no entanto, da deliberação comum. Neste ponto, retomamos a ideia de *continuum* já apresentada e ressaltamos que a modalidade polêmica se situa em um de seus extremos, configurando-se como *um modo de argumentar caracterizado pela troca fortemente agonística*, em que as possibilidades de acordo são mínimas. Os traços que especificam a polêmica na esfera da argumentação retórica ajudam a defini-la com mais exatidão.

Segundo Amossy (2014), os principais traços da modalidade polêmica são:

1. A dicotomização de teses;
2. A polarização social;
3. A desqualificação do Oponente.

A autora afirma que, ao contrário do que comumente se pensa, a violência verbal e as emoções na polêmica não são traços primários, mas secundários, decorrentes dos três traços principais, conforme veremos mais adiante.

A dicotomização situa o conflituoso na origem e no centro da modalidade polêmica, pois esta seria “a manifestação discursiva sob forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que circulam em praça pública. Enquanto interação verbal, ela surge como *um modo particular de gestão do conflito*” (AMOSSY, 2014, p. 56, grifo da autora). A

dicotomização é mais do que uma simples oposição de discursos (que poderia ser superada com vistas ao estabelecimento de um acordo); ela consiste no choque de duas opções antitéticas que se excluem mutuamente e que só são passíveis de serem identificadas se compreendidas no interior do contexto preciso em que se formam, pois as oposições que lhe dão vazão (direita/esquerda; progressista/conservador etc.) não são absolutas.

Citando Dominique Maingueneau e Marcel Burger, Jérôme Jacquin e Raphael Micheli, que reforçam a ideia de que a dicotomização radicaliza a oposição de discursos e de pontos de vista, Amossy (2014, p. 58, grifo da autora) resume sua concepção de polêmica com base no que constatou até este ponto: “*a polêmica, que trata de questões de interesse público, é uma gestão verbal do conflituoso caracterizada por uma tendência à dicotomização, que torna problemática a busca de um acordo*”.

O segundo traço da modalidade polêmica é o da polarização social, que consiste na divisão dos sujeitos que participam de uma polêmica em grupos, conforme os papéis que desempenham frente às teses e/ou frente ao próprio debate. Essa divisão ocorre no plano de uma estrutura actancial, na qual se pode exercer, por ocasião de uma troca argumentativa, o papel de Proponente (aquele cujo papel é defender uma das teses), o de Oponente (aquele cujo papel é opor-se à tese defendida pelo Proponente e defender uma contra tese) e o de Terceiro (aquele que assiste ao debate). Como a possibilidade de se chegar a um acordo em uma polêmica é ínfima, Proponente e Oponente jamais se tornarão Parceiros de uma interação em prol de um consenso. É, portanto, ao Terceiro que a argumentação polêmica efetivamente se dirige, na tentativa de persuadi-lo e de levá-lo a tomar partido de uma ou de outra opinião.

Os *actantes*, na concepção da proposta da AAD, precisam ser distinguidos dos *atores*. Enquanto os actantes constituem categorias abstratas que dividem os participantes de um debate polêmico no plano de uma estrutura actancial, os atores são a instância empírica que encarna os actantes e que se encontra no plano da enunciação. Na entrevista que Silas Malafaia concedeu a Marília Gabriela no programa *De frente com Gabi* (a qual faz parte de nossos dados), esses sujeitos são, do ponto de vista enunciativo, atores que encarnam, no plano actancial, os respectivos papéis de Proponente da tese de que a homossexualidade é um comportamento errado que deve ser corrigido e de Oponente dessa tese, que não apenas se opõe a ela, mas que também defende a tese antagônica de que a homossexualidade é simples expressão de diversidade e, assim sendo, não é errada e deve ser respeitada. Os dois debatem com vistas a persuadir o Terceiro, ou seja, as pessoas que assistem ao programa. É pertinente ressaltar que o Terceiro pode, a partir da audiência dessa entrevista, se engajar na polêmica, tomando partido no debate e passando a figurar nele como Proponente ou Oponente. É o que

acontece quando as pessoas escrevem, nas páginas do YouTube em que os vídeos da entrevista foram publicados, comentários se posicionando ou em relação às teses dicotômicas atualizadas por Malafaia e Gabi ao longo da entrevista ou mesmo sobre a performance dos actantes na arena discursiva engendrada pelo debate que eles encenam. Todavia, isso não significa que a entrevista tenha inaugurado as questões polêmicas sobre homossexualidade e sobre a relação entre díximo e enriquecimento de certos pastores evangélicos, nem, tampouco, que tenha inaugurado os papéis de Proponente e Oponente das teses antagônicas que os locutores defendem e retrucam. Pelo contrário, Silas Malafaia e Marília Gabriela entram em um circuito argumentativo sobre questões polêmicas que já existiam antes dessa entrevista, mas que foram “atualizadas” (informação verbal)¹⁶ nessa situação específica por meio do debate inflamado entre eles, que se posicionam de maneira conflituosa em relação a dois textos-fonte, convocados para essa cena enunciativa pela jornalista: uma declaração do então presidente reeleito dos EUA, Barack Obama, sobre a necessidade de os homossexuais serem tratados de forma equânime e a matéria da revista *Forbes* sobre os pastores evangélicos mais ricos do Brasil.

Recuperar *ab ovo* essas questões polêmicas parece-nos mesmo inviável. Não seria possível responder aos questionamentos: qual foi o primeiro texto que manifestou essa questão conflituosa? Quem foram os primeiros atores a levantaram essas duas teses? Contudo, é possível apreender, em cada situação específica de interação, como uma questão polêmica foi presentificada e como a modalidade polêmica foi instaurada. Em nossas análises, buscaremos demonstrar como a intertextualidade é, do ponto de vista da textualização, a responsável por instaurar a modalidade polêmica em uma dada situação e por permitir revelar posicionamentos sobre questões polêmicas em textos.

Voltando à caracterização da modalidade polêmica feita por Amossy (2014) e à característica da polarização social, temos que é a divisão estabelecida no plano actancial que opera essa polarização e divide os participantes de uma polêmica em “nós” e “eles”. A polarização é, portanto, um fenômeno social, porque opera o reagrupamento de um público extremamente diversificado em dois grupos mutuamente excludentes, diferentemente da dicotomização, que é um processo discursivo que consiste em radicalizar teses opostas. A polarização não implica a anulação das particularidades dos atores que se unem em torno de

¹⁶ Cf. comunicação de Mariza Angélica Paiva Brito intitulada “Atualização da polêmica em notícias da mídia eletrônica”, por ocasião do Colóquio Argumentação e Polêmica, realizado na UFRN, em Natal, em fevereiro de 2018.

uma tese, mas, sim, a identificação dos actantes com a tese defendida pelo grupo do qual participam e a repulsão à tese oposta.

O terceiro traço principal da polêmica é a desqualificação do outro. Para persuadir o Terceiro, o Proponente não só justifica sua identificação à tese proposta e sua repulsão à oposta, como também desqualifica o Oponente, visto como um adversário que representa o mal e que deve ser discursivamente combatido. O adversário precisa ser deslegitimado para que sua tese também o seja, pois “O descrédito lançado sobre as pessoas anula a força de seu argumento” (AMOSSY, 2014, p. 62).

A desqualificação pode seguir duas vias: uma centrada no *logos* e outra no *ethos*. A primeira consiste em desacreditar o adversário argumentando pela inadmissibilidade de sua tese e lançando o descrédito sobre seu discurso. Para que esse jogo de refutação seja polêmico, é preciso que o Proponente garanta que o discurso atacado possa ser reconhecido pelo auditório. A segunda, que percebemos como estando centrada no *ethos* do Oponente, consiste em desacreditar o adversário atacando diretamente sua imagem, representativa do grupo com o qual ele se identifica. A desqualificação pode incidir sobre o grupo que ele representa ou sobre a pessoa do Oponente (que, a nosso ver, sendo concebida como uma peça daquela estrutura actancial de que falamos anteriormente, consiste também em uma desqualificação, ainda que indireta ou implícita, do grupo ao qual ele pertence).

Já a violência verbal e o apelo ao *pathos* não são traços definitórios fundamentais da modalidade polêmica, mas sim traços secundários. São a dicotomização de opiniões conflituosas e a polarização social que autorizam a violência e que justificam o apelo aos sentimentos do auditório, por conta do engajamento profundo dos sujeitos no debate, o que faz com que o discurso polêmico se configure como um discurso, nas palavras de Kerbrat-Orecchioni (1980 *apud* AMOSSY, 2014, p. 64, grifo desta autora), “*muito fortemente marcado enunciativamente*”.

Vejamos como, em um trecho da entrevista de Fábio de Melo a Marília Gabriela, no programa *De frente com Gabi*, a fala do padre dá indícios dessa forte implicação do sujeito no discurso polêmico e como ela reflete a dicotomização e a polarização como promotoras da violência verbal e do *pathos*. Trata-se de uma passagem na qual Marília Gabriela questiona o

entrevistado a respeito da relação entre a proibição do uso de métodos contraceptivos pela igreja católica e a perda de fiéis a essa religião.

Exemplo (9)

- Fábio: [...] **eu acredito** que:... **NÓS**... no momento em que nós temos um:... uma postura... é natural que a gente vá contrariar muita gente... ninguém está... **a igreja** não tem a pretensão de agradar o mundo todo... e é mais uma/ uma distinção que a gente precisa fazer... a gente... a partir do momento que nós escutamos a palavra do **papa**... ela... não tem a pretensão de ser para TODos... ela tem a pretensão de ser para **aqueles que são liderados por ele**... então... é só a gente esclarecer bem... eu sou **cristão católico**?... então a palavra do papa pra mim tem um peso... a palavra do papa me orienta... o papa não tem a pretensão de que ele diz para o mundo inteiro... não... ele pode ser... como homem que é com a autoridade que tem com o papel que ele tem como: como papa... ele até ser escutado por todos... é um homem que tem uma liderança que está fazendo um discurso... que colabora fraternalmente... do ponto de vista intelectual... com a comunidade huma:na
- Gabi: uhm...
- Fábio: mas agora aquelas regras são para **os católicos**
- Gabi: ((puxa a respiração)) vou perguntar outra vez...
- Fábio: pode perguntar
- Gabi: essa igreja... não perde fiéis... sendo CON:TRA... o uso de camiSInhas... e... de... controle da natalidade?
- Fábio: eu não sei se ela chega a perder fiéis... eu acredito que:... **MUITos fiéis... católicos... que vivem o dia a dia de uma fé de um processo de fé**... vai prestar atenção nisso... talvez **outros... que não tenha:... con/... não tenham convicções mais profundas... se dizem cristãos católicos e... e façam essas práticas todas aí sem... sem levar em consideração**... tudo depende Marília do nível de envolvimento que a gente tem com a fé
- Gabi: você tá dizendo... ((balbucia, como que tentando falar algo))
- Fábio: o relativismo existe em todos os lugares... pode ser que algumas pessoas não cheguem nem a se incomodar com essa palavra... que proíbe que restringe ou que:... neh... você pode ter um discurso positivo sobre a camisinha por exemplo... **eu acredito**... eu... **esse é meu ponto de vista**... eu tenho muito medo quando a gente acredita que a camisinha possa nos livrar de todos os problemas da sexualidade... eu como padre... que acompanho os bastidores... eu vejo que o que fere... não é a possibilidade de você contaminar com o vírus isso e aquilo... claro isso é perigoso isso é isso é isso é ((faz um movimento centrípeto e rápido com os dedos da mão direita))... precisa ser considerado
- Gabi: [é real
- Fábio: é real
- Gabi: isso é real
- Fábio: mas... o grande problema da sexualidade... é quando... as pessoas vivem relações objetais
- Gabi: você tá dizendo
- Fábio: [quando não existe amo:r... quando...
- Gabi: [quando não existe amor...
- Fábio: quando não existe respeito... ((Marília bate uma palma)) quando o outro acabou sendo... ((Fábio ri timidamente))
- Gabi: **O DESE::JO**... ((quase debruçada sobre a mesa, com a mão direita em riste sendo movimentada em direção ao rosto de Fábio; um gesto de aproximação ao entrevistado, similar a um gesto de ataque)) pela SUA FÉ... nos foi dado por **QUEM**?
- Fábio: o desejo da fé?
- Gabi: **O DESE:JO**... ((direciona as duas mãos ao peito, depois esfrega os dedos á frente)) **O DESEJO** sexual...
- Fábio: desejo sexual?
- Gabi: [nos foi dado por **QUEM**?
- Fábio: eh faz parte da nossa natureza huma:na
- Gabi: a natureza humana...
- Fábio: [que nos foi dada por quem nos criou
- Gabi: **QUEM** nos criou?

- Fábio: Claro
 Gabi: **QUEM** nos criou?
 Fábio: [o deleite... Deus...
 Gabi: bom... ((recua, estufando o peito, abrindo os braços e sorrindo)) **ENTÃO...** estamos aqui no meio dum nó GÓRdio

Vemos uma implicação explícita do padre com o seu dizer, marcada pela expressão epistêmica “eu acredito” (proferida por duas vezes no excerto em tela) e pela assunção de responsabilidade evidenciada pelo pronome possessivo de primeira pessoa na oração “esse é meu ponto de vista”, justificadas por seu papel social e por sua função religiosa (“eu como padre”). Estamos falando, aí, do plano enunciativo. No plano actancial, a divisão entre um “nós” e um “eles” polariza os dois grupos que se enfrentam na polêmica sobre a oposição da igreja católica aos métodos contraceptivos: o “nós” corresponde ao grupo dos que comungam da ideia de que os métodos contraceptivos não devem ser utilizados e o “eles”, ao grupo dos que se opõem a essa ideia. Nessa confrontação, o padre apela ao *pathos* para defender a tese favorável à proibição dos métodos contraceptivos, declarando ter medo das consequências advindas da ideia equivocada segundo a qual a camisinha serve para proteger e recorrendo ao valor “Amor” como sendo compartilhado por esse “nós” com o qual ele se identifica. Marília Gabriela lança mão de um argumento de transitividade (“Deus criou o homem”/“O desejo faz parte do homem”/“Então, o desejo é criação divina”) e, pela via do *logos*, apela ao *pathos*, ao sentimento de impenitência (“o homem não deve ter culpa ou medo por sentir desejo, já que o desejo é criação divina e, portanto, não há erro em satisfazê-lo, ainda que sem amor”). Além disso, a entrevistadora inquire o entrevistado com uma postura impetuosa, ao elevar o tom de voz e ao aproximar-se fisicamente dele, como se o estivesse atacando (cf. imagem abaixo).

Imagem (1) – Pe. Fábio de Melo no *De frente com Gabi*



Fonte: *Print* de tela do vídeo da entrevista “De frente com Gabi” com Fábio de Melo.

Lembremos que esse é um episódio de uma interação polêmica e de que a polarização ocorre em uma dimensão actancial. Como concordamos com Amossy a esse respeito, compreendemos que Marília Gabriela encarna o Proponente da tese de que o uso de métodos contraceptivos deve ser livre e que ela “ataca” não propriamente a pessoa do padre Fábio de Melo (apesar de sua expressão corporal), mas o Oponente que ele representa nessa interação. As emoções e a impetuosidade que se manifestam nesse episódio são, todavia, decorrentes da implicação dos atores Fábio de Melo e Marília Gabriela em seus discursos. É preciso sublinhar, ainda: a) que nem todo discurso polêmico é violento ou agressivo; um Proponente pode buscar “derrubar” seu Oponente simplesmente pelo jogo retórico de valorização e desvalorização das teses; e b) que a violência verbal está submetida (ao menos em parte) “à regulação de diversos gêneros (o debate televisivo, o fórum de discussão, as cartas abertas e outros tipos de diálogo, mas também o panfleto, o artigo de opinião, a fala de reunião, etc.) – e são as possibilidades e coerções desses gêneros que o modelam e lhe impõem os limites” (AMOSSY, 2014, p. 68). É nesse sentido que a autora aponta a necessidade de a violência e a regulação serem analisadas conjuntamente, considerando a tensão entre elas, que autoriza (ou não) a manifestação da violência em uma polêmica.

Sobre o funcionamento (e as funções) da modalidade polêmica, Amossy (2014) faz duas distinções que se impõem como necessárias na medida em que assume, por diversas vezes e em vários dos textos relacionados à sua teoria da argumentação no discurso, a questão da regulação social, cultural, institucional e genérica dos discursos (e, conseqüentemente, da argumentação). Trata-se de uma primeira distinção mais ampla, que diferencia as formas de *diálogo* da modalidade polêmica (termo tomado, neste ponto, no sentido clássico) de uma forma *polilocal*. Começaremos por discutir sobre esta última modalidade da polêmica, a do *polílogo*.

De acordo com a autora,

a polêmica pública não se constrói sob o modelo do diálogo clássico [...]. No plano dos discursos que circulam no espaço público (o plano da enunciação no qual é permitido ouvir os atores), encontra-se uma disseminação incessante e até um pouco anárquica da fala polêmica. É necessária a intervenção de uma reconstrução *a posteriori* para que esses discursos múltiplos e diversificados se dividam claramente em posições antagônicas em que se confrontem os contra e os a favor. Atinge-se, assim, o plano actancial em que só pode acontecer um diálogo virtual entre duas entidades abstratas – um Proponente e um Oponente. É aí que tomam forma e se solidificam, ou até se cristalizam, os blocos de argumentos. Trata-se, como pôde ser visto no caso da burca, de argumentos recorrentes, mais ou menos articulados entre si, que constituem um arsenal do qual se valem todos aqueles que defendem uma

mesma causa. Esses blocos de argumentos configuram e resumem uma posição estrutural. (AMOSSY, 2017[2014], p. 101-102).

Essa “reconstrução *a posteriori*”, muitas vezes, é feita pelo jornalista, que reconstrói o debate em torno de uma questão polêmica, conforme veremos adiante. Outras vezes, é o analista quem o faz, recuperando os argumentos levantados por um lado e outro e reconstruindo o debate agonístico “virtual” que se constrói na circulação dispersa dos discursos sobre uma questão política profundamente controversa. É o que Amossy (2017[2014]) faz ao analisar os discursos, expressos em diversos textos, que se entrecruzaram no espaço público israelense sobre a exclusão das mulheres. Os dois grupos que se pronunciaram a esse respeito (laicos e religiosos moderados, de um lado, e ultraortodoxos, de outro), o fazem separadamente, cada qual se dirigindo a interlocutores “que pensam como eles” e reforçando suas próprias teses, de modo a não somente gerar um efeito de interincompreensão mútua, mas também uma simetria no sentido de ambos os lados agirem do mesmo modo no que diz respeito à distribuição de papéis e à gestão do conflito (AMOSSY, 2017[2014], p. 131).

Esta passagem resume bem a análise operada pela autora e nos ajuda a compreender em que sentido ela opõe “diálogo” a “polílogo”:

Nos dois grupos, os discursos publicados nas mídias são retomados, repetidos, acumulam-se e acabam por oferecer argumentos recorrentes que se estabilizam em blocos de argumentos antagônicos. *Uma estrutura agonística se desenha, assim, opondo os raciocínios do Proponente aos do Oponente*. Contudo, não há diálogo: este só emerge quando ambos os grupos se dão ao trabalho de reconstruí-lo a partir da difusão de enunciados que circulam no espaço público. Na realidade, não se trata de uma troca de fala, de uma interação ao vivo, ou retransmitida, que permite um confronto racional de pontos de vista. O diálogo – caso haja diálogo – permanece virtual e, por isso, não engaja os locutores (que não são verdadeiros interlocutores) em uma busca comum do razoável. (AMOSSY, 2017[2014], p. 131-132, grifo nosso).

A segunda distinção se dá no âmbito das formas do “diálogo”, sendo o termo tomado aqui no sentido comum de uma troca/interação entre dois interlocutores, que implica, portanto, a presença de Proponente e Oponente em um mesmo *texto polêmico* (ou *fala polêmica*) (AMOSSY, 2014). As formas do diálogo polêmico são geralmente instanciadas por gêneros que comportam visada argumentativa, ou seja, gêneros reconhecidamente destinados à argumentação, à expressão de opiniões, tais como aqueles que Amossy (2008, p. 237) considera privilegiarem a modalidade polêmica: “o panfleto, a controvérsia filosófica, os debates midiáticos que confrontam adversários políticos”.

A formas do diálogo expressas em um texto, na modalidade polêmica, são duas: *discurso polêmico* e *interação polêmica*. Um *discurso polêmico* se distingue de uma *interação polêmica* no que diz respeito ao modo de gestão do conflitual, sendo aquele definido como um

“discurso” (a nosso ver, um texto) monogerido e esta como um “discurso” poligerido. A interação polêmica consiste, então, em uma interação síncrona ou assíncrona, necessariamente poligerida, na qual os atores que encarnam o Proponente e o Oponente se fazem presentes no confronto, cada qual defendendo sua tese e refutando a tese alheia. Segundo Amossy (2014), ela é, portanto, inteiramente dialogal. O *discurso polêmico*, por outro lado, é dialógico, “no sentido de que dialoga com os discursos antecedentes, aos quais se opõe; mas ele não é dialogal, já que não há interação direta com o adversário” (AMOSSY, 2017[2014], p. 72). Ainda que a(s) voz(es) de ator(es) que encarna(m) o Oponente se faça(m) ouvir, quem orquestra a manifestação das diferentes vozes em um discurso polêmico é somente um locutor, por isso esse tipo de texto polêmico é monogerido. A interação polêmica e o discurso polêmico são as formas de manifestação do fenômeno em tela, a polêmica; e “o conjunto das intervenções antagônicas sobre uma dada questão em um dado momento” (AMOSSY, 2017[2014], p. 72) constitui *uma polêmica*. Assim, “a polêmica se constrói através de todas as intervenções públicas ou semipúblicas que tratam de uma questão social, e se manifesta na circulação dos discursos” (AMOSSY, 2017[2014], p. 72).

Amossy (2014; 2017[2014]) exemplifica essas duas formas de manifestação da polêmica em uma mesma troca a partir de casos concretos relativos à polêmica sobre a regulamentação do porte da burca em espaços públicos na França. Para tanto, ela selecionou um artigo de opinião publicado em uma revista francesa de esquerda, alguns *posts*, que integram um fórum de discussão no site dessa revista e que respondem a esse artigo de opinião, e um debate televisivo. No artigo de opinião, as teses antagônicas são geridas unicamente pela jornalista que o escreveu, enquanto nos *posts* e no debate, os atores que participam de cada um dos eventos e que encarnam o Proponente ou o Oponente falam por si, com a diferença de que, nos *posts*, a troca de turnos não é necessariamente simultânea, podendo ser, portanto, assíncrona, enquanto, no debate, ela é necessariamente síncrona¹⁷.

Apesar de comportar discursos monogeridos e interações poligeridas, a polêmica não é estruturada como um diálogo, conforme já mencionamos, pois seu formato próprio é o da circulação dos discursos: as vozes antagônicas são numerosas, se cruzam e se recobrem de modo a escapar de uma organização prévia (AMOSSY, 2014, p. 210). A análise de seu funcionamento exige do pesquisador que identifique as opções antitéticas, as recorrências e as variações dos argumentos na profusão e na dispersão discursiva em que a polêmica emerge. É

¹⁷ Na próxima seção, em que apresentaremos os termos da interface a que nos propomos estabelecer, retomaremos e problematizaremos essa distinção entre discurso polêmico e interação polêmica, reconfigurando-a conforme os conceitos de texto e de discurso da LT.

o movimento metodológico, realizado pelo pesquisador, de organizar e de reconstruir, *a posteriori*, esses dados em blocos de argumentos conflituosos que causa a impressão de que a polêmica se estrutura como um diálogo entre duas partes.

As mídias desempenham um papel importante tanto na construção do debate pelos participantes das polêmicas como na reconstrução delas pelos pesquisadores. Elas são, a um só tempo, suporte e motor da profusão discursiva antagônica, veiculando e espetacularizando as questões de debate, tornando-as, algumas vezes, retumbantes. Amossy destaca a atuação do jornalista nesse processo:

O jornalista constrói a polêmica, no sentido de que ele constrói um diálogo virtual entre partes que se pronunciam numa rica variedade de ditos e de escritos. Ele seleciona, ordena e produz uma troca virtual entre os representantes dos prós e dos contras – aqueles que tiveram entre si trocas diretas e aqueles que não tiveram. Ele faz repercutirem as falas dos atores sociais que seleciona, dividindo-os em dois campos opostos – o do Proponente e o do Oponente. Ele permite, assim, que o leitor se reconheça na massa dos discursos que circulam no espaço público, estruturando essa massa e fazendo com que ela faça sentido para o leitor. Nunca é demais, nessa perspectiva, superestimar o papel do jornalista. Ele lança a polêmica, dando-lhe publicidade, e lhe confere o estatuto de acontecimento; constrói, com a ajuda das diferentes formas de discurso reportado, um diálogo virtual entre detentores de posições em conflito; põe em evidência os blocos de argumentos que estruturam o debate; e contribui para orientá-lo por meio de suas intervenções diretas ou indiretas. (AMOSSY, 2014, p. 212).

Mas é preciso também ressaltar que, na encenação das oposições dirigida pelo jornalista, ele pode manter-se distante das posições colocadas em confronto ou pode assumir a responsabilidade do que dizem os enunciadores, os atores que se colocam como Proponente ou Oponente na controvérsia. É a assunção de responsabilidade ou o distanciamento das falas dos enunciadores que indicam se o jornalista também é, ou não, um polemista. De acordo com Amossy, essas duas possibilidades de envolvimento em ou com uma polêmica são, em parte, decorrentes do contrato de comunicação inerente a cada gênero: no artigo de informação, que exige imparcialidade do locutor, o jornalista exerce o papel de intermediário, ligado à função do gênero de *fazer saber sobre um acontecimento*; no artigo de opinião, espera-se que o jornalista se engaje em um dos campos (Proponente ou Oponente) e seja, assim, um polemista, pois essa postura está ligada à função do gênero de *fazer saber um posicionamento*.

Com ou sem envolvimento explícito do jornalista na polêmica, o fato é que as mídias expõem problemas de sociedade, pondo em confronto as opiniões antagônicas e dividindo os atores envolvidos nesse jogo. Esse movimento permite criar um efeito de identidade, uma função importante da polêmica, porque é a identificação com um dos lados que debatem que dá corpo à polarização social. Tal identificação permite o “encontro” de indivíduos

que compartilham de um mesmo ponto de vista e de um mesmo projeto de sociedade em relação à questão de debate em pauta. Esse encontro não se dá, na maioria das vezes, no mundo real, mas em um mundo virtual criado pelas novas tecnologias da comunicação. Nesse espaço, alguns debatedores, sejam eles Oponentes ou Proponentes, não assumem uma identidade real; agem como “avatars”, que se posicionam sob o véu de uma identidade virtual que lhes permite expor suas opiniões favoráveis ou contrárias a uma tese, atacar violentamente o adversário ou concordar com posicionamentos que a sociedade considera como não razoáveis, sem que isso ameace sua identidade real. Trata-se, inclusive, de uma estratégia que visa, em alguns casos, poupar os atores de consequências jurídicas decorrentes de uma responsabilização por atos verbais considerados ilegais ou criminosos.

Vale a pena ressaltarmos que a identificação entre os atores, que conduz a um reagrupamento actancial em Proponentes e Oponentes, diz respeito a uma certa causa. Ela não significa anulação das diferenças constitutivas entre os atores cidadãos que se engajam no debate:

Quando é naturalmente levada por uma mesma causa, a polêmica contribui com frequência para criar a ilusão de unidade em torno de um princípio comum. Indivíduos e grupos separados por muitas diferenças, que estão longe de concordarem com tudo, se juntam em torno de uma mesma bandeira. [...] É apenas na unidade da divisão actancial (Proponente/Oponente) que parece reinar uma perfeita similitude de visões. Na realidade da troca, no plano da enunciação no qual agem atores-locutores, as diferenças, até mesmo as divergências, subsistem. (AMOSSY, 2014, p. 224).

Outra função da polêmica é a de protesto. A defesa de uma tese em contraposição a outra que lhe faz frente inscreve-se numa relação de força e ganha contornos de acusação e de denúncia. Assim, a avidez com que os atores se posicionam em um debate polêmico constitui um ato ao mesmo tempo de ataque e de resistência, ambos com vistas à mudança de *status quo*. Essa tentativa de mudança, no entanto, não deve ocorrer por imposição de força física, caso contrário, não se inscreverá mais no domínio da retórica do dissenso. Apesar de a violência verbal ser um elemento que contribui para reforçar a dicotomização discursiva, a polarização social e a desqualificação do outro no âmbito de uma controvérsia polêmica, ela deve permanecer em sua natureza verbal, ocorrendo em conformidade com as normas sociodiscursivas relativas aos enquadres contextuais e genéricos. Caso a violência verbal ou a incitação à violência física transbordem os limites do discurso, desencadeando o emprego de força bruta, a principal função da polêmica ficará ameaçada.

A função persuasiva da polêmica preenche a necessidade de arregimentar partidários de uma ou outra tese. Para isso, busca-se persuadir principalmente o Terceiro, isto

é, busca-se influenciar o espectador do debate a agir ou a dispor-se para agir de determinada maneira em relação ao tema conflituoso. O Terceiro vê-se compelido a tomar uma decisão porque o resultado dessa batalha retórica pode acarretar consequências tanto para a coletividade da qual ele participa como para sua individualidade.

Por fim, a função principal da polêmica é a de autorizar a coexistência no *dissenso*. Nisso reside sua legitimidade democrática e retórica, pois uma sociedade democrática pluralista na qual a diversidade e o antagonismo de opiniões é a regra, e não a exceção, supõe que atores que compartilham, mas que também divergem bastante, em relação a princípios, valores, opiniões e projetos de sociedade possam dividir o mesmo espaço sem transformá-lo em um campo de barbárie.

Considerando o que apresentamos sobre o estudo empreendido por R. Amossy em torno da polêmica no espaço público, compreendemos o propósito da autora de produzir uma apologia da polêmica. Por todas as funções que essa modalidade preenche nas sociedades democráticas pluralistas e pela complexidade de seu funcionamento, a modalidade polêmica merece ser investigada e valorizada, apesar de suas imperfeições e limites (conforme reconhece Amossy, 2014). É por isso que esta tese se propõe a dialogar com a teoria da argumentação no discurso, a fim de analisar as estratégias textuais de persuasão implicadas na argumentatividade discursiva em geral, mas, em especial, da modalidade polêmica. No próximo capítulo, cuidaremos de apresentar os procedimentos metodológicos que adotamos com vistas ao alcance de nosso objetivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos o quadro metodológico pelo qual optamos para empreender esta tese. Do método de abordagem ao procedimento de análise dos dados que selecionamos para o estudo da textualização implicada na argumentatividade discursiva de modo geral e na polêmica em particular, pensamos na contribuição que podemos dar, a partir do nosso lugar de fala – a Linguística Textual –, à análise da argumentação no discurso.

3.1 Método de abordagem

As pesquisas recentes em LT têm dado saltos teórico-metodológicos significativos, motivados, por exemplo, pela consideração de aspectos multimodais para a conceitualização do objeto *texto* e para as análises de fatores de textualização. A constituição desse quadro deve-se, basicamente, à identificação de lacunas no interior de pesquisas anteriores, a partir das quais hipóteses são formuladas e problematizadas de modo a estabelecer diálogos com temas de outras disciplinas linguísticas ou não. Dando continuidade a esse método de abordagem, nossa proposta de investigação também é identificada como de natureza hipotético-dedutiva, pois se originou da observação de lacunas investigativas, apresentadas na Introdução, e da tentativa de responder a alguns questionamentos.

Buscaremos, portanto, problematizar algumas questões que até este momento não o foram por outros pesquisadores da LT:

- a) como se dá, a nosso ver, a relação entre texto e discurso e entre gênero e argumentatividade?
- b) qual o papel da intertextualidade na argumentação discursiva e na textualização de questões polêmicas?
- c) como o plano de texto permite entrever a argumentatividade relativa a questões polêmicas?
- d) é possível evidenciar marcas da argumentação interdiscursiva pela análise de sequências textuais prototípicas?
- e) sobre a referenciação, como um mesmo referente é construído, no âmbito do *logos*, nas teses antagônicas que constroem uma polêmica?
- f) como podemos identificar, pela análise dos processos referenciais, o apelo ao *pathos*?

g) de que maneira os processos referenciais participam da construção do *ethos* de um locutor que aborda uma questão polêmica?

Pensamos que tais problemas de pesquisa poderão ser respondidos se levarmos em conta as técnicas e os procedimentos de coleta e de análise de dados explicitados a seguir.

3.2 Delimitação do universo e da amostra

A escolha do universo a ser investigado nesta pesquisa está diretamente relacionada a dois pressupostos da análise da argumentação no discurso, de Ruth Amossy: primeiro, de que a argumentação interdiscursiva se manifesta em textos de diferentes maneiras, em diferentes modalidades; segundo, de que a argumentação é tributária dos quadros genéricos e institucionais nos quais os empreendimentos persuasivos se desenvolvem. Assim, optamos por analisar textos publicados em ambiente virtual e pertencentes a diferentes gêneros de discurso que relevam da esfera midiática¹⁸ – entrevista jornalística televisiva, entrevista jornalística escrita, notícia, reportagem e charge –, a fim de descrever as maneiras como a argumentatividade discursiva se manifesta em textos inscritos nesses gêneros e como a gestão de questões polêmicas ocorre em diferentes tipos de interação: oral, escrita, síncrona, assíncrona, monogerida, poligerida.

Outra motivação para essas escolhas é de ordem empírica e deve-se ao fato de termos participado, na condição de interlocutor, de práticas sociais mediadas por textos desses gêneros ao longo de anos. A experiência advinda da participação nessas práticas confere ao nosso olhar sobre o objeto e sobre os dados desta pesquisa certas impressões de natureza intuitiva que podem auxiliar, a nosso ver, no esperado refinamento das análises, em decorrência das apropriações de natureza teórico-científica.

Quanto à amostra, selecionamos uma entrevista jornalística televisiva, do extinto programa *De frente com Gabi*, que era exibido pelo SBT – emissora de sinal aberto – aos domingos à noite. A entrevista escolhida foi exibida em 03/02/2013 e tem como entrevistado o pastor evangélico Silas Malafaia. Essa entrevista foi escolhida em função de comportar a modalidade polêmica, nos termos concebidos pela AAD. Selecionamos também duas

¹⁸ Entendemos que a esfera midiática é mais abrangente do que a esfera jornalística, incluindo os gêneros não somente jornalísticos, mas também os publicitários e os do campo do entretenimento. Estamos considerando, ainda, que o gênero *charge* pertence à esfera midiática porque seus textos são produzidos não necessariamente por jornalistas e porque, atualmente, circulam de forma mais intensa no espaço das chamadas “mídias sociais”, que agrega as redes sociais e aplicativos de troca de mensagens, nem sempre sendo publicados em jornais. Por isso, optamos por considerar que o universo dos dados que analisamos pertencem à esfera midiática, não de modo a tomá-la como correspondente à jornalística, mas de abrangê-la, e por relacionar o gênero charge à esfera midiática.

entrevistas jornalísticas escritas, ambas concedidas pelo pastor Silas Malafaia: uma publicada na/pela revista *Veja* e a outra na/pela revista *IstoÉ*. Os exemplares do gênero reportagem escrita somam dois textos: uma da revista *Exame* e outra do portal *GI*. Os textos do gênero notícia são cinco: dois publicados no portal *GI*, um no portal do jornal *O Globo*, um no site *Verdade Gospel* e um no portal da *Carta Capital*. E as charges analisadas somam três textos: uma do chargista Duke, uma de Kayser e uma de Bruno Drummond. Dessa amostra, somente a entrevista de Silas Malafaia a Marília Gabriela comporta a modalidade polêmica; todos os demais textos tratam de questões polêmicas, mas o fazem por meio de outros modos de argumentar.

As notícias e as reportagens nos interessam porque, muitas vezes, (re)acendem polêmicas em torno de questões sociais (cf. AMOSSY, 2014; 2017[2014]). Salientamos que a entrevista jornalística escrita, em meio impresso ou digital, distingue-se da entrevista jornalística televisiva em aspectos relevantes para a análise da argumentação, relativos, por exemplo, aos modos de contextualização da interação imediata entre entrevistador e entrevistado. Quanto ao gênero charge, nos chama à atenção a facilidade de compartilhamento e o conseqüente alcance desses textos, impulsionados pela larga utilização de aplicativos de mensagens instantâneas e das redes sociais. Trata-se, portanto, de um gênero que participa ativamente da manifestação profusa de questões polêmicas.

A análise de gêneros jornalísticos e midiáticos cuja função reconhecida não é de opinar/argumentar (como é o caso do artigo de opinião e do editorial) será importante para a descrição de diferentes modos de argumentar. Veremos que, algumas vezes, textos destinados a informar ou a fazer rir argumentam, de diferentes maneiras, em torno de questões polêmicas.

3.3 Técnica de coleta de dados

A técnica utilizada para a coleta dos dados foi a da documentação indireta, que consiste em coletar dados já prontos e disponibilizados por fontes públicas (como no caso de dados coletados de sítios abertos da Internet e de documentos públicos de livre acesso) ou privadas (como cartas e fotografias pessoais, documentos individuais, etc.). A entrevista jornalística televisiva, por exemplo, encontra-se disponível no sítio virtual YouTube (www.youtube.com), cujo acesso é livre e gratuito. Os vídeos que integram essa entrevista foram baixados em computador e gravados em CD. As duas entrevistas jornalísticas escritas, as duas reportagens e uma das notícias, também capturadas da Internet, foram salvas em arquivos PDF. Esses dados, pelo regime material de textualização (caso das entrevistas

televisivas) e pela extensão, foram anexados à tese¹⁹. Na medida em que se fez necessário, alguns trechos da entrevista televisiva foram transcritos a fim de se operar uma análise mais precisa sobre certos elementos textuais verbais. Todavia, tendo em vista o objetivo macro da pesquisa, de analisar o funcionamento da argumentação interdiscursiva *em textos*, é imprescindível que o leitor assista aos vídeos dessa entrevista para compreender as análises e, assim, construir um posicionamento mais apropriado sobre elas.

Os demais textos que compõem nossos dados foram retirados da Internet e integralmente incorporados ao corpo da tese.

3.4 Procedimento de análise dos dados

Esta pesquisa comporta duas grandes etapas, correspondentes aos capítulos 4 e 5, voltadas à operacionalização de nossa proposta. A primeira grande etapa operacional consiste não propriamente em uma análise de dados, mas no delineamento teórico e na exemplificação analítica da abordagem que estamos a propor. Desse modo, o capítulo 4 está voltado para o alcance de nosso objetivo específico de relacionar texto, discurso, gênero e argumentação. Ele serve também de base para avaliar se textos pertencentes a outros gêneros, e não somente àqueles que R. Amossy considera privilegiarem a modalidade polêmica, apresentam traços dessa modalidade, ainda que de modo enviesado.

O primeiro passo dessa etapa (seção 4.1) consiste, então, em discutir sobre o lugar que a AD e a AAD reservam à noção de gênero do discurso e sobre como os estudos circunscritos no escopo dessas abordagens utilizam desse critério em suas análises. Nosso segundo passo (seção 4.2) consiste em apresentar a concepção de gênero com a qual iremos trabalhar. Como, para a LT, as noções de gênero e de texto se implicam mutuamente, tanto do ponto de vista conceitual como do operacional, fazemos uma exposição da concepção de texto que encampamos e justificamos nossa escolha. Uma consequência importante dessa opção metodológica é a demonstração: i) dos limites que separam e particularizam a LT e a AD como disciplinas que compõem o vasto leque disciplinar das ciências da linguagem; e ii) do que torna possível, apesar das reservas conceituais e metodológicas mútuas, um diálogo (profícuo) entre as duas disciplinas. O terceiro e último passo (seção 4.3) dessa etapa insiste na ideia de que o

¹⁹ Ao leitor que não tiver acesso à versão impressa desta tese (com o CD anexo), sugerimos assistir aos vídeos seguindo os *links* abaixo:

- Entrevista com Silas Malafaia: Parte 1 <https://www.youtube.com/watch?v=WqBtf3ttMug>; Parte 2 <https://www.youtube.com/watch?v=ku2Oggblm0A>; Parte 3 <https://www.youtube.com/watch?v=f91j93-C5gw>; Parte 4 <https://www.youtube.com/watch?v=B37mTIZ7fPQ>.

gênero é a categoria-mor de análise da argumentatividade em textos. Isso porque, para nós, da LT, *texto* e *gênero* são noções operatórias essencialmente interligadas, não sendo possível, portanto, conceber textualidade sem pensar em constituição de gêneros. Além dessa insistência, o que nos move a dar esse último passo do capítulo 4 é uma inquietação em torno da Análise Textual do Discurso, de Jean-Michel Adam (abordagem, aliás, que convocaremos por ocasião das análises realizadas no capítulo seguinte), no interior da qual as relações entre *texto* e *discurso* e entre LT e AD se configuram de maneira um pouco distinta da que projetamos para nosso trabalho. Encerramos essa etapa ilustrando nossa proposta de interface.

Em função do caráter mais teórico do capítulo 4, os textos que utilizaremos para ilustrar nossas reflexões e as concepções que adotamos serão considerados como *exemplos* (**Exemplo (1)**, **Exemplo (2)**, etc.) e serão assim designados, dando continuidade ao processo de exemplificação teórica iniciado no capítulo 2. A fim de diferenciar esse exemplário dos dados que vamos examinar no capítulo 5, optamos por identificar estes dados pela denominação de *textos* (**Texto (1)**, **Texto (2)**, etc.). Obviamente, essas denominações pelas quais os dois grupos de textos convocados para esta tese são identificados (*exemplo* e *texto*) servem tão somente a uma distinção ligada aos nossos procedimentos teóricos e metodológicos, já que todos esses objetos são *textos*.

A segunda grande etapa operacional, correspondente ao capítulo 5, consiste nas análises das estratégias de persuasão utilizadas em diferentes modos de argumentatividade, com base em três elementos textuais: intertextualidade, composicionalidade (que inclui plano de texto e sequências textuais) e referenciação. Abrimos essa etapa com a defesa de que as estratégias textuais consistem em *estratégias argumentativas* ou *estratégias persuasivas*; para tanto, explicamos porque concebemos *argumentação* e *persuasão* como termos análogos do ponto de vista da textualidade. Em seguida, iniciamos os passos analíticos propriamente ditos.

O primeiro passo (seção 5.1) busca mostrar como é possível compreender o funcionamento da argumentatividade interdiscursiva a partir do parâmetro da intertextualidade. Buscamos demonstrar também nessa seção como esse fenômeno textual instaura, em uma situação concreta de interação, uma questão polêmica.

O segundo passo (seção 5.2) está voltado à análise de critérios composicionais – plano de texto e sequências. Primeiro (subseção 5.2.1), buscamos evidenciar como o plano de texto permite inscrever e deixa entrever, em um nível composicional macroestrutural, posicionamentos em torno de um tema polêmico. Depois (subseção 5.2.2), elucidamos as maneiras pelas quais as cinco sequências textuais (narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal) permitem agir sobre as representações, crenças e/ou comportamentos

dos interlocutores de alguns textos, de modo a tentar influenciar o interlocutor, mesmo que de soslaio, em meio a debates polêmicos.

O último passo do capítulo 5 (seção 5.3) traz a análise que embasa nossa hipótese de que os processos referenciais conferem robustez aos meios de prova retóricos e incidem, de maneira incontornável, sobre as três características primárias da polêmica: a dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do Oponente. Como a primeira característica da polêmica é a dicotomização de teses, iniciamos pela identificação das teses dicotômicas e de alguns argumentos que sustentam cada uma delas. Trata-se de um procedimento analítico recomendado por Amossy (2014): para analisar o funcionamento de uma polêmica, o pesquisador precisa organizar e reconstruir os dados em dois blocos de argumentos – os favoráveis e os opostos a certa tese. Como esses argumentos geralmente encontram-se dispersos nos numerosos discursos que circulam socialmente, sem organização prévia, é necessário organizá-los de modo a fazer parecer que se trata de um diálogo entre os dois lados que debatem. É pertinente destacar a contribuição que o jornalista nos dá para a execução de tal tarefa: ele, quando trata de uma questão polêmica em seu texto, seleciona e organiza os prós e os contras, construindo um diálogo virtual entre os debatedores e colaborando, assim, com o trabalho de reconstrução da polêmica pelos pesquisadores.

Feita a (re)organização dos argumentos das teses dicotômicas em blocos, identificaremos os elementos presentificados nos textos pelos (contra)discursos e os raciocínios subjacentes a eles, buscando evidenciar a lógica que justifica as (re)categorizações realizadas. Essa descrição do *logos* via análise dos processos referenciais nos permitirá descortinar os desacordos profundos que dão vazão às polêmicas e os sentimentos aos quais os locutores recorrem para arregimentar adeptos de suas teses, apelando ao *pathos* e criando um efeito de identidade que contribui para a polarização social. Esse último passo (e última seção de análise) é encerrado com uma análise que relaciona os processos referenciais à sedimentação discursiva do *ethos* prévio institucional de jornalista, à construção do *ethos* discursivo do locutor e à elaboração discursiva da cena de enunciação em uma reportagem.

Feita a exposição de nossos procedimentos metodológicos, passemos à operacionalização da interface que estamos a propor.

4 REDEFINIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA INTERFACE ENTRE LT E AAD

A análise argumentativa do discurso insiste no princípio de que a argumentatividade atravessa o discurso em seu todo, ou seja, de que essa atividade é inerente ao funcionamento discursivo. Outro princípio em que se esteia a abordagem proposta por R. Amossy é o de que “A argumentação deve ser estudada no nível de sua construção textual, a partir dos procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento” (AMOSSY, 2018a, p. 41). Tendo em mente esses princípios, propomos que a AAD agregue elementos textuais aos seus parâmetros de análise, atualmente centrados em categorias de ordem pragmática (como os implícitos, pressupostos e subentendidos) e linguística (termos lexicais de modo geral, modalizadores, conectores e construções sintáticas). Categorias de ordem textual, tais como intertextualidade, plano de texto, sequências textuais, referenciação, dentre outras, podem ampliar as possibilidades de desvelamento da argumentatividade em situações concretas de uso da linguagem, contribuindo, assim, para o estudo dos funcionamentos discursivos de modo geral e, especificamente, das modalidades argumentativas. Nosso intuito, portanto, é contribuir, com os critérios analíticos da LT, para a investigação das estratégias por meio das quais a argumentatividade interdiscursiva de modo geral, e a modalidade polêmica, em particular, pode se inscrever em textos.

Antes de darmos início à efetiva operacionalização de nossa proposta – esmiuçando o *modus operandi* de análises textuais da argumentatividade interdiscursiva com base nos critérios da intertextualidade, da composicionalidade e da referenciação –, consideramos pertinente fazer uma breve reflexão teórica a respeito de como vislumbramos estabelecer uma interface entre a LT e a AD (na medida em que a AAD se constitui como um ramo desta) e de como o critério analítico do gênero se institui, a um só tempo, como textual e discursivo, viabilizando o diálogo entre as duas disciplinas. Tomaremos, portanto, a noção de gênero do discurso como o primeiro (e o principal) critério a discutirmos por ocasião dessa interface. Quatro motivações justificam nossa escolha pela centralização desse critério: primeiro, o lugar de destaque que os gêneros têm na abordagem de Amossy e na AD francesa, em função da constitutiva relação de um texto com um contexto discursivo; segundo, o fato de termos selecionado, para nossa proposta de análise, textos que relevam de diferentes gêneros da esfera midiática; terceiro, porque acreditamos que a polêmica seja um fenômeno sociodiscursivo ligado a diferentes maneiras de argumentar, ainda que de modo latente ou enviesado, como ocorre na notícia e na reportagem, porque a polêmica não se estabelece em um único texto, mas na relação entre textos; quarto, porque entendemos que texto e gênero são conceitos operatórios

que se imbricam, não sendo possível, portanto, pensar em textualização sem pensar em constituição de gêneros. Assim, acreditamos que iniciar esta discussão pelo critério do gênero do discurso nos permitirá situar os textos e os discursos em um quadro discursivo e genérico a partir do qual poderemos compreender a relação entre o tipo de interação, a construção da coerência, a macroestrutura textual e os diferentes modos textuais de argumentatividade.

A incursão teórica que faremos terá início pela AD e pela AAD, buscando apresentar o modo como elas concebem gênero do discurso e como essa noção é mobilizada para o estudo da argumentação. Em seguida, apresentaremos a abordagem teórica e metodológica de Jean-Michel Adam para o estudo dos textos, a Análise Textual dos Discursos (doravante, ATD), filiada à LT, e problematizaremos sobre o lugar que essa abordagem confere ao discurso, à AD, aos gêneros e à argumentação em sua perspectiva.

Para delinear os termos do diálogo que ora estamos propondo, optamos por problematizar a ATD em razão, primeiro, de se tratar de uma abordagem inscrita no espaço disciplinar da LT (é, portanto, uma abordagem especificamente textual); segundo, de ela pressupor que “Todo enunciado possui um valor argumentativo” (ADAM, 2011, p. 122). Isso significa que a ATD foi escolhida não por ser uma abordagem teórica e metodológica *de estudo de gêneros*, mas sim porque: a) sua preocupação maior em descrever e explicar os modos de textualização implica escolhas teóricas e terminológicas que ligam, constitutivamente, textos a gêneros do discurso, de modo que a textualidade é vista como sendo unida à discursividade pelo sistema de gênero de uma certa formação sócio-histórica (cf. ADAM, 2017, p. 36); b) ela considera os *gêneros do discurso* como categorias que, complementarmente às categorias *(protó)tipos de seqüências* e *gêneros de texto*, constituem a classificação das realizações textuais e discursivas (ADAM, 2017, p. 37); c) ela permite, por ser uma abordagem de orientação discursiva, integrar os três componentes de gêneros do discurso apontados por Bakhtin (estrutura composicional, conteúdo temático e estilo) e os componentes enunciativo e interacional/pragmático considerados pelos estudos do Círculo; e d) ao integrar o componente interacional/pragmático ao semântico (em um plano *configuracional* de estabelecimento da coerência), ela considera que toda proposição-enunciado é dotada de uma orientação argumentativa, ou seja, orienta o interlocutor, argumentativamente, em direção a um objetivo de ação definido pela seqüência de atos ilocucionários e pelo ato ilocucionário global ao qual se pode resumir essa seqüência.

Sendo a proposição-enunciado a unidade textual e enunciativa mínima, produto de uma enunciação realizada por um enunciador e dirigida a um coenunciador (ADAM, 2011, p. 108), podemos dizer que um texto constituído de várias proposições-enunciados (como ocorre

em grande número de vezes) comporta numerosas orientações argumentativas, nem sempre antagônicas, mas necessariamente diversas. A orientação argumentativa pode ser indicada tanto por atos de discurso como por conectores argumentativos e/ou por um léxico axiologicamente marcado (ADAM, 2017, p. 42). Ainda que um texto não seja articulado por conectores argumentativos, todo e qualquer texto comporta, em sua estruturação configuracional/pragmática, uma visada ilocutória ou uma orientação argumentativa global que norteia a (re)construção da intencionalidade implicada em sua interpretação. Usamos o termo *intencionalidade*, e não *intenção*, para marcar a ideia segundo a qual não se trata de captar o objetivo traçado pelo locutor do texto, mas, sim, de construir, por um processo de negociação interpretativa que se dá ao longo da interação sociocognitiva e discursiva, o(s) propósito(s) de um texto.

Sobre os objetivos (explícitos ou não) de um texto, é importante lembrarmos, ainda, com Adam (2017²⁰, p. 43, grifo em negrito de nossa responsabilidade) que

narrar, descrever, argumentar e explicar são quatro formas de ação verbal, muito correntes e dominadas muito cedo pelas crianças, que as teorias clássicas dos atos de fala não permitem, todavia, descrever. Todo texto visa (explicitamente ou não) agir sobre as representações, crenças e/ou comportamentos de um destinatário (individual ou coletivo). Se consideramos que o objetivo interativo dos enunciados assertivos é compartilhar uma crença, convencer um destinatário da consistência de uma representação discursiva, então podemos dizer que uma assertiva nem visa se adequar a um determinado estado de mundo real (definição clássica), nem visa empenhar-se para que o mundo seja visto pelo destinatário de acordo com a crença proferida pelo locutor-enunciador. **As asserções narrativas, descritivas, argumentativas e explicativas factuais ou ficcionais constroem representações esquemáticas do mundo com o objetivo final, como nas diretivas, de um objetivo de ação:** compartilhar uma crença com a finalidade de induzir a um certo comportamento (sonhar, rir, chorar, indignar-se, revoltar-se, agir, etc.).

Considerar os enunciados assertivos como orientados, em última instância, à ação é, a nosso ver, aproximar a noção de orientação argumentativa da concepção de argumentação da nova retórica, para a qual, mais do que aumentar ou suscitar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento, o objetivo de toda argumentação é desencadear neles a ação pretendida ou, pelo menos, criar neles “uma disposição para a ação, que se manifestará em momento oportuno” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50). A ideia de que todo texto possui uma orientação argumentativa, então, nos é bastante pertinente porque converge, ao menos em parte, para o pressuposto da AAD segundo o qual a argumentação é

²⁰ A tradução desta obra foi realizada pelo Prottexto.

inerente ao discurso, de modo que todo discurso comporta, portanto, uma dimensão argumentativa.

A reflexão que vamos empreender neste capítulo será destinada, primeiramente, à definição dos termos de uma análise da argumentatividade pautada em elementos textuais, mas seu foco recairá, em seguida, sobre os gêneros do discurso como fator de regulação da textualidade e das formas como a dimensão argumentativa, ou a orientação argumentativa, podem se inscrever em textos de gêneros da esfera midiática.

4.1 Gêneros do discurso na AD e argumentação

Os estudos em AD francesa que adotam a noção de gênero como critério de análise da discursividade centralizam sua atenção nas restrições e coerções sociais, históricas e institucionais que determinam as condições de produção dos discursos, nas operações de manutenção e de subversão dessas condições. O gênero de discurso, nessa perspectiva, é o dispositivo de enunciação que liga um texto ao seu contexto de enunciação:

No meu entender, o interesse específico que governa a disciplina “análise do discurso” é de apreender o discurso como entrecruzamento de um texto e de um lugar social, quer dizer que seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas aquilo que os une através de um dispositivo de enunciação específico que provém ao mesmo tempo do verbal e do institucional. Aqui, a noção de “lugar social” não deve ser apreendida de maneira imediata: pode se tratar de um *posicionamento* num campo discursivo (político, religioso...). Em qualquer um dos casos, o analista do discurso é obrigado a atribuir um papel central à noção de gênero de discurso, que, por natureza, leva ao fracasso de toda exterioridade simples entre “texto” e “contexto”. Assim, pensar os lugares independentemente das palavras que autorizam (redução sociológica), ou pensar as palavras independentemente dos lugares dos quais elas são parte beneficiária (redução linguística), isso seria ficar aquém das exigências que fundam a análise do discurso. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 143).

Os gêneros não são considerados pela AD francesa, portanto, como modelos de enunciados que são preenchidos, independentemente de contexto, pelo locutor ao produzir um texto. Admitindo as relativas regularidades composicionais, temáticas e estilísticas dos enunciados que pertencem a um mesmo gênero, os analistas do discurso consideram o gênero um critério por meio do qual é possível apreender as condições (MAINGUENEAU, 2008a) pelas quais os discursos se materializam em textos, dentre as quais estão, principalmente: a finalidade socialmente reconhecida do gênero instanciado em textos; os papéis assumidos pelos interlocutores e a legitimidade social e institucional desses papéis; o lugar da enunciação, não como espaço físico e externo, mas como parâmetro constitutivo do discurso; a temporalidade

do discurso (ele pode ocorrer periodicamente ou não, pode ter uma duração mais ou menos prevista, um tempo de validade etc.); um modo de existência material; e, por fim, uma organização textual, seguindo planos mais ou menos rigorosos de estruturação, cujo estudo cabe à Linguística Textual (MAINGUENEAU, 2008a)²¹.

Tomemos como parâmetro a esfera religiosa para exemplificar, com base nessa perspectiva discursiva, como os gêneros do discurso consistem em dispositivos enunciativos que ligam, constitutivamente, um texto a um contexto. As igrejas (os templos), como lugares legítimos de circulação de gêneros da esfera religiosa, tais como missa, culto, adoração, batismo, casamento religioso, crisma etc., autorizam essas formas de ação languageira, de acordo com as regras instituídas em âmbito tanto social como institucional. Assim, em uma igreja católica, a ocorrência de uma missa eucarística implica o estabelecimento de papéis e funções bem delimitados e reconhecidos tanto pela própria Igreja como pela sociedade como um todo (padre, fiéis, coroinha etc.), a finalidade da interação (celebrar a eucaristia), o tempo do acontecimento (em geral, em torno de uma hora) e uma organização textual bastante ritualizada (rito inicial, liturgia da palavra, liturgia eucarística, ofertório etc.). O lugar da missa, no entanto, pode ser outro, que não a igreja/o templo: pode ocorrer em uma praça pública, no pátio de uma escola, no barracão de um centro comunitário, mas, ainda assim, ser uma missa. O significado da transgressão é que muda: “pode-se tratar de legitimar um espaço normalmente ilegítimo (mostrando que a Igreja deve abrir-se ao mundo)” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 66). A transgressão também pode dar-se no sentido inverso, de o espaço da igreja/templo ser ocupado para atender a outras finalidades que não lhe são típicas, como de oferecer educação escolar, por meio do gênero aula, que institui papéis relacionados ao campo escolar (professor, alunos, diretor, coordenador pedagógico), com uma organização textual e discursiva própria, com um tempo de acontecimento igualmente próprio.

Pensando essas condições por um prisma argumentativo, podemos dizer que abrir as portas de um templo religioso para uma interação típica de outra esfera/campo social pode ter um significado retórico importante para uma Igreja, pois sugere que a Educação é considerada por ela um valor e que está preocupada em participar ativamente de sua garantia. O gesto de concessão do espaço que não é considerado propriamente educacional supõe o partilhamento de uma *doxa* e pode visar à persuasão do auditório particular daquela instituição religiosa, no sentido de reforçar sua crença na imagem que essa Igreja constrói ou busca construir de si junto a seus fiéis e à sociedade. Vemos que tanto a manutenção como a subversão

²¹ Problematizaremos mais adiante esse modo de perspectivizar a relação entre discurso e texto.

de um *status quo* em um dado campo é intrínseca (e não exterior) ao discurso, pois é pela via do gênero instanciado em textos que esses movimentos (em especial, a distribuição de papéis) podem ser instituídos e reconhecidos.

Além das condições de êxito mencionadas acima, Maingueneau (2008a) relaciona o gênero àquilo que ele denomina *cena de enunciação* e a estas três metáforas às quais recorre para analisar as coerções operadas pela noção de gênero: contrato, papel e jogo. A ideia de um contrato instituído pelo gênero, fundador do ato de linguagem, confere à enunciação uma normatividade que requer a cooperação dos coenunciadores, tanto para seguir as regras previstas nesse contrato – que entendemos serem quase sempre tácitas e derivadas do conhecimento intuitivo sedimentado pelas experiências sociodiscursivas dos sujeitos – como para sofrer as sanções previstas em caso de transgressão. Cada gênero também determina as possibilidades de papéis a serem desempenhados pelos coenunciadores, conforme as circunstâncias de enunciação. Um trabalhador no desenvolvimento de sua função exerce o papel de policial, de professor, de engenheiro, conforme o contrato de trabalho formalmente estabelecido; diferentemente, o mesmo sujeito empírico pode exercer o papel de pai de família em outros contextos de interação e, no exercício desses diversos papéis, não é concebido como sujeito empírico, mas como sujeito enunciativo e discursivo. A ideia de jogo entrecruza as metáforas do contrato e dos papéis, com um adendo: “contrariamente às regras do jogo, as regras do discurso nada têm de rígido: elas possuem zonas de variação, os gêneros podem se transformar. Além disso, o gênero de discurso raramente é gratuito, ao passo que o jogo exclui as finalidades práticas, visando apenas ao lazer” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 70). No nosso entender, a concepção de gênero como implicando um jogo também remete à ideia de que os coenunciadores, enquanto “jogadores”, fazem especulações em torno das reações do(s) outro(s) com o(s) qual(is) interagem e dos efeitos que podem decorrer de certas escolhas linguísticas, textuais e discursivas, o que os leva a se comportarem, em parte, como estrategistas que se submetem ao contrato e a outras coerções de natureza genérica (e, conseqüentemente, institucionais e sociais), mas que também transformam em alguma medida a situação da qual participam.

Quanto à categoria denominada *cena de enunciação*, Maingueneau (2008a) parte do princípio de que “Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é **encenada**.” (p. 85, grifo do autor). A cena de enunciação comporta três dimensões: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante diz respeito ao tipo de discurso ao qual pertence um texto (religioso, político, científico, literário etc.), o que situa os coenunciadores em um contexto de fala que indicia os papéis representados e a

finalidade da interpelação. Essa cena, no entanto, não é suficiente para definir o quadro espaço-temporal mais específico no qual os papéis são definidos em razão de finalidades mais precisas; um discurso de tipo político, por exemplo, ganha contornos mais nítidos quando se manifesta e interpela o coenunciador por meio de um debate televisivo, ou de uma peça publicitária publicada em outdoor ou, ainda, de um panfleto distribuído em via pública. Assim, é a cena genérica que institui com mais precisão as circunstâncias da enunciação, isso porque é com gêneros que lidamos constantemente. São essas duas cenas, a englobante e a genérica, que definem o “quadro cênico” do texto.

Alguns textos, a depender do grau de suscetibilidade de cada gênero, também podem apresentar uma outra cena, a que Maingueneau (2008a) chama de *cenografia*, que é engendrada pelo próprio discurso, e não pelo quadro cênico (que envolve o tipo e o gênero do discurso). Maingueneau ressalta o papel nuclear do leitor/ouvinte (ou melhor, a imagem dele previamente implicada em cada gênero) na construção dos enunciados e considera que há uma variação de suscetibilidade genérica quanto à manifestação de cenografias variadas. Assim como nem todos os gêneros são suscetíveis a uma manifestação de estilo individual, nem todo gênero autoriza o desenvolvimento de cenas enunciativas variadas. É o caso, por exemplo, de certas correspondências oficiais e das ordens militares, que não permitem afastamento de modelos preestabelecidos. Diferentemente desses, há gêneros que abrem espaço a variações de estilo e de cenografias. Vamos arriscar²² uma exemplificação de como a fala é encenada no texto do exemplo (10) a seguir.

Exemplo (10)

Das duas, uma (Gilberto Gil)

Das duas, uma
 Ou será pluma
 Ou será pedra e pesará
 Se forem hábeis e sábios e são
 Serão amáveis e tempo terão
 Pra fazer da vida a dois
 Dois chumaços de algodão
 E os frágeis cristais
 Das aventuras
 Encontrarão proteção e, quem sabe, quebrarão jamais

²² O verbo “arriscar” nos parece apropriado a este contexto enunciativo, qual seja, o de escrevermos, em uma tese, sobre uma disciplina cujos pressupostos interpretamos a partir de nosso lugar, que é a Linguística Textual.

Se porventura
 A vida dura
 Lhes for madrasta e voraz
 Sejam capazes, audazes e bons

Façam das pazes noturnos bombons
 E os percalços naturais
 Farão parte da canção
 Serão tropeços
 E recomeços
 Um a cada vez, cada mês
 E vocês se acostumarão

Fonte: <https://www.lettras.mus.br/gilberto-gil/1687138/> Acesso em: 09/01/2018.

O texto do exemplo (10) é a letra da canção *Das duas, uma*, composta por Gilberto Gil, e que compõe o repertório do álbum *Banda dois*, do mesmo compositor e intérprete. A cena enunciativa desse texto envolve a cena englobante que poderíamos, talvez, denominar de lítero-musical brasileira (COSTA, 2001), a cena genérica de uma canção e a cenografia de um aconselhamento²³. Essa cenografia é indiciada, entre outros aspectos linguísticos, pela escolha da conjunção condicional *se* (**Se** forem hábeis e sábios e são/Serão amáveis e tempo terão...), do imperativo (**Sejam** capazes, audazes e bons/**Façam** das pazes noturnos bombons) e do futuro do indicativo (E os percalços naturais/**Farão** parte da canção/**Serão** tropeços/E recomeços/Um a cada vez, cada mês/E vocês se **acostumarão**), que ajudam a construir, não só a cenografia de um aconselhamento, mas também uma “personalidade do enunciador” (MAINGUENEAU, 2008a) ou um *ethos*. Neste caso, o *ethos* de um pai experiente, sábio e prudente, que adverte a filha sobre o que pode e deve ser feito na situação de uma vida a dois iminente, recomendando-lhe agir de um modo e não de outro e prevendo a ocorrência de “percalços naturais” a um casamento. O *ethos* na AD de Maingueneau também está relacionado a gêneros do discurso, mas não vamos nos deter nessa questão, neste ponto de nosso trabalho, porque trataremos de *ethos* mais adiante.

Vemos, por essa breve explanação a respeito de como a AD francesa de Dominique Maingueneau aborda a questão dos gêneros de discurso, que a ênfase nos estudos do analista recai sobre “aspectos ‘extralinguísticos’, o que diferencia seu trabalho daqueles que priorizam o estudo dos gêneros levando em conta, sobretudo, suas características formais” (CAVALCANTI, 2013, p. 436). Indubitavelmente, a AD, com o estudo dos “aspectos

²³ Essa canção foi composta para Maria, uma das filhas de Gilberto Gil, por ocasião de seu casamento. Essa informação é dada pelo próprio compositor, quando termina de executar a referida canção, em uma das faixas do DVD *Banda dois*.

extralinguísticos” (aspectos de ordem ideológica, institucional, cultural, social, histórica) que incidem sobre a vida da linguagem, oferece um arsenal teórico deveras interessante à LT, já que nossa concepção de texto não se reduz à superfície linguística e se estende à dimensão discursiva da produção languageira. Todavia, os conceitos e as categorias analíticas da AD são, por um processo discursivo e científico convencionalmente esperado, vistos por nós pelas lentes do lugar que ocupamos na esfera acadêmico-científica.

Pelas lentes da LT na qual já declaramos nos situar (aquela representada pelos estudos operados pelo Grupo Prottexto), o texto não é mera “estrutura” superior à frase (MAINGUENEAU, 2015, p. 37) ou simplesmente “uma sequência de frases que forma um todo coerente” (MAINGUENEAU, 2017, p. 110). A nosso ver, o texto é uma abstração de coerência, uma totalidade cuja ocorrência é singular, pois consiste em um evento da vida da linguagem. O texto, por esse prisma, não se resume a uma organização linguística, não é apenas superfície (lembramos da metáfora do *iceberg* utilizada por Ingedore Koch [KOCH, 2002]); a coerência textual, os possíveis sentidos de um texto são construídos no decorrer de uma interação entre sujeitos sociais que mobilizam contextos sociocognitivos tanto para produzi-lo como para compreendê-lo. O processamento textual, por essa perspectiva sociocognitiva e interacional, concebe um equilíbrio entre o social e o individual: os textos não só materializam as condições sociais de existência e de uso da linguagem como também produzem essas condições.

A lupa pela qual enxergamos a cena enunciativa de Dominique Maingueneau, portanto, nos faz vê-la não apenas como sobredeterminada pelo discurso, mas também como sendo instituída pelo texto em uma determinada enunciação. Em outras palavras: o texto é, para nós, a um só tempo, “o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (cf. MAINGUENEAU, 2008a) e a unidade da comunicação discursiva que produz essa encenação. No exemplo (10) acima – a canção *Das duas, uma* –, o texto não somente materializa o discurso conselheiro como também institui a cenografia de um aconselhamento, assim como institui o *ethos* de um enunciador sábio e experiente. O texto não só materializa o discurso de tipo lítero-musical e as condições do gênero canção, mas também instaura, por ocasião de sua enunciação, a cena englobante lítero-musical e a cena genérica da canção. Essa forma de ver a relação entre discurso e texto – como sendo uma via de mão dupla – é a que orientará nossas análises. Retornaremos a ela mais adiante. Por ora, é pertinente afirmar que a noção de cena enunciativa será interessante para discutirmos a respeito das coerções discursivas que incidem sobre o nível composicional dos gêneros e dos textos (e sobre como a textualização institui cenas enunciativas).

A partir daqui, passaremos a nos ocupar, também brevemente, do modo como a análise argumentativa do discurso de Ruth Amossy aborda a argumentatividade pelo critério do gênero do discurso.

Segundo Amossy (2011a, 2018), considerar o gênero de discurso no qual a argumentatividade se manifesta, seja em sua visada, seja tão somente em sua dimensão argumentativa, confere à análise da argumentação uma dimensão social e institucional que ultrapassa as análises retóricas que repertoriavam universais argumentativos. A nova retórica considera o social na medida em que assume o pressuposto de que a argumentação se baseia em crenças, valores e sentimentos socialmente construídos, assentando-se, por isso, no razoável. O *logos* retórico, então, é o lugar de uma razão negociada, contingente. A descrição das técnicas argumentativas feita por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) indica que, de modo geral, a nova retórica preocupa-se com o estudo das ligações operadas por um raciocínio razoável e com sua classificação, ou seja, com os esquemas de raciocínio subjacentes à argumentação, tratando de abstrair-los das realizações languageiras concretas. A análise retórica, portanto, não se ocupa dos funcionamentos languageiros propriamente ditos; essa é uma preocupação, de acordo com Amossy (2011a, 2018), dos estudos sobre argumentação realizados no âmbito das ciências da linguagem. A análise da argumentação no discurso pretende ir “além da esquematização que restitui um raciocínio abstrato”, a fim de “ver como funciona, efetivamente, a estratégia de persuasão em uma situação de comunicação dada” (AMOSSY, 2011a, p. 132). Como detalharemos adiante, uma dessas estratégias de persuasão diz respeito à opção por um determinado gênero do discurso.

No âmbito da AAD, a razão atemporal da retórica é reconfigurada por princípios conceituais escolhidos por Amossy para caracterizar sua proposta: trata-se de uma abordagem languageira, comunicacional, dialógica e interacional, genérica, estilística e textual. São esses princípios que motivam uma reorientação dos estudos retóricos pela AAD de Amossy.

Para a autora, verificar a estrutura dos argumentos e os efeitos que as técnicas argumentativas surtem só faz sentido se o fizermos considerando a rede interdiscursiva e o contexto comunicacional em que eles operam. Por isso, sua proposta consiste em identificar, com base em traços linguísticos, quais os esquemas abstratos correspondentes aos tipos de argumento empregados (por analogia, por consequência, pela regra de justiça etc.). Mas, diferentemente de como procede a Nova Retórica, sua Teoria da Argumentação no Discurso cuida de explicar como os argumentos são colocados em discurso, ou como um dado discurso confere força aos argumentos selecionados, e vice-versa. (CAVALCANTE, 2016, p. 116).

Colocar os argumentos em discurso implica situá-los em um quadro discursivo, que envolve o campo ao qual pertence e o gênero no qual se inscreve a troca verbal (AMOSSY,

2006, p. 2015). São os quadros discursivos e institucionais que determinam as finalidades da fala, a distribuição dos papéis e a gestão da troca verbal; e, conforme vimos com Maingueneau (2008a, 2008b), são os gêneros que refletem a ligação de um texto a um lugar social, daí a sua pertinência para os estudos em AD. Segundo Amossy (2006, p. 217, tradução livre),

O gênero de discurso é um modelo discursivo que compreende um conjunto de regras de funcionamento e de restrições. Os gêneros são reconhecidos e valorizados pelas instituições segundo princípios variáveis de hierarquização. Eles permitem socializar a fala individual, emoldurando-a nas formas consagradas e repertoriadas que determinam um horizonte de expectativas. Tem-se observado frequentemente que, sem a mediação dos gêneros, a interlocução seria impossível: eles autorizam, de fato, a boa recepção de um discurso, orientando de cara a sua escuta ou a sua leitura.

É tendo em mente essa concepção de gênero de discurso que Amossy (2006, 2011a) classifica e divide discursos de dimensão argumentativa (notícia, artigo científico, reportagem, autobiografia, histórias de ficção, carta pessoal, conversação cotidiana) e de visada argumentativa (anúncio publicitário, discurso eleitoral, pregação religiosa, manifesto político ou literário). Quanto às modalidades argumentativas, Amossy (2008) as define segundo traços genéricos e as exemplifica com gêneros que privilegiam cada modalidade. Assim, negociações comerciais, trocas diplomáticas, audiências de conciliação são gêneros que privilegiam a modalidade negociada; manual escolar, aula, palestra, história de literatura infantil privilegiam a modalidade pedagógica; debate eleitoral, artigo de opinião, fórum de discussão privilegiam a modalidade polêmica.

A divisão entre dialogal e dialógico envolve, de igual modo, distinções genéricas que Amossy (2006) considera fundamentais para a argumentação no discurso, porque “representam um princípio de classificação das interações” (p. 218) que leva em conta distintas formas de reações por parte dos interlocutores. Estabelecendo correspondência entre essa divisão e a divisão aristotélica entre dialética (dialogal) e retórica (dialógica), a linguista distingue as “interações reais face a face” (que ocorrem na presença do outro e que contam com as reações imediatas dele, podendo o locutor adaptar-se a essas reações, enfrentar imediatamente as oposições ou negociar significações) das “interações virtuais” (mais planejadas, que ocorrem sem a presença efetiva do interlocutor e, conseqüentemente, sem a intervenção imediata dele). As duas categorias dessa divisão balizam o modo como Amossy (2006) aborda a questão do gênero na análise da argumentação em “dois textos”²⁴: uma *carta*

²⁴ O anexo 7 do livro *L'argumentation dans le discours* (2006), ao qual estamos nos referindo aqui, reúne pequenos fragmentos de entrevistas televisivas eleitorais. Entendemos, então, que a autora está considerando o anexo como sendo “um texto”. Convém esclarecermos, no entanto, em consonância com os pressupostos que adotamos da LT, que não se trata de *um texto*, mas de vários textos (cada entrevista correspondendo a uma unidade de coerência,

aberta intitulada *À la “Mère inconnue” du “Soldat inconnu”*²⁵, escrita por Madeleine Vernet e publicada, em 1920, no jornal *La Mère éducatrice* (fundado pela própria Vernet); e *entrevistas televisivas eleitorais* (na verdade, fragmentos delas) com Jacques Chirac e Jean-Marie Le Pen, realizadas por ocasião das eleições presidenciais na França em 2002. Essa análise evoca categorias retóricas e discursivas (auditório, *ethos*, *doxa*, interdiscurso etc.) e põe em relevo aspectos que a autora considera estarem relacionados aos gêneros: a inscrição do auditório na carta aberta e o tratamento das faces nas entrevistas televisivas eleitorais. Para efeito de ilustração de como Amossy procede nesse estudo, relataremos brevemente a análise da carta aberta.

A análise que Amossy (2006) faz da carta de Madeleine Vernet inicia com uma descrição do gênero, com foco na relação que ele estabelece entre o autor de uma carta aberta e seu auditório. De acordo com a autora, a questão do auditório encontra-se “no coração” desse gênero. Consistindo em um texto que se apresenta no formato de uma carta, podendo vir a público por meio de um jornal, de uma revista, de um panfleto, de um sítio na Internet (todos esses meios implicando acesso em larga escala), a carta aberta busca intervir em assuntos públicos, suscitando ou reavivando um debate em torno de temas por vezes polêmicos. É o que ocorre com o texto de Vernet: reagindo à cerimônia de homenagem aos combatentes que morreram pela França na Primeira Guerra Mundial, cerimônia realizada sob a forma de enterro solene de um soldado cuja identidade é desconhecida, em 11 de novembro de 1920, sob o Arco do Triunfo, essa carta é publicada em 14 de novembro do mesmo ano para exprimir um posicionamento pacifista e para buscar arregimentar mulheres em torno do mesmo posicionamento e da luta por direitos sociais dos quais são excluídas (elas não tinham, por exemplo, direito a voto nessa época), tentando predispor esse auditório feminino à ação política. A destinatária inscrita na carta em tela – a “mãe desconhecida do soldado desconhecido” – é uma leitora fictícia, mas simbólica, pois, ao dirigir-se a ela, a autora institui o seu verdadeiro destinatário, que é o público composto, mais imediatamente, pelas leitoras da revista *La Mère éducatrice* (mulheres mães e professoras dedicadas à educação de crianças) e, mais amplamente, pelas mulheres da França. É nesse sentido que a carta aberta se caracteriza como um gênero cujo endereçamento é duplo. Ainda que o destinatário seja uma pessoa real (geralmente uma figura que desempenha funções institucionais de destaque em uma sociedade), o auditório a ser persuadido é o terceiro, o público ao qual a leitura do texto é aberta.

isto é, a um texto), e que o referido anexo fragmenta e compila, a propósito do objetivo analítico da autora, esse conjunto de textos.

²⁵ A “mãe desconhecida” do “soldado desconhecido”.

Em *À la “Mère inconnue” du “Soldat inconnu”*, a instância de alocação tem um valor de representatividade importante. Ao interpelar uma leitora anônima (“Eu não sei quem você é, mulher pobre ignorada, seu nome é desconhecido para mim”) e sofredora (“em meus olhos, você é apenas aquela que chora nas sombras, chamando às vezes pela carne de sua carne”), a autora da carta institui a imagem simbólica da maternidade (real ou potencial) sofrida e da própria mulher (vista por uma perspectiva biológica, a mesma que é usada como critério para a exclusão social das mulheres na França). Amossy salienta que o desejo de participação das mulheres em decisões políticas não entra em efetiva contradição com os valores tradicionais da família também defendidos por mulheres em círculos femininos progressistas naquela década. De acordo com Amossy (2006, p. 224, tradução livre),

A maternidade serve aqui, como em muitas outras ocasiões, como um link entre essas duas postulações contraditórias. É porque dá vida que a mulher deveria se opor espontaneamente à violência bélica e fazer valer sua vontade de paz na arena política. Que ela seja sincera ou estratégica, a essencialização da feminilidade é mobilizada para defender a causa pacifista e dar às mulheres o direito de falar. É nesse contexto que as leitoras, mesmo feministas e engajadas na causa pacifista, podem se identificar com a figura da Mãe e disso tirar sua força. Além disso, é o papel da *Mater dolorosa* cujo filho foi sacrificado por e para a comunidade que lhes confere o direito de intervir no debate público sobre a guerra. É por isso que a autora da carta aberta pode supor que a leitora de *La Mère éducatrice* poderá e quererá, ela também, se reconhecer na figura emblemática da Mãe desconhecida do soldado desconhecido.

Quanto às estratégias retóricas utilizadas na carta, Amossy identifica a construção de um *ethos* a partir do qual a locutora se projeta como um “eu” sábio e doutrinador que esclarece o “tu” ignorante, vítima da guerra, e que perdoa seu erro (é a ignorância que o impede de enxergar os malefícios do patriotismo). Nesse jogo, a autora da carta também busca incluir, por meio de um “nós”, a parcela mais instruída e engajada de leitoras da revista na instância de alocação. Além de erigir em torno de si uma imagem de mãe crítica, que julga (mas também perdoa) a ignorante “mãe desconhecida do soldado desconhecido” e condena a ideologia patriótica, a autora da carta demonstra empatia e convoca seu auditório a compartilhar de seu posicionamento pacifista. É recorrendo ao *pathos* que ela busca conscientizar seu auditório ainda não engajado na causa pacifista a insurgir-se contra a guerra. As repetições, em especial da “fórmula encantatória” “mãe desconhecida do soldado desconhecido”, os efeitos rítmicos e os clichês, segundo Amossy, são recursos verbais que contribuem para envolver o auditório no sofrimento provocado pela ausência e pela perda (potencializado pelo desaparecimento do corpo do filho) e, conseqüentemente, para levar a uma identificação com a dor da mãe. Por meio de argumentos-tipo dos discursos socialista e antimilitarista, Vernet liga doutrina e *pathos*

no propósito de unir as mulheres na revolta ativa contra a guerra e na reivindicação de seus direitos e de medidas de paz.

Essa análise da carta aberta nos serve de exemplo do modo como Amossy (2006) procede no estudo da argumentação pelo critério do gênero de discurso.

A consideração dos gêneros do discurso para a análise da argumentação participa também de uma distinção formal relativa ao funcionamento da polêmica: trata-se da distinção que Amossy (2014) faz entre *discurso polêmico* e *interação polêmica*. Conforme expusemos em capítulo precedente, a autora considera o discurso polêmico como sendo um dispositivo dialógico, mas não dialogal, de manifestação da polêmica, porque envolve somente uma das partes em presença (sem “interação direta” com o adversário); a interação polêmica, por outro lado, seria tanto dialógica como dialogal, pois envolve pelo menos dois locutores adversários engajados em uma discussão oral ou escrita, síncrona ou assíncrona. A exemplificação de ambos os “dispositivos” ou “modalidades” é operada por três gêneros que Amossy considera representativos dessas formas de manifestação da polêmica: o artigo de opinião (discurso polêmico), o debate televisivo e o *post* em fórum de discussão (interações polêmicas).

Consideramos que tal distinção feita por Amossy (2014) é importante na medida em que essas formas de manifestação da polêmica implicam diferentes possibilidades de defesas e refutações de pontos de vista e/ou de opiniões. Todavia, preferimos não adotar a categorização da autora, por entendermos que discurso e interação são elementos constitutivos da comunicação discursiva, independentemente da forma de manifestação/materialização do discurso e do modo como ocorre a interação. Por isso, optamos por conceber os traços assinalados por Amossy (presença de um ou mais debatedores, sincronia ou assincronia) como aspectos relacionados aos tipos de interação mais ou menos previstos para a instanciação de um gênero por um texto: um debate televisivo requer, sempre e necessariamente, que pelo menos dois locutores desempenhem o papel de debatedores e que a troca seja síncrona; um artigo de opinião, em geral, prevê que o papel de articulista seja desempenhado por somente um locutor; um comentário geralmente responde a uma publicação principal ou a outro(s) comentário(s), e essa troca é assíncrona. Essas variações interacionais nos levam a considerar as condições e possibilidades de engajamento em uma polêmica: quando somente um locutor materializa uma polêmica em um texto escrito, em uma interação assíncrona, mobilizando vozes de outros enunciadores e situando-as em uma encenação de debate, ele pode fazê-lo de modo a implicar-se na argumentação (como é de se esperar em um artigo de opinião) ou pode criar um efeito de distanciamento (como ocorre, algumas vezes, em textos do gênero notícia). Falamos em “criar um efeito de distanciamento” e não em “distanciar-se (de fato)” porque entendemos que toda

enunciação implica escolhas do locutor em relação ao seu dizer e que essas escolhas são estratégicas, isto é, são feitas em função da influência que o locutor supõe poder exercer sobre seu(s) interlocutor(es).

Tanto na AD como na AAD (que Amossy propõe seja um ramo daquela disciplina), vemos que o gênero do discurso não é tomado como objeto em si a ser estudado. Os analistas não se propõem a descrever o funcionamento de gêneros, mas, sim, os tomam como critérios de análise da discursividade, de como os discursos investem ou subvertem as regras discursivas próprias dos gêneros. Feitas essas breves considerações sobre as categorias utilizadas pela AD e pela AAD para analisar a argumentatividade pelo critério do gênero, passemos à nossa proposta.

4.2 Gêneros do discurso e textos: aspectos conceituais

A concepção de gênero com a qual operaremos em nosso estudo é a de Mikhail Bakhtin, para quem os gêneros são, basicamente, os “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Como esse conceito acarreta algumas outras implicações teóricas e metodológicas relacionadas ao estudo da textualidade que pretendemos empreender, partiremos de um trecho inicial do texto *Gêneros do discurso*, para discutir sobre nossas escolhas conceituais e analíticas.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, **acima de tudo, por sua construção composicional**. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo de comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2016, p. 11-12, grifos em itálico constam na obra; grifo em negrito é nosso).

O conceito de enunciado figura como núcleo do pensamento bakhtiniano sobre linguagem, tomado como unidade dialógica e elo do processo de comunicação humana. O enunciado em Bakhtin equivale, sob vários aspectos, a texto, tal como o concebemos na LT atual e, portanto, o texto na perspectiva bakhtiniana de linguagem é a unidade concreta e viva da comunicação discursiva. É concreto e único/irrepetível por sua relação imediata com a vida e com a circunstância de sua enunciação – que pressupõe a língua atualizada no e pelo uso, em

um contexto discursivo, e não a língua como sistema –, e é individual porque proferido por um sujeito que responde pela autoria do enunciado, um sujeito de discurso que fala a partir de um lugar e de um tempo tomados por uma perspectiva também social, semiótica e discursiva, não somente empírica. É por isso que “Como representação cronotópica, *texto é evento* que se desenrola *entre* discursos e *em* enunciações precisas” (MACHADO, 1996, p. 90, grifos da autora). Ele é proferido por um determinado sujeito (na teoria bakhtiniana, denominado *autor*) que integra um campo/esfera social e que “joga” com as regras desse campo. Assim, o enunciado é individual, mas reflete as condições de um dado campo da comunicação humana na medida em que se manifesta sob a forma de um gênero do discurso, sendo também, portanto, de caráter intersubjetivo e social.

Como evento cronotópico, o texto/enunciado é concreto. Mas, do ponto de vista da coerência, isto é, da construção de uma unidade de sentido ou de um propósito comunicativo, texto é abstração. A coerência, como princípio de interpretabilidade (CAVALCANTE, 2012), não é algo que se encontre na materialidade/superfície textual, no chamado *cotexto* (contexto estritamente linguístico de um texto); ela é construída e negociada ao longo de um processo sociocognitivo realizado por sujeitos imersos em uma situação comunicativa e influenciados por fatores de ordem não só linguística, mas também ideológica, sócio-histórica, institucional e cultural. As palavras, frases e articulações coesivas, por essa ótica de base sociocognitivista e interacionista, oferecem um horizonte de possibilidades a partir do qual se pode construir sentidos prováveis, não definitivos. Isso porque cada sujeito que interage por meio da linguagem mobiliza uma série de conhecimentos derivados de suas experiências, a um só tempo, individuais e sociais – conhecimentos linguísticos, conhecimentos de mundo, conhecimentos interacionais – que convergem para edificação de sentidos em uma dada circunstância enunciativa.

Para a LT na qual nos situamos, portanto, o texto não é (nem mesmo a grosso modo) uma sequência de frases²⁶, não é a unidade linguística máxima, superior à frase. Trata-se de uma “unidade processual” que exorbita as análises de nível morfossintático (MARCUSCHI, 2008, p. 72), trata-se de “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” (BEAUGRANDE, 1997 *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 72). Assim, o texto implica, fundamentalmente, o contexto também sócio-histórico e ideológico de uma dada interação, ou seja, implica o discurso.

²⁶ A concepção de texto como sequência de frases situa-se na fase inicial das pesquisas em LT e já foi há muito superada no interior dessa disciplina. Sobre as fases investigativas da LT, ver Fávero & Koch (2005) e Bentes (2008).

Entendemos, assim como Bakhtin (2016), que a relação entre o individual e o social (também histórico, institucional, cultural e ideológico) é engendrada pelos gêneros do discurso, cujos traços linguageiros – conteúdo temático, estilo e construção composicional – refletem nos textos as condições e finalidades específicas dos variados campos da atividade humana. É somente quando consideramos o papel dos gêneros na imbricação entre texto e discurso que conseguimos conceber o texto como um evento, ou, em outras palavras, “O enunciado (produção de discurso) como uma totalidade individual singular e historicamente único [*sic*]” (BAKHTIN, 2016, p. 106). Pensemos neste texto do exemplo (11):

Exemplo (11)

Hino Nacional Brasileiro

Compositores: Letra – Joaquim Osório Duque Estrada; Música – Francisco Manoel da Silva

I
Ouviram do Ipiranga às margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos
Brilhou no céu da Pátria nesse instante

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte
Em teu seio, ó Liberdade
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada
Idolatrada
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce
Se em teu formoso céu, risonho e límpido
A imagem do Cruzeiro resplandece

Gigante pela própria natureza
És belo, és forte, impávido colosso
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil
Pátria amada

Brasil!

II

Deitado eternamente em berço esplêndido
 Ao som do mar e à luz do céu profundo
 Fulguras, ó Brasil, florão da América
 Iluminado ao sol do novo mundo!

Do que a terra mais garrida
 Teus risonhos, lindos campos têm mais flores
 Nossos bosques têm mais vida
 Nossas vidas em teu seio mais amores

Ó Pátria amada
 Idolatrada
 Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
 O lábaro que ostentas estrelado
 E diga o verde-louro desta flâmula
 Paz no futuro e glória no passado

Mas, se ergues da justiça a clava forte
 Verás que um filho teu não foge à luta
 Nem teme, quem te adora, a própria morte

Terra adorada
 Entre outras mil
 És tu, Brasil
 Ó Pátria amada

Dos filhos deste solo és mãe gentil
 Pátria amada
 Brasil!

O texto do exemplo (11) somente se constitui enquanto tal a cada vez em que é enunciado. Isso porque a coerência, sua unidade de sentido, é um dos fatores de textualidade, ou seja, é um dos traços de constituição textual. Mas, conforme já afirmamos, a coerência não se abstrai tão somente dos encadeamentos entre partes do texto; ela sempre é abstraída a partir de um contexto de enunciação e engloba, principalmente, as inferências que um sujeito necessita fazer para construir sentidos. Assim, a materialidade semiótica do Hino Nacional Brasileiro (sua letra e sua música) já foi e continuará a ser repetida várias vezes, em diversas situações, mas, a cada vez que esse hino é enunciado, a coerência que se constrói para ele é única e singular; seu sentido, para cada sujeito que o enuncia, também é *sui generis*.

Um dos tipos de conhecimentos acionados por ocasião do processamento de um texto é aquele denominado *(socio)interacional*²⁷, que diz respeito ao saber “como proceder nas mais diversas situações comunicativas e como lidar com os variados gêneros e com os contextos em que são usados” (CAVALCANTE, 2012, p. 23). Todos os brasileiros sabemos, graças a nossas mais variadas experiências socioculturais, em que situações costumamos entoar o Hino Nacional de nosso país: em abertura e/ou encerramento de competições desportivas diversas, em cerimônias oficiais solenes, em eventos militares etc. Há algumas décadas, era de praxe cantar o Hino Nacional nas escolas brasileiras. Também sabemos, talvez muito mais intuitivamente, que a entoação do Hino tem como finalidade exaltar a Pátria, que se trata de uma composição oficial, que não se deve cantá-lo de qualquer jeito.

O conhecimento *(socio)interacional* também engloba, segundo Koch (2006[2002]), o conhecimento superestrutural:

O conhecimento superestrutural, isto é, sobre esquemas textuais, permite reconhecer textos como exemplares adequados aos diversos eventos da vida social; envolve, também, conhecimentos sobre as macrocategorias ou unidades globais que distinguem os vários tipos de textos, sobre a sua ordenação ou sequenciação, bem como sobre a conexão entre objetivos e estruturas textuais globais. (KOCH, 2006[2002], p. 49).

Apesar de os brasileiros compartilharmos, mais ou menos, desses conhecimentos *(socio)interacionais* e de outros conhecimentos armazenados na memória, cada entoação do Hino Brasileiro, em cada situação em que ocorre, é cantada (ou lida) e compreendida de modo singular por cada sujeito que interage com essa composição – por isso, pensamos, com Cavalcante (2016), que texto seja uma abstração de coerência.

O recorte sociocognitivo que cada sujeito empreende para *(re)construir* a coerência de um texto, portanto, está intrinsecamente ligado à noção de pertencimento do texto a um gênero e a todas as consequências decorrentes dessa ligação constitutiva. Podemos pensar a relação entre texto e gênero enfocando dois fenômenos que, empiricamente, são inseparáveis, mas que, por operações teóricas e metodológicas diferentes, podem ser separados para responder a interesses científicos distintos: a discursividade e a textualidade. Conforme esclarecemos em outras passagens desta tese, nosso intuito não é ignorar as condições e os efeitos discursivos decorrentes do uso de certas estratégias argumentativas textuais ligadas aos gêneros do discurso (aliás, isso seria entrar em declarada contradição com a opção teórica que

²⁷ O acionamento de conhecimentos se dá simultaneamente ao longo do processamento (produção ou compreensão) de um texto; a divisão entre tipos de conhecimentos, ou de estratégias sociocognitivas, envolvidos nesse processo tem motivação, portanto, de ordem teórica e metodológica, não de ordem prática.

fizemos). Todavia, até mesmo por uma questão de coerência com nossa filiação disciplinar, buscaremos colocar a textualidade na posição de figura das nossas reflexões sobre os usos argumentativos da linguagem na manifestação de questões polêmicas. Essas reflexões serão feitas sobre o pano de fundo dos enquadres discursivos que, a um só tempo, condicionam e derivam das configurações textuais da argumentação interdiscursiva.

Antes de analisarmos mais criteriosamente a textualidade da argumentação no discurso, revisitaremos a ATD, de Jean-Michel Adam, a fim de problematizar alguns aspectos pontuais dessa abordagem e de propor um rearranjo da relação que esse autor estabelece entre a LT e a AD e entre *texto* e *discurso*. Em outras palavras, proporemos que nosso diálogo com a AD se dê de modo um tanto diferente do previsto pela ATD, acarretando na inclusão de outras categorias de análise para além daquelas que o autor aponta. Passaremos a nos ocupar, a seguir, da justificação para a escolha das categorias que utilizaremos para realizar nossas análises e da exemplificação prévia de nosso *modus operandi*.

4.3 Gêneros e outros critérios de análise: problematização teórica e metodológica

A abordagem denominada Análise Textual dos Discursos (ATD), elaborada por Jean-Michel Adam, no campo da LT, inscreve-se “na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise de discurso²⁸” (ADAM, 2011[2008], p. 24). Nos termos dessa afirmação, a LT seria integrada à AD de modo a figurar como um subdomínio deste último campo, que Adam considera ser mais amplo, e a ATD seria a “disciplina” integradora desses “campos” (ADAM, 2010). E qual seria a questão que Adam supõe ser de interesse comum à LT e à AD e que justificaria tal associação? A questão nuclear dos gêneros do discurso.

Partindo do pressuposto de que um texto não é uma simples sucessão de frases (ideia defendida já em 1976 por Halliday e Hasan) e que não consiste em uma unidade gramatical, mas semântica, Adam renuncia à separação entre *texto* e *discurso* – separação que ele mesmo havia preconizado em seus textos publicados ao longo da década de 90 do século passado – e passa a considerar *texto* como sendo um objeto empírico bastante complexo, cuja descrição requer que se recorra ao domínio do discurso, e a *textualidade* “como conjunto de operações que levam um sujeito a considerar, na produção e/ou na leitura/audição, que uma

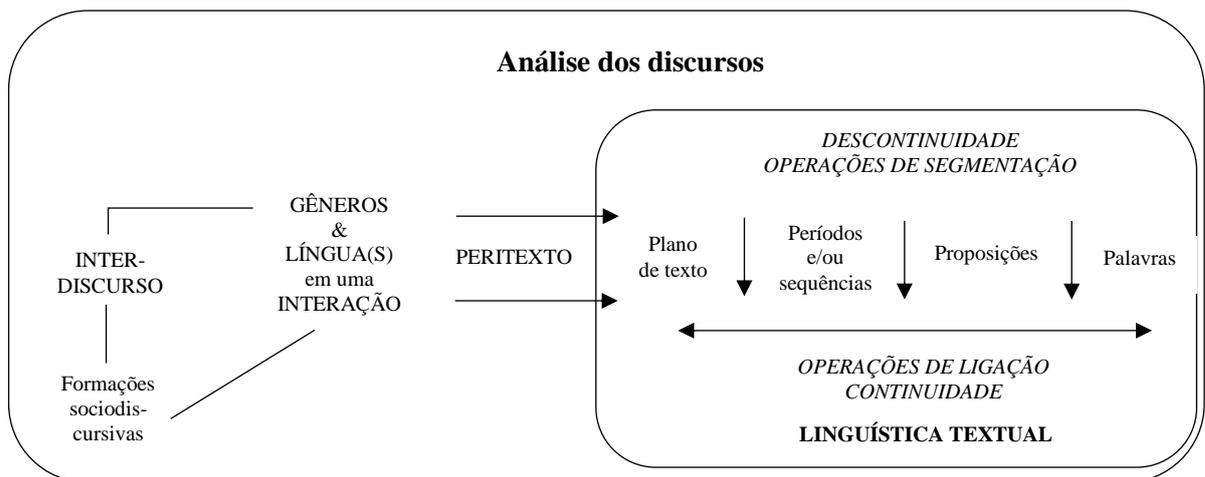
²⁸ A análise de discurso a que se refere o autor diz respeito à versão francesa contemporânea delineada por Dominique Maingueneau, a mesma da qual a AAD seria, de acordo com R. Amossy, um ramo.

sucessão de enunciados forma um todo significativo” (ADAM, 2011[2008], p. 25). Com base ainda na distinção entre “gramática transfrasal” e “linguística textual” proposta por Eugenio Coseriu, Adam declara sua proposta:

Se a primeira pode ser considerada como uma extensão da linguística clássica, a linguística textual é, em contrapartida, uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos. É esse procedimento que nos propomos desenvolver e designar como **análise textual dos discursos**. (ADAM, 2011[2008], p. 23, grifo do autor).

O esquema 1 abaixo representa o modo como Adam concebe a integração da LT à AD. Ao mesmo tempo em que situa a LT no interior da AD, como um subdomínio desta, ele afirma postular “uma separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise do discurso” (ADAM, 2011[2008], p. 43).

Esquema 1 – A LT como subdomínio da AD.



Fonte: Adam (2011[2008], p. 43).

De acordo com esse esquema 1, o objeto da LT – o *texto* – é regido por determinações de tipo “ascendentes”, que operam de modo a: i) ligar/encadear níveis textuais elementares (palavras e proposições) até que se alcancem níveis mais complexos de constituição textual (períodos, sequências e plano de texto) e, assim, sejam construídas unidades semânticas; e ii) segmentar unidades textuais, em um movimento de descontinuidade que permite individualizar níveis elementares e composicionais. Ambas as operações são indispensáveis à análise textual dos discursos por conta da concepção de textualidade que ela adota e que já apresentamos acima (conjunto de operações pelas quais uma sucessão de enunciados se torna um todo significativo). Notemos que as operações definidas pelas

determinações textuais (situadas à direita no esquema) não ultrapassam os limites do objeto texto nem os do campo da LT.

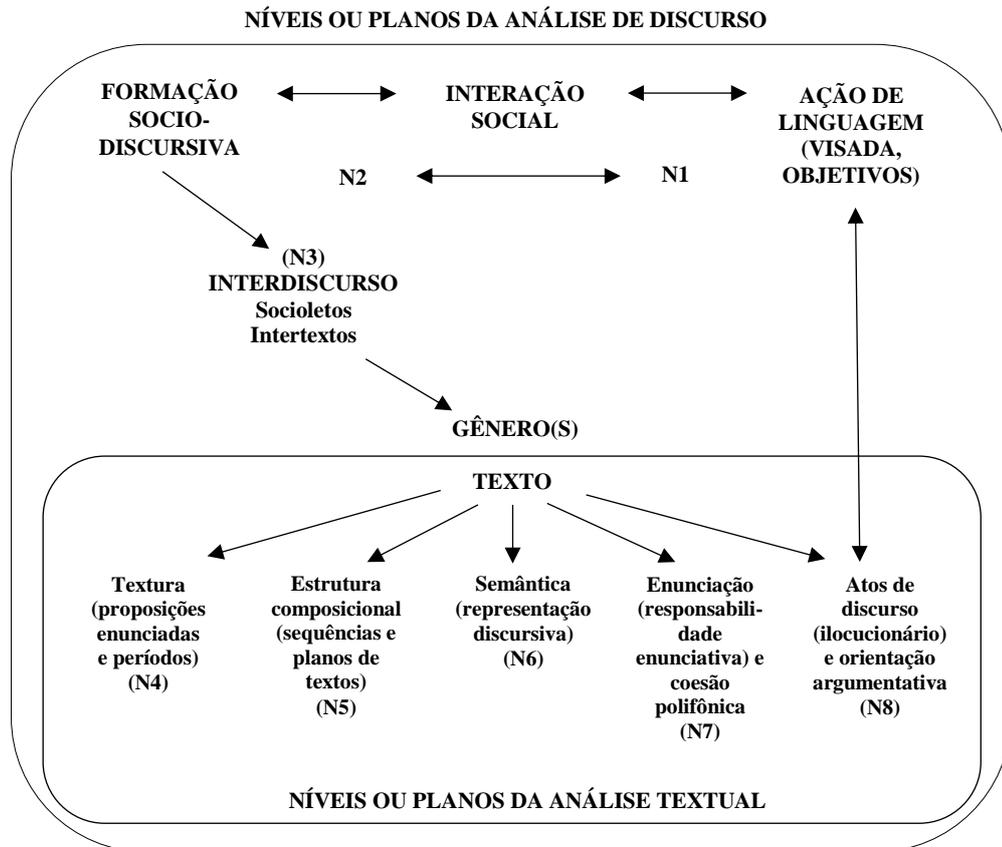
As relações estabelecidas no âmbito da análise dos discursos, por outro lado, incluem aquelas situadas à direita no esquema (o que é coerente com a proposta do autor de definir a LT como subdomínio da AD), mas considera que há um movimento de regulações “descendentes” sofridas pelos enunciados por imposição das situações de interação em lugares sociais, das línguas e dos gêneros. Essa esquematização do lugar da LT na AD sugere que o textual não prescinde do discursivo. Pelo contrário, admite que a textualidade é condicionada por fatores discursivos, em um movimento unidirecional que parte do sociodiscursivo em direção ao textual e que supõe a existência de coerções discursivamente instituídas, mas que não supõe o inverso – que os textos também instituem discursos.

De acordo com Cavalcante (2016, p. 109),

[Na ATD] O espaço analítico da LT dialogaria com a Análise do Discurso apenas na medida em que pressupõe princípios caros à AD, como a noção de interdiscurso. Mas, embora a Análise Textual dos Discursos pressuponha que as unidades de análise do texto sofram o condicionamento das relações interdiscursivas, ela não se ocupa em explicá-las como finalidade última, e o investimento maior dessa perspectiva teórica do texto se encontra nos níveis ou planos da análise textual sempre relacionados aos gêneros do discurso.

Esse esclarecimento sobre a ATD aponta para duas orientações que vamos assumir e que, portanto, nos interessa discutir brevemente. A primeira diz respeito ao objetivo da LT e da ATD no interior da AD: descrever e definir as unidades e as operações de textualidade, em todos os níveis de complexidade. A realização desse papel implica assumir pressupostos advindos da AD (relacionados ao que se encontra à esquerda no esquema 1), mas não implica assumir, como sua finalidade última, a análise da dinâmica propriamente discursiva que incide sobre a textualidade ou sobre a linguagem em uso – esse papel caberia à AD. A segunda orientação (estritamente relacionada à primeira) diz respeito ao estabelecimento de um diálogo, que Adam propõe, entre dois lugares teóricos e metodológicos distintos, que seriam integrados pela análise textual. Conforme apresentamos anteriormente, a proposta de Adam é que a ATD seja considerada uma disciplina do campo da LT e que a LT seja incorporada à AD como um ramo desta. A ATD, então, toma de empréstimo pressupostos caros à AD para, primeiramente, retificar a renúncia que Adam fazia da separação entre texto e contexto e, seguidamente, incluir níveis e categorias da ordem do discurso na descrição da textualidade, conforme podemos visualizar no esquema 2, abaixo.

Esquema 2 – Relação entre os níveis/planos da AD e os níveis/planos da ATD



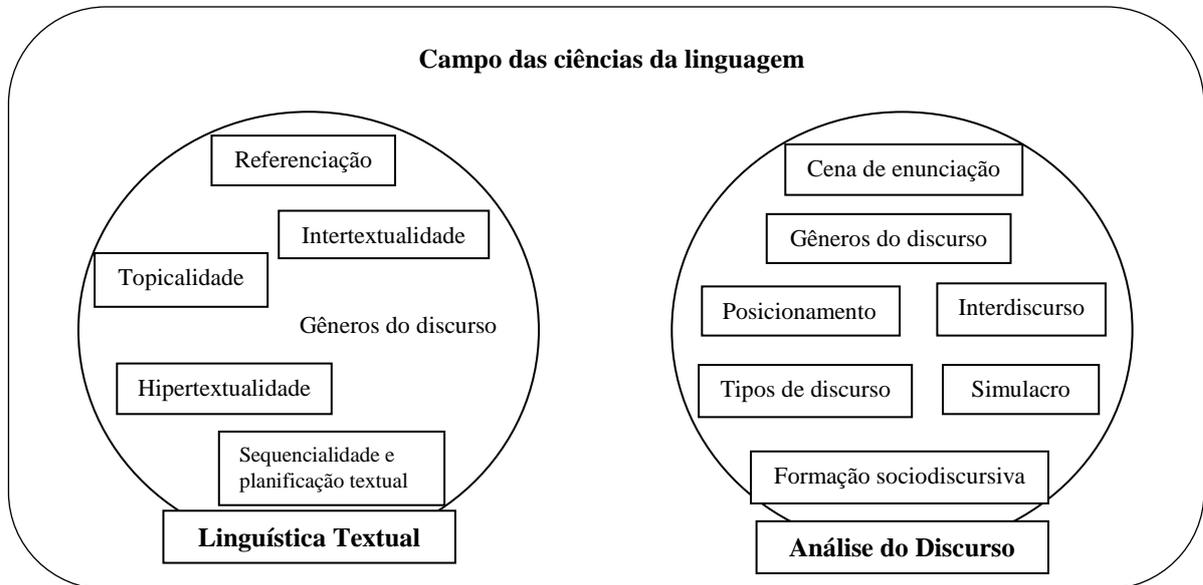
Fonte: Adam (2011[2008], p. 61).

Os condicionamentos discursivos (representados, principalmente, pelas noções de formação sociodiscursiva e de interdiscurso), por essa perspectiva, incidem sobre o texto via gêneros do discurso. Por um movimento de sobredeterminação, os textos sofrem coerções sociodiscursivas (daí a ideia de “descendência” que já apresentamos, segundo a qual um texto “descende” dos discursos) e, simplesmente, materializam essas condições de natureza social, institucional, histórica e ideológica, preestabelecidas pelos quadros discursivos e genéricos das situações enunciativas. Antes de passarmos às categorias analíticas que escolhemos, é de fundamental importância problematizarmos as questões relativas ao diálogo, que nos dispomos a estabelecer, entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso e à relação entre texto e discurso, cuja discussão já iniciamos em outro ponto deste capítulo.

A interface entre LT e AD que ora defendemos pretende, diferentemente do que propõe J.-M. Adam (2017), manter a separação e a individualização das duas disciplinas. Concebemos, assim, as duas como sendo disciplinas, dentre outras, do campo das ciências da linguagem, cujos objetos e objetivos não se confundem e, portanto, devem permanecer separadas, cada qual resguardando seus interesses de investigação e mantendo o seu repertório

de conceitos e de categorias de análise. O lugar de cada uma delas poderia, a nosso ver, ser assim esquematizado:

Esquema 3 – Os lugares da LT e da AD no campo das ciências da linguagem



Fonte: Elaboração própria.

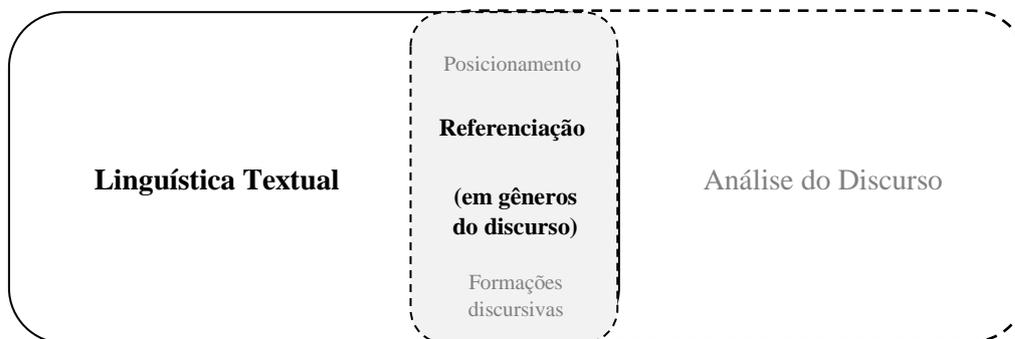
Obviamente, esse esquema reduz a complexidade tanto quantitativa como qualitativa das disciplinas que pertencem ao campo das ciências da linguagem à LT e à AD e a alguns de seus conceitos e categorias, mas nosso intuito é diferenciar nossa perspectiva daquela da ATD representada pelo Esquema 1, lançando mão de uma organização esquemática parecida com a de J.-M. Adam. Do nosso ponto de vista, ao manter-se como uma disciplina autônoma do campo mais vasto das ciências da linguagem, a LT conserva a possibilidade de estabelecer interfaces variadas, tal como tem ocorrido no Brasil com os estudos realizados e liderados por pesquisadores do Grupo de Trabalho (GT) de Linguística Textual e Análise da Conversação da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), que abordam a argumentação em textos por variados vieses teóricos e disciplinares (CAVALCANTE, 2016): pelo da Semântica, pelo da Pragmática, pelo da Semiologia, pelo da (Nova) Retórica, pelo da Análise da Conversação²⁹.

Em um diálogo no qual a LT toma de empréstimo categorias discursivas da AD para descrever e analisar processos referenciais como estratégias argumentativas ligadas à textualidade, pensamos que pode haver uma interseção entre as duas disciplinas, de modo que as categorias textuais ocupem a posição de figura em tal investigação e que as categorias

²⁹ Em Capistrano Júnior; Lins e Elias (2017) e em Souza; Penhavel e Cintra (2017), vemos interessantes possibilidades de interfaces da Linguística Textual com outras disciplinas das ciências da linguagem.

discursivas ocupem a posição de fundo. Enquanto nos preocupamos em estudar, por exemplo, a construção de referentes (referenciação) como representações sociocognitivas e discursivas de entidades estabelecidas nos textos, apontando as estratégias por meio das quais isso ocorre, de forma a viabilizar a construção da unidade e da coerência textuais e a imprimir no texto uma orientação argumentativa, os estudos dos analistas preocupam-se em desvelar os posicionamentos dos sujeitos, marcados na materialidade discursiva (no “texto”) pelas nominalizações e anaforizações e determinados pelas formações sociodiscursivas. Uma interface nos termos que estamos apresentando poderia ser assim esquematizada:

Esquema 4 – Interface entre LT e AD no estudo da referenciação



Fonte: Elaboração própria.

Também no que diz respeito às concepções de texto e de discurso, pensamos em uma reconfiguração da proposta de J.-M. Adam. Em vez de um movimento “descendente” e unidirecional, que coloca o texto como sendo sobredeterminado pelo discurso e no qual o texto figura como a materialização de coerções exercidas pelas formações sociodiscursivas, pelo interdiscurso e pelas práticas discursivas institucionalizadas (gêneros), tal como vimos no Esquema 2, concebemos a relação entre texto e discurso como sendo bidirecional e simbiótica. Concordamos, então, que o texto materializa condições sócio-históricas e que é por intermédio dos sistemas de gêneros que textualidade e discursividade se unem, mas entendemos igualmente que, assim como “não há textos sem gênero(s)” (ADAM, 2017, p. 36), não há gêneros sem textos, já que o conceito de gênero do discurso que encapamos (o bakhtiniano, segundo o qual se trata de “tipos relativamente estáveis de enunciados”, cujos elementos linguageiros que permitem tipificar esses enunciados são de ordem, principalmente, textual – estrutura composicional, estilo e conteúdo temático) pressupõe uma relativa estabilidade que só é possível de ser aferida se houver eventos comunicativos que a indiciem, ou seja, *é preciso haver textos para que tenhamos gêneros*. Ainda que se trate de gêneros cujos enunciados que os instanciem sejam inumeráveis, cada um desses enunciados imprime nesses gêneros algum traço

discursivo que talvez possamos considerar “peculiar”, pois os gêneros, assim como as condições sociais e históricas que eles codificam, são dinâmicos e mutáveis.

Compreendemos o texto não somente como materialização do discurso, mas igualmente como parte ativa de sua instauração, por considerarmos, com a AD, a impossibilidade de fazer corresponder um discurso a um texto e por concordarmos com suas razões para isso:

É que um discurso nunca equivale a um texto, seja porque deve “haver” mais de um discurso em um mesmo texto (por efeito do interdiscurso), seja principalmente, porque um discurso se materializa tipicamente em uma dispersão de textos (conforme assinalou Foucault). (POSSENTI, 2009, p. 73).

Na medida em que a noção de *discurso* para a AD francesa está atrelada à ideia de que os sentidos não são dados pelo sistema, mas são (re)construídos socialmente, no interior de um *interdiscurso*, e de que o discurso consiste em uma “dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite se definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008c, p. 15), temos, então, a um só tempo, o texto materializando discursos (as condições discursivas afetam a linguagem e delimitam as possibilidades textuais) e instituindo discursos (a textualidade participa da constituição da linguagem e da edificação de discursos e de formações sociodiscursivas). Assim, tomaremos aqui como pressuposta a ideia de que a relação entre texto e discurso é bidirecional, simbiótica, de determinação mútua e, portanto, a ideia de que a argumentatividade tanto é constitutiva do discurso como se instaura no texto. Vejamos o que ocorre, nesse sentido, com o texto do exemplo abaixo.

Exemplo (12)



Fonte: Site *Folha da Manhã* <http://clicfolha.com.br/charge/330/login> Acesso em 08/07/2018.

Essa charge de L. F. Cazo faz parte de uma polêmica (inter)discursiva, que tem se intensificado nesta década, a respeito da legalidade do uso de agrotóxicos em grandes lavouras brasileiras e do impacto deles na saúde do povo consumidor de seus produtos. Nessa polêmica, duas teses dicotômicas se confrontam: uma tese “pró-agroecologia”, que consiste, basicamente, na defesa de um modelo agrícola que se baseia na relação de proximidade entre o homem e a terra e que pressupõe uma cultura sustentável, um manejo da terra livre de agrotóxicos; e uma tese “pró-agronegócio”, que defende a redução radical do contato do homem com a terra e um manejo altamente industrializado – o que implica o uso de recursos químicos tanto para diminuir o risco de perdas na produção como para acelerá-la –, além de ter como foco o lucro (não a sustentabilidade). Do ponto de vista discursivo, podemos dizer que o posicionamento assumido nessa charge se situa em uma formação sociodiscursiva (FSD) contrária ao agronegócio.

O espaço do interdiscurso no texto de Cazo é marcado pela presença de outras FSD, além daquela contrária ao agronegócio: a do jornalismo de informação baseada em fatos e verdades (indiciada, no texto, pelo título “Brasileiros consomem 7 litros de agrotóxico por ano...”), a de valorização da beleza (evidenciada pelo comentário: “Estão tão bonitas”, e pela expressão da dúvida motivada pela beleza das frutas: “Nem sei qual escolher”) e a do maniqueísmo (representada no texto pelas personagens reconhecidamente boa e má do conto *Branca de Neve e os sete anões*). A interdiscursividade também contribui para a definição do quadro genérico dessa charge, na medida em que é somente na relação dela com os outros textos desse gênero, ou seja, com as inúmeras outras charges já produzidas, e com textos de gêneros jornalísticos (principalmente, dos gêneros notícia e reportagem) que se delimitam os papéis dos interlocutores, o seu propósito enunciativo, sua temporalidade etc. Do ponto de vista textual, o autor da charge lança mão de estratégias ligadas ao gênero que implicam: a) a própria opção por esse gênero para expressar um posicionamento; e b) mais especificamente, a estrutura composicional da charge, a intertextualidade que lhe é constitutiva e a referência.

Quanto à sua composição, temos, em perspectiva macrotextual, um plano de texto³⁰ convencional, recorrente em textos desse gênero, que consiste na organização multimodal de seu conteúdo em forma de um quadrinho. A composição mesotextual é marcada por um

³⁰ As noções de *plano de texto* e de *sequência textual* serão apresentadas com mais acuidade no capítulo seguinte. Por ora, a fim de garantir uma compreensão razoável sobre o que estamos discutindo, importa dizer que um *plano de texto* é a estrutura macrotextual “responsável pela segmentação visível-legível do texto escrito em partes (capítulos, seções, parágrafos)” (ADAM, 2017, p. 24, tradução do Grupo Prottexto) e que a *sequência* é um “‘esquema de texto’ situado entre a estruturação frástica e periódica microtextual das proposições e aquela estruturação, macrotextual, dos *planos de textos*” (ADAM, 2017, p. 25, tradução nossa).

sequenciamento plurissequencial (que mistura sequências textuais diferentes; neste caso, narrativa e dialogal) e por um encaixamento, em que um período narrativo encaixante comporta um período dialogal encaixado. Estabelecendo uma relação intertextual, o chargista opera um recorte do conto *Branca de Neve e os sete anões*; mais exatamente, ele escolhe a cena em que a madrasta da princesa lhe oferece uma maçã bonita, mas envenenada.

Do nosso ponto de vista (textual, de orientação sociocognitiva), esse excerto do conto, apesar de ser apenas um dos eventos que se sucedem na narrativa típica em que ele ocorre (os demais eventos, assim como sua sucessão, são reconstruídos por um certo interlocutor no momento da leitura do texto), corresponde a uma sequência narrativa encaixante com sequência dialogal encaixada (a troca conversacional entre as personagens). Esse diálogo, inserido na narrativa à qual a charge se reporta, decorre de um outro enquadre intertextual: o das notícias e das reportagens que divulgaram a informação de que “brasileiros consomem 7 litros de agrotóxicos por ano”. O conjunto de notícias e de reportagens que replicam essa informação é relativamente vasto, com algumas variações quantitativas (alguns textos falam em 5 litros; outros, em 7,5 litros). Todos os textos que a divulgam como sendo razoável, no entanto, apresentam dados que reforçam a tese de que o agronegócio brasileiro, com seus métodos agrícolas que utilizam de defensivos tóxicos considerados de alto risco para a saúde humana, apesar de ser mais produtivo e mais lucrativo, oferece perigo considerável à população que consome seus produtos. Ao convocar a mesma informação das notícias e reportagens para a charge (mantendo, inclusive, a estrutura sintática dos títulos), o locutor do texto do exemplo (12) tece sua crítica sobre a cultura agrícola conhecida por garantir grande produção de vegetais naturais e transgênicos “bonitos”, o que aumenta a atração dos consumidores por tais produtos, mas que oferece risco à saúde e à vida desses consumidores.

Outra estratégia que reforça o posicionamento do locutor da charge, indiciando sua oposição ao agronegócio, é a construção dos referentes no texto, a começar pelos referentes “brasileiros” e “agrotóxicos”. Se consideramos que a história de Branca de Neve é (re)enquadrada no contexto da crítica ao agronegócio, podemos dizer que os brasileiros (ou o povo brasileiro) é representado na narrativa por Branca de Neve, já que é essa personagem quem consome um produto agrícola (uma maçã) na história reportada e também é ela que, na charge, se sente atraída pelas frutas oferecidas pela madrasta. O referente “brasileiros”, então, é recategorizado como vítima de um certo sistema agrícola e como um sujeito bom, desprovido de maldade, que ingenuamente aceita a oferta de frutos envenenados. O referente que foi introduzido no texto pela designação de “agrotóxico”, por outro lado, é recategorizado como “veneno” (presente nas frutas), o que reforça a imagem negativa do referente já instaurada em

sua introdução (o mesmo referente é categorizado por expressões nominais como “pesticida” e “fitossanitário” e é recategorizado como um produto químico inofensivo à saúde humana em textos que materializam e instituem uma FSD pró-agronegócio). A construção desse referente também incide sobre a construção do referente “bruxa” (colocado no texto pela imagem da personagem do conto). Considerando que, no texto fonte, a bruxa é a representação do mal e da ambição e é a responsável pelo envenenamento da maçã ingerida por Branca de Neve, ela representa (e introduz) nessa charge a imagem do grande agricultor, que é o responsável por produzir, em grande escala, produtos agrícolas “envenenados”.

Por um prisma técnico-retórico, as representatividades instituídas por esse texto constituem, subliminarmente, argumentos de transitividade (um argumento quase-lógico, por isso, dissemos “subliminarmente”) que refletem uma transferência do tipo “ $a R b, c R b, \text{logo}, a R c$ ”. Poderíamos especificar esse esquema, abstraindo-o dos sentidos que construímos para o texto, por meio das seguintes reduções formais:

- i. Brasileiros [a] consomem [R] frutas envenenadas [b].
 Branca de Neve [c] consome [R] fruta envenenada [b].
 Logo, Brasileiros [a] têm relação [R] com Branca de Neve [c].
- ii. A bruxa da Branca de Neve [a] oferece fruta envenenada [b] para alcançar seus objetivos.
 Os grandes agricultores brasileiros [c] oferecem frutas envenenadas [b] para alcançar seus objetivos.
 Logo, a bruxa da Branca de Neve [a] têm relação [R] com os grandes agricultores brasileiros [c].

No caso da primeira redução, as premissas partem do valor admitido da ingenuidade daqueles que se deixam enganar pelas aparências, enquanto, na segunda redução, o valor admitido é o da ambição dos que almejam obter vantagem por meios insólitos.

Vale lembrar que, segundo Amossy,

Não há discurso sem enunciação (o discurso é o efeito da utilização da linguagem em situação), sem dialogismo (a palavra é sempre, como diz Bakhtin, uma reação à palavra do outro), sem apresentação de si (toda fala constrói uma imagem verbal do locutor), sem o que se poderia chamar “argumentatividade” ou orientação, mais ou menos marcada do enunciado, que convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir. Em suma, todo discurso supõe o ato de fazer funcionar a linguagem num quadro figurativo (“eu” – “tu”); está imerso na trama dos discursos que o precedem e o cercam; produz, de bom ou de mau grado, uma imagem do locutor e influencia as representações ou as opiniões de um alocutário. Nesse sentido, o estudo da argumentação e do modo como ela se alia aos outros componentes na espessura dos textos é parte integrante da análise do discurso. (AMOSSY, 2018a, p. 12, grifos nossos).

Por isso, reiteramos nossa tese de que a LT tem a contribuir, com seus parâmetros de análise, com a abordagem da argumentação no discurso. Os parâmetros da intertextualidade, da sequencialidade e da referenciação (e vários outros não diretamente focalizados aqui), de que lançamos mão para descrever o funcionamento textual da charge acima dão prova disso. Se R. Amossy coloca como tarefa de sua proposta o estudo das “modalidades múltiplas e complexas da ação e da interação linguageiras” (AMOSSY, 2018a, p. 11) e o desvelamento dos funcionamentos discursivos da linguagem situada, do modo como esses funcionamentos se aliam à retórica nos mais variados textos, pertencentes aos mais variados campos da atividade humana e aos mais variados gêneros, então, a LT pode estabelecer uma interface profícua com a AD no sentido de analisar a argumentatividade inscrita nos textos. Buscamos, no capítulo que a este segue, analisar essas modalidades, via critérios de textualização, em textos jornalísticos e midiáticos que tratam de questões polêmicas da atualidade.

5 CRITÉRIOS TEXTUAIS DE ANÁLISE DA ARGUMENTATIVIDADE POLÊMICA

Neste capítulo, buscaremos operacionalizar nossa proposta de interface com a AAD, analisando a inscrição da argumentatividade retórico-discursiva em textos, a partir de três parâmetros de textualidade: intertextualidade, composicionalidade e referenciação. Trataremos de argumentação aqui tendo em mente a concepção delineada por R. Amossy, para quem argumentar consiste não somente na tentativa de fazer com que um auditório adira a uma tese, mas também na busca por orientar suas maneiras de ver, de pensar e de sentir, visando, em última instância, exercer nesse auditório uma influência orientada para uma ação (AMOSSY, 2011a, 2006, 2002).

Apesar de sustentar, por princípio, que a existência de uma questão retórica que permita respostas antagônicas é condição *sine qua non* para haver argumentação, Amossy (2018a, p. 42, grifos nossos) pondera que

a situação de debate pode permanecer tácita. *Nem a questão retórica nem a(s) resposta(s) antagônica(s) têm a necessidade de serem expressamente formuladas.* [...] haja vista que toda palavra surge no interior de um universo discursivo preexistente, ela responde necessariamente a indagações que perseguem o pensamento contemporâneo e torna-se objeto tanto de controvérsias em sua forma plena como de discussões atenuadas. *Todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições anteriores*, quer tenham sido expressas de modo preciso por um dado interlocutor, ou de modo difuso no interdiscurso contemporâneo. Tal é a consequência inevitável da natureza dialógica da linguagem.

Sob a perspectiva da interdiscursividade, portanto, todo dizer comporta, irreversivelmente, uma dimensão argumentativa, conforme sustenta R. Amossy, com base no princípio dialógico bakhtiniano de linguagem. Sob o ponto de vista da textualidade, todavia, que princípios ou fatores conceituais nos levam a sustentar que a argumentação retórica lhe é constitutiva, já que nem sempre as controvérsias são *expressamente formuladas*? Refletiremos sobre isso recorrendo, primeiramente, à distinção entre *convencer* e *persuadir* retomada pela nova retórica, a fim de, em seguida, esclarecermos o que nos motiva a avigorar a tese de que os termos *estratégias de argumentação* e *estratégias de persuasão* podem ser tomados, do ponto de vista da textualidade, como equivalentes (informação verbal)³¹.

Dedicando uma seção do *Tratado* à distinção entre persuadir e convencer, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 30) afirmam: “Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. [...] Em

³¹ Cf. conferência de Mônica Magalhães Cavalcante intitulada “Argumentação e estudos do texto”, por ocasião do Colóquio Argumentação e Polêmica, realizado na UFRN, em Natal, em fevereiro de 2018.

contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir”. Herdeira da antiga retórica, comumente denominada *arte da persuasão*, a nova retórica dá prosseguimento à ideia clássica de que

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: *uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação pretendida ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50, grifo nosso).

Essa noção retórica de que a argumentação se constrói, mais do que em função de provar a validade lógica de um raciocínio (objetivamente válido e, portanto, dirigido a um auditório universal), em função da ação que se pretende desencadear nos ouvintes é declaradamente corroborada por estas passagens: “Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 31) e

A distinção que propomos entre persuasão e convicção explica indiretamente o vínculo que se costuma estabelecer, ainda que confusamente, de um lado entre persuasão e ação, do outro entre convicção e inteligência. Com efeito, o caráter intemporal de certos auditórios explica que os argumentos que lhes são destinados não constituem um apelo à ação imediata. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 32).

Tal ideia retórica de argumentação, que atrela a racionalidade à influência que se pretende exercer sobre o auditório, com uma finalidade última de (predisposição à) ação, aflui para a ideia pragmática, da linguística do discurso, segundo a qual a eficácia da fala se define em termos de ação (cf. AMOSSY, 2002). Noção também convergente com o que pressupõe Adam (2011, 2017), ao incluir no nível da textualidade uma estruturação configuracional / pragmática, implicada no objetivo (explícito ou implícito) de agir sobre o interlocutor (individual ou coletivo), sobre suas crenças, representações e/ou comportamentos. Assim, na esteira dessas proposições retóricas, discursivas e textuais, diremos que nem todo texto busca construir e/ou validar raciocínios e, portanto, nem todos vão em defesa de uma tese ou opinião; mas todo texto tem um propósito de influência, e de influência à ação, seja esta imediata ou vindoura. Todo texto, então, busca persuadir o outro de algum modo e em alguma medida, e é isso que nos leva a sustentar que a argumentatividade é inerente a qualquer texto.

Conforme já afirmamos, a LT não é uma disciplina que se ocupe da argumentação como objeto privilegiado de estudo. Nosso objeto de estudo é o texto e, portanto, buscamos

inscrever a argumentação em uma abordagem que nos permita desvelar as estratégias textuais postas em jogo por interlocutores que, numa dada circunstância interacional, negociam sentidos e buscam exercer influências mútuas. Em função disso, propomos que as estratégias textuais sejam consideradas, também, como *estratégias argumentativas* ou *estratégias persuasivas*, de modo que estes dois termos são considerados, aqui, como intercambiáveis.

Trataremos, neste capítulo, de desvelar algumas estratégias persuasivas mobilizadas em textos que operam diferentes modos de argumentatividade e que inscrevem, de maneira oblíqua ou precisa, a polêmica na superfície textual. A título de exemplo de como elementos textuais podem contribuir para uma análise da argumentação no discurso, selecionamos três desses elementos: a intertextualidade, a composicionalidade e a referenciação, dos quais passaremos a nos ocupar daqui em diante.

5.1 Intertextualidade

O critério de análise textual com o qual vamos operar nesta seção para analisar a inscrição da argumentatividade retórico-discursiva em textos é o da intertextualidade. Para tanto, apresentaremos o conceito que adotamos desse fenômeno textual em nossa perspectiva e discutiremos aspectos importantes da polêmica, como a dicotomização de teses, a partir da descrição de relações intertextuais em textos que comportam tão somente dimensão ou orientação argumentativa e em texto que comporta também visada. Em seguida, advogaremos em favor da ideia de que a intertextualidade é um critério fundamental para pensarmos o tratamento de questões polêmicas em textos que instanciam diferentes modos de argumentar.

Tendo em mente o conceito de texto que adotamos³², a intertextualidade consiste em um fenômeno de natureza textual pelo qual se estabelece relação entre textos, seus conteúdos, gêneros e estilos. Tal concepção “assume o (co)texto como unidade de análise, do qual se devem aferir marcas tangíveis, relacionadas a conteúdos, formas e/ou estilos de outros textos ou autores, capazes de indiciar o fenômeno” (CARVALHO, 2018, p. 9) e conserva a distinção que reconhecidos estudiosos brasileiros da linguagem em perspectiva bakhtiniana³³ fazem entre intertextualidade e dialogismo.

³² Para relembrar: texto, para nós, é abstração de coerência no sentido de que *o cotexto (a superfície material) lhe é parte integrante*, mas não representa a integridade textual, que se consolida no momento em que um texto é sociocognitivamente processado (produzido ou compreendido), e é unidade concreta da comunicação social no sentido de que se trata de um evento singular, com início e fim.

³³ Sugerimos consultar Maciel (2017), para se ter uma ideia mais precisa do alcance dessa distinção entre alguns pesquisadores brasileiros.

Enquanto o dialogismo, por ser um fenômeno constitutivo da linguagem, não é necessariamente marcado nos textos, a intertextualidade é um fenômeno identificável na superfície textual, passível de ser evidenciado, mesmo quando a fonte corresponde a um conjunto disperso de textos, como é o caso em que a relação se estabelece por alusão ampla a um conteúdo tratado em textos variados e cujas fontes não são especificadas. Encampamos, assim, a noção de intertextualidade descrita por Carvalho (2018):

Em nosso entendimento, a intertextualidade pode se estabelecer por remissões de diversos tipos, tais como ao léxico, a estruturas fonológicas, a estruturas sintáticas, ao gênero, ao estilo, dentre outras. Nessa perspectiva, importa, antes, a copresença de textos, parâmetros genéricos ou de estilo(s) de autor(es), que pode ou não ser reconhecida pelo interlocutor.

Admitimos, então, o diálogo intertextual em duas situações possíveis e não excludentes, isto é, que podem se manifestar numa mesma performance textual: i) quando há diálogo entre textos específicos, ou porque existem partes de um texto presentes em outro, ou porque um texto sofreu modificações e se transformou em outro, ou, ainda, quando um texto cumpre a função de comentar outro, casos a que chamamos intertextualidade estrita; e/ou ii) quando não há a retomada de um texto específico, mas se verifica a imitação entre gêneros do discurso ou entre estilos de autores ou quando um texto alude a conteúdos explicitados em textos diversos, situações a que chamamos intertextualidade ampla. (CARVALHO, 2018, p. 9-10).

A intertextualidade não se confunde, portanto, com a interdiscursividade. Considerada por Fiorin (2006, p. 181) como equivalente ao dialogismo, “na medida em que é uma relação de sentido”, e por Cavalcanti (2015, p. 47) como uma “assunção convergente com o princípio bakhtiniano do dialogismo”, a interdiscursividade também é um fenômeno constitutivo, que independe de haver evidências explícitas ou implícitas de um texto-fonte, ou de um conjunto deles, na materialidade textual para ocorrer. Independentemente das diferenças que há entre os fenômenos da interdiscursividade e do dialogismo³⁴, o que interessa para nós, neste momento, é que ambos são fenômenos intrínsecos à atividade linguageira e, portanto, nem sempre identificáveis, diferentemente da intertextualidade, que é um recurso textual necessariamente marcado no cotexto e cujo modo de inscrição material é sempre e necessariamente definido por coerções genéricas.

Ratificamos o princípio de que as seleções intertextuais, em conformidade com o que já declaramos no capítulo anterior, só podem ser descritas e analisadas em relação aos gêneros nos quais elas se manifestam. Isso nos interessa de perto, porque estamos lidando com

³⁴ Desobrigamo-nos a discutir sobre as particularidades epistemológicas implicadas nos dois conceitos, dado o nosso objetivo de operacionalizar uma análise retórica e discursivamente orientada da argumentatividade em textos, não de levantar uma problematização teórica e metodológica em torno dos parâmetros de análise que escolhemos. Apesar de um movimento não excluir, necessariamente, o outro, importa-nos, aqui, definir cada critério e justificar nossas escolhas conceituais somente na medida em que nos parece imprescindível fazê-lo para garantir uma compreensão suficiente de nossa proposta de abordagem por parte do leitor.

gêneros das esferas jornalística e midiática, cuja organização dos textos que as compõem nos permite prever, em certa medida, a manifestação da intertextualidade. As charges, por exemplo, são necessariamente intertextuais porque respondem a notícias ou a reportagens que figuram nos veículos de comunicação num dado momento. As notícias e reportagens também são gêneros cujos textos se configuram a partir de textos outros; elas se reportam a entrevistas, a depoimentos, a publicações científicas, a declarações públicas ou privadas, a documentos históricos etc. Nesses gêneros, ou em outros, e em quaisquer textos que lancem mão de tal fenômeno, o fato é que a intertextualidade corresponde a uma estratégia textual de persuasão, com vistas a influenciar os interlocutores e a orientar seus modos de ver e de pensar.

Os processos intertextuais, portanto, são sempre motivados pela orientação argumentativa que o locutor pretende dar ao texto. Independentemente de comportar ou não visada argumentativa, qualquer texto, ao estabelecer relação implícita ou explícita com outro(s) texto(s), deixa entrever a assunção de um posicionamento a respeito do tema tratado. No caso de apresentar visada argumentativa, como necessariamente ocorre em gêneros tais como o artigo de opinião e o debate político, a função argumentativa da intertextualidade se mostra mais evidente, na medida em que os textos-fonte são sempre convocados pelo locutor para reforçar sua tese. Em se tratando de vozes oponentes, o locutor as convoca para contra argumentá-las; em se tratando de vozes proponentes, ele as sustenta e busca, por vezes, sedimentá-las pela apresentação de outros argumentos.

No caso da modalidade polêmica, ela pode apresentar-se em textos desprovidos de visada argumentativa, desde que se estabeleça uma relação intertextual passível de ser evidenciada por marcas que indiquem remissões a textos específicos (intertextualidade *estrita*) ou que aludem a um conjunto disperso de textos (intertextualidade *ampla*).

A polêmica em torno do uso de agrotóxicos na agricultura nos oferece bons exemplos da possibilidade de abstrairmos traços da modalidade polêmica em textos somente de dimensão argumentativa, desde que os confrontemos com outros textos sobre o mesmo tema. Essa polêmica foi acirrada no cenário político brasileiro em 2018³⁵, por consequência da aprovação, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, do relatório favorável à proposta apresentada pelo atual Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, de ampliar o uso legal de substâncias tóxicas, que, pelo projeto do ministro, passam a receber a denominação legal de “defensivos agrícolas” ou “produtos fitossanitários”. O Projeto de Lei nº 6.299/2002, e seus 30

³⁵ As manifestações contrárias às alterações na Lei dos Agrotóxicos somavam 6.751 publicações com a *hashtag* “pldoveneno” (#pldoveneno) e 1.779 publicações com a *hashtag* “pacotedoveneno” (#pacotedoveneno), até o dia 14 de setembro de 2018, na rede social Instagram.

apensos, que altera a Lei dos Agrotóxicos de nº 7.802, de 1989, torna menos rígida a aprovação de novos produtos (que, atualmente, é realizada conjuntamente por órgãos sanitários e ambientais, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Anvisa e o Ministério do Meio Ambiente), restringindo tal função ao Ministério da Agricultura e flexibilizando as atuais regras de licenciamento (passando, por exemplo, a proibir somente os produtos classificados como de “risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente”). Em resposta a esse projeto de lei, e às propostas semelhantes que já tramitavam há anos no Congresso, houve muitas manifestações contrárias, expressas em textos de variados gêneros, dentre os quais encontramos o texto (01) seguinte.

Texto (01) – Charge de Duke



Fonte: <http://www.luizberto.com/2018/07/02/duke-61/> Acesso em 14/09/2018.

A charge acima, quando vista isoladamente, de fato não apresenta uma tese, ou seja, não comporta visada argumentativa. Como todo texto, ela expressa um ponto de vista sobre a questão (socialmente polêmica) do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira. Pressupomos, com Amossy (2018a, 2011a, 2006, 2005) que a dimensão argumentativa, ou argumentatividade, é intrínseca a todo discurso; como todo texto materializa e institui discurso, temos em (01) um texto com dimensão argumentativa. Se considerarmos que a modalidade polêmica corresponde a *uma gestão verbal do conflituoso*, cuja primeira marca é “uma oposição de discurso” apresentada “no seio de uma confrontação verbal”, sendo que “a noção de confrontação verbal designa, de partida, a ação de colocar (dois discursos) em presença e, portanto, em relação, permitindo assim uma apreciação por comparação” (AMOSSY, 2017[2014], p. 49), diríamos, então, que essa charge de Duke, analisada isoladamente de outros textos, não apresenta um

modo polêmico de argumentar, mas um ponto de vista sobre uma questão polêmica. No entanto, se partirmos do pressuposto de que ele alude a um conteúdo (sobre o uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras brasileiras) explicitado não em um texto-fonte determinado, mas em um conjunto disperso de textos-fonte, com os quais ele estabelece relação intertextual ampla, podemos afirmar que o ponto de vista expresso pela charge se alinha à tese de que os agrotóxicos são usados no Brasil de modo a prejudicar a saúde dos consumidores de produtos agrícolas e que seus efeitos se assemelham aos de substâncias de amplo espectro tóxico (como as drogas), gerando prejuízos à saúde humana. Logo, o ponto de vista representado na charge é contrário ao do agronegócio, já que o uso de agrotóxicos é assimilado a esse modo de agricultura.

Devemos passar a considerar, portanto, que a polêmica só se dá na intertextualidade. Sob essa condição, poderíamos considerar que alguns textos sem visada argumentativa possam apresentar, ainda que de modo enviesado, aqueles traços definidores da modalidade polêmica, que só podem ser alcançados sob perspectiva intertextual. No caso do texto (01), o título “AGROTÓXICOS” é constituído por um item lexical recorrente nos textos que se opõem à utilização de substâncias tóxicas nas plantações no Brasil e aos quais a charge alude, ao contrário dos itens lexicais utilizados nos textos que defendem a utilização desses produtos: “pesticidas”, “herbicidas”, “produtos fitossanitários” ou “defensivos agrícolas”, cujas significações silenciam a ideia segundo a qual essas substâncias poderiam causar malefícios à saúde dos consumidores de alimentos agrícolas e ao meio ambiente. A alusão a textos que se opõem à utilização de agrotóxicos delineia um ponto de vista que, no debate mais amplo e mais difuso entre textos, robustece a opinião antagônica à tese pró-agrotóxicos e, a reboque, à tese pró-agronegócio (defendida pelo PL nº 6.299/2002 e pelo relatório aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federais).

Ao alinhar seu ponto de vista a uma opinião em meio a uma polêmica, o locutor da charge também se assume parte de um dos lados que se opõem pelo fenômeno da polarização social, necessariamente ligado à dicotomização de teses. Seu discurso ou posicionamento o coloca no grupo daqueles que se encontram do lado oposto ao dos que defendem a aprovação do referido projeto de lei, o uso quase indiscriminado de substâncias tóxicas nas plantações e o agronegócio. Além disso, ao sugerir que os efeitos provocados pelos agrotóxicos no organismo humano se equiparam aos de uma droga de elevado teor tóxico (o que pode ser inferido tanto pela pergunta de uma das personagens como pelo aspecto físico e visual da outra), o locutor não só assume um posicionamento e se integra a um dos polos sociais nesse debate como também desqualifica, indiretamente, os Proponentes da tese pró-agrotóxicos.

Conforme discutimos no capítulo 2, a desqualificação do outro pode dar-se tanto pela desqualificação de sua tese como pela de sua imagem, neste caso, com argumento *ad hominem*. Na charge de Duke, o locutor desqualifica a tese pró-agrotóxicos, ao lançar mão de um argumento por comparação.

O argumento por comparação consiste no cotejo de objetos e na avaliação deles em relação ao outro (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 274). No texto em tela, os agrotóxicos são comparados a drogas pesadas, cujo grau de intoxicação produzido no organismo humano é elevado. Tal comparação é evidenciada pelos sentidos das formas verbais *fumou* e *cheirou*, que, relacionadas entre si pelo conectivo *ou*, remetem a ações implicadas no consumo de drogas (sentido inferível pelo acionamento, a um só tempo, de conhecimentos linguísticos e de mundo). Essa comparação desqualifica a tese contrária (presente em textos variados), segundo a qual os “defensivos agrícolas” não oferecem risco potencial à saúde humana, apenas combate pragas, insetos e ervas daninhas, e, em desqualificando a tese oposta, desqualifica o próprio Oponente.

Obviamente, por estarmos lidando com sentidos construídos a partir de relações intertextuais engendradas, principalmente, por marcas lexicais, as características da modalidade polêmica só podem ser inferidas no momento em que se (re)constrói os possíveis sentidos desse texto, e não podem ser imediatamente identificadas nele.

Outro texto cuja argumentatividade polêmica escolhemos para analisar à luz do parâmetro da intertextualidade é a notícia abaixo, sobre possível votação, em 2018, da Proposta de Emenda Constitucional nº 33/2012, que trata da redução da maioria penal no Brasil.

Texto (02) – Notícia sobre votação da PEC nº 33/2012

Maioridade penal deve voltar à pauta no Senado este ano

Projeto mais avançado prevê que maiores de 16 possam responder como adultos por atos violentos

POR **RENATA MARIZ**

04/01/2018 4:30 / ATUALIZADO 04/01/2018 11:14



Após aprovação na Câmara, proposta de redução da maioria penal segue para o Senado - **Marcos Alves/20-07-2015 / Agência O Globo**

BRASÍLIA — A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre redução da **maioridade penal** com tramitação mais avançada no Congresso pode voltar à pauta no primeiro trimestre deste ano, segundo acordo costurado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do **Senado**. O projeto adota uma tese intermediária: não diminui o marco temporal indiscriminadamente, mas cria a possibilidade de o Ministério Público pedir a suspensão da condição de menor de idade no caso de maiores de 16 anos e menores de 18 anos que cometem crimes violentos. Se a Justiça autorizar, o indivíduo responderá como adulto.

LEIA MAIS: [Cresce o apoio à redução de maioria penal em crimes graves](#)

Pesquisa do Datafolha divulgada ontem mostrou que o apoio da população à redução da idade penal, apenas no caso de crimes graves, subiu de 26% em 2015 para 36%, em 2017. Apesar de ser ano de eleição, quando os parlamentares deixam os trabalhos legislativos em segundo plano e costumam evitar temas polêmicos, o relator da matéria, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acredita que o projeto será votado em 2018. Ele afirma que, além da pressão popular, há um compromisso do presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-MA), de retomar o assunto entre fim de fevereiro e início de março.

— Não creio que a eleição atrapalhará, porque é uma questão urgente, que precisa ser enfrentada pelo Congresso. E há inclusive parlamentares que têm esse tema como bandeira, sendo favoráveis ou contrários — afirma Ferraço.

O senador analisou conjuntamente todas as PECs que tratavam do tema da redução da maioria penal no Senado — inclusive a que passou pela Câmara em 2015, na gestão do ex-deputado Eduardo Cunha, que reduzia a maioria para 16 anos no caso de crimes graves. Ferraço apresentou relatório favorável ao projeto de autoria do senador licenciado Aloysio Nunes (PSDB-SP), atual ministro das Relações Exteriores, mas na forma de um novo texto. Segundo o senador, se aprovada na CCJ, a proposta segue para o plenário da Casa, para ser [sic] votado em dois turnos, antes de ser [sic] remetido à Câmara, onde precisa passar por mais duas votações.

Pela proposta de Ferraço, apenas o promotor especializado da infância e juventude poderá propor ao Judiciário que o menor seja julgado como se fosse maior de idade. O texto elenca os crimes cabíveis para tal pedido, como reincidência da prática de roubo qualificado, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, estupro, entre outros. Laudo técnico deverá atestar a capacidade **de o** adolescente compreender a própria conduta. Além disso, a PEC estabelece que os condenados cumpram a pena em estabelecimento separado dos maiores de 18 anos.

— É uma flexibilização diante do cenário de radicalização que temos hoje, de um lado quem acha que deve tudo continuar como está, e do outro quem defende redução total da idade penal. O projeto dá o recado necessário: se praticar esse tipo de crime será julgado como adulto.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/maioridade-penal-deve-voltar-pauta-no-senado-este-ano-22252407> (grifos em itálico são de nossa responsabilidade). Acesso em 11 de setembro de 2018.

A notícia, como um gênero desprovido de visada argumentativa, ou seja, como um gênero jornalístico ao qual não se atribui o propósito comunicativo de argumentar, de defender uma opinião, mas sim de informar e de expor “a verdade dos fatos” (lema recorrente entre os meios de comunicação que se declaram isentos), não está à margem do princípio de que a dimensão argumentativa é inerente a qualquer discurso. O texto (02), por exemplo, ao informar os leitores da publicação virtual do jornal *O Globo* sobre a possibilidade de o Senado votar, novamente, a PEC nº 33/2012, não emite uma opinião sobre essa questão polêmica que há muitos anos divide o país, mas deixa entrever, por certas escolhas de ordem textual, um ponto de vista segundo o qual reduzir a maioria penal seria uma decisão razoável.

O tópico central da notícia, “votação, pelo Senado, de PEC sobre redução da maioria penal”, traz à tona um tema que é considerado, no próprio texto, como sendo um tema polêmico: a redução da maioria penal. Temas polêmicos costumam ser tratados em textos jornalísticos como a notícia e a reportagem de modo a dar voz aos dois lados que debatem. Nosso conhecimento sobre esses gêneros, sobre sua gestão tópica, nos permite afirmar que, apesar de se tratarem de gêneros quase sempre monogeridos, quando o tópico principal é considerado um assunto polêmico, o jornalista busca colocar em cena Proponentes e Oponentes, suas opiniões e as vozes que lhes dão corpo no debate público. Essa notícia, diferentemente do que em geral ocorre, não dá voz aos opositores da PEC e do relatório. Nosso interesse aqui, no entanto, não é sobre a topicalidade, e sim sobre a intertextualidade.

A notícia em tela refere-se a dois outros textos específicos – a Proposta de Emenda Constitucional nº 33/2012 e o relatório sobre ela – e informa a possibilidade de essa PEC e seu respectivo relatório serem votados no Senado em 2018. Apesar de classificar o tema da PEC como polêmico, o locutor afirma que a proposta a ser votada “adota uma tese intermediária: não diminui o marco temporal indiscriminadamente, mas cria a possibilidade de o Ministério Público pedir a suspensão da condição de menor de idade no caso de maiores de 16 anos e menores de 18 anos que cometem crimes violentos”. Todavia, como concordamos, com Amossy (2014, 2017[2014]), que as teses, em uma polêmica, são dicotômicas, entendemos que a tese do projeto citado não é “intermediária” (dando a entender que seus termos poderiam conciliar as duas opiniões contrárias acerca da questão), mas sim *favorável* à redução da maioria penal, ainda que proponha condições à penalização judicial dos menores de 18 anos. O locutor, portanto, ao contextualizar, no primeiro parágrafo da notícia, o acontecimento vindouro (a votação da PEC e do relatório que lhe é favorável no Senado em 2018), estabelece uma relação intertextual de concordância com a fala de Ricardo Ferraço que encerra a notícia: “É uma flexibilização diante do cenário de radicalização que temos hoje, de um lado quem acha

que deve tudo continuar como está, e do outro quem defende redução total da idade penal. O projeto dá o recado necessário: se praticar esse tipo de crime será julgado como adulto”. A notícia não só estabelece uma relação com a afirmação do Proponente dessa opinião de que estabelecer condições para a diminuição da maioria “despolariza” o debate, como imprime-lhe um efeito de verdade, na medida em que descreve, sem dar margem a contestação, a tese da proposta como sendo “intermediária”.

Outra seleção intertextual que deixa entrever um posicionamento no debate polêmico sobre a redução da maioria penal no Brasil é a menção a um resultado de pesquisa do Datafolha, que é tomado como um fato:

Pesquisa do Datafolha divulgada ontem mostrou que o apoio da população à redução da idade penal, apenas no caso de crimes graves, subiu de 26% em 2015 para 36%, em 2017. Apesar de ser ano de eleição, quando os parlamentares deixam os trabalhos legislativos em segundo plano e costumam evitar temas polêmicos, o relator da matéria, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acredita que o projeto será votado em 2018. Ele afirma que, além da pressão popular, há um compromisso do presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-MA), de retomar o assunto entre fim de fevereiro e início de março.

Apoiando-se no lugar comum da quantidade, o locutor cita o resultado da pesquisa para lançar mão da premissa de que a população apoia a redução da maioria penal e que, portanto, aprovar a PEC é preferível a impugná-la. Essa premissa, por sua vez, é tomada como uma causa para o andamento da votação do relatório favorável à proposta de redução: a “pressão popular” e o interesse geral, com o qual o senador Edison Lobão se comprometeu, são motivações evidentes da necessidade de agilizar a votação do relatório. Segundo Fiorin (2015, p. 151), “A causalidade supõe um encadeamento dos fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito” e “Nesse tipo de argumento, tomam-se fatos que se relacionam temporalmente (antecedente e consequente) e atribui-se a eles uma relação causal” (p. 159).

Nossa discussão, até este ponto, foi sobre a possibilidade de as relações intertextuais servirem de parâmetro a uma análise da modalidade polêmica em textos sem visada argumentativa. A partir daqui, faremos um deslocamento de foco e discutiremos uma ideia mais abrangente, segundo a qual a intertextualidade seria fundamentalmente o vetor dessa modalidade. Iniciaremos essa reflexão relembrando uma proposição de Amossy (2014), com a qual concordamos: a de que uma polêmica tal como a concebemos releva do trabalho discursivo das mídias e, em especial, do jornalista, que não só veiculam os antagonismos discursivos, mas

que lhes conferem, muitas vezes, proporções imensuráveis ao já profuso e disperso universo das trocas polêmicas sociais. Aliás, o fato de adotarmos essa proposição de R. Amossy justifica em grande parte nossa opção por gêneros das esferas midiática e jornalística para descrição e análise nesta proposta de interface que ora buscamos delinear. Entendemos que a polêmica contagia a sociedade a ponto de se manifestar em muitas interações cotidianas, em trocas face a face ou virtuais, que flagramos com facilidade no contexto de nossas vivências mais espontâneas, mas cuja captura científica seria dificultosa. As enunciações institucionalizadas, como aquelas que se dão pelo modo da notícia, da reportagem, da entrevista e da charge, por outro lado, além de serem de mais fácil captura, são capazes de retratar com bastante precisão a complexidade dos debates diversificados e profusos que ocorrem nesse universo imensurável das interações sociais humanas. Isso porque os textos midiáticos e jornalísticos não só organizam os antagonismos discursivos, como também contribuem, muitas vezes, para a potencialização das polêmicas, a exemplo do que ocorreu com a seguinte reportagem publicada pela revista *Forbes*.

Imagem (2) – Reportagem da *Forbes*³⁶

134,939 views | Jan 17, 2013, 07:00pm

The Richest Pastors In Brazil

Anderson Antunes Contributor
 Business & Wealth News From Brazil

Religion has always been a profitable business. And if you happen to be a Brazilian evangelical preacher, chances of hitting a heavenly jackpot are actually pretty high these days. Even though Brazil remains the world's largest Catholic country, with about 123.2 million of its population of approximately 191 million defining themselves as followers of the Vatican-based church, the latest census figures pointed to a strong decline among the ranks of Roman Catholics, who now account for 64.6% of the country's population--down from 92% in 1970.

"Bishop" Edir Macedo, founder of the Universal Church of the Kingdom of God: Brazil's Richest pastor.

Fonte: *Print* da reportagem da *Forbes* sobre os pastores mais ricos do mundo, disponível no site da revista: <https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/#4c5ad9885b1e> Captura de tela feita em 17/09/2018.

³⁶ Os pastores mais ricos no Brasil

Anderson Antunes, colaborador

A religião sempre foi um negócio lucrativo. E se você for um pregador evangélico brasileiro, as chances de alcançar uma bolada celestial são realmente muito altas nos dias de hoje. Embora o Brasil continue sendo o maior país católico do mundo, com cerca de 123,2 milhões de sua população de aproximadamente 191 milhões definindo-se como seguidores da Igreja do Vaticano, os números mais recentes do censo apontam para um forte declínio entre os católicos romanos, que agora representam 64,6% da população do país - abaixo dos 92% em 1970.

[Na legenda da foto maior:] "Bispo" Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus: o pastor mais rico do Brasil. (Tradução nossa).

A reportagem parcialmente capturada pela imagem acima reacendeu o debate em torno da relação entre pagamento de oferta e de dízimo por fiéis no contexto de algumas igrejas evangélicas no Brasil e o enriquecimento de pastores dessas igrejas. Essa questão é uma polêmica porque radicaliza a oposição de opiniões em torno dela, divide a sociedade em grupos que apoiam e que condenam a obrigatoriedade do dízimo e seus desdobramentos (como o enriquecimento de líderes religiosos e a denominada Teologia da Prosperidade), e implica a tentativa de desqualificar os opositores, a fim de desqualificar sua tese e seus argumentos e, assim, arregimentar apoiadores da tese proposta. Ao categorizar a religião como um “negócio lucrativo” e ao associar o sucesso das igrejas evangélicas à propagada “Teologia da Prosperidade”, que, de acordo com o texto, alimenta “a crença de que o progresso material resulta do favor de Deus”, o jornalista condensa os argumentos levantados pelos Proponentes da tese de que certos líderes evangélicos concebem a fé como um negócio bastante rentável e de que usam, portanto, de má fé (o trocadilho é de nossa responsabilidade) para enriquecerem. A partir desse texto, muitos outros foram produzidos e publicados, tanto pela grande mídia como pela mídia que tem como público específico os fiéis ou simpatizantes das igrejas evangélicas, criando um efeito de divisão actancial característico da polêmica, que separou a sociedade em Proponentes e Oponentes de teses dicotômicas. São exemplos de reações à publicação da *Forbes*, e de posicionamentos em relação ao tema tratado por ela, os textos (03) e (04) a seguir.

Texto (03) – Reportagem revista *Exame*

[BRASIL, EXAME Hoje](#)

Silas Malafaia: os mandamentos de um CEO da fé

O pastor carioca é o último dos grandes pregadores evangélicos a entrar em São Paulo, o maior mercado do país

Por **Jardel Sebba**

13 dez 2016, 13h16 - Publicado em 13 dez 2016, 13h15



Malafaia: plano de abrir 1.000 igrejas pelo Brasil na próxima década; nesse fim de semana, ele estreou em São Paulo (./Agência Brasil)

Reportagem publicada originalmente em EXAME Hoje, app disponível na [App Store](#) e no [Google Play](#).

O que era para ser um banquete virou apenas a entrada. Desde sábado, o pastor Silas Malafaia promove celebrações para inaugurar a primeira sede de sua igreja, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, em São Paulo. Mas o espaço estreado na Mooca, zona leste paulistana, ainda não é a igreja definitiva. Depois de um ano pesquisando o mercado e sondando as oportunidades, ele fechou negócio em um imóvel a quatro quilômetros dali, onde começou uma reforma para levantar uma igreja para 6.000 pessoas.

No meio do caminho, mudou de rumo. Apareceu o imóvel na Mooca, ele resolveu reformá-lo rapidamente para transformar em igreja provisória, para 3.600 pessoas, e redimensionou o projeto da sede original para 10.000 pessoas. Aquela, a primeira, abre dentro de três anos. Esta, a provisória, abre neste fim de semana. “Desde a assinatura do aluguel, levamos 45 dias para aprontar o lugar, rebaixar o piso, instalar o som, as salas de estudo, as cadeiras, numa conta simples só com essas coisas gastamos 2,5 milhões de reais”, revelou Malafaia a EXAME Hoje.

O pastor carioca é o último dos grandes pregadores evangélicos a entrar no maior mercado do país. Ao lado da Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, da Igreja Mundial do Poder de Deus, do apóstolo Valdemiro Santiago e da Igreja Internacional da Graça de Deus, do missionário R.R. Soares, Malafaia vem fechar na cidade o grupo de principais líderes religiosos da fé que mais cresceu no país nos últimos anos.

(...)

O crescimento dos evangélicos se deve principalmente ao neopentecostalismo, ou a terceira onda pentecostal, surgida na década de 1960 no Rio de Janeiro com o nascimento da Igreja Universal do Reino de Deus. O televangelismo, o combate às religiões de matriz africana, a teologia da prosperidade (que, em breves linhas, celebra a riqueza como vitória), entre outros, compuseram uma política agressiva de crescimento que tirou fiéis da Igreja Católica e elevou em muito o nível de tensão entre as religiões cristãs no país.

(...)

Aumentar o dízimo para depois dividir

Parte do projeto de crescimento dos evangélicos esteve ligado também a uma certa flexibilização de conceitos. No catolicismo, qualquer mudança é lenta. Mesmo vivendo um momento progressista sob o comando do Papa Francisco, o sexo, segundo a igreja, ainda se destina somente à procriação. Do outro lado, Edir Macedo proclama em sua biografia oficial, *O Bispo* (Douglas Tavolaro com Christina Lemos, Larousse, 2007) que “sexo é para ter prazer” e que “a cama é a base de uma aliança no altar”.

E o projeto de expansão é também um projeto financeiro, uma vez que cada um deve, segundo a Bíblia, dar a décima parte do que ganha à igreja, e fazer outras ofertas de acordo com seus propósitos. Logo, numa conta simples, mais fiéis trazem mais recursos que trazem mais igrejas que trazem mais fiéis. A expansão da Vitória em Cristo não é diferente.

Hoje a congregação tem 120 igrejas em seis estados brasileiros, mas a chegada a São Paulo marca um novo planejamento. “Meu projeto é abrir mil novas igrejas nos próximos dez anos pelo Brasil”, me diz Malafaia. “Claro que terei um olhar especial para o Estado de São Paulo, mas quero abrir igreja em tudo quanto é canto, do Amapá ao Rio Grande do Sul, não importa se é lugar de bacana ou não”, enfatiza, em seu tom de voz característico, alguns tons acima.

Nem todo mundo no meio evangélico enxerga nele uma liderança absoluta. “A vinda de Malafaia para São Paulo é muito mais política e empresarial do que eclesialística”, pontua Marcelo Rebello, presidente da Associação Brasileira de Empresas e Profissionais Evangélicos (Abrepe). “Em sua campanha para se tornar um líder reconhecido, é notória a importância de estar na cidade com o maior PIB do país, onde estão os principais concorrentes. É uma grande vitrine e acho até que demorou para ele tomar esta decisão”, conclui Rebello. Político, empresarial e eclesialístico, Silas Malafaia é, sob todos esses aspectos, um bem-sucedido CEO da fé cuja forma de comandar seu, digamos, negócio traz ensinamentos. *Selecionamos oito lições empresariais que podem ser apreendidas do líder da Vitória em Cristo:*

1. Modernize-se sem abandonar as tradições

(...)

2. Seja sempre mais ambicioso

(...)

3. Saiba esperar as oportunidades

(...)

4. Conheça e cuide de seus comandados

(...)

5. Diferencie-se pela qualidade

(...)

6. Não fale em dinheiro

A revista Forbes publicou, em 2013, que Malafaia era o terceiro pastor evangélico mais rico do país (atrás, claro, de Edir Macedo e Valdemiro Santiago), com patrimônio estimado em 150 milhões de dólares. Irritado, ele mostrou na TV sua declaração de Imposto de Renda, na qual constava um patrimônio de cerca de R\$ 4,5 milhões, e está processando a revista. Em sua concepção, sempre que se fala em dinheiro e em pastores evangélicos, há a intenção de sugerir algo ilícito. “A ideia que se passa sempre é a de que a igreja evangélica é formada de imbecis e analfabetos comandados por malandros. Por que ninguém fala dos bilhões que a Igreja Católica manda todos os anos para o Vaticano?”, pergunta, aproveitando para classificar a questão sobre faturamento como uma “pergunta babaca”. Malafaia ainda garante que fez um propósito de abrir mão de salário em sua igreja por sete anos – o prazo vence em março do ano que vem.

7. Deixe claro que é o cargo que precisa de você, e não o contrário

(...)

8. Cause impacto

(...)

Amado e odiado, bem ou mal, estamos falando bastante dele nos últimos anos. E isso, aliado, claro, a *toda a visão empresarial destilada aqui*, está levando Silas Malafaia mais longe. Hoje a Mooca, amanhã, quem sabe, o mundo.

Fonte: <http://exame.abril.com.br/brasil/silas-malafaia-os-mandamentos-de-um-ceo-da-fe/>. Acesso em 15/06/2017. (Grifos em itálico e fonte azul são de nossa responsabilidade).

Texto (04) – Notícia do sítio virtual *Verdade Gospel*

Gospel

18/01/2013 - 799 comentários em Pr. Silas desmente ‘safadeza’ da Forbes sobre sua renda

Pr. Silas desmente 'safadeza' da Forbes sobre sua renda



A sucursal brasileira da revista norte-americana Forbes publicou uma reportagem onde enumera os cinco pastores mais ricos do Brasil. Em **primeiro lugar está o bispo Edir Macedo** (Igreja Universal do Reino de Deus), cuja renda divulgada pela revista é de aproximadamente **US\$ 950 milhões**.

Em **segundo lugar aparece o nome do apóstolo Valdemiro Santiago** (Igreja Mundial do Poder de Deus), com uma fortuna estimada em **US\$ 220 milhões**, de acordo com a Forbes.

Na **terceira colocação surge o nome do pastor Silas Malafaia**, cuja fortuna é estimada em **US\$ 150 milhões**, de acordo com a revista.

O Líder e fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, **missionário R. R. Soares**, ficou em **quarto lugar** com um patrimônio estimado em **US\$ 125 milhões**.

Na **quinta posição ficou o casal Apóstolo Estevam Hernandes Filho e bispa Sonia Hernandes**, ambos líderes e fundadores da Igreja Renascer em Cristo, com fortuna de aproximadamente **US\$ 65 milhões**.

A Forbes informou que os dados obtidos para esta reportagem foram concedidos através do Ministério Público e pela Polícia Federal.

Pr. Silas responde

Existe um jogo muito bem organizado para denegrir pastores evangélicos a fim de que a sociedade tenha uma ideia de que pastor é um malandro usurpando dinheiro de imbecis e idiotas a fim de se locupletar.

Como sou psicólogo, aprendi que para a mente humana acreditar em alguma coisa são necessárias várias repetições. Se você não tem consistência na sua mente sobre a verdade, uma mentira várias vezes repetida para você, passa a ser uma verdade no seu processo mental. E é este o jogo: construir um preconceito da sociedade em relação a pastores e as igrejas evangélicas.

Estão com um medo danado do nosso crescimento.

Agora deixa eu desmentir essa "safadeza" inescrupulosa da Forbes Brasil em relação a minha renda:

1- Eu sou o pastor que nunca neguei informação a nenhum veículo de mídia, tanto é que meu patrimônio, receita da Associação Vitória em Cristo, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, da Editora Central Gospel, já foram publicadas por diversas entrevistas que dei, entre as quais, as páginas amarelas da revista Veja.

2- Não tenho medo, nem o que esconder do meu patrimônio, porque tudo o que possuo foi constituído de maneira legal, tanto diante da lei dos homens, quanto das leis de Deus. E mais, há 25 anos não recebo salário de pastor, não que seja errado ou pecado. A Bíblia diz que digno é o obreiro do seu salário. Foi uma decisão de foro íntimo da minha relação pessoal com Deus.

3- Se juntarmos a receita da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, QUE NÃO É MINHA, mais a receita da Associação Vitória em Cristo, QUE NÃO É MINHA, com mais o faturamento da Editora Central Gospel, que é minha propriedade, e mais as ofertas voluntárias que recebo por palestras dadas, somando tudo isto, não dá a metade do que eles anunciaram como receita pessoal minha. É só para vocês verem a safadeza e a cachorrada desses inescrupulosos.

4- Tudo o que tenho de patrimônio pessoal e renda, estão declarados na Receita Federal. Não tenho nada a temer ou a dever. Dizer que a informação da minha renda foi dada pelo Ministério Público do Brasil e pela Polícia Federal é uma afronta a essas instituições sérias, porque eles não têm autoridade legal para fornecer nenhum tipo de informação como esta. Mais uma vez para provar a mentira desses safados, mediante a [sic] isto, entrei com uma ação judicial contra a Forbes Brasil.



Fonte: <http://www.verdadegospel.com/pr-silas-desmente-safadeza-da-forbes-sobre-sua-renda/>.

Acesso em 15/06/2017.

Os textos (03) e (04) citam a reportagem da revista *Forbes* sobre os pastores mais ricos do Brasil, mas o fazem para posicionar-se diferentemente no debate. Enquanto a reportagem da revista *Exame* – texto (03), anexo A – corrobora a visão da *Forbes* de que a fé é um negócio (a começar pela inscrição da reportagem em uma revista de negócios, passando pelo modo como ela categoriza Malafaia: “um CEO da fé”, dentre muitas outras qualificações a ele atribuídas nessa reportagem), a notícia publicada no *site* VERDADEGOSPEL.COM – texto (04) – cita a matéria da *Forbes*, mas a qualifica sutilmente como uma mentira, ao optar por intitular sua notícia da seguinte maneira: “Pr. Silas *desmente* ‘safadeza’ da Forbes sobre sua renda” (grifo nosso). Temos, então, no primeiro texto, um exemplo de alinhamento à tese proposta pela revista *Forbes* e, no segundo texto, um exemplo de discurso que se alinha à tese oposta à da revista. Em torno dos argumentos levantados pela *Forbes* e em torno dos contra-argumentos mobilizados pelo pastor, cria-se a divisão actancial entre Proponentes e Oponentes, respectivamente, das teses de que os pastores enriquecem por meio das ofertas e do dízimo e de que as ofertas e os dízimos não são fonte de enriquecimento “ilícito”.

Essa dinâmica argumentativa condiz com o que afirma Amossy (2014, p. 51, grifo nosso):

A primeira marca da polêmica como debate da atualidade é uma oposição de discurso. O antagonismo das opiniões apresentadas no seio de uma confrontação verbal é a sua condição *sine qua non*. Lembremos que a noção de *confrontação designa, de partida, a ação de colocar (dois discursos) em presença e, portanto, em relação, permitindo assim uma apreciação por comparação*. [...] É, portanto, a atividade consistindo em trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa que constrói a palavra *polêmica*. [...] Estamos bem no campo da retórica argumentativa. Argumentamos, com efeito, quando surge um desacordo sobre uma determinada questão e quando duas respostas opostas são dadas sobre uma mesma questão, obrigando cada uma das partes a justificar os fundamentos da sua posição.

Os exemplos que mobilizamos para demonstrar como a polêmica em tela foi aquecida pela matéria publicada pela revista *Forbes*, dando margem a inúmeros outros textos sobre o mesmo tema, conferem força à nossa tese de que a polêmica é instaurada, numa certa situação enunciativa, por uma relação intertextual. Concordamos, por isso, com Cavalcante (2017), para quem “a polêmica emerge sempre de uma relação intertextual”:

Sem dúvida, a polêmica é um modo de gestão do conflito entre discursos opostos. Mas, se Amossy afirma que ela se dá a partir de casos concretos e que é efêmera, é porque ela emerge de textos, de eventos concretos, únicos e irrepetíveis. Somente na relação entre textos é que se pode compreender o conflito entre discursos. (CAVALCANTE, 2017).

Essa ideia já encontrava guarida na própria conceituação de polêmica por Amossy (2014), quando a autora afirma que a noção de confrontação verbal implica a colocação *em presença* de opiniões antagônicas. Como pudemos verificar nos textos (03) e (04), que explicitamente citam a matéria da Forbes e assumem, respectivamente, posição favorável ao conteúdo do texto-fonte e posição oposta a tal texto, o modo polêmico de argumentar em um dado contexto se concretiza por meio de relações intertextuais. Assim também ocorre com aqueles textos nos quais o antagonismo não se dá a ver explicitamente, mas que, por alusão ampla a conjuntos dispersos de textos, estabelecem relações discursivas antagônicas, indiciam divisões actanciais e desqualificam o oponente, ainda que tudo isso seja feito de maneira enviesada. Reafirmamos, assim, nossa tese de que a intertextualidade instaura a polêmica em uma dada circunstância enunciativa e que, em recuperando as relações intertextuais estabelecidas, é possível entrevermos a modalidade polêmica em textos desprovidos de visada argumentativa.

5.2 Composicionalidade

O segundo critério de análise da argumentatividade em textos se desdobra em duas categorias de natureza composicional: o plano de texto e a sequencialidade. São categorias elaboradas no âmbito da Análise Textual dos Discursos (ATD) de Jean-Michel Adam, a respeito da qual apresentamos uma reflexão no capítulo anterior. Iniciaremos por discutir como é possível a argumentatividade dá-se a ver no e pelo plano de texto e, conseqüentemente, pelas estratégias que ele permite inscrever. Logo depois, exemplificaremos a inscrição estratégica dessa modalidade em nível mesotextual, por meio da descrição do funcionamento de cada uma das cinco sequências textuais apontadas por J.-M. Adam – narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal – em textos de gêneros vários.

5.2.1 O plano de texto

Desde a escolha do tema, passando pelo modo como esse tema será desenvolvido (o que inclui a escolha do gênero, dentro dos limites que a relativa estabilidade deste impõe, e das sequências textuais que se interligam), até a conclusão do texto como unidade acabada, o locutor projeta seu(s) interlocutor(es) e os efeitos que seu dizer poderá desencadear junto a eles. É pressupondo, com Adam (2011), que “Todo enunciado possui um valor argumentativo” (p. 122) e que “O reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de

texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis” (p. 256) que nos propomos a examinar como a modalidade polêmica se inscreve em nível macrotextual.

Os planos de texto desempenham um papel fundamental na composição macrotextual do sentido. Correspondem ao que a retórica colocava na *disposição*, parte da arte de escrever e da arte oratória que regrava a ordenação dos argumentos tirados da *invenção*. O plano oratório clássico compreende, inicialmente, um *exórdio* (cujo objetivo é interessar o auditório), seguido de uma *proposição* (causa ou tese resumida do discurso), com sua *divisão* (anúncio do plano). O desenvolvimento tem como parte principal a *confirmação* (que prova a verdade avançada na proposição), a qual pode ser precedida por uma *narração* (exposição dos fatos) e seguida por uma *refutação* (rejeição dos argumentos contrários). A *peroração* (conclusão que comove o auditório) completa esse conjunto. (...).

Esse modelo retórico, no entanto, não dá conta da variedade dos planos de texto possíveis”. (ADAM, 2011, p. 257-258, grifos do autor).

Um plano de texto corresponde “à maneira como aquele texto foi organizado de forma a cumprir os propósitos do produtor” (MARQUESI; ELIAS; CABRAL, 2017, p. 14) e reflete sua estrutura composicional, sempre orientada, mais ou menos, por convenções ligadas aos gêneros do discurso. De acordo com Adam (2017, p. 24, tradução do Prottexto), o plano de texto é “responsável pela segmentação visível-legível do texto escrito em partes (capítulos, seções, parágrafos)” e é “o fator unificador e obrigatório das estruturas composicionais” (p. 63). Os planos de texto que apresentam um grau mais elevado de submissão às convenções composicionais dos gêneros, ou seja, que apresentam uma planificação mais previsível, dotada de constantes composicionais, são classificados como *planos de texto fixos* (PTF), enquanto os planos que apresentam um grau mais elevado de deslocamento em relação aos gêneros, ou cujas regularidades genéricas são constitutivamente vagas, são considerados *planos de texto ocasionais* (PTO) (ADAM, 2011). Adam (2017, p. 64) recategoriza os *planos de textos fixos* e os *planos de texto ocasionais*, respectivamente, como “planos pré-formatados por um gênero” e “planos não pré-formatados, próprios a um único texto”. Apesar de reconhecer que os enunciados realizados diferem consideravelmente uns dos outros e que, portanto, a heterogeneidade se sobrepõe às regularidades composicionais, sendo a homogeneidade, então, “um caso relativamente excepcional” (ADAM, 2017, p. 61), o autor conserva a distinção entre PTF e PTO, supondo que certas planificações são próprias a um único texto, sem serem pré-formatadas por um gênero.

O fato de os planos de texto terem sido, na própria proposta teórica de J-M. Adam, estreitamente ligados aos gêneros levou Catelão e Cavalcante (2017) a revisitarem a noção de plano de texto, e a distinção entre PTF e PTO. Os autores propuseram uma redefinição dos critérios de descrição do “plano pré-formatado por um gênero – PPF” (ADAM, 2017), não

como contraposta à noção elaborada por Adam, mas como uma categoria mais abrangente que, ao mesmo tempo, inclui os planos de texto mais ou menos “fixos” e permite verificar a dominância prototípica dos gêneros, de modo a contemplar os três elementos que os caracterizam: tema, estilo e estrutura composicional.

Catelão e Cavalcante (2017, p. 408) também concordam que

Nem todo texto é necessariamente composto por estruturas ordenadas ou fixas de seqüências. O texto de um dado gênero pode ter uma estrutura bastante flexível, sendo, muitas vezes, os elementos pragmáticos os responsáveis pela opção por uma estrutura linear convencional ou por um percurso com encadeamento textual totalmente ocasional. Esse aspecto pode ser ilustrado pelos gêneros publicitários, que parecem permitir um encadeamento diversificado. Além deles, os gêneros literários trazem bons exemplos de alta maleabilidade: poemas, como o soneto, podem apresentar formatos fixos, porém, outros formatos de poema lírico não seguem nenhuma regra e podem afastar-se criativamente de uma estrutura prototípica de poema.

Se os autores afirmam que os gêneros publicitários “parecem permitir um encadeamento diversificado” e que o poema lírico é um gênero que pode apresentar tanto “formatos fixos” como podem não seguir regras composicionais fixas e podem “afastar-se criativamente de uma estrutura prototípica de poema”, é porque a flexibilidade composicional dos gêneros é previsível pelo próprio regime de textualização desses gêneros. A exemplo de gêneros publicitários, como comercial de TV, anúncio impresso e *outdoor*, a maleabilidade composicional permite esperarmos sequencialidades diversas, a depender da cenografia escolhida pelo locutor para representar a própria empresa comercializadora do produto ou serviço e o interlocutor – consumidor potencial do produto ou serviço propagandeado. Há, então, textos publicitários em que predomina, no nível da planificação, a narração (caso do comercial do veículo *Captur*, da marca Renault, em que a personagem protagonista é uma sereia³⁷), outros em que predomina a descrição (a exemplo de outro comercial daquele mesmo veículo da Renault, em que o foco é no *design* do produto³⁸), já em outros, predomina a argumentação, como na peça publicitária do exemplo (13).

Exemplo (13)³⁹

³⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mexpZ0kspGc> Acesso em 20/09/2018.

³⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sOV-IIkoDok> Acesso em 20/09/2018.

³⁹ O mundo precisa de uma revolução em fontes de energia renováveis. Mas para que o máximo de proveito seja conseguido, nossos hábitos também precisam mudar. Medidas simples podem iniciar esse processo na sua vida:

- Utilizar, de uma só vez, a capacidade máxima de roupa de sua máquina de lavar.
- Esperar acumular uma quantidade razoável de roupa para passar tudo de uma só vez.
- Evitar usar máquina de lavar e secar, ferro e chuveiro, entre 18h e 21h, que é o horário de pico de energia.
- Escolher as lâmpadas com selo Procel, que gastam menos energia.

Não adianta ter fontes de energia renováveis, se não renovarmos nossos hábitos de consumo de energia.

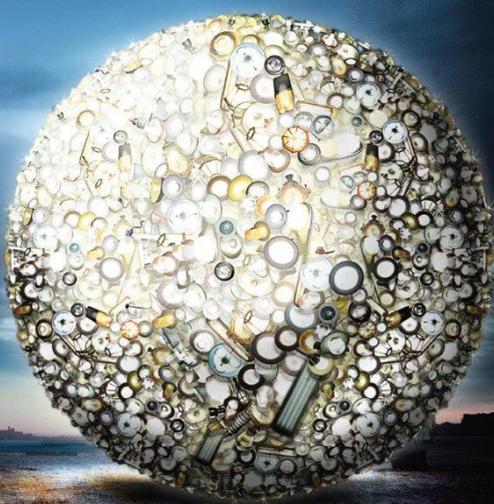
O mundo precisa de uma revolução em fontes de energia renováveis. Mas para que o máximo proveito seja conseguido, nossos hábitos também precisam mudar. Medidas simples podem iniciar esse processo na sua vida:

- Utilizar, de uma só vez, a capacidade máxima de roupa de sua máquina de lavar.
- Esperar acumular uma quantidade razoável de roupa para passar tudo de uma só vez.
- Evitar usar máquina de lavar e secar, ferro e chuveiro, entre 18h e 21h, que é o horário de pico de energia.
- Escolher as lâmpadas com selo Procel, que gastam menos energia.

O fato é que você pode começar hoje mesmo a renovar seus hábitos. E o benefício dessa mudança multiplicado por milhões, já aparece no dia seguinte.

Para saber mais exemplos do que você pode fazer acesse: www.bancodoplaneta.com.br

Banco do Planeta. Investindo, apoiando e informando.



Bradescompleto

www.bradesco.com.br

Banco do Planeta

Fonte: <https://vitaminapublicitaria.com.br/sustentabilidade-em-pecas-graficas/> Acesso em 20/09/2018.

Pensamos, com Catelão e Cavalcante (2017), que um PPF possa abrigar traços recorrentes tanto em planificações “fixas” como nas ocasionais (não se atendo a suas singularidades, em coerência com o próprio conceito de gênero que adotamos: tipos *relativamente* estáveis de enunciados) e deva levar em consideração não somente sua organização composicional, mas, também, os outros dois elementos definidores de um gênero: o conteúdo temático e o estilo. Assim, o traço recorrente nos anúncios exemplificados acima e em muitos outros diz respeito ao conteúdo temático: todos os textos desse gênero têm como tema o produto ou o serviço oferecido por uma empresa. O estilo e a composicionalidade, por outro lado, são traços variáveis, que se submetem, mais ou menos, às coerções de ordem discursiva sedimentadas pelas práticas sociais.

As diferentes situações sociodiscursivas guiam (e ao mesmo tempo são guiadas por) tipos relativamente estáveis de textos, os gêneros. *Os planos pré-formatados dos gêneros são convencionalmente construídos e também desconstruídos ou reconstruídos pelo interlocutor de formas variadas.* A pressão pragmática é tão importante para essa reconstrução que pode nos levar a seguir exatamente um “protótipo” estruturalmente pré-definido. Certos gêneros são mais resistentes a mudanças estruturais, devido ao tipo de prática social a que estão associados, como é o caso de alguns gêneros das esferas acadêmica, jornalística, jurídica entre outras. Por outro lado, *encontramos comumente outros casos em que esses planos pré-formatados*

O fato é que você pode começar hoje mesmo a renovar seus hábitos. E o benefício dessa mudança multiplicada por milhões, já aparece no dia seguinte.

Para saber mais exemplos do que você pode fazer acesse: www.bancodoplaneta.com.br.

são alterados (também intencionalmente) para formas inesperadas (mesmo sendo consideradas do mesmo gênero) para assim se adequarem a outro tipo de interlocução, justamente com o objetivo de marcar uma intenção singular. Essas alterações, evidentemente, só são possíveis, sem levar à estranheza, porque as próprias convenções composicionais, temáticas e estilísticas do gênero do discurso permitem isso. (CATELÃO; CAVALCANTE, 2017, p. 408, grifos nossos).

Reivindicamos, com os autores, que a oposição entre PTF e PTO seja substituída pela noção de PPF ou de plano de gênero e que este seja relativizado conforme o grau de prototipicidade da tríade tema, composição e estilo. “Assim sendo, optamos por reservar à etiqueta ‘plano de texto ocasional’ uma decisão individual sobre os arranjos composicionais, temáticos e estilísticos que um determinado plano pré-formatado (ou fixo) do gênero comportasse”. (CATELÃO; CAVALCANTE, 2017, p. 408). Isso implica a previsão de que o inusitado, no nível da planificação textual, só possa ser admitido nos limites de um horizonte de expectativas determinado pelos próprios gêneros e pelas esferas das quais eles relevam, horizonte esse que permite ou um afastamento da prototipicidade ou um menor grau de prototipicidade, de modo que escolhas ocasionais não provoquem mudança de quadro genérico.

Lembrando, com Amossy (2006, 2018a), que a argumentatividade é tributária do gênero e do domínio discursivo nos quais ela ocorre, destacamos a seguinte afirmação da autora, que nos parece convergir para o que estamos sustentando aqui:

É preciso, evidentemente, considerar o fato de que numerosos textos empregam as formas genéricas de modo complexo ou transgressivo. O modo de indexar-se a um gênero ou de se realizar em vários modelos genéricos tem uma importância determinante para o impacto argumentativo do discurso. Notamos que a lógica do campo ao qual pertence o discurso marca os limites atribuídos às variações ou infrações, condicionando sua força persuasiva. O campo político, por exemplo, impõe uma observância mais estrita de suas regras e convenções do que o campo literário, onde a inovação e o efeito de ruptura agregam valor à escrita. (AMOSSY, 2006, p. 217, tradução nossa).

Ao tratar dos quadros genéricos e institucionais dos discursos, Amossy (2006, 2018a) situa a *carta aberta* e a *entrevista televisiva eleitoral* no campo político e examina estratégias discursivas e retóricas mobilizadas na produção de textos específicos desses gêneros, conforme mencionamos no capítulo anterior. Retomaremos essas análises, brevemente, nesta subseção, a fim de dar uma ideia mais precisa de como pensamos em agregar o plano de texto, ou plano pré-formatado por um gênero, às ferramentas de análise da argumentatividade em textos.

A organização textual (o plano de texto) da carta aberta de Madeleine Vernet é considerada por Amossy (2006, 2018a) como uma estratégia retórica por meio da qual a

locutora constrói seu *ethos*, o auditório particular da carta, sua relação com ele e busca a adesão desse auditório às ideologias socialista e antimilitarista. De acordo com a analista, nessa carta,

O “tu” ao qual se dirige um “eu” que demonstra, a um só tempo, autoridade e empatia se encontra [...] na posição de um indivíduo imerso na ignorância que deve, pouco a pouco, ao longo da argumentação, tomar consciência de sua situação e tomar sua sorte nas mãos. É essa relação com o auditório direto que determina o desenvolvimento argumentativo do discurso, que é dividido em várias partes que constituem tantas etapas de desvelamento e de aprendizagem: (1) um *exórdio* em que a *mater dolorosa* apostrofada aparece como uma vítima sofredora e ignorante; (2) uma *narração* que reconstitui seu calvário desde a partida de seu filho até a certeza de seu desaparecimento e do sacrifício feito “à pátria”; (3) uma *refutação* na qual são denunciados aqueles que causaram seu infortúnio, explorando a ideologia patriótica e abusando do seu poder; ela é acompanhada de uma história pessoal onde o “eu” reforça sua denúncia pela relação da cerimônia do soldado desconhecido, bem como pela história da perda de seu próprio filho na infância que ela não lamenta mais (“Mas quando eu soube o que seria feito com seu filho morto, ó mãe desconhecida do soldado desconhecido, eu quase me regozijeí com o pensamento de que o meu nunca será um soldado”); (4) uma *peroração* que exige a paz universal e convoca a mãe enlutada a se juntar a essa reivindicação pública. A ordem do discurso é, como vemos, das mais clássicas. (AMOSSY, 2006, p. 226, tradução nossa).

Concordamos que tal organização constitui uma estratégia argumentativa, uma planificação textual ligada à esfera sociodiscursiva e ao gênero na qual se constitui e, assim, estamos de acordo também com Adam (2011, p. 259), para quem, “Apesar da inegável diversidade do gênero, a forma epistolar apresenta algumas constantes composicionais”, tais como *abertura* (com termos de interpelação e indicações de lugar e de tempo), *exórdio*, *corpo da carta*, *peroração* e *fechamento* (fórmula de cortesia e assinatura). Em se tratando especificamente da carta aberta, é um gênero epistolar da esfera política, que tem como finalidade discursiva geral tratar de um assunto político (no sentido que é dado ao termo *político* na abordagem de R. Amossy e que explicitamos nesta tese em capítulo precedente). Necessariamente materializada em suporte de pública e ampla circulação, sua finalidade discursiva mais particular pode ser de instruir, de protestar ou de alertar não um destinatário específico, mas um público mais vasto, de modo a arregimentar partidários da ideologia direta ou indiretamente defendida. Esse propósito peculiar ao gênero carta aberta motiva uma variação naquele plano de texto de gêneros epistolares de modo geral proposto por Adam; não temos, necessariamente, as indicações de tempo e de lugar na abertura. A carta de Vernet, por exemplo, é aberta pelo título (*À “mãe desconhecida” do “soldado desconhecido”*) que, de imediato, interpela a instância de interlocução do texto, mas a abertura não apresenta indicações de tempo e de lugar. A data é indicada ao fim da carta. No fechamento, não há presença de fórmula de cortesia; há a assinatura da signatária, Madeleine Vernet, e a indicação da data (*14 de novembro de 1920*). As outras partes do plano desse texto seguem, de fato, conforme afirma Amossy

(2006, p. 226), a ordem retórica clássica, com uma sequencialidade prototipicamente argumentativa. Esse texto apresenta, então, uma planificação que faz amálgama dos planos epistolar e retórico, conforme o exemplo de um cartaz político citado Adam (2011, p. 261), que se apresenta com um plano parecido.

Em relação ao gênero entrevista eleitoral televisiva, Amossy (2006, 2018a) aponta alguns traços das interações analisadas (com base em trechos das entrevistas realizadas com dois dos candidatos à presidência da França nas eleições de 2002: Jacques Chirac e Jean-Marie Le Pen), que podemos, pensamos nós, alinhar a um plano pré-formatado por esse gênero.

A autora, antes de tudo, chama à atenção o fato de que tal gênero ocorre por uma interação dialogal face a face entre interlocutores que respondem um ao outro oralmente, o que acarreta mudanças importantes, em relação à carta aberta, na “ordem do discurso”, na construção do *ethos* e na dupla alocação do texto; enfim, na argumentatividade de modo geral. O foco da análise empreendida por Amossy incide sobre a coconstrução do *ethos* de presidenciável dos candidatos e sobre a *doxa* que serve, a um só tempo, para apoiar e para fortalecer seus discursos. Tangencialmente, ela toca na questão da preservação das faces envolvida no jogo de poder subjacente ao gênero. Tendo em vista o objetivo do gênero entrevista eleitoral televisiva, que é oferecer aos eleitores uma imagem do candidato e de seu programa de governo, o tema geral do gênero diz respeito a assuntos de interesse político nacional que instam os candidatos a proporem ações e/ou soluções em torno deles. A personagem central dessas interações é o entrevistado, cuja imagem é coconstruída pelas perguntas do entrevistador, que elege os temas a serem tratados e que orienta a direção argumentativa do discurso. As respostas do entrevistado, por outro lado, podem modificar essa direção inicial, com vistas à (re)construção de um *ethos* que lhe favoreça na corrida eleitoral.

Se a construção do *ethos* é, evidentemente, central na entrevista eleitoral em que o candidato busca produzir uma imagem favorável de si, é preciso entender, entretanto, que ela apenas pode ser elaborada com base em uma *doxa* compartilhada. Não se trata apenas da ideia que o eleitor possa fazer de um bom presidente, mas também de seus valores e de suas crenças mais enraizadas. (AMOSSY, 2018a, p. 259).

A análise de Amossy põe em evidência, como vemos, as estratégias retóricas e discursivas mobilizadas pelos interlocutores diretos das entrevistas. Sugerimos que a noção de plano de gênero possa servir de parâmetro a descrições e análises das estratégias persuasivas mobilizadas no *modus operandi* da argumentatividade polêmica em textos dialogais da esfera jornalística, com ou sem visada argumentativa. Partiremos do pressuposto de que o grau de

prototipicidade em gêneros dessa esfera é considerável e, por isso, o posicionamento do locutor se revela de modo bastante sutil em gêneros desprovidos de visada argumentativa.

Com o propósito de ilustrarmos essa nossa proposta e, ao mesmo tempo, a aproximarmos da abordagem da AAD, faremos análise de textos que se filiam ao universo genérico das entrevistas. O primeiro texto – texto (05), anexo B, ao qual remete a imagem (3) – é a entrevista que Silas Malafaia concedeu à jornalista Marília Gabriela, exibida em 03/02/2013 pelo canal aberto SBT. O segundo texto é a entrevista que Silas Malafaia concedeu à *Veja* (texto (06), anexo C) e que foi publicada na edição da revista do dia 06/06/2012. Sobre ambos os textos, buscaremos sistematizar os traços recorrentes de tema, estilo e composição que caracterizam, respectivamente, um plano dos gêneros *entrevista jornalística televisiva* e *entrevista jornalística escrita*. Essa sistematização nos permitirá pôr em evidência as estratégias de planificação das quais os locutores se utilizaram para empreender seus projetos de persuasão.

Imagem (3) – Entrevista de Silas Malafaia ao programa *De frente com Gabi*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ku2Oggblm0A> Acesso em 17/04/2017.

Classificaremos a entrevista do texto (05) (anexo B) como *entrevista jornalística de programa televisivo*. Por essa designação, pretendemos destacar a particularidade desse texto, e do gênero do qual ele releve, em relação à entrevista *eleitoral* televisiva: o seu objetivo é duplo e consiste em entreter e fazer saber/informar ou sobre alguém (uma personalidade considerada socialmente importante e/ou interessante – um(a) cantor(a), um(a) empresário(a) de sucesso, uma atriz ou ator, etc.) ou sobre um assunto, também considerado de interesse do público, em relação ao qual o entrevistado é considerado um especialista (um médico, um historiador, um psicólogo etc.). Tanto no caso de o tema da entrevista jornalística televisiva

sobrelevar uma personalidade como no de sobrelevar um assunto de interesse público, a escolha do entrevistado é feita a partir de uma projeção que se faz da audiência espectadora do programa, de seus interesses, de suas preferências etc. Isso significa que, do ponto de vista retórico, o auditório dessas entrevistas é o público espectador, porque a troca entre os interlocutores imediatos dessas interações (entrevistador e entrevistado) tem em vista a audiência à qual os dois oferecem suas performances, construídas com base em um contrato comunicativo que, independentemente de ser formal ou tácito, supõe o oferecimento de um “espetáculo” a esse público. Assim, o objetivo de fazer saber só é alcançado se a entrevista for exitosa em seu objetivo de entreter. Entendemos, todavia, que, quando o tema principal da entrevista é a figura do entrevistado, o objetivo de entreter se sobrepõe ao de informar, e que, quando o foco é no assunto tratado por um especialista, ocorre o inverso: o objetivo de informar é que se sobrepõe ao de entreter.

O estilo das entrevistas jornalísticas televisivas também é variável. Em geral, quando o entretenimento se antepõe à informatividade, o estilo tende a ser mais subjetivo e menos formal. Quando o centro da troca é a informação, o estilo pode tender a ser mais impessoal e mais formal. Nas entrevistas do programa *De frente com Gabi*, a heterogeneidade de estilos parece buscar atender não somente aos imperativos temáticos das entrevistas, mas também ao *ethos* prévio de intelectual da jornalista, que ela sedimenta por meio de uma linguagem que se situa entre um estilo mais popular e acessível e em um estilo mais rebuscado⁴⁰.

No que tange à estrutura composicional, uma característica comum a todas as entrevistas⁴¹ é sua sequencialidade coordenada, em que a primeira sequência é descritiva e a segunda é dialogal, com efeito de dominante desta. Esse aspecto organizacional está ligado à predominância de um tipo de interação na qual os interlocutores imediatos alternam os turnos de fala, que se constituem basicamente em pares dialógicos do tipo pergunta-resposta, sendo, portanto, poligerida. Podemos afirmar, então, que nesse gênero há dominância de sequência dialogal, com encaixamento nela de outras sequências, o que é típico de gêneros conversacionais. Prototipicamente (ou seja, levando em conta as recorrências em um conjunto de textos do gênero e não as singularidades de cada texto), o plano do gênero entrevista jornalística televisiva poderia ter sua estrutura composicional descrita assim: *abertura* pelo

⁴⁰ Há, nessas entrevistas, uma outra evidência da tentativa de sedimentar esse *ethos* prévio: os óculos da jornalista (ou a reconhecida coleção deles). Não iremos nos debruçar nesse aspecto visual por entendermos que ele escapa aos nossos propósitos investigativos, mas reconhecemos que, sem dúvida, é pertinente a uma análise mais aprofundada sobre as possíveis estratégias de (re)construção de imagens de si.

⁴¹ Sobre a entrevista jornalística escrita, consideramos que sua produção é, antes de tudo, dialogal e síncrona. Por um processo de retextualização é que ela se acomoda ao regime de materialidade escrito, o que acarreta particularidades no uso de certas estratégias persuasivas, como veremos adiante.

entrevistador, que corresponde praticamente ao *exórdio* retórico, cuja finalidade seria dar a conhecer o entrevistado e fazer com que o auditório se interesse por aquilo que ele tem a dizer (por isso, trata-se de uma sequência descritiva) – nesta etapa do texto, o telespectador é o interlocutor ao qual o entrevistador se dirige diretamente, pelo gesto de olhar e de falar voltado para a câmera; *início da conversa*, com segmento fático por meio do qual o entrevistador instaura o entrevistado na interação como interlocutor imediato; *conversa* propriamente dita ou *núcleo transacional de base* (ADAM, 2011, p. 249) – com estrutura pergunta-resposta-avaliação – sobre, direta ou indiretamente, a pessoa do entrevistado ou sobre o(s) assunto(s) no(s) qual(is) ele é especialista; *encerramento da conversa*, novamente marcado por segmento fático. Quando se trata de um programa em que um único interlocutor (uma pessoa ou um grupo) é entrevistado, a entrevista se divide em blocos e, ao final de cada bloco, há a *chamada de intervalo* e, no retorno ao bloco seguinte, uma *breve reapresentação do entrevistado*. Essa variação marca o plano da entrevista de que ora estamos tratando.

Um dos fatores que o plano desse gênero tem de estratégico é a previsão de uma sequencialidade encaixada diversificada, o que permitiu que a entrevista de Marília Gabriela com Silas Malafaia ganhasse ares de debate sem, contudo, causar um estranhamento que levasse o público espectador a deixar de reconhecê-la como uma entrevista. A predominância da sequência encaixada argumentativa e o modo pelo qual a entrevistadora se engajou na troca argumentativa, engendrada tanto por suas perguntas como pelas avaliações que fez das respostas do entrevistado, instituíram uma cenografia de debate, por meio da qual, mais do que cumprir com o papel de jornalista de colher informações sobre Silas Malafaia, Marília Gabriela toma partido nas questões controversas e, assim, constrói com o entrevistado um cenário discursivo em que as opiniões são dicotomizadas, gerando uma divisão actancial entre Proponentes e Oponentes e recorrendo a mecanismos de desqualificação do adversário.

Apesar de a temática do gênero permitir que sejam tratadas questões polêmicas em entrevistas jornalísticas televisivas, constatamos que é a estrutura composicional/sequencial prevista para o gênero, com sequência dialogal encaixante e sequências encaixadas diversificadas, que garante à entrevista de Marília Gabriela com Silas Malafaia a polemicidade dessa interação. No jogo entre perguntas, respostas e avaliações, a predominância de sequências argumentativas inscreve nesse texto a cenografia de um debate sem, contudo, fazer com que esse texto deixe de ser enquadrado no gênero (e na cena genérica) da entrevista jornalística televisiva.

O texto (06) (anexo C) também faz parte do universo genérico das entrevistas, mas pertence, mais propriamente, ao gênero que vamos denominar de *entrevista jornalística escrita*

(que pode ser publicada em meio impresso ou digital). Por essa categorização, estamos nos referindo às entrevistas informativas publicadas em revistas ou em sites de informação, tais como *Veja*, *IstoÉ*, *O Globo*, etc. Um plano desse gênero poderia comportar as seguintes características recorrentes:

- Conteúdo temático: o tema pode girar em torno da própria personalidade entrevistada ou pode dizer respeito a assuntos que estão em voga na sociedade (política, economia, ciência, entretenimento, etc.) e que se supõe serem de interesse do público leitor do veículo de comunicação que publica a entrevista;
- Estilo: geralmente, a linguagem dessas entrevistas é clara e acessível, mas formal, sem resvalar para o requinte;
- Estrutura composicional: macrotextualmente, essas entrevistas comportam um título principal, um título auxiliar, um lide (trata-se de uma introdução/um *exórdio*, que contextualiza a conversa entre entrevistador e entrevistado e que apresenta características supostamente relevantes do entrevistado), e a troca conversacional ou núcleo transacional (perguntas-repostas[-avaliação]). Mesotextualmente, há sucessão de sequência descritiva e sequência dialogal, com dominância da dialogal. A sequência dialogal também é encaixante, pois comporta, presumivelmente, sequências encaixadas diversificadas.

Nessa planificação, enquadramos a entrevista que Silas Malafaia concedeu à *Veja*. O título principal (“O Brasil não é homofóbico”) dispara, de início, uma questão polêmica no Brasil, com a qual o *ethos* prévio do entrevistado está implicado. O título auxiliar (“O pastor diz que não acerta as contas de quem gasta mais do que ganha e condena as leis contra a homofobia, que considera iniciativa de ativistas gays de olho nos cofres públicos”), também elaborado com base nas declarações controversas do entrevistado, reforça o radicalismo de seus posicionamentos e sedimenta seu *ethos* prévio de “personalidade polêmica”. O lide não fica de fora dessa tentativa de consolidar uma certa imagem. Dentre os períodos descritivos que o constituem, chamamos este à atenção: “De Rolex de ouro no pulso e cabelos implantados, o pastor recebeu VEJA na sede da sua igreja, a Assembleia de Deus – Vitória em Cristo, no bairro da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro”. É comum a estrutura dessas entrevistas comportar também uma imagem não verbal do entrevistado logo no início, como é o caso desta, em que Silas Malafaia é retratado, sob um fundo escuro, de traje social (camisa social branca, calça social escura e gravata vermelha), sorrindo e segurando uma Bíblia. São vários os elementos

que constituem essa imagem visual, mas o jornalista escolhe descrever verbalmente o entrevistado por somente dois deles: o Rolex de ouro no pulso e os cabelos implantados. Essa escolha é estratégica na medida em que imprime uma orientação argumentativa ao texto, pois, diferentemente daqueles outros elementos visuais que citamos, “o Rolex” e “os cabelos implantados” são referentes que indiciam uma personalidade inusitada em comparação ao estrato socioeconômico majoritário das pessoas no Brasil e no mundo (e que pode ser representado por aqueles fiéis que “ganham 1000 reais, mas querem gastar 1100”...). O relógio da marca Rolex, cujo valor bastante elevado (ainda mais sendo de ouro) faz parte do conhecimento de mundo de pelo menos uma significativa parcela de leitores da revista, é símbolo de riqueza e de distinção social, e o implante de cabelos (cujo alto custo, de 20 mil reais, é revelado pelo próprio entrevistado, na resposta à última pergunta da entrevista) aludem, a um só tempo, aos estereótipos de homem rico e de líder religioso desonesto, que enriquece às custas da fé dos fiéis (a maioria desabastada) de sua igreja.

Nessa entrevista escrita, a argumentatividade polêmica se inscreve, de maneira enviesada, por meio do plano do gênero (de suas partes constituintes e de sua sequencialidade típicas). Ao descrever o entrevistado por certos traços aparentes de sua imagem visual, o jornalista, que representa a revista, alude a um estereótipo que deixa entrever o ponto de vista segundo o qual certas lideranças evangélicas fazem da religião um negócio rentável, que garante a elas um nível econômico de vida muito distante daquele das pessoas e dos trabalhadores comuns. O mesmo ponto de vista se deixa entrever na pergunta “Essa ênfase dos pastores em arrecadar dinheiro dos fiéis não é muito suspeita?”, pela qual o jornalista insta Malafaia a se posicionar sobre a questão polêmica da relação entre enriquecimento de pastores evangélicos e cobrança de ofertas e dízimos dos fiéis. Mais do que instar o entrevistado a uma resposta, o entrevistador modaliza sua opinião em torno da polêmica que agita as esferas jornalística e midiática brasileira. A própria estrutura de pergunta consiste em uma modalização do argumento, que, reforçado pelo “não”, dissimula o raciocínio segundo o qual “a relação entre fé e dinheiro é muito suspeita” (premissa maior não expressa), “há uma ênfase dos pastores na arrecadação de dinheiro” (premissa menor expressa), “a atitude dos pastores, portanto, é muito suspeita” (conclusão).

Consoante o que defendemos no capítulo anterior, essas análises reforçam o princípio de que a argumentatividade, para a LT, assim como para a AD, está diretamente relacionada aos gêneros e às esferas das quais eles relevam. Todavia, diferentemente da AAD, temos buscado, nesta seção, demonstrar como, além de categorias discursivas e linguísticas, há

parâmetros de textualização que podem servir à descrição e a à análise da argumentatividade. Pensamos, assim, com Catelão e Cavalcante (2017, p. 412), que

De acordo com Adam (2017), é possível olhar para os gêneros não apenas como tipos de práticas discursivas que integram formações sociodiscursivas ou domínios (jornalístico, religioso, literário, acadêmico etc.), mas também considerá-los a partir de agenciamentos pré-formatados de proposições e macroproposições, classificáveis em cinco relações macrossemânticas básicas, adquiridas por impregnação cultural: narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo e dialogal. Haveria, por esse prisma, gêneros do narrar, do descrever, do argumentar, do explicar e do dialogar. Essa possibilidade de agrupamento de gêneros por uma perspectiva composicional é o que, a nosso ver, pode tornar viável a relação indiscutível que existe entre sequência textual, plano de texto e gênero do discurso.

Passaremos, nas subseções seguintes, a analisar as estratégias mesotextuais de inscrição da argumentatividade polêmica em textos das esferas jornalística e midiática.

5.2.2 A *sequencialidade*

Não seria possível compreender o nível mesotextual da estruturação composicional sem conhecer a unidade elementar dos textos. Iniciaremos, portanto, a tratar de sequencialidade pela categoria da proposição-enunciado.

Por razões que não convém expormos aqui, Adam (2011, p. __) considera a frase “uma unidade de segmentação (tipo)gráfica pertinente”, mas insuficientemente definida mesmo do ponto de vista sintático para figurar como unidade de análise textual. Rejeitando, então, a noção de frase como unidade mínima da análise textual, Adam propõe que a microunidade de análise seja a *proposição-enunciado* e explica sua opção por tal categoria:

Temos necessidade, metalinguisticamente, de uma unidade textual mínima que marque a natureza do produto de uma enunciação (*enunciado*) e de acrescentar a isso a designação de uma microunidade sintático-semântica (a que o conceito de *proposição* atende, finalmente, bastante bem). Ao escolher falar de *proposição-enunciado*, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um *enunciado mínimo*. (ADAM, 2011, p. 106).

Produto de um ato de enunciação, a proposição-enunciado (também denominada *proposição* ou *microproposição*) é, ao mesmo tempo, uma microunidade sintática e uma microunidade de sentido, que pode ser representada pelas letras *p* e *q*. Essa noção implica um *objeto de discurso* (*sujeito* ou *tema*) que se liga a um dizer sobre ele, por meio de um predicado verbal (enunciado verbal) ou não (enunciado nominal) (ADAM, 2011, p. 109). É importante

destacar que há três dimensões complementares que incidem sobre o funcionamento dessa categoria:

Toda proposição-enunciado compreende três dimensões complementares às quais se acrescenta o fato de que não existe enunciado isolado: mesmo aparecendo isolado, um enunciado elementar liga-se a um ou a vários outros e/ou convoca um ou vários outros em resposta ou como simples continuação. Essa **condição de ligação** é, em grande parte, determinada pelo que chamaremos orientação argumentativa (ORarg) do enunciado. As três dimensões complementares de toda proposição enunciada são: uma **dimensão enunciativa** [B] que se encarrega da representação construída verbalmente de um **conteúdo referencial** [A] e dá-lhe uma certa **potencialidade argumentativa** [ORarg] que lhe confere uma **força** ou **valor ilocucionário** [F] mais ou menos identificável. (ADAM, 2011, p. 109).

Na perspectiva da ATD, portanto, o termo *enunciado* não tem o mesmo sentido que na filosofia bakhtiniana de linguagem, da qual tratamos outrora e para a qual esse termo equivale à concepção de *texto* que adotamos. À categoria da *frase*, Adam (2011, p. 107) reserva o conceito tipográfico pelo qual ela é identificada: “unidade gráfica cujos limites são assinalados por uma maiúscula e um ponto”. Junto à frase, Adam (2011) colocava o *parágrafo* e a *estrofe*, até então consideradas unidades gráficas pelas quais se poderia identificar as partes de um plano de texto. Em Adam (2017), o *parágrafo* passa a figurar no nível mesotextual, como um tipo de agrupamento de frases tipográficas, mas também de proposições elementares, junto ao *período*, sendo ambos considerados como unidades textuais fragilmente tipificadas.

O *período*, o *parágrafo* e a *sequência* são unidades textuais, com níveis diferentes de complexidade, que resultam do agrupamento sintático e/ou semântico de proposições-enunciados. O *período* corresponde aos “conjuntos mais ou menos complexos de enunciados que entram na composição textual” e que levam em conta “tanto as conexões lógico-gramaticais quanto as rítmicas” (ADAM, 2011, p. 106-107); são unidades textuais “frouxamente tipificadas” (p. 204). O *parágrafo* consiste no agrupamento de períodos simples e de frases. Já as *sequências* consistem em unidades mais complexas e tipificadas, que agrupam um número determinado de *macroproposições*. As *macroproposições* (MP) resultam do agrupamento sequencial de proposições, são unidades textuais que reúnem propriedades sintáticas (são uma espécie de períodos complexos, mas que se ligam a outras macroproposições e que só se definem em relação a estas) e semânticas (que só adquirem sentido nas relações que estabelecem entre si) que se situam entre o período e a sequência.

Em uma sequência, as macroproposições se agrupam e compõem combinações pré-formatadas de proposições. Adam (2011, 2017) denomina essas combinações de *narrativa*, *descritiva*, *argumentativa*, *explicativa* e *dialogal* – que correspondem aos cinco tipos básicos de relações macrossemânticas –, adquiridas por impregnação cultural (por meio das práticas de

produção e de compreensão textuais) e “transformadas em esquemas de reconhecimento e de estruturação da informação textual” (ADAM, 2017, p. 50, tradução do Prottexto). Elas são apreendidas desde a infância, de maneira incidental, em consequência da oportuna apropriação da língua.

Retomando a noção de orientação argumentativa, recoberta pela ideia de que todo texto, em seu nível configuracional/pragmático, visa agir sobre as crenças, representações e/ou comportamentos de seu interlocutor (individual ou coletivo), buscaremos analisar, nesta subseção, como as sequências textuais permitem inscrever, explícita ou implicitamente, a argumentatividade em textos jornalísticos e midiáticos.

5.2.2.1 A sequência narrativa

De acordo com Adam (2011[2008], p. 225, grifos do autor),

Em sentido amplo, toda narrativa pode ser considerada como a exposição de “fatos” reais ou imaginários, mas essa designação geral de “fatos” abrange duas realidades distintas: **eventos** e **ações**. A **ação** se caracteriza pela presença de um **agente** – ator humano ou antropomórfico – que provoca ou tenta evitar uma mudança. O **evento** acontece sob o efeito de **causas**, sem intervenção intencional de um agente.

Essa definição – que não consideramos sem importância, pois nos parece recobrir, de fato, uma “ideia ampla” sobre a narrativa, segundo a qual ela consiste na exposição de fatos/acontecimentos – deixou de fora outros componentes constituintes que Adam (2009, 2017) passou a considerar como indispensáveis à narração. São eles:

- i. pelo menos um ator antropomórfico (A) constante, individual ou coletivo (ADAM, 2009, p. 125), critério que Adam (2017, p. 120) designa “unidade temática”, no sentido de que a narração envolve no mínimo um ator-sujeito de estado ou operador (S), do qual releva a ideia de “implicação do interesse humano”;
- ii. predicados (qualitativos ou funcionais) X e X’ definindo A, respectivamente, antes e depois do início e do fim de um processo (ADAM, 2009, p. 126), ou seja, predicados (de estar, de ter ou de fazer) transformados, que definem o sujeito (S) no instante t (início da sequência) e depois no instante t + n (fim da sequência) (ADAM, 2017, p. 121);
- iii. uma sucessão temporal mínima: antes (t) > depois (t + n) (ADAM, 2009, p. 126), ou uma sucessão de acontecimentos que se desenvolve no tempo, mas que só pode ser considerada constitutiva da narrativa se for conduzida por uma tensão que organize os acontecimentos em função da situação t + n (ADAM, 2017, p. 119);

iv. uma transformação de predicados X em X' **por um processo**, e no desenvolvimento dele (início, meio e fim) (ADAM, 2009, p. 126, grifo nosso), isto é, uma unidade acional que forma o todo da narrativa. O processo é dominado pela tensão que engendra a transformação realizada ou sofrida por um sujeito e corresponde aos momentos (m) 2, 3 e 5 da narrativa, descritos abaixo, que representam, juntos, a unidade da ação (cf. ADAM, 2017, p. 123):

m1 = Antes do processo (ação iminente = t)

m2 = Início do processo (começar a, dispor-se a)

m3 = Durante o processo (continuar a)

m4 = Fim do processo (acabar)

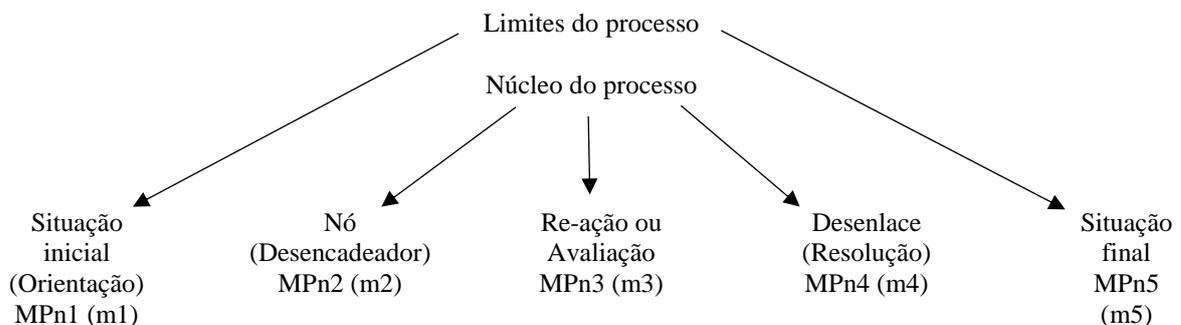
m5 = Depois do processo (realização recente = t + n);

v. uma lógica singular em que o que vem depois aparece como tendo sido causado pelo que veio antes (ADAM, 2009, p. 126). Isso significa que, mais do que a sucessão de acontecimentos, são a causalidade e o estabelecimento da intriga que definem uma sequência como sendo narrativa (ADAM, 2017);

vi. um fim sob a forma de avaliação final/”moral” explícita ou dedutível (ADAM, 2009, p. 126), “que dá o sentido configuracional da sequência” (ADAM, 2017, p. 132).

Uma trama narrativa, portanto, não consiste tão somente em uma sucessão de ações. É necessário haver um processo pelo qual uma situação (inicial) t seja transformada em uma situação (final) $t + n$. Para que isso ocorra, os seis critérios de narrativização elencados acima devem estar integrados. O esquema (5) representa a estruturação básica da sequência narrativa, composta por cinco macroproposições narrativas (MPn), que equivalem aos cinco momentos descritos no critério de número iv.

Esquema 5 – Esquema quinário da sequência narrativa



Fonte: Adam, 2017, p. 128.

Mediante esse esquema e com base também no próximo (Esquema 6), retomemos nosso objetivo de descrever a argumentatividade em torno de questões polêmicas por parâmetros de textualização, mais especificamente, nesta seção, pelas categorias de análise que J.-M. Adam denomina sequências textuais. Selecionamos uma notícia na qual as sequências narrativas orientam o modo de ver do leitor em direção à tese favorável à descriminalização da maconha, mais uma questão polêmica que tem pululado em textos das esferas jornalística e midiática no Brasil. Apontaremos, no exemplo a seguir, as macroproposições que caracterizam uma sequência como narrativa, acrescentando às macroproposições do Esquema 5 a MPn0 (Entrada-prefácio ou Resumo) e a MPnΩ (Encerramento ou Avaliação); em seguida, refletiremos sobre como essa narrativa orienta argumentativamente a notícia para uma avaliação favorável à tese de descriminalização da maconha para fins medicinais.

Texto (07) – Notícia⁴²

Justiça autoriza curitibana com tumor a cultivar maconha para uso medicinal próprio

Paciente diz que sofreu por anos com dores e espasmos até conhecer tratamento com cannabis. Plantas utilizadas por ela não têm THC, substância que causa efeitos psicoativos.

Por Erick Gimenes, G1 PR — Curitiba
13/07/2018 05h00 Atualizado há 2 meses

Uma curitibana conseguiu na Justiça Estadual do Paraná o direito de cultivar e manusear maconha medicinal para uso próprio contra sintomas causados por um tumor benigno no cérebro. A decisão é do fim de junho. **[MPn0]**

A doença se manifestou em 2010 e, segundo a paciente, arruinou a qualidade de vida dela — houve pioras na mobilidade e na visão, fortes dores de cabeça, fraqueza muscular profunda, perda de consciência, espasmos musculares e alterações hormonais.

“Chegou ao ponto de não mais poder dirigir, não mais poder trabalhar, não mais poder fazer as atividades básicas. Por mais que às vezes a gente acredite que poderia ser sanado pelo tratamento convencional, não teve o sucesso esperado”, conta a mulher, que prefere não se identificar. **[MPn1]**

O tratamento convencional, ao qual ela recorreu inicialmente, envolve a prescrição de oito medicamentos diferentes. A paciente seguiu a recomendação à risca por mais de quatro anos, mas diz ter sentido uma série de efeitos colaterais e progressiva ineficiência das doses. **[MPn2]**

Por isso, decidiu buscar tratamentos alternativos. **[MPn3]** Foi aí que encontrou, em artigos científicos publicados na internet, a indicação do uso do óleo de cannabis para o alívio das dores e dos espasmos. Com o consentimento de seus médicos, passou a utilizá-lo como apoio à terapia que já estava em curso. **[MPn4]**

“Houve uma melhora imediata, principalmente na parte de espasmos musculares e de sono. Imediatamente quando você começa a utilizar o óleo, você já sente a diferença na qualidade de vida absurda. Eu sempre digo que não é o óleo só, mas é um olhar multidisciplinar do paciente, onde também tem o olhar do médico e do tratamento com o óleo conjunto”, afirma. **[MPn5]**

A planta utilizada no óleo é rica em canabidiol (CDB), substância com efeito anti-inflamatório, analgésico e neuroprotetor, e não tem tetra-hidrocarbinol (THC) — ou seja, não há efeitos alucinógenos.

⁴² O recurso às cores está sendo utilizado para facilitar a identificação e a visualização das macroproposições narrativas que constituem essa notícia.

Sem autorização legal, inicialmente, a paranaense relata que teve que viver a clandestinidade e o medo de ser presa para produzir o óleo.

"É tão difícil quando você está na sua pior fase da doença, porque você passa por duas etapas: você estar doente e você ter que organizar isso dentro da sua vida, porque você quer ter o acesso ao que te faz bem, a um óleo de uma planta que é importantíssimo para várias doenças", diz a paciente. Ela conta que, pouco depois, conseguiu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para importação do óleo de maconha pronto. **[MPn1] O custo, no entanto, era inviável: ao mês, a medicação custa em média R\$ 2 mil por mês. [MPn2]**

A paciente então buscou a Justiça **[MPn3]** e conseguiu um habeas corpus que permite a produção própria e impede a polícia de investigar, repreender ou atentar contra a liberdade dela. **[MPn4]**

"O juiz ponderou o direito à vida da paciente, que é um direito constitucional garantido. Ela não pode jamais ser considerada traficante de drogas, porque ela busca acesso à saúde. É obrigação do Estado. Se o Estado não tem como possibilitar esse direito a ela, então ela tem os meios legais. A Justiça está possibilitando o exercício de um direito pleno", comenta o advogado da paranaense, Anderson Rodrigues Ferreira.

Conforme a decisão, deve-se seguir rigorosamente um método aprovado por técnicos e pelo juiz responsável — entre outros cuidados, há o limite de cultivo de até 1 metro quadrado da planta. A produção do óleo é feita artesanalmente pela própria paciente, na casa dela, com o uso de uma panela comum de cozinha e os devidos cuidados de luz e adubo. **[MPn5]**

Anvisa permite uso

A Anvisa permite o uso da maconha medicinal no Brasil, contanto que siga regras definidas pela própria agência mediante dados que comprovem segurança e eficácia.

No país, já existe inclusive o registro do medicamento Mevatyl®, à base de THC e canabidiol, indicado para um tratamento sintomático relacionado à esclerose múltipla.

De acordo com a Anvisa, a cannabis e suas substâncias são regulamentadas por duas convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU): a Convenção de 1961 sobre Substâncias Entorpecentes, que mantém a planta Cannabis proibida e sob controle e supervisão, com exceção para fins médicos e científicos, e a Convenção de 1971 sobre Substâncias Psicotrópicas, que proíbe o uso do canabinóide Tetrahydrocannabinol (THC), também excetuando fins científicos e propósitos médicos muito limitados, por meio de estabelecimentos médicos e pessoas autorizadas pelas autoridades governamentais.

A agência nacional ressalta que essas convenções foram internalizadas em leis e decretos vigentes no país. No entanto, afirma que ainda é necessária regulamentação específica do Congresso para o plantio com fins de pesquisa e uso medicinal.

Projeto de lei nacional

Um **projeto de lei** apresentado na Câmara Federal pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP), na terça-feira (10), sugere o controle, a fiscalização e a regulamentação do uso da cannabis no país. O texto sugere a liberação de até 40 gramas de maconha não prensadas por mês, tanto a usuários recreativos quanto a pacientes como a curitibana.

Quanto ao uso medicinal, a proposta obriga prescrição médica e só permite o fornecimento de insumos ou da planta por ONGs devidamente autorizadas pela Anvisa.

O projeto de lei aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para ir a plenário. **[MPnΩ]**

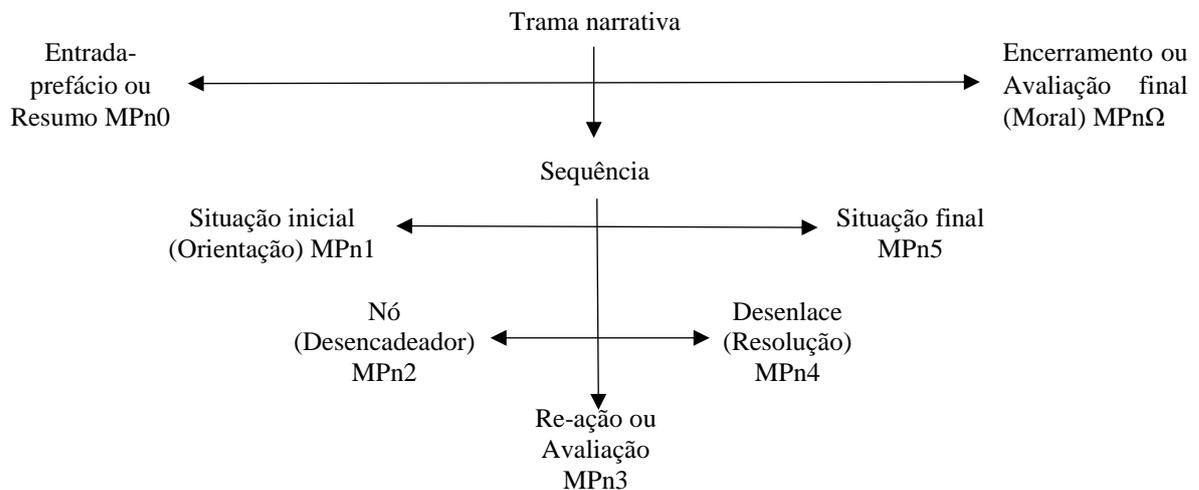
Veja mais notícias do estado no [G1 Paraná](#).

Fonte: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/justica-autoriza-curitibana-com-tumor-a-cultivar-maconha-para-uso-medicinal-proprio.ghtml> Acesso em 26/09/2018.

Temos, correspondendo aos trechos destacados, duas sequências narrativas coordenadas: uma que tem como *nó* (como desencadeador de uma transformação) os efeitos colaterais provocados pelos medicamentos convencionais e a ineficácia progressiva destes para o tratamento de um tumor que acomete o cérebro do sujeito da narrativa, levando-o a buscar

por tratamentos alternativos (*re-ação*) e a encontrar o óleo de cannabis (*desenlace*); outra que tem como *nó* o alto custo para importação do óleo de cannabis pronto e a proibição, pelas leis brasileiras, do cultivo e da manipulação da planta, fatores que motivaram uma ação judicial (*re-ação*) que culminou com a emissão de um habeas corpus que lhe confere o direito de cultivar a planta e de produzir artesanalmente o óleo para consumo medicinal (*desenlace*). Como se trata de uma notícia, gênero no qual o relato de um acontecimento por um sujeito que não está investido do papel de jornalista deve ser enquadrado na enunciação deste, as duas sequências narrativas coordenadas são enquadradas por dois movimentos macroproposicionais adicionais: um de abertura e um de fechamento, que sinalizam, respectivamente, a entrada na trama a ser narrada e o seu encerramento. A macroproposição de entrada (MPn0) resume o acontecimento noticiado e fornece informações sobre o sujeito (a curitibana que tem um tumor cerebral e que conseguiu na justiça o direito de plantar e de consumir maconha para tratar da doença), preparando o espaço para a narrativa, enquanto a macroproposição de encerramento (MPnΩ) permite inferir uma avaliação implícita, segundo a qual existe uma disposição favorável ao uso da maconha medicinal por parte da Anvisa e uma inclinação à legalização regulamentada do uso da maconha, para fins medicinal e recreativo, tendo em vista a formalização de um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados. A esse texto, portanto, foi aplicado o Esquema 6, que foi elaborado por Adam com o intuito de enquadrar uma sequência narrativa em um cotexto dialogal (ADAM, 2011, 2017) que requer a marcação da alternância dos sujeitos implicados em uma troca (como é o caso da passagem da contextualização da notícia para o relato do acontecimento noticiado e o inverso – volta à contextualização da notícia).

Esquema 6 – Esquema narrativo completo



Fonte: Adam, 2017, p. 142.

A situação final (MPn5) da primeira sequência narrativa dessa notícia (ou seja, o fato de a utilização do óleo, sob acompanhamento médico, ter resultado em “uma melhora imediata, principalmente na parte de espasmos musculares e de sono”, com uma diferença absurda na qualidade de vida da paciente com tumor cerebral) orienta o olhar do interlocutor para uma visão positiva sobre a descriminalização do uso medicinal da maconha, já que o produto tem demonstrado um desempenho altamente eficaz no tratamento desse tipo de doença neurológica. A MPn5 da segunda sequência (“Conforme a decisão, deve-se seguir rigorosamente um método aprovado por técnicos e pelo juiz responsável — entre outros cuidados, há o limite de cultivo de até 1 metro quadrado da planta. / A produção do óleo é feita artesanalmente pela própria paciente, na casa dela, com o uso de uma panela comum de cozinha e os devidos cuidados de luz e adubo”) contribui para condensar o ponto de vista favorável à descriminalização da maconha para uso medicinal, na medida em que descreve os métodos de plantio e de manipulação da planta como algo bastante simples e pouco oneroso.

A sequencialidade narrativa pode, como vimos, orientar o ponto de vista do interlocutor na medida em que apresenta a este uma certa representação do mundo, que não é a única representação possível, mas sim a que pode ser mais persuasiva em relação aos objetivos pragmáticos do texto.

5.2.2.2 *A sequência descritiva*

A sequência descritiva, diferentemente das outras quatro sequências, não é caracterizada por um agrupamento pré-formatado de proposições em macroproposições. Adam (2011, 2017) a define, no nível da estruturação composicional, em termos de macro e micro-operações que geram períodos compostos por proposições descritivas. Em qualquer gênero do discurso, os segmentos descritivos são regidos não por uma linearidade intrínseca, pré-formatada, mas pelo plano de texto, que garante a transição das proposições descritivas à textualização (sequências) e, conseqüentemente, a própria construção da coerência de um texto. A textualização de segmentos descritivos, conforme Adam (2017, p. 80), pode ser operada também por organizadores textuais, que favorecem a passagem de um encadeamento linear de proposições descritivas (enumerações que funcionam como um tipo de grau zero do procedimento descritivo) à sequência (composição textual). O plano de texto e os organizadores são, assim, os responsáveis por impedir uma anarquia descritiva e assegurar a estruturação, a progressão e a hierarquização de uma sequência descritiva.

No nível configuracional/pragmático, Adam (2011, p. 217) considera a descrição como sendo genuinamente indissociável da expressão de um ponto de vista:

Inerente ao exercício da fala, a descrição é, de início, identificável no nível dos **enunciados mínimos**. Vimos que a teoria ilocucionária localiza a parte descritiva dos enunciados no conteúdo proposicional (p), sobre o qual se aplica um marcador de força ilocucionária F(p). A atribuição mínima de um predicado a um sujeito constitui a base de um conteúdo proposicional. [...] Do caráter indissociável de um conteúdo descritivo e de uma posição enunciativa que orienta, argumentativamente, todo enunciado, decorre o fato de que um procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma visada do discurso.

Sobre esse aspecto configuracional, também encontramos em Adam (2017, p. 76) uma afirmação importante, segundo a qual a orientação argumentativa de uma descrição “resulta da lógica de sua inserção em um texto particular (narrativo, argumentativo ou outro)”. Essa afirmação é feita para reforçar a tese de Vaporeau (1884), citada por Adam, de que a descrição inserida em uma narrativa não consiste em um mero ornamento desinteressado, mas, sim, em um recurso utilizado para atingir um determinado objetivo.

Conforme já expusemos, com base em Adam (2011, 2017), a ordenação de períodos descritivos em sequências descritivas é definida pela organização linear global dos planos de textos, não por um agrupamento pré-formatado de macroproposições. Por isso, consideramos importante que as sequências descritivas sejam analisadas, necessariamente, a partir da visão global que se tem do funcionamento de um gênero do discurso. No gênero entrevista jornalística escrita, por exemplo, de cujo plano de texto já tratamos na subseção 5.2.1, as sequências descritivas aparecem, prototipicamente, no início dos textos (no título principal, no título auxiliar e no lide), antes do núcleo transacional (perguntas-repostas[-avaliação]) que caracteriza a sequência dialogal do gênero. Vejamos como isso ocorre em mais uma entrevista concedida por Silas Malafaia, desta vez à revista *IstoÉ* (texto (08), anexo D).

Imagem (4) – Início da entrevista com S. Malafaia publicada na *IstoÉ*



Fonte: https://istoe.com.br/270456_JA+RECEBI+R+2+MILHOES+DE+UM+FIEL+/ Acesso em 22/11/2017.

A referida entrevista tem como título principal (primeira parte do plano de texto do gênero) um segmento descritivo composto pelo nome do entrevistado (*Silas Malafaia*) e por uma frase tipográfica atribuída a ele (“*Já recebi R\$ 2 milhões de um fiel*”). Toda descrição implica, sempre e necessariamente, um referente (humano ou não humano), cujos atributos são descritos. É por isso que Adam (2011, 2017) classifica a *tematização* como a principal macrooperação descritiva. “Uma sequência descritiva se marca por um nome. Propus chamar de TEMA-TÍTULO esse pivô nominal, nome próprio ou nome comum que serve de base a uma predicação (Tema-Rema) e resume a descrição à maneira de um título (ADAM, 2017, p. 89-90). Especificamente, temos, neste caso, uma operação de *pré-tematização* (ou *ancoragem*), por meio da qual o referente principal (ou tema-título) é denominado de cara e abre, assim, um período descritivo, composto também por uma operação descritiva de *qualificação*, por meio da qual é atribuída ao todo do referente uma propriedade. Interessante notarmos que essa qualificação não é atribuída por uma proposição enunciada pelo entrevistador (locutor privilegiado da entrevista), mas pelo próprio entrevistado. Trata-se de uma proposição “processual”⁴³, por meio da qual o processo de *receber* (milhões de reais em oferta de um fiel) é assimilado ao próprio sujeito paciente da proposição, de modo que se pode inferir que Silas Malafaia é milionário. Diríamos, na esteira dessa interpretação, que essa proposição também qualifica, indiretamente, Malafaia como um milionário que se beneficia da fé alheia, pois o agente do processo em tela é qualificado como “um fiel”. Integradas, essas qualificações retratam, implicitamente, o referente Silas Malafaia pelo protótipo do pastor desonesto, que se

⁴³ Achamos pertinente, a esta classificação proposicional, a tipologia semântica dos verbos inscrita no escopo da linguística funcional, para a qual o “**Processo** é o tipo semântico do verbo que ‘expressa um evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente’ ([BORBA, 1996] p. 58). Esse tipo de verbo exprime um acontecer, como descreve o exemplo *Rosa ganhou uma rosa*”. (LUCENA, 2010, p. ____).

beneficia de uma imagem sacerdotal determinada pelo papel social que ele desempenha em sua igreja. O título da entrevista deixa entrever, assim, de partida, o ponto de vista que se alinha à tese de que pastores evangélicos se beneficiam financeiramente da fé de seus fiéis. Isso significa que o jornalista assume, de esguelha, um posicionamento em uma polêmica.

O título auxiliar da entrevista (*Apontado como o terceiro pastor mais rico do Brasil, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo anda de jato executivo, afirma faturar R\$ 45 milhões por ano com a sua editora e diz que evangélico não é babaca*) reforça o ponto de vista representado no título principal. A proposição descritiva “*Apontado como o terceiro pastor mais rico do Brasil*” alude à reportagem “The richest pastors in Brazil”, publicada pela revista Forbes. Ao fazer um apelo intertextual, o jornalista e a revista se eximem da responsabilidade pela qualificação atribuída a Malafaia, mas orientam argumentativamente o olhar do interlocutor para a representação construída pela reportagem da Forbes, aludida na entrevista, para esse referente. As duas proposições seguintes reforçam essa representação. A proposição “*líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo anda de jato executivo*” descreve Malafaia por uma operação de *retematização* (“líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo”), pela qual é atribuída uma nova denominação ao tema-título da descrição, e por uma operação de *qualificação* (“anda de jato executivo”), que descreve Malafaia por uma ação que lhe é habitual, tornando-a uma propriedade dessa pessoa (ADAM, 2011, p. 222).

O segmento “*afirma faturar R\$ 45 milhões por ano com a sua editora e diz que evangélico não é babaca*” é composto por duas proposições descritivas introduzidas por verbos *dicendi*. De acordo com Monteiro (2016), os verbos *afirmar* e *dizer* estão entre os verbos *dicendi* recomendados por manuais jornalísticos para evitar a “editorialização da notícia”. Esse período, no entanto, apesar dos verbos *dicendi* supostamente “neutros”, reforçam a opinião de que Malafaia é milionário e sutilmente sugere que, de fato, como sendo um evangélico, ele é esperto (e não babaca) para fazer fortuna.

A sequência descritiva da entrevista em tela inclui, ainda, o lide – o *exórdio* do texto, que continua a apresentar características do entrevistado consideradas importantes (para despertar o interesse do leitor e levá-lo, assim, a ler a entrevista, e/ou para influenciar o modo de ver e de pensar do leitor) e que descreve a situação em que se deu a entrevista. Essa descrição da situação, interessa notarmos, é um aspecto composicional que diferencia a entrevista jornalística escrita da entrevista jornalística televisiva. Na medida em que o contexto da troca entre entrevistador e entrevistado na televisiva é dado pelo próprio regime de materialidade do gênero, na entrevista escrita, esse contexto somente se torna acessível ao leitor por meio da descrição feita pelo jornalista. Logo, o plano de texto deste gênero autoriza a expressão do

ponto de vista do jornalista, dado a ver pela descrição, sobre uma possível relação de contiguidade (macrooperação descritiva de *relação*) que assimila um referente a uma situação espacial e/ou temporal. É relacionando o referente Silas Malafaia à situação espacial em que se encontra por ocasião da entrevista que o jornalista reforça, mais uma vez o ponto de vista que se alinha à tese de que Malafaia é muito rico: “*De Angra dos Reis, local escolhido para curtir 15 dias de férias em meio a passeios de lancha e banho de mar próximo às ilhas da região, Silas Malafaia, 54 anos, pregou a orelha no celular e, por quase duas horas, abriu o verbo*”. Estar em Angra dos Reis, a cidade de hospedagem mais cara do Brasil, segundo ranking divulgado pela revista *Exame* em 2016⁴⁴, assim como passear de lancha (o referente *lancha* é seletivamente presentificado aqui por mais uma *relação de contiguidade* entre ele e o referente *Angra dos Reis*), denotam que Malafaia goza de um status socioeconômico incomum. As proposições que se seguem a esse período ampliam a tese mencionada e reforçam a representação estereotipada de que o pastor não só é muito rico (ou milionário) como enriqueceu às custas dos fiéis de sua igreja: “*O líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo estava bravo depois de ser apontado pela revista americana ‘Forbes’ como o terceiro pastor evangélico mais rico do País, com um patrimônio avaliado em aproximadamente R\$ 300 milhões. Ele pretende acionar judicialmente a publicação e provar que a sua renda pessoal não chega a 2,5% do valor publicado. Um dos mais antigos tele-evangelistas do País, Malafaia é um ex-conferencista que se tornou pastor há apenas dois anos e meio e já administra 120 templos pelo Brasil. Nascido em Jacarepaguá, zona oeste do Rio, casado há 32 anos e pai de três filhos, o sacerdote conta que a maior oferta que um fiel deu em sua igreja foi de R\$ 2 milhões e a sua editora fatura R\$ 45 milhões por ano*”.

A última proposição do lide (*É dele, ainda, a voz mais estridente contra o projeto de lei que criminaliza a homofobia*) descreve Malafaia por duas operações de *aspectualização*: uma de *fragmentação*, pela qual o objeto da descrição é analisado por meio de algo que faz parte dele: a sua voz, e outra de *qualificação*, que classifica a voz do pastor como “a mais estridente” dentre aquelas que se opõem ao projeto de lei que criminaliza a homofobia. Trata-se, aqui, de outra questão polêmica na qual Silas Malafaia tem se posicionado publicamente, há muitos anos, de forma incisiva: a que divide os que aceitam a homossexualidade como algo natural e os que se opõem a essa tese. Essa polêmica (assim como os discursos em torno dela) se diluiu recentemente entre duas questões mais específicas: uma em torno da legalização de

⁴⁴ Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/os-33-destinos-mais-caros-para-se-hospedar-no-brasil/> Acesso em 16/10/2018.

terapias de “reversão sexual” (a chamada “cura gay”) e outra em torno da criminalização da homofobia (mencionada pela entrevista).

A análise de segmentos dessa entrevista jornalística escrita mostra que um juízo de valor pode estar subjacente a uma sequência descritiva aparentemente isenta (porque não apela explicitamente para impressões subjetivas) e ser (re)construído pelo analista, desde que ele perceba os jogos pelos quais são atribuídos predicados a um sujeito. Nesses jogos, pudemos ver que os apelos intertextuais dão a impressão de distanciamento e de imparcialidade por parte do locutor em relação aos dizeres invocados para apresentar o entrevistado; lembremos, no entanto, de que “todo procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma visada do discurso” (ADAM, 2011, p. 217). Isso nos leva a defender que a sequência textual descritiva, apesar de ser considerada frágil do ponto de vista sequencial, é uma categoria textual forte do ponto de vista argumentativo/retórico, de modo que sua presença em um texto (legitimada, obviamente, pelas possibilidades de um plano do gênero) pode contribuir fortemente para a eficácia do projeto de persuasão do locutor, especialmente nos gêneros em que sua opinião não deve (por força de restrições institucionais/discursivas) ser expressa explicitamente.

5.2.2.3 A sequência argumentativa

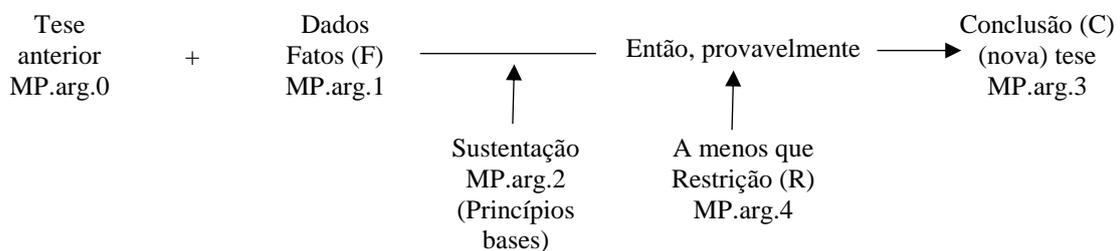
Antes de iniciarmos a caracterização propriamente dita da sequência argumentativa e de seguirmos para a análise, faremos, como Adam (2017), a distinção entre o fenômeno discursivo e pragmático da argumentação e a unidade composicional tipicamente argumentativa. R. Amossy, sempre que delinea sua abordagem da argumentação no discurso, também diferencia os dois modos de argumentar, aos quais voltamos recorrendo a esta afirmação da autora:

De fato, a dimensão argumentativa marca a lacuna que separa uma concepção restrita de uma concepção ampla ou estendida da argumentação (é evidente que, aqui, o termo “restrito” não tem nenhum significado pejorativo). Cada qual repousa sobre uma visão diferente da prática da argumentação e da disciplina que lida com ela. Ambas são naturalmente legítimas e cada uma delas tem suas vantagens e seus inconvenientes [...]. A concepção restrita limita a argumentação ao desenvolvimento de um discurso que usa de argumentos para provar a legitimidade de uma tese; ela a estuda em sua singularidade, diferenciando-a de tudo o que não releva dela de modo estrito. Nesse sentido ela é, então, excludente. A concepção estendida é inclusiva: ela engloba a argumentação entendida no sentido estrito e a coloca no seio de suas preocupações, mas coloca-a no centro de um *continuum* que contém, em um de seus extremos, a polêmica como confrontação violenta de teses antagônicas e, no outro, uma orientação das formas de pensar e de ver, de questionar e de problematizar, que não se efetua pela via de um raciocínio formal. (AMOSSY, 2018b, p. 19-20).

Para nós, diferentemente de como faz Amossy, a diferença entre “concepção restrita” e “concepção ampla” de argumentação não reside na distinção entre *discursos* de visada argumentativa e *discursos* de dimensão argumentativa, mas, sim, entre *textos* de dimensão argumentativa e *textos* de visada argumentativa. Isso porque admitimos, com Adam (2011, 2017) e com Amossy (2005, 2006, 2018b), que há, por um lado, a argumentação como traço constitutivo do discurso humano (definida como o compartilhamento de opiniões, de crenças e de valores, que orienta o ponto de vista do interlocutor para uma dada direção, com a finalidade de influenciar seus pensamentos, sentimentos e ações) e há, por outro, a argumentação como o uso de procedimentos argumentativos (verbais) formalizáveis, tal como a sequência argumentativa prototípica. Em outras palavras, a primeira concepção toma a argumentação como um princípio da atividade languageira, enquanto a segunda a toma como uma forma específica de dizer (e de buscar influenciar por argumentos).

Adam (2017) afirma que a argumentação como fenômeno constitutivo da linguagem “pode ser abordada quer no nível do discurso e da interação social, quer no nível da organização pragmática da textualidade” (p. 150). Nesta proposta de interface entre LT e AAD, estamos optando por privilegiar o primeiro modo de abordagem, sem deixar de reconhecer a segunda (já que recorreremos parcialmente a ela e que adotamos, ao menos em parte, a noção de orientação argumentativa). Para a análise da argumentação como *forma* particular de argumentar, vamos recorrer à sequência argumentativa prototípica delineada no âmbito da ATD e assim esquematizada:

Esquema 7 – Sequência argumentativa típica



Fonte: Adam (2017, p. 169).

A passagem de um encadeamento periódico argumentativo, no qual se tem proposições ligadas entre si por conectores, para um encadeamento sequencial prototípico é garantida, primeiramente, com base no que defende Ducrot (1980 *apud* ADAM, 2011, 2017): a defesa ou a refutação de uma tese (objetivo dos textos argumentativos) implica partir de

premissas supostamente verdadeiras e incontestáveis (MP.arg.1) que não se pode admitir sem que se aceite uma certa conclusão (MP.arg.3 – Conclusão), que consiste na tese defendida ou na negação da tese que lhe é contrária ou, ainda, na negação de argumentos que dão sustentação à tese contrária. Continuando a seguir a visão de textualidade argumentativa descrita por Oswald Ducrot, Adam inclui a MP.arg.2, que resulta da previsão de “passos argumentativos” entre as premissas e a conclusão. Tais passos “assumem a aparência de encadeamentos de *argumentos-provas* correspondendo seja aos suportes de uma lei de passagem (*princípios-Pp & base-B*), seja a microencadeamentos de argumentos ou a movimentos argumentativos encaixados” (ADAM, 2017, p. 168).

Em seguida, para completar a sequência, Adam (2011, 2017) se apoia no princípio dialógico de que a defesa de uma tese implica situá-la em relação a uma antítese/contra tese, o que permitiu ao autor considerar as *restrições* implicadas na textualidade argumentativa e situá-las em dois pontos do esquema sequencial: ali onde se encontram as macroproposições zero (MP.arg.0) e quatro (MP.arg.4).

É importante apresentar o agrupamento que Adam (2011, 2017) faz dessas macroproposições em dois níveis, conforme a funcionalidade das MPs em textos:

- **justificativo** (MP.arg.1 + MP.arg.2 + MP.arg.3) – “nesse nível, o interlocutor é pouco levado em conta. A estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos colocados” (ADAM, 2011, p. 234; 2017, p. 169);
- **dialógico ou contra argumentativo** (MP.arg.0 e MP.arg.4) – “nesse nível, a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos” (ADAM, 2011, p. 234; 2017, p. 169).

Como os gêneros que escolhemos para compor nossa amostra não são tipicamente argumentativos, veremos como a sequência argumentativa pode compor, estrategicamente, a textualização de uma entrevista jornalística televisiva de modo a inscrever a modalidade polêmica nesse texto. Conforme vimos na subseção 5.2.1, o plano de texto da entrevista jornalística televisiva permite a opção por cenografias um tanto diversas, tal como a de um debate, porque sua composicionalidade é marcada pela dominância de sequência dialogal encaixante (típica de gêneros conversacionais) com previsão de uma sequencialidade encaixada diversificada, o que permite a utilização de sequência(s) argumentativa(s). Foi o que ocorreu com a entrevista que Silas Malafaia concedeu à jornalista Marília Gabriela no Programa *De frente com Gabi*.

Essa entrevista teve grande repercussão na sociedade brasileira, em especial nos meios digitais, por conta justamente de seu caráter polêmico, ou seja, por comportar um debate inflamado sobre questões controversas, motivado por um desacordo profundo entre entrevistadora e entrevistado, no qual cada um deles defende uma tese e refuta a outra, que lhe é antagônica. Indício dessa repercussão é a quantidade de visualizações que a primeira postagem do vídeo da entrevista no YouTube (em 04 de fevereiro de 2013, pelo perfil denominado “Legor Digital”, um dia após a exibição dela pelo canal aberto de televisão SBT) soma até hoje: 7.163.740 (sete milhões, cento e sessenta e três mil, setecentos e quarenta) visualizações. Os comentários sobre o vídeo/a entrevista somam, até agora, 114.961 (cento e catorze mil, novecentos e sessenta e um)⁴⁵.

Já dissemos, no capítulo metodológico, que uma compreensão das análises que estamos fazendo de dados em vídeo depende da visualização integral desses dados por parte do leitor, pois nos propomos a analisar *textos* como unidades de sentido. Então, remetemos o leitor ao sítio virtual em que se encontra a entrevista (*links* no capítulo de metodologia) ou ao anexo (B). Por uma questão de restrição genérica (estamos escrevendo uma tese, um gênero cujo regime de materialização escrito não comporta a incorporação, no corpo do texto, de textos audiovisuais), faremos uma descrição breve da referida entrevista e passaremos à análise de trechos dela, a fim de demonstrarmos como a sequência argumentativa inserida no diálogo entre entrevistadora e entrevistado permite evidenciar a inscrição da modalidade polêmica nesse texto.

A entrevista foi dividida em três blocos, entre os quais se dividiram os temas enriquecimento de pastores evangélicos, homossexualidade, relação entre política e religião, formação de novos pastores, religião/igreja como negócio e prática de esporte. O quadro abaixo organiza esses temas conforme o(s) bloco(s) em que foram tratados e indica o tempo de duração de cada bloco.

Quadro 1 – Organização da entrevista por bloco e tema

Bloco	Tema(s)	Duração
1º	Enriquecimento de pastores evangélicos	18’01”
2º	Homossexualidade	18’16”

⁴⁵ Dados recolhidos em 19/10/2018, às 10h15, da página do vídeo no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Myb0yUHdi14>.

3º	Política e religião; formação de novos pastores (como ocorre e quais as condições para ingressar na função); religião/igreja como negócio (não) vantajoso.	5'44"
4º	Prática de esporte; “bate-bola, jogo rápido”: divórcio, casamento, morar junto, judaísmo, islamismo, parada gay/homossexualidade, Silas Malafaia.	3'17"

Os dois primeiros blocos, como vemos, são bem mais longos do que os dois últimos. É justamente nesses dois blocos que a entrevista assume fortemente um caráter de debate e se constitui pela forma polêmica de argumentar. No primeiro bloco, a entrevista é iniciada por uma afirmação (em caráter de questionamento) atribuída a um texto-fonte – a matéria da revista *Forbes* –, que instaura o começo de uma interação polêmica:

(1)

Marília Gabriela: vamo começar... pelo assunto mais atual... pela Forbes... que é... recentíssimo... a revista publicou... que *o senhor está em terceiro lugar entre os pastores evangélicos mais ricos do Brasil... com uma fortuna pessoal avaliada em cento e cinquenta milhões de dólares que dá em NÚ::meros brasileiro:iros ... trezentos milhões de reais...* e o senhor contestou essa informação

Essa afirmação de Gabi, apresentada sob a forma de um fato (a revista publicou uma informação sobre a fortuna pessoal do pastor e este a contestou), dá início à primeira sequência argumentativa do texto e faz aparecer, de soslaio, a tese de que o pastor ficou milionário por receber ofertas e dízimo dos fiéis liderados por ele, tese a qual todas as tomadas de fala do entrevistado nesse bloco tentarão derrubar, a fim de sustentar uma tese contrária. Esse trecho (1) corresponde, portanto, à MP.arg.0 (tese anterior), que é reformulada adiante por Malafaia, de modo a dar explicitude à tese que ele refuta e de garantir, assim, a compreensão do que o motiva a querer processar a revista *Forbes* (trata-se, portanto, de buscar justificar sua decisão):

(2)

Silas Malafaia: quando eles falam isso... o que é que subentende?... o ser humano é um ser inteligente... que raciocina... que pensa... esse cara tem trezentos milhões?... tá roubando de gente [...] tá metendo a mão... é eu gosto de ser... desculpa... eu sou muito franco... esse cara tá com essa grana toda porque tá metendo a mão em alguma coisa...

Lembramos, com Adam (2011), que o esquema da sequência argumentativa resulta da abstração de uma lógica argumentativa que não necessariamente se materializa nos textos na ordem linear descrita pelo esquema. A MP.arg.3 (conclusão ou (nova) tese), por exemplo, pode aparecer já no início de uma atualização da sequência e ser repetida ao final, enquanto a

tese anterior, assim como a sustentação, pode estar apenas implícita. No caso da atualização em tela, como a tese anterior não aparece explicitamente no início da sequência, o entrevistado a retoma logo depois de, no início de sua fala, apresentar dados e fatos (MP.arg.1) que contrariam a tese (anterior) da revista:

(3)

Silas Malafaia: deixa eu te falar Gabi... eh::... safado... sem vergonha... bandido... caluniador tem em tudo que é lugar... pastor padre jornalista... tem em tudo que é lugar... quando a Forbes faz uma declaração dessa... não é uma declaraçãozinha qualquer... eu vivo de quê?... eu vivo de que pessoas acreditem em mim para darem ofertas... não é verdade?... porque eu sou um pouco diferente de outros pastores... as ofertas que eu recebo é mais de gente que não é da minha igreja... eu sou pastor de igreja há dois anos e meio... (...) então eu... há trinta anos eu sou conferencista e tenho programa de TV e recebo verbas de pessoas que não me conhecem de perto (...)oitenta por cento são evangélicos e vinte por cento é gente de tudo que é religião [MP.arg.1]... então quando eles falam isso... o que é que subentende?... o ser humano é um ser inteligente... que raciocina... que pensa... esse cara tem trezentos milhões?... tá roubando de gente (...) [tá/... tá metendo a mão... é eu gosto de ser... desculpa... eu sou muito franco... esse cara tá com essa grana toda porque tá metendo a mão em alguma coisa [MP.arg.0]... aí vamo lá... onde é que tá a mentira e a safadeza?... primeiro... minha declaração do imposto de renda... eu vou fazer porque você tem credibilidade... tô sendo honesto... se eu tivesse num outro programa... um outro jornalista... mas como você é uma jornalista de MU:ita credibilidade... então exclusivamente aqui pra você... aqui... e no meu programa de TV... porque eu não devo nada não tenho nada a temer... eu tenho aqui um espelho de bens do meu imposto de renda... tá aqui... coisa sigilosa que ninguém dá... ninguém abre... eu tô aqui com ele... o meu imposto de renda... depois você pode olhar ao final ((passando o dedo sobre o papel, como que apontando o lugar onde se encontra aquilo de que está falando))... onde diz sobre o patrimônio que eu tenho... é qua-tro mi-lhões de reais... desses quatro milhões de reais... tem dois milhões do capital da editora Central Gospel... que você é obrigado a declarar o capital... né... quando você abre uma empresa... qual é o capital dessa empresa... então isso entra no imposto de renda... então eu tenho... ssss... uma casa... seis apartamentos... três onde meus filhos moram... três que eu comprei em comodato de construção... que ainda faltam trinta prestações em Vila Velha de um construtor evangélico... eu tenho um apartamento em Boca Raton que tá aqui a declaração de bens do Banco Central... ela tá aqui ((puxando um dos papéis de um maço e colocando-o em separado, próximo à entrevistadora))... comprei por... ((fazendo o gesto do mais ou menos com as mãos)) cento e quarenta e::... nove mil dólares pra pagar em trinta anos... se eu pegar esse patrimônio A-tu-a-lizado... que você na declaração de imposto de renda você põe o dia que você comprou... mas se eu pegar isso e A-TU-A-LI-ZAR o valor que vale a minha casa... que aqui tá por oitocentos mil porque foi quanto eu comprei... eu vou ter aqui de patrimônio A-TU-A-LI-ZA-DO... de valores de hoje... quatro milhões e meio ((sinaliza o “mais ou menos” com as duas mãos))... ok?... aqui tem quatro milhões porque (...) [MP.arg.1].

Os dados aventados por Malafaia oscilam, nesse segmento (3), entre provas técnicas (provas retóricas, ou seja, sustentadas pelo próprio discurso, tal como em “safado, sem vergonha, bandido, caluniador tem em tudo quanto é lugar: pastor, padre, jornalista”) e não técnicas (provas materiais, que ultrapassam o discurso retórico e que correspondem, por exemplo, a documentos: é o caso da papelada manuseada pelo entrevistado e que, segundo ele, consiste em sua declaração de imposto de renda). As provas não técnicas têm o papel de reforçar a irrefutabilidade dos dados e/ou fatos (retoricamente apresentados como tais) e, conseqüentemente, a das premissas.

No segmento (3), também há uma proposição enunciativa, repetida outras vezes ao longo do primeiro bloco, responsável por sinalizar a contra (ou nova) tese sustentada por Malafaia: “onde é que tá a mentira e a safadeza?”. O entrevistado contesta o conteúdo da reportagem da *Forbes* citado por Marília Gabriela (de que ele é o terceiro pastor mais rico do Brasil, com fortuna avaliada em aproximadamente 300 milhões de reais), alegando que: i) ele não tem uma fortuna estimada em trezentos milhões de reais e ii) os quatro milhões que ele tem não foram adquiridos por meios antiéticos (ele não tirou proveito da fé de seus seguidores para enriquecer). A conclusão inferível a partir dos dados e fatos apresentados (que se manifestam não somente nesse, mas em vários outros segmentos do texto) justifica a decisão do pastor de processar a revista.

O período “*minha declaração do imposto de renda... eu vou fazer porque você tem credibilidade... tô sendo honesto... se eu tivesse num outro programa... um outro jornalista... mas como você é uma jornalista de MU:ita credibilidade... então exclusivamente aqui pra você... aqui... e no meu programa de TV... porque eu não devo nada não tenho nada a temer*” poderia ser decomposto em duas frases tipográficas explicativas, a partir das proposições enunciadas:

1) “SE eu vou fazer isso [mostrar minha declaração de imposto de renda], É PORQUE você é uma jornalista de muita credibilidade”;

2) “SE eu vou fazer isso [mostrar minha declaração de imposto de renda], É PORQUE eu não devo nada, não tenho nada a temer”.

Nesse período, há também duas proposições enunciadas descritivas que correspondem a operações de qualificação (aspectualização):

1) “tô sendo honesto”;

2) “você tem credibilidade”/“você é uma jornalista de muita credibilidade”.

Encaixadas em uma sequência argumentativa, esses segmentos (periódicos e proposicionais) explicativos e descritivos integram o bojo da MP.arg.1, apelando ao *logos*, por meio de um argumento por vínculo causal e de um argumento de interação entre o ato e a pessoa. O vínculo causal pode ser do tipo que, sendo dado um acontecimento, tende-se a descobrir a existência de uma causa que pôde determiná-lo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 299), tal como ocorre nas proposições explicativas acima: o fato de Marília Gabriela ser uma jornalista de credibilidade e o fato de Silas Malafaia não ter nada a temer motivaram um acontecimento pontual da entrevista, qual seja, o de mostrar sua declaração de imposto de renda. Esse argumento consiste em uma ligação de sucessão. Já o argumento baseado na interação entre o ato e a pessoa consiste no estabelecimento de uma ligação de

coexistência na qual os atos de uma pessoa influenciam na concepção que se tem ou que se faz dessa pessoa, ou na qual a ideia que se faz da pessoa influencia na interpretação de seus atos. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 341, grifos nossos),

Muitas vezes, a ideia que se faz da pessoa, em vez de constituir uma conclusão, é mais o ponto de partida da argumentação e serve, *seja para prever certos atos desconhecidos, seja para interpretar de um certo modo os atos conhecidos, seja para transferir para os atos o juízo formulado sobre o agente.*

As qualificações que o discurso de Malafaia fazem incidir sobre a imagem de Marília Gabriela (*você é uma jornalista de (muita) credibilidade*) e dele mesmo (*tô sendo honesto*) correspondem, a nosso ver, a ideias feitas sobre essas pessoas que servirão como ponto de partida de uma argumentação voltada, respectivamente, para prever os atos vindouros (portanto, desconhecidos) da jornalista, criando nela uma disposição para tratar dos dados que lhe serão apresentados com a reivindicada isenção jornalística, e para transferir para os atos de Malafaia o juízo (de homem probo) que ele mesmo formulou de si.

Esses raciocínios retóricos, promovidos por segmentos explicativos e descritivos, conferem sustância à argumentação empreendida pelo locutor.

O segmento macroproposicional (3) parcialmente transcrito acima é bastante longo, por isso não foi transcrito aqui na íntegra. O turno de fala no qual ele consta durou quase quatro minutos, com algumas tentativas fracassadas da entrevistadora de interrompê-lo. Antes de terminar esse turno de fala, em meio à apresentação de dados e fatos, o entrevistado afirma:

(4)

Silas Malafaia: há vinte e cinco anos eu não tenho salário de pastor... eu sou pastor há trinta anos... tive salário por cinco anos... *não que seja pecado ou errado... é bíblico... a bíblia fala até que o pastor tem que ganhar muito bem... pela bíblia... que ele tem que ser muito bem tratado... MAS HÁ VINTE E CINCO ANOS* que eu não tenho salário de pastor... **HÁ VINTE E CINCO ANOS** eu vivo de quê?... como conferenci:sta... eu talvez seja o pastor que ma:is... eh oferta ganho quando... prego fora... porque tô na televisão essa coisa toda... e da minha editora

O segmento em destaque corresponde a um período proposicional argumentativo equivalente a uma MP.arg.2 do tipo “os pastores recebem salário, CERTAMENTE, MAS isso é bíblico”. A asserção “*não que seja pecado ou errado... é bíblico... a bíblia fala até que o pastor tem que ganhar muito bem... pela bíblia... que ele tem que ser muito bem tratado*” recategoriza os pastores como líderes religiosos honestos, pois é o princípio expresso por “isso é bíblico” que faz o argumento passar da premissa “os pastores recebem salário” à conclusão não-C (os pastores evangélicos não são desonestos).

Após quase quatro minutos, Marília Gabriela retoma o turno de fala e, declaradamente, contesta a opinião de Silas Malafaia segundo a qual a revista *Forbes* publicou

uma mentira sobre ele com o objetivo de “colocar um bloqueio na sociedade, que tudo que é pastor, o que ele tem, foi roubado dos fiéis, que é um bando de otários” (tese à qual o pastor se contrapõe veementemente).

(5)

Marília Gabriela: eu vou contestar um pouco... a revista Forbes é uma revista que trata basicamente de fortuna:mas... não é novo... é associado a:... a religião... a religião... a/ a todas as religiões... digamos... não tô isentando a católica... as religiões são associadas a fortunas... no caso da evangélica associada ao Dízimo pago pelos fiéis... e aí... levanta-se a questão... sempre... tem sempre esse mistério do dinheiro em torno da religião evangélica que vem do dízimo *et coetera* e tal... que... sustenta a igreja... [...] agora... no caso... esse interesse... por essa:mas... fortuna:mas... eh:mas... que aparecem... eh... nas pessoas associadas à religião porque não seriam do interesse da Forbes? ela trata de outras fortunas... ela trata de fortunas de muita gente... ela cita... o Eike como ci/ o Eike Batista ela cita todo mundo por que que não citaria os brasileiros associados à religião? e mais... eles s/ a/ a/ a revista se defendeu citando fontes... ela disse Ministério Público...

Silas Malafaia: mentira

Marília Gabriela: Polícia Federal

Silas Malafaia: mentira

Marília Gabriela: e imprensa

Silas Malafaia: mentira

No segmento (5), Marília Gabriela contesta (MP.arg.4) a opinião de Malafaia (que, agora, passa a figurar como *tese anterior* à qual a jornalista irá se opor), defende a revista Forbes e o ponto de vista inscrito na reportagem publicada por ela, mencionando *fatos* (as religiões são associadas a fortunas... no caso da evangélica associada ao Dízimo pago pelos fiéis; a revista cita fontes) e apoiando-se na ideia segundo a qual há sempre um mistério em torno do dinheiro que vem do dízimo na religião evangélica (*sustentação*). Logo, a revista, de acordo com a jornalista, não está mentindo nem está tentando manipular a opinião pública sobre Malafaia (*conclusão*). Malafaia, por outro lado, refuta de imediato o argumento de que a Forbes se apoiou em fontes oficiais e legítimas e, no segmento textual seguinte, refuta tanto o ponto de vista da revista como a tese defendida por Marília Gabriela (MP.arg.4): “*a Forbes pode falar da fortuna de qualquer um... mas fale dos que têm*”.

Pela descrição e análise que fizemos, podemos concluir, em relação ao modo como essa entrevista atualiza o esquema de sequência argumentativa, que: i) o texto comporta macroproposições de todos os tipos que fazem parte do esquema (tese anterior, dados/fatos, sustentação, restrição e conclusão); e ii) se, via de regra, o esquema prototípico “não está estruturado numa ordem linear obrigatória” (ADAM, 2011, p. 234), no gênero entrevista jornalística televisiva, essa não estruturação linear obrigatória se impõe de maneira impetuosa, já que ele se materializa em interações orais, face a face, síncronas e poligeridas, em que cada interlocutor imediato pode reagir instantaneamente a uma enunciação do outro, em um movimento complexo e sinuoso que releva da busca por tentar defender uma tese e refutar outra

que lhe é contrária. Uma visualização integral da entrevista nos leva ainda a mais uma conclusão relativa à sua composicionalidade sequencial argumentativa: ela comporta não *uma*, mas várias sequências argumentativas, dado o caráter polêmico dessa interação, e essas sequências argumentativas são atravessadas por segmentos composicionais de outras naturezas, principalmente, descritivos e explicativos, que cumprem funções argumentativas que os levam integrar macroproposições argumentativas prototípicas no todo de cada sequência.

Esse primeiro bloco, objeto de nossa análise, e o segundo bloco, no qual não nos deteremos por enquanto, mas cuja visualização é importante para compreender o que estamos afirmando, são os que materializaram e instanciaram, por meio das sequências argumentativas típicas, de modo mais contundente as características primárias da modalidade polêmica. Nas falas dos interactantes imediatos (entrevistadora e entrevistado), visualizamos com nitidez as teses dicotômicas (no primeiro bloco, pastores evangélicos enriquecem enganando seus fiéis *versus* pastores evangélicos não enriquecem enganando seus fiéis; no segundo bloco, homossexualidade é algo natural *versus* homossexualidade é um comportamento desviante); a polarização (Gabi é uma debatedora que encarna o papel actancial de Proponente das primeiras teses e de Oponente das segundas, ao mesmo tempo em que Malafaia encarna o papel actancial de Proponente das segundas teses e de Oponente das primeiras); e ambos tentam, mais ou menos intensamente, desqualificar o Oponente, seja “desmascarando-o” ao denunciar, por meio da contra-argumentação, a inconsistência de suas teses e/ou de seus argumentos, seja atacando diretamente a imagem do outro, por meio de argumento *ad hominem* (“*você já tá pré-julgando Silas... você é Deus você tá julgando e PRÉ-julgando*” – 2º bloco, na discussão polêmica sobre homossexualidade). A sequência argumentativa é, portanto, a unidade composicional que instancia, com mais explicitude, a visada argumentativa e a modalidade argumentativa polêmica, dado seu caráter, por definição, argumentativo.

5.2.2.4 A sequência explicativa

A explicação, de acordo com Adam (2017), se caracteriza pela tentativa de fazer compreender um fato, um fenômeno, ou de elucidar uma questão. Assim como a argumentação, a explicação pode oscilar entre “texto explicativo” e “discurso explicativo”; para superar essa oscilação, é necessário distinguir a dimensão pragmática de procedimentos explicativos da textualidade prototípica de uma sequência explicativa (ADAM, 2017, p. 183).

A primeira fase de uma explicação consiste, segundo Gülich (1990) e Gaulmyn (1986) (*apud* ADAM, 2017, p. 197, grifo nosso), na “Constituição de um objeto a explicar

(reconhecido e aceito, que pode estar presente na situação ou ser linguageiro) e dos papéis de sujeito que explica e de sujeito ao qual se destina a explicação e/ou que a recebe”. A segunda fase, de acordo com as autoras citadas por Adam, é o “núcleo explicativo”, enquanto a terceira e última fase é o fechamento da sequência, responsável por sancionar a explicação dada. Esta fase corresponde a um “suposto consenso obtido ao final da explicação”.

O reconhecimento dessas fases levou Adam (2011, 2017) a propor a seguinte estrutura sequencial de base:

Esquema 8 – Protótipo da sequência explicativa

Sequência explicativa prototípica		
0.	Macroproposição explicativa 0	Esquemática inicial
1. POR QUE X (ou COMO?)	Macroproposição explicativa 1	Problema (pergunta)
2. PORQUE	Macroproposição explicativa 2	Explicação (resposta)
3.	Macroproposição explicativa 3	Ratificação-avaliação

Fonte: (ADAM, 2017, p. 197).

As MPs explicativas 1 e 2 são obrigatórias e são introduzidas, respectivamente, pelos operadores [POR QUÊ(?)] e [PORQUE]. Segundo Adam (2017), a *esquemática inicial* (MP.expl.0) é facultativa e a *ratificação* (MP.expl.3) pode ser apagada por efeito de elipse. O autor destaca, contudo, que algumas atualizações desse protótipo, mais do que elipsar a MP.expl.3, simplesmente não a comportam. É esse o caso do texto (09).

O texto (09) é uma charge produzida pelo cartunista Kayser e publicada, em janeiro de 2012, pelo próprio autor, na página denominada *Blog do Kayser*. Trata-se, explicitamente, de uma resposta do cartunista a duas matérias publicadas, no mesmo período, por duas revistas de informação de grande circulação nacional: as revistas *Veja* e *Época*.

Texto (09) – Charge de Kayser



Fonte: <http://blogdokayser.blogspot.com/search/label/Agrot%C3%B3xico> Acesso em 04/10/2018.

Considerando que a MP.expl.0 é aquela em que se faz “uma descrição que corresponde a uma esquematização inicial destinada a introduzir o objeto problemático” (ADAM, 2011, p. 245), o segmento desse texto multimodal que equivale à esquematização inicial é este:



Esse trecho da imagem, que ocupa a posição de figura na charge, retrata um homem jovem, que coloca veneno em sua comida e que cantarola a música “Ai, se eu te pego”. Por se tratar de um gênero multimodal que prevê uma planificação textual curta e simples, é essa a maneira pela qual o “objeto problemático” (neste caso, um comportamento excêntrico) é introduzido no texto. É esse objeto que é tematizado pela questão com POR QUÊ(?) (MP.expl.1) que se encontra elíptica no texto, mas que podemos reconstruir a partir da explicação dada no segundo balão: POR QUE ele tá assim?

O outro trecho, que se encontra na posição de fundo, contém a MP.expl.2 – a explicação ao problema ou questão intrigante:



O texto não utiliza explicitamente o conector [PORQUE], mas um teste sintático é capaz de demonstrar que se trata, nesse segmento, de uma MP.expl.2. O conteúdo do balão explica o motivo da excentricidade do comportamento da personagem em foco e poderia ser estruturada, com base em um modelo periódico do tipo [SE p , É PORQUE q], por esta proposição: “SE ele tá assim, É PORQUE leu, na revista Veja, que agrotóxicos não fazem mal à saúde e, na Época, que o Michel Teló é a tradução da cultura brasileira”. O acontecimento representado no quadrinho como um todo também poderia ser formalmente reduzido ao seguinte período explicativo: “SE fulano anda consumindo veneno junto à alimentação e cantando ‘Ai, se eu te pego...’, É PORQUE ‘ele leu, na Veja, que agrotóxicos não fazem mal à saúde e, na Época, que o Michel Teló é a tradução da cultura brasileira...’”.

A ausência de um segmento periódico que ratifique a explicação (MP.expl.3) revela que essa charge é uma atualização incompleta da sequência explicativa prototípica. Já a ausência dos operadores [POR QUÊ(?)] e [PORQUE] indicia o caráter elíptico da maioria dos textos explicativos (ADAM, 2017, p. 200).

Sobre a dimensão pragmática da explicação, lembramos que, conforme assinala Adam (2011[2008], p. 243), “A asserção das proposições p e q não tenta adequar-se a um estado do mundo; ela tenta que o mundo seja visto pelo leitor-ouvinte potencial de acordo com a crença proposta pelo enunciador”. A isso, o autor ajunta:

Como o objetivo último do compartilhamento de crenças é um objetivo de ação, a explicação aparece como um ato intermediário entre o objetivo ilocucionário primário da asserção (partilhar uma crença ou um conhecimento) e o objetivo último do ato (convencer para fazer agir). (ADAM, 2011[2008], p. 243).

Do ponto de vista técnico-retórico, o locutor desse texto baseia sua argumentação, em um plano de fundo (que considera somente a fala que consta no segundo balão), no argumento de reciprocidade, que supõe a existência de uma simetria entre atos, entre acontecimentos ou

entre seres, de modo que essa relação simétrica realize uma assimilação de situações (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 250-251). Ainda de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 253),

Por vezes a identificação de situações resulta de que dois atos, mesmo sendo distintos, concorreram para um mesmo efeito [...]. Duas condutas complementares, no sentido de que constituem ambas uma condição necessária à realização de um determinado efeito, podem dar azo à utilização do argumento de simetria.

É o que o locutor dessa charge faz quando escreve, no segundo balão: “Tá assim desde que leu, na Veja, que agrotóxicos não fazem mal à saúde e, na Época, que o Michel Teló é a expressão da cultura brasileira...”. Ao atribuir à conduta excêntrica da personagem que ocupa a posição de figura no quadrinho a motivação de ter sido influenciada por informações veiculadas por dois grandes veículos de comunicação⁴⁶, o locutor do texto coloca as duas publicações como sendo duas condutas que se assimilam (de modo que a tese de que Michel Teló é a expressão da cultura brasileira é uma tese tão tola quanto a de que agrotóxicos não fazem mal à saúde) para produzir um mesmo efeito: manipular (e imbecilizar) seus leitores.

A atitude da personagem que cantarola a música pela qual Michel Teló se tornou um cantor internacionalmente conhecido, enquanto coloca veneno em sua comida, representa um apelo ao ridículo como meio de persuadir o leitor da charge. Trata-se de buscar sancionar pelo riso, pelo humor, a ideia de que uma regra de comportamento (*não se deve consumir veneno*, a menos que se queira adoecer ou morrer) foi transgredida por um comportamento excêntrico, mas não perigoso o suficiente para que seja reprimido com rigidez. É, então, por meio do apelo ao ridículo e do argumento de reciprocidade que o locutor dessa charge deixa entrever seu posicionamento na polêmica em questão: ele exprime, de maneira enviesada, o ponto de vista contrário à utilização de agrotóxicos nas plantações, prática assimilada ao agronegócio no Brasil. Ao fazer isso, ele também assume um dos lados da polarização social desencadeada pelo antagonismo de teses – é um Oponente à tese de que agrotóxicos não fazem mal à saúde – e ridiculariza quem aceita essa tese como razoável (desqualificação do outro).

Essa análise corrobora, mais uma vez, a ideia de J-M. Adam de que todo texto comporta, no nível configuracional/pragmático, uma orientação argumentativa. E robustece, também, nossa tese de que é possível entrever a modalidade polêmica pela descrição de seu funcionamento textual com base em outras categorias além daquela da sequencialidade

⁴⁶ É possível acessar o conteúdo da matéria da Veja no site <https://pt.slideshare.net/VivianblasoBlaso/a-verdade-sobre-os-agrotoxicos-veja-04012012>.

argumentativa prototípica, cuja essência formal e funcionalmente argumentativa já nos permitia prever o instanciamento da modalidade polêmica.

5.2.2.5 A sequência dialogal

Convém iniciar esta subseção operacional fazendo, como Adam (2017), uma diferenciação entre os sentidos estrito e amplo do termo *diálogo*. Em sentido estrito, ele designa a forma de uma troca comunicativa direta entre, ao menos, dois locutores. Em sentido amplo, ele equivale à constitutiva responsividade do discurso e subjaz ao princípio dialógico da linguagem, assim definido pelo Círculo de Bakhtin, ao qual já nos remetemos aqui. Neste sentido, trata-se do dialogismo. Naquele outro, trata-se, especificamente, de um modo de composição textual: a sequência dialogal.

Por definição, uma sequência dialogal seria poligerida, já que consiste em uma troca conversacional entre, pelo menos, dois locutores. Contudo, para Adam (2011, 2017), essa forma de coconstrução textual é passível de ser representada na escrita, em textos monogeridos, pois corresponde antes a um modo de textualização do que a um modo de gestão e materialização de enunciados. Assim, Adam (2017, p. 218) denomina de diálogo “tanto o produto textual das interações sociais orais, como os turnos alternados entre personagens de um texto de ficção”.

Sob essa perspectiva,

O texto dialogal pode ser definido como uma estrutura hierarquizada de sequências chamadas geralmente de “trocas”. Dois tipos de sequências devem ser distinguidas:
 - as *sequências fáticas* de abertura e de encerramento de uma interação,
 - as *sequências transacionais* que constituem o corpo da interação. (ADAM, 2017, p. 224).

O *texto dialogal*, portanto, é a maior unidade dialogal e é constituído de *sequências*, que, por sua vez, são constituídas de *trocas*. A troca, unidade dialogal de base, consiste em um encadeamento de *intervenções* de três tipos: *intervenção inicial*, *intervenção reativa* e *intervenção avaliativa* (este último tipo é facultativo). Quando a sequência-troca contém duas intervenções, dos dois primeiros tipos, ela é *binária*; quando tem três, dos três tipos descritos, ela é *ternária*. As intervenções correspondem àquilo que, nos estudos em análise da conversação, são designados *turnos de fala*.

As sequências de abertura e de encerramento correspondem, basicamente, a fórmulas e expressões de cumprimento e de saudação, sendo, portanto, fortemente ritualizadas. Isso faz com que as sequências fáticas sejam perceptivelmente mais estruturadas do que as

sequências transacionais. Adam (2017, p. 224) observa que, assim como as demais sequências, o esquema dialogal prototípico não tem caráter normativo, mas sim descritivo, pois busca “extrair o núcleo duro – prototípico por excelência – do encadeamento das sequências dialogais”. E mais: “Sob a pressão da interação verbal, ele é, certamente, mais do que os [esquemas prototípicos] precedentes, sujeito a elipses e realizações cuja incompletude é evidente” (ADAM, 2017, p. 224). É o que acontece no texto (10):

Texto (10) – Charge “Gente fina”, de Bruno Drummond



Fonte: <http://www.muza.com.br/2009/07/veja-charge-sobre-o-preconceito-e.html> Acesso em 17/10/2018.

Nessa charge, temos um diálogo representado pelos turnos alternados das falas das personagens que figuram no quadrinho. O fato de se tratar de um gênero genuinamente monogerido imprime nesse texto uma diferença significativa quanto à argumentatividade implicada no sequenciamento dialogal. Enquanto em gêneros poligeridos, tais como a entrevista jornalística televisiva e a entrevista eleitoral televisiva, os dois lados que interagem podem reagir/responder de imediato aos posicionamentos um do outro, argumentando e contrargumentando de maneira instantânea, nos gêneros monogeridos, como o artigo de opinião e a charge, somente um dos lados administra os argumentos favoráveis e contrários relativos a uma dada questão retórica. Na AAD de R. Amossy, o reconhecimento desses dois modos de gestão (mono e poligerido) da argumentação levou a autora a distinguir, na análise da modalidade

polêmica, *interação polêmica de discurso polêmico* (AMOSSY, 2014, 2017[2014])⁴⁷. Vamos retomar brevemente essa distinção para delinear com mais precisão nosso ponto de vista sobre ela.

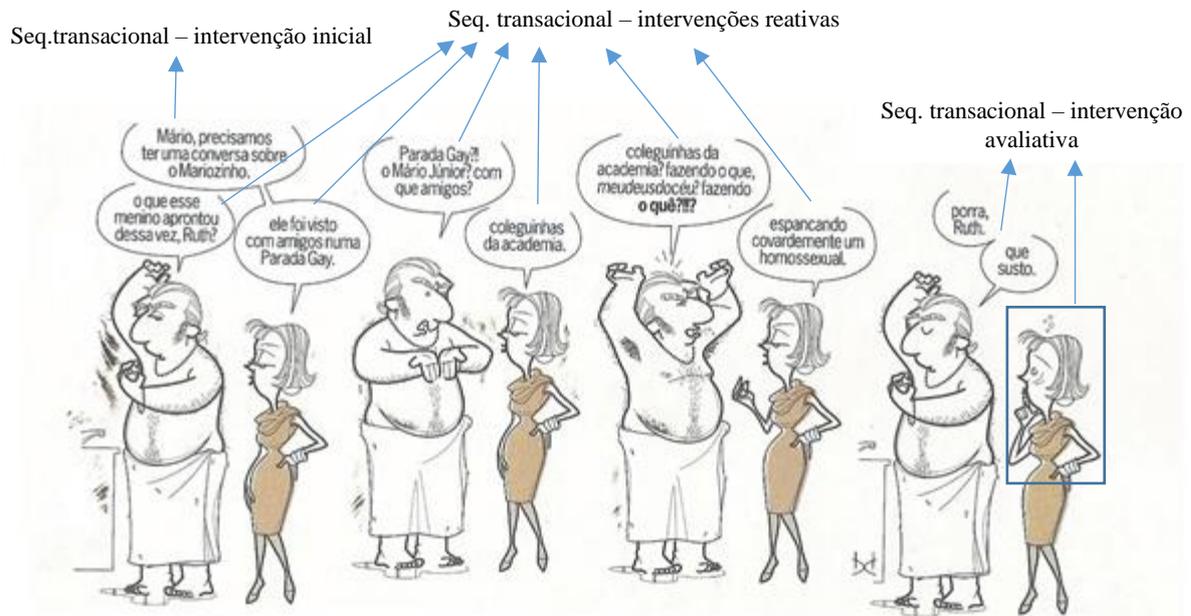
Partindo do pressuposto de que os discursos (e a própria argumentação) sofrem regulações de natureza institucional e genérica, Amossy (2017[2014], p. 72) define *interação polêmica* como a forma de manifestação da polêmica caracterizada pela presença, síncrona ou assíncrona, de pelo menos dois adversários engajados “em uma discussão falada ou escrita, em que um tenta levar a melhor sobre o outro. O discurso é aqui inteiramente dialogal”, no sentido de que se trata de um texto poligerido. O *discurso polêmico*, por outro lado, é definido como a forma monogerida de se engajar em uma polêmica, pois somente um actante se faz presente, sendo dialógico, mas não dialogal (AMOSSY, 2014, 2017[2014]).

Sob a perspectiva textual na qual nos situamos, não adotamos essa distinção por duas razões: primeiro, porque, conforme justificamos no Capítulo 5, compreendemos discurso e interação como elementos constitutivos do uso da língua, independentemente da forma de manifestação/materialização do discurso e do modo como ocorre a interação; segundo, porque reservamos à denominação *texto dialogal* a definição supramencionada que lhe é atribuída por Adam (2017), de modo que um texto dialogal pode ser tanto monogerido (como é o caso da charge) como poligerido (como nas entrevistas televisivas). Consequentemente, o texto (10) é, para nós, um texto dialogal na medida em que ele é organizado, do ponto de vista composicional, por uma estrutura sequencial de trocas, mesmo sendo monogerido. O locutor da charge orchestra as vozes das personagens e, fazendo isso, orchestra também as vozes dos actantes (proponentes e oponentes) que intervêm na polêmica corrente no Brasil em torno da homossexualidade.

A charge de Bruno Drummond pode ser composicionalmente descrita da seguinte forma: ela não manifesta sequências fáticas de abertura e de término da interação (não constam, nesse diálogo, expressões de saudação, cumprimento ou despedida, tais como *Bom dia!* ou *Até mais!*); ela se constrói sobre uma sequência transacional que segue o padrão prototípico ternário *intervenção inicial + intervenção reativa + intervenção avaliativa*. Lembramos que um texto dialogal (e suas sequências) não consistem em uma sucessão de monólogos, mas em uma construção de um único texto. Isso significa que o princípio da unidade em que nos apoiamos para definirmos texto segue inabalável no escopo da ATD, para a qual a descrição e a análise de textos em suas partes constituintes não suplanta tal princípio. Faremos, a seguir,

⁴⁷ Já apresentamos essa distinção no Capítulo 2.

uma divisão mais detalhada das intervenções que compõem a sequência transacional da charge com vistas à explicação do funcionamento da polêmica com base na categoria textual específica com a qual estamos lidando, não com a finalidade de demonstrar como unidades textuais menores carregam consigo, individualmente, uma dada orientação argumentativa.



A intervenção inicial, representada pela frase tipográfica “Mário, precisamos ter uma conversa sobre o Mariozinho”, proferida pela (provável) mãe de “Mariozinho”, e a primeira intervenção reativa, “O que esse menino aprontou dessa vez, Ruth?”, proferida pelo pai, nada têm de aparentemente polêmicas. É a segunda intervenção reativa, expressa pela frase tipográfica “Ele foi visto com amigos numa Parada Gay” que instaura, nessa interação representada, a questão polêmica a ser tratada: a homossexualidade. Nesse ponto da interação, há uma mudança na atitude de Mário, até então despreocupado e, até mesmo, acostumado com o fato de o filho ter “aprontado”: ele se volta de frente para a esposa e, incisivamente, a questiona sobre a informação que ela lhe deu (“Parada Gay?! O Mário Júnior? Com que amigos?”). O questionamento feito por Mário focaliza justamente o termo que lança a polêmica nesse contexto – “Parada Gay”, e a preocupação com o que isso pode significar é reforçada pelo recurso da pontuação (?!). O pai incrédulo passa a questionar Ruth transformando suas afirmações em perguntas (“o Mário Júnior? Com que amigos?”, “coleguinhas da academia?”), com uma euforia sinalizada pelo comportamento físico e pelo discurso de incompreensão (“Fazendo o que, meudeusdocéu? **Fazendo o quê?!?**”). Mediante a resposta de Ruth a este seu

último questionamento (“Espancando covardemente um homossexual”), Mário recobra sua tranquilidade inicial, abalada pela possibilidade de seu filho ter-se “tornado” homossexual, voltando a fazer o que estava fazendo quando Ruth o interpelou, e exprime sua avaliação sobre a informação dada por Ruth por meio da intervenção “Porra, Ruth, que susto”. Vemos que, apesar de se tratar de uma proposição composta por interjeições, não foi usado o ponto de exclamação; essa ausência indicia a mansidão com que ela foi proferida, bem diferente do tom alterado com que os questionamentos foram feitos pelo mesmo Mário. Estamos considerando que a expressão facial de Ruth e seu gesto de levar o dedo indicador à boca, na última imagem da personagem, correspondem a uma porção textual não verbal com valor de intervenção avaliativa, que registra a maneira com que ela interpreta o posicionamento de Mário.

Nessa charge, Mário representa um proponente da tese de que homossexualidade é um comportamento sexual desviante, que precisa ser repreendido, enquanto Ruth representa o oponente dessa tese: para ela, o comportamento desviante é a violência e é este comportamento que deveria ser repreendido pelos pais. Indícios de que essa é a opinião de Ruth estão no modalizador “covardemente”, em “Espancando covardemente um homossexual”, e em sua reação físico-facial à atitude avaliativa do marido. O pertencimento desses personagens a um extrato socioeconômico privilegiado é evidenciado por alguns protótipos que se apresentam tanto verbalmente como visualmente: o nome do filho ser o mesmo do pai, acrescido do nome Júnior, assim como o uso desse nome na forma diminutiva (“Mariozinho”); o título da charge (*Gente fina*), que remete a um ideal de comportamento grã-fino culturalmente associado à riqueza; e os atributos físicos e visuais das personagens – o homem branco, peludo, de barriga protuberante, e a mulher de cintura finíssima, com cabelos alinhados, vestida elegantemente com vestido na altura dos joelhos e salto alto.

O título da charge, que, na verdade, denomina não *essa* charge, mas uma série de textos desse gênero produzidos por Bruno Drummond e publicados na revista *O Globo*, nos dá indício do posicionamento do locutor sobre a questão polêmica da homossexualidade, instalada pela terceira intervenção geral da sequência. Do ponto de vista do locutor, a “gente fina”, especialmente o homem grã-fino, prefere ter um filho violento a ter um filho homossexual. Grosso modo, o valor da Família, entendida por uma visão tradicional, segundo o qual homem é homem e mulher é mulher, subjaz à opinião de que homossexualidade é um comportamento reprimível, enquanto a Liberdade é o valor sustentado pelos argumentos dos que se opõem a essa tese. Ao representar a “gente fina” como machista e homofóbica (o que leva o pai a conceber o ato violento do filho como normal, enquanto uma possível homossexualidade do filho seria um fato perturbador), o locutor exprime, implicitamente, o ponto de vista que se

alinha à tese de que a homossexualidade é simplesmente um reflexo da liberdade sexual e que, portanto, (tentar) reprimi-la não é um ato razoável.

A sequência dialogal corresponde, neste texto, a uma estratégia textual de persuasão porque permite ao locutor fazer sua crítica ao pensamento correntemente associado às “pessoas de bem” por meio da representação de um diálogo entre personagens desse grupo social. Esse tipo de sequência é um dos recursos textuais de engajamento do locutor em uma questão polêmica, pelos quais podemos entrever a dicotomização de teses (a homossexualidade é um desvio sexual reprimível *versus* a homossexualidade é uma condição humana natural e deve ser respeitada), a polarização social (o que defendem a primeira tese – Proponentes – e se opõem à segunda – Oponentes, e vice-versa) e a desqualificação do Oponente (os que defendem a primeira tese são homofóbicos, pois acham errado ser homossexual, mas acham certo cometer violência física contra homossexuais).

Outro recurso textual ao qual a sequencialidade se une na charge em tela para intervir em uma polêmica é a referenciação, fenômeno no qual nos deteremos na seção a seguir.

5.3 Referenciação

A referenciação é um dos eixos temáticos que mais despertam interesse entre pesquisadores da LT. Não à toa, já que a partir dela se pode descrever e analisar outros fenômenos textuais, como o da progressão e manutenção temática, o da organização tópica e, mais amplamente, o da coerência textual. Na esteira dos muitos outros estudos inscritos nessa disciplina que relacionaram referenciação e argumentação, reiteramos nosso intuito de propor uma análise que relacione textualidade e argumentatividade polêmica.

A concepção de referência tal como consensualmente se adota hoje nos estudos em LT assenta suas bases, principalmente, nas visões teóricas de Mondada (1994), Mondada e Dubois (2003[1995]) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) sobre a referência. Contrapondo-se à concepção até então predominante sobre a referência, segundo a qual a linguagem funcionaria como um espelho do mundo, ou seja, que representaria objetivamente a ontologia das coisas e dos seres do mundo real, esses autores propõem reconsiderar tal ideia, pela adoção do pressuposto de que as categorias são constitutivamente instáveis, além de sua natureza, e da natureza de seus processos de estabilização, ser cognitiva e discursiva (não ontológica).

Mondada e Dubois (2003, p. 20) exprimem assim essa reconfiguração teórica da referência, que passam a denominar *referenciação*:

passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades.

Essas entidades – não sendo objetos do mundo nem objetos cognitivos abstratos, mas resultantes de relação indireta entre os discursos e o mundo, estabelecida por sujeitos sociocognitivos em interações contextualizadas – são de natureza discursiva e cognitiva. Disso resulta que, nessa perspectiva, os referentes são denominados e tratados como *objetos de discurso*. Os fatores que definem esses objetos, portanto, não são extensionais, mas socioculturais e pragmáticos, que condicionam contextualmente os designadores linguísticos (cf. APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995).

Nos estudos em LT, o impacto dessa mudança de percepção se reflete diretamente no modo com que os referentes e os textos são analisados. Tradicionalmente, a referência era tratada, simplesmente, em termos de remissão a um “elemento de referência” (KOCH, 2012). As análises consistiam em identificar e classificar os tipos de remissões ocorridas em um texto: situacional ou textual; se textual, anafórica ou catafórica. Também havia a preocupação em identificar e classificar as formas gramaticais que operavam a chamada coesão referencial: formas remissivas gramaticais presas (artigos definidos e indefinidos, pronomes adjetivos etc.), formas remissivas gramaticais livres (pronomes pessoais e 3ª pessoa, pronomes substantivos etc.) e formas remissivas lexicais. O exemplar mais amplamente conhecido dessa abordagem inicial da referência no Brasil é o livro de Ingedore Koch intitulado *A coesão textual*, cuja primeira edição data de 1989.

Dando um salto teórico-metodológico, trabalhos como os de Koch (2005), Marcuschi (2005), Cavalcante (2003, 2005) e Cavalcante e Santos (2012), entre muitos outros, refletem a tônica dos estudos em referenciação no Brasil. Esses trabalhos têm em comum, basicamente, duas características: primeiro, pautam-se nos mesmos princípios da concepção de referenciação desenhada por Mondada e Dubois e Apothéloz e Reichler-Béguelin; segundo, ocupam-se da classificação e/ou da análise dos chamados processos referenciais (não mais dos tipos de remissões, nem tampouco das formas gramaticais que operacionalizam esses tipos).

Os princípios nos quais ancora essa abordagem da referenciação e que conferem dinamicidade a ela são três: 1) a instabilidade das representações do real; 2) os sentidos como resultantes de uma negociação entre os interlocutores; e 3) a natureza sociocognitiva da referência. Nas definições de Mondada e Dubois (2003) e de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) para referenciação e objetos de discurso, anteriormente expostas, veem-se diluídos esses princípios, compartilhados por esses autores e por todos os pesquisadores que adotam essa visão mais dinâmica do fenômeno. Quanto ao fato de ocuparem-se dos processos referenciais, Koch (2005), Marcuschi (2005), Cavalcante (2003, 2005) e Cavalcante e Santos (2012) concordam que a referenciação, muito mais do que simples remissão com o objetivo de estabelecer coesão aos textos, consiste em uma atividade discursiva que é estratégica no sentido de que deriva de escolhas de um sujeito sociocognitivamente motivado, ou seja, que opera sobre o material linguístico de modo a concretizar sua proposta de sentido.

Os trabalhos que operam nessa linha, representativos do viés mais discursivo, sociocognitivo e dinâmico da referência, e considerados por Custódio Filho (2011, 2012) como pertencentes à primeira tendência dos estudos em referenciação, foram de extrema importância para o enriquecimento teórico e analítico dos processos referenciais (introdução referencial, anáfora direta, anáfora indireta, encapsulamento, recategorização e dêixis) e de suas funções, permitindo a realização de mais um passo em direção ao refinamento do tema pelos estudos da segunda tendência.

Os estudos alinhados à segunda tendência (CUSTÓDIO FILHO, 2011, 2012) diferenciam-se dos estudos da primeira tendência não do ponto de vista teórico, mas do metodológico. Compartilhando dos mesmos princípios da referenciação, eles consideram outros elementos textuais e discursivos, para além das expressões referenciais, e elementos extratextuais (aparato cognitivo e aspectos sociais, históricos e circunstanciais) como convergentes à construção dos referentes/objetos de discurso. O movimento de análise, portanto, é mais difuso e ainda mais dinâmico do que aquele adotado nos trabalhos da primeira tendência.

Ilustrativo da segunda tendência é o trabalho de Custódio Filho (2011), cujo intento foi mostrar de que modo diferentes elementos (para além de uma cadeia coesiva) se integram para a construção dinâmica de um referente e dos sentidos de um texto. A análise do exemplo (14), a seguir, foi proposta pelo autor a título de vislumbre de uma perspectiva inovadora para o tratamento da referência.

Exemplo (14)

Que vergonha ver a atual prefeita censurar o uso de imagens de Ciro e Lula, grandes companheiros de Patrícia, no horário eleitoral! Será que essa prefeita tem vergonha de ver que Patrícia foi vice-líder de Lula no Senado??? Será que ela não se contenta em ver Lula longe dela, tal qual em 2004, quando o presidente estava com Inácio Arruda??? Antes era uma defensora da democracia, agora, no poder, se vestiu com as piores armas do autoritarismo e da censura! Liberdade de expressão JÁ! Patrícia é MULHER de RESPEITO e quer apenas ter o direito de mostrar a sua biografia, pena que a prefeita se [de]sespera com o passado histórico dela!
(Texto recebido por e-mail.).

Fonte: Custódio Filho (2011, p. 168).

A respeito desse texto, Custódio Filho afirma que se trata de uma reação do autor ao episódio eleitoral ocorrido em 2008, em Fortaleza (CE), no qual a coligação de apoio à reeleição da prefeita Luiziane Lins (PT) vetou judicialmente as propagandas da outra candidata, Patrícia Sabóia (PDT), por esta aparecer ao lado do então presidente Lula e do então deputado Ciro Gomes. A imagem construída em torno de Luiziane é de uma concorrente autoritária e desleal, configurando-se essa imagem como uma recategorização referencial, por dizer respeito à forma como esse objeto de discurso é construído no/pelo texto.

Em relação à imagem de “autoritária”, não há uma expressão referencial que a designe como tal. O que se encontra explicitamente no texto é uma relação de predicação operada pela oração “se vestiu com as piores armas do autoritarismo”. Esse tipo de relação não fora devidamente tratada pelos estudos da primeira tendência, dada a preocupação bastante centralizada nas expressões referenciais. Quanto à representação de “concorrente desleal”, sequer há uma relação desse tipo estabelecida no texto, em que um item lexical, do tipo “autoritarismo”, torne explícita a representação construída. De acordo com Custódio Filho (2011, p. 169),

Ocorre que, mais uma vez, a representação é construída a partir [*sic*] inferências engatilhadas pelas predicações. Assumindo-se que a prefeita 1) censura o uso de imagem dos grandes companheiros de Patrícia; 2) tem vergonha de ver que Patrícia foi vice-líder de Lula no senado; 3) não se contenta de ver Lula longe dela; e 4) se desespera com o passado histórico de Patrícia, é possível estabelecer uma compreensão global em que se percebe claramente a intenção do enunciador em apresentar a candidata Luiziane como desleal.

Vemos que essa análise é bem mais difusa do que aquelas nas quais são consideradas basicamente as relações anafóricas entre as expressões referenciais e os referentes erigidos em torno delas. No caso da ilustração em pauta, as relações são mais diversas, por considerar diferentes partes do cotexto e implicações contextuais, relacionadas ao aparato sociocognitivo necessário ao processamento do texto e às especificidades da interação.

Voltando à nossa proposta de interface, buscaremos realizar uma análise que se alinhe à segunda tendência dos estudos em referenciação, de modo a considerar a evolução dos

referentes ao longo do texto e a não limitar a construção referencial às expressões lexicais. Diferentemente de como se procede em AD, em que as análises da referenciação focalizam as expressões lexicais associadas às formações discursivas, pressupomos que, além disso, o referente evolui por meio de uma dinâmica textual e discursiva complexa e difusa e que essa construção é negociada pelos participantes da interação.

Nossa análise recairá particularmente sobre a polêmica. O primeiro traço da modalidade polêmica que vamos relacionar com os processos referenciais é o choque entre teses antagônicas. Vimos, no capítulo 2, ao expormos a polêmica tal como concebida no escopo da AAD, que essa modalidade argumentativa carrega consigo os princípios retóricos segundo os quais um orador constrói o auditório ao qual se dirige na medida em que argumenta com base nos valores, crenças e verdades (o acordo da nova retórica) que supõe serem admitidas por esse auditório. A diferença entre a retórica tradicionalmente destinada ao acordo e a retórica do dissenso reside no fato de que, naquela, o desacordo é uma etapa a ser superada com vistas ao estabelecimento de um acordo, enquanto nesta outra o acordo é improvável, até mesmo impossível, porque as divergências entre os dois lados que debatem são inconciliáveis desde o ponto de partida da argumentação: a *doxa*, ou o acordo, que são os princípios compartilhados. A razão retórica é aquela negociada por meio da fala (da linguagem); o *logos* retórico consiste, portanto, em uma racionalidade contingente, apoiada sobre aquilo que se supõe ser aceito por aqueles que se engajam em uma interação argumentativa. Em uma argumentação polêmica, as teses antagônicas também se apoiam, como demonstrou Amossy (2014, 2017[2014]), em pressupostos dóxicos, mas pressupostos que são, em si mesmos, inconciliáveis, daí que o desacordo polêmico é considerado profundo (trata-se de uma *dissensão*) e impede a chegada a um acordo. Tentaremos evidenciar, pela descrição e análise de alguns textos, o modo como os processos referenciais refletem o exercício de razoabilidade em uma retórica do dissenso.

Entendemos, primeiramente, que a noção de *presença* evocada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que mencionamos na seção 2.1 (“A nova retórica”), pode refinar nosso entendimento sobre a relação entre referenciação e desacordos profundos subjacentes às teses dicotômicas em argumentações polêmicas. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 131, grifo nosso) afirmam que

Os acordos de que dispõe o orador, nos quais pode apoiar-se para argumentar, constituem um dado, mas tão amplo e suscetível de ser utilizado de modos tão diversos, que a maneira de prevalecer-se dele apresenta uma importância capital. Portanto, antes de examinar o uso argumentativo desse dado, é indispensável chamar a atenção sobre o papel da seleção prévia dos **elementos** que servirão de ponto de partida para a argumentação e da adaptação deles aos objetivos desta última.

Entendemos que esses *elementos* que constituem os dados e que são selecionados pelo orador, tendo em vista seu projeto argumentativo, podem ser concebidos em termos de referentes (ou objetos de discurso), tal como nos estudos em referência realizados pela LT. Assim, os referentes são selecionados e presentificados de certo modo de acordo com o projeto de persuasão do interlocutor. Ou, ainda, alguns referentes podem ser deliberadamente suprimidos da presença em função de cada projeto argumentativo. É o que faz a imprensa jornalística quando, da seleção dos fatos, omite certos elementos que poderiam conduzir a compreensão do auditório a uma direção que não convém à sua empreitada persuasiva.

Vejamus uma possibilidade de proceder dessa forma no que diz respeito à polêmica que dividiu os brasileiros, mais intensamente, entre os anos de 2015 e 2016, mas que continua a dividir opiniões: a deposição de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil. Nessa polêmica, dois termos lexicais são correntemente usados para marcar as opiniões dicotômicas: *impeachment* e *golpe*. Vejamos em que tipos de acordo e em que tópicos se baseiam cada uma das teses (e seus argumentos) e quais são os dados e elementos selecionados nos textos para tratar dessa questão. Assim, buscaremos mostrar como os processos referenciais evidenciam posicionamentos antagônicos.

Na questão polêmica em tela, estão, de um lado, os proponentes da tese de que *a destituição foi justa e legítima*, por Dilma ter assinado três decretos autorizando abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e por ter realizado “pedaladas fiscais” (atraso no repasse de dinheiro a bancos estatais, para, segundo os críticos, “maquiar” a economia, dando a impressão de que as contas públicas estavam equilibradas), cometendo, assim, crime de responsabilidade. Para os proponentes dessa tese, tais ações de Dilma são dados que eles consideram como sendo *fatos*, ou seja, são dados incontestáveis que asseguram o caráter igualmente incontestável de sua conclusão: Dilma foi responsável por prejuízos ao fisco e à economia do país, devendo, portanto, ser impedida de continuar seu mandato. Além dos *fatos*, esses proponentes apoiam sua tese em uma tópica relacionada a lugares próprios da esfera jurídica (tais como o princípio de legalidade e de supremacia do interesse público) e ao lugar comum da quantidade (princípio democrático segundo o qual a vontade da maioria deve ser atendida). Essa tese também apela a valores que seus proponentes presumem serem compartilhados pelo auditório, para o qual argumentam em favor da deposição: a Economia, o Fisco, a Lei e a Honestidade. Transgredir esses valores, de acordo com o raciocínio desse grupo actancial, não é razoável. Em outras palavras, Dilma deve ser responsabilizada criminalmente por seus atos porque transgrediu os princípios da Economia (ao atrasar, em meses, o pagamento ao Banco do Brasil do valor relativo a subsídios do Plano Safra, realizou *operação de crédito*

e, assim, prejudicou a economia e o fisco do país), do Fisco (ao assinar decretos de abertura de créditos suplementares que aumentaram as despesas do governo e, assim, impactaram a meta fiscal aprovada para 2015), da Lei (ao fazer o que fez, a então presidente infringiu a lei orçamentária daquele ano e a lei de responsabilidade, além da Constituição) e da Honestidade (na medida em que ela e seu partido teriam se envolvido em escândalos de corrupção).

Os oponentes dessa tese são proponentes da tese que lhe é contrária: *a destituição de Dilma foi injusta e ilegítima*, pois a crise econômica instalada no Brasil não decorreu de atos irresponsáveis ou corruptos da então presidente, mas de interesses políticos escusos. Neste polo actancial, dados e elementos que foram tangencialmente aventados pelos defensores da tese acima, são trazidos à tona e contribuem para ressignificar os acordos que sustentam e que condensam aquela outra tese, imprimindo-lhes uma outra visada. Para os defensores desta tese contrária à destituição, Dilma foi deposta antes por motivações políticas do que por irresponsabilidade econômica e fiscal, tendo sido vítima, portanto, de um *golpe* parlamentar e midiático. Na opinião deles, a alegada infração fiscal de abertura de créditos suplementares não incorreu em *aumento* de despesas previstas na lei orçamentária, pois o que ocorreu foi um *remanejamento* de verbas previamente autorizadas pelo Congresso, não tendo gerado, então, impacto negativo na meta fiscal. Já as “pedaladas fiscais” são questionadas pelo grupo pró-Dilma em três frentes: primeiro, eles alegam que o atraso no pagamento das parcelas aos bancos não consistiria propriamente em operação de crédito; segundo, que essa prática teria sido realizada em governos anteriores, sem que tenha sido considerada crime; terceiro, que Dilma não teve participação nessa prática⁴⁸. Essa opinião sobre o impedimento de Dilma se apoia no valor da Igualdade (as “pedaladas” foram realizadas por outros gestores públicos, sem que eles tenham sido considerados criminosos; Dilma deveria ser tratada da mesma forma) e argumenta pela perda do estatuto de fato atribuído aos dois dados em tela, o que é feito ao mostrar a incompatibilidade deles com outros fatos, cujos dados foram e continuam a ser silenciados (ou suprimidos de presença) por parte das mídias.

Nos textos a seguir, veremos como a presença ou a supressão de presença de certos referentes em textos jornalísticos podem perspectivizar o acontecimento gerador dessa polêmica de modo a não tomar, necessariamente, uma posição explícita no debate, mas a orientar a visão desse acontecimento por parte do leitor.

⁴⁸ Em junho de 2016, uma perícia técnica realizada pelo Senado constatou que não houve ato comissivo de Dilma no que diz respeito às “pedaladas fiscais”, conforme aponta, dentre muitos outros textos jornalísticos, esta notícia publicada no site do G1: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/pericia-ve-acao-de-dilma-em-decretos-mas-nao-identifica-nas-pedaladas.html>.

Em 2012, a notícia abaixo foi publicada no site de notícias *GI*, da Rede Globo de jornalismo, na qual se afirma que a crise econômica da Grécia repercutia negativamente no mercado internacional, inclusive no Brasil (os grifos em itálico são de nossa responsabilidade).

Texto (11) – Notícia sobre a crise econômica na Grécia

Edição do dia 14/05/2012

14/05/2012 21h19 - Atualizado em 14/05/2012 21h19

Crise econômica na Grécia reflete no mercado financeiro

O país está atolado em dívidas, pode decretar uma moratória e abandonar a Zona do Euro.

A moeda americana fechou cotada a R\$ 1,990.

A instabilidade na Grécia se refletiu no mercado financeiro. As bolsas de valores caíram na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. E o dólar subiu.

Sem o acordo político, a crise na economia da Grécia continua sem solução. O país está atolado em dívidas, pode decretar uma moratória e abandonar a Zona do Euro. Em Bruxelas, ministros de Finanças foram a público dizer que a Espanha não será a bola da vez. O país tenta colocar em prática a segunda reforma, em menos de três meses, para sanear os bancos.

As bolsas de valores europeias foram ladeira abaixo. De Atenas a Londres, o mercado financeiro fechou no vermelho.

Nos Estados Unidos, Dow Jones também fechou em baixa por causa da Europa e do prejuízo de US\$ 2 bilhões do maior banco de investimento do país, o JP Morgan. A Bovespa caiu mais de 3%.

“A grande questão é se a Grécia vai ser obrigada ou não no fim das contas a abandonar a moeda única e se outros países entrarão nesse processo, ou seja, se os países fragilizados nessa crise europeia como Portugal, Irlanda, Espanha ou países maiores como Itália passarão a ser questionados do ponto de vista da sua solvência e de um risco de ruptura de sua trajetória do euro”, analisa o economista Fernando Fix.

Com as incertezas na Europa, investidores no Brasil começaram a comprar dólar. E com o aumento da procura, a cotação da moeda americana, subiu. No início da tarde desta segunda-feira (14), ela chegou a ser negociada acima dos R\$ 2, o que não acontecia desde julho de 2009.

A moeda americana fechou cotada a R\$ 1,990 com alta de 1,73%. No ano, o dólar subiu 6,47% e começa a preocupar economistas.

“O real desvalorizado, acima de dois, pode trazer efeitos inflacionários, encarece a importação de produtos que são fundamentais no processo produtivo no Brasil, insumos, máquinas e equipamentos”, explicou Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central.

O ministro da Fazenda Guido Mantega disse que o governo não está preocupado.

“O dólar alto beneficia a economia brasileira. Significa que a indústria brasileira pode competir melhor com os produtos importados que ficam mais caros e pode exportar mais barato para o exterior, portanto, não preocupa”, afirmou Mantega.

Fonte: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/05/crise-economica-na-grecia-reflete-no-mercado-financeiro.html>. Acesso em 30/05/2017.

Notícias como essa, sobre a crise econômica mundial (iniciada em 2008, nos Estados Unidos), europeia e, principalmente, grega, faziam parte do cotidiano jornalístico televisivo ao longo dos anos que se seguiram a 2012, até o momento em que se começou a ventilar, nos campos político e midiático brasileiros, a possibilidade de Dilma Rousseff sofrer impeachment, após ser reeleita à Presidência do Brasil em 2014.

Em 2016, ano em que Dilma Rousseff foi deposta, o mesmo site de notícias publicou uma reportagem (texto (12), anexo E) na qual se faz uma retrospectiva dos 13 anos de

governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma. Vejamos como uma das seções da reportagem trata da crise econômica no governo da ex-Presidente da República (grifos nossos):

Texto (12) – Reportagem sobre o impeachment de Dilma Rousseff e os 13 anos de PT na Presidência do Brasil

A CRISE

No primeiro mandato de Dilma, a economia cresceu em média 2% ao ano, contra 3,5% da média mundial, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). De 2002 a 2014, a média anual de crescimento foi de 3,4%. *A queda mundial dos preços das commodities reduziu o valor das exportações brasileiras.* Endividada e pressionada pela inflação persistente, a população passou a consumir menos.

Em janeiro de 2013, Dilma anunciou a [redução da tarifa da conta de luz](#), dizendo que "fracassaram" as previsões daqueles que "são do contra". O governo baixou ou extinguiu encargos sobre a tarifa e renovou contratos de concessão de geração e transmissão de energia pagando menos pelo serviço.

Em junho, mais de [1 milhão de pessoas foram às ruas em manifestações que tomaram o país](#). O protesto, que começou contra o reajuste de R\$ 0,20 em tarifas de ônibus, cresceu e ganhou outras bandeiras, como o fim da corrupção e da violência policial, melhorias no transporte, na saúde e na educação e os gastos excessivos com a Copa do Mundo.

Em setembro, a mesma "Economist" se perguntava se o Brasil "[estragou tudo](#)". Em 2014, a vitória de Dilma sobre o tucano Aécio Neves no segundo turno refletiu a disputa mais apertada para presidente desde 1989, quando o país voltou a ter eleições diretas. "Não acredito que estas eleições tenham dividido o país ao meio", declarou Dilma no discurso de vitória. Apesar dos avanços na área social, como a redução da pobreza em 63% entre 2004 e 2014, e a diminuição da desigualdade de renda, *o desequilíbrio das contas públicas e dificuldades para aprovar medidas de ajustes propostas pelo então ministro da Fazenda Joaquim Levy, levaram a economia a ganhar contornos de crise.*

O [PIB do Brasil encolheu 3,8%](#). A retração, em relação a 2014, foi a maior da série histórica IBGE, iniciada em 1996, e a terceira maior da história (atrás das quedas de 1981 e 1990, de 4,3%). A redução das tarifas imposta pelo governo comprometeu o equilíbrio financeiro das companhias elétricas. E contribuiu para os [aumentos mais fortes nas contas de luz](#), assim como a falta de chuvas. O governo decidiu repassar aos consumidores todos os custos com os programas e ações no setor elétrico. O país fechou 2015 em queda.

Fonte: <http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/da-esperanca-a-crise-os-13-anos-do-pt/>. Acesso em 31/05/2017.

Vemos, no segundo trecho destacado em itálico, que a crise econômica brasileira após a reeleição de Dilma é atribuída à má gestão de seu governo. Não se vê menção a elementos relativos ao fato de que havia uma crise econômica instalada em nível mundial há alguns anos antes do segundo mandato da presidente e de que essa instabilidade reverberava até em países em desenvolvimento, como o Brasil. Assim, referentes como "crise econômica na Europa", "Grécia", "bolsas de valores em queda nos EUA", "instabilidade financeira mundial", entre outros, não foram presentificados nesse extrato da reportagem, onde se explica o que motivou a deposição de Dilma Rousseff. Apesar de afirmar que "A queda mundial dos preços das commodities reduziu o valor das exportações brasileiras", o locutor da reportagem acaba por

atribuir a responsabilidade da crise econômica brasileira, agravada em 2015, à inabilidade gestora de Dilma e de sua equipe, silenciando outros dados implicados nesse acontecimento político e econômico, e confere, assim, força à tese de que o processo de deposição da presidente foi legítimo.

Outros dados evocados na/pela reportagem para informar sobre o processo do PT na presidência que desembocou na destituição de Dilma são os protestos iniciados em junho de 2013, mencionados no trecho acima, mas que ganham na reportagem uma seção específica intitulada “LAVA JATO E PROTESTOS” (ver anexo D). Trata-se de mais dados que reforçam a tese pró-impeachment, na medida em que sugere que o processo de deposição decorreu também da vontade do povo (indignado e intolerante com a corrupção), tratando-se também de apoiar-se em uma tópica que insiste nos princípios de razoabilidade da democracia e da honestidade.

Outros elementos evocados na/pela profusão discursiva jornalística e midiática em torno dessa questão polêmica no Brasil deixaram de ser ou não foram intensamente presentificados nesse texto (12), mas o foram em outros. É o que constatamos pela leitura da notícia *Senado aprova impeachment e destitui Dilma* (texto (13), anexo F), publicado no site da revista *Carta Capital*. Nessa notícia, são valorizados (tornados mais presentes) elementos que a reportagem do *GI* mencionou tangencialmente, tais como “juiz Sérgio Moro” e, principalmente, “Eduardo Cunha” (recategorizado no texto como “ferrenho opositor do governo [Dilma]” e como principal articulador do impeachment). Enquanto a reportagem do *GI* torna mais presentes dados e elementos que reforçam o ponto de vista segundo o qual a destituição de Dilma foi motivada por razões legais e democráticas, mencionando fatores políticos (especialmente, a corrupção), econômicos e fiscais que levaram o Brasil à crise, a notícia da *Carta Capital* prioriza a presença de referentes erigidos em torno de pessoas e de grupos que fizeram parte da cena política em tela e de elementos/dados que orientam para uma visão desprestigiada dos fatos elencados pelos proponentes da tese pró-impeachment. A notícia da *Carta* também faz menção a fatores elencados pela reportagem do *GI* – “Durante todo o ano de 2015, com a *economia* em frangalhos e a enorme repercussão dos casos de *corrupção* envolvendo o PT na Lava Jato, Dilma enfrentou diversos *protestos* (...)” –, mas atribui ao ego de Eduardo Cunha, ao seu desejo de não perder privilégios políticos e à sua tentativa fracassada de não ser responsabilizado por certos crimes políticos, o principal motivo para o impeachment.

O referente de “Eduardo Cunha”, expresso no título da primeira seção dessa notícia, consiste em uma *anáfora indireta*. As anáforas indiretas,

embora não retomem exatamente o mesmo objeto de discurso, e aparentemente introduzam uma entidade ‘nova’, na verdade remetem ou a outros referentes expressos no contexto, ou a pistas cotextuais de qualquer espécie, com as quais se associam para permitir ao coenunciador inferir essa entidade. (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014).

Diferentemente das *anáforas diretas* (ou *correferenciais*), caracterizadas pela retomada de um mesmo referente, as anáforas indiretas não retomam exatamente um mesmo referente, mas remetem a entidades ou a eventos que, já expressos no texto, servem para ancorar outros referentes com os quais se associam. É o caso do referente instaurado no texto pela expressão referencial nominal “Eduardo Cunha”, pois as expressões e predicções que instauram e transformam o referente “processo de impeachment de Dilma” – tais como “impeachment”, “processo de base jurídica frágil”, “processo cujo resultado estava definido há meses”, “batalha política na qual os vencedores buscaram um motivo qualquer para legitimar a destituição da presidenta” – consistem em pistas cotextuais que engatilharam a aparição do referente de “Eduardo Cunha”. Essas pistas manifestadas pela presença do referente “[processo de] impeachment” só serão compreendidas, pelo interlocutor desse texto, como indiretamente associadas ao referente de “Eduardo Cunha”, se o contexto sociocognitivo da interação (principalmente, no que diz respeito ao conhecimento enciclopédico sobre esse acontecimento histórico) for o mais próximo possível daquele projetado pelo locutor da notícia. Em outras palavras: para recuperar a relação entre o referente “processo de impeachment” (cujas predicções atribuídas a ele no texto o recategorizam como “processo politicamente tendencioso”) e o referente de “Eduardo Cunha”, o interlocutor precisa ter informações prévias sobre esse acontecimento histórico e político.

Expresso no título da primeira seção – “Eduardo Cunha, o artífice do golpe”, o referente “Eduardo Cunha” é, ele próprio, imediatamente recategorizado. *Recategorização* é o processo pelo qual um referente evolui, se transforma, ao longo de um texto, por meio do acréscimo de informações sobre ele. Trata-se, resumidamente, de “um contínuo processo cognitivo-discursivo de transformação dos referentes ao longo de um texto” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 156). Ao longo da notícia, principalmente na seção citada, ele é recategorizado como desonesto, chantagista e vingativo, pois estava “acossado pelas investigações da Operação Lava Jato” e sob ameaça de ter seu mandato cassado pelo Conselho de Ética da Câmara, por quebra de decoro parlamentar. Por não ter sido atendido pelo PT em suas demandas, e por contar com o apoio de figurões do seu partido (o então PMDB), também interessados em frear as investigações da Lava Jato, Cunha teria engendrado a

destituição de Dilma, destituição que o locutor dessa notícia (re)categoriza como tendo sido um *golpe* parlamentar e midiático.

Os principais referentes desse texto (13), no entanto, são aqueles que se sobressaem em função de seu tópico principal: o *impeachment* de *Dilma Rousseff*. O referente “impeachment [de Dilma]” foi introduzido no/pelo título da notícia. A *introdução referencial* consiste na instauração de um referente novo na superfície textual, que não tenha sido “engatilhado por nenhuma entidade, atributo ou evento expresso no texto” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 58). Ao longo do texto (13), o referente “impeachment [de Dilma]” é recategorizado como um acontecimento injusto, que prescindiu da ética política e que se sobrelevou à legalidade. Várias pistas cotextuais, além da expressão referencial “golpe”, indiciam o acréscimo de novas predicções a esse referente, de forma a recategorizá-lo: no lide, o adjunto adnominal “um processo de base jurídica frágil e questionado por ampla parcela da sociedade” põe em xeque a tópica, pautada nos princípios de legalidade e de apoio popular, em que se apoiam os defensores do impeachment; no corpo do texto, o “impeachment” recebe inúmeras predicções que reforçam o caráter tendencioso do processo que lhe deu exequibilidade. São alguns indícios dessa interpretação, dentre outros, as seguintes porções textuais: a oração adjetiva “[processo]cujo resultado estava definido há meses”, os sintagmas nominais avaliativos “em tese” *versus* “na prática”, o período argumentativo (recheado de seguimentos avaliativos) “o que se viu foi um processo coberto por um verniz de legalidade, promovido pelo cumprimento das regras procedimentais previstas na Constituição, mas definido por uma batalha política na qual os vencedores buscaram um motivo qualquer para legitimar a destituição da presidenta”, o complemento verbal do seguimento “Neste contexto, a Câmara e o Senado (...) apenas formalizaram *a realidade política formada nas páginas de jornais e gabinetes*” (grifo nosso).

A utilização de nomes, de modificadores e de verbos de teor axiológico e avaliativo (“processo de base jurídica *frágil*”, “*o artífice* do golpe”, “*ferrenho* opositor do governo”, “[Cunha] buscou *encurrular* Dilma Rousseff”), além do nome “presidenta” – cuja forma flexionada decorre de um discurso pretensamente marcado do ponto de vista ideológico, dão ao texto (13) um tom explicitamente polêmico, por indiciarem claramente o posicionamento do locutor (contrário ao impeachment) e a tentativa de desqualificar seu Oponente, ao colocar em dúvida a presunção de legitimidade do processo de destituição, substituindo-a pela ideia de que o processo foi movido, na verdade, por valores escusos ao discurso de honestidade e legalidade assumido pelos correligionários do grupo pró-impeachment. É esse posicionamento que motiva

e justifica o uso do termo *golpe* para denominar o evento político ocorrido e para sinalizar a dissensão profunda que há entre as duas opiniões antagônicas em torno dele.

Outro traço da polêmica que vamos analisar por meio da descrição de processos referenciais é o *pathos*. Nós o entendemos no sentido clássico, também encampado pela AAD, como o efeito emocional a ser produzido no auditório. Entendemos ainda, consoante o que defende a AAD, que o apelo a ele pode não ocorrer expressamente, mas indiretamente, como consequência da imbricação constitutiva de *logos* e de *pathos* (AMOSSY, 2006). A esse respeito, Amossy (2006) sustenta que é papel da AAD desvelar os meios languageiros pelos quais o orador busca suscitar e construir discursivamente emoções. De nossa parte, buscaremos contribuir para o alcance desse objetivo por meio da descrição de processos referenciais que engendrem tal imbricação.

Na caracterização da polêmica (AMOSSY, 2014, 2017[2014]), o *pathos* não é considerado um traço primário, mas secundário, dessa modalidade argumentativa porque, diferentemente da concepção vulgar de polêmica como discussão apaixonada, Amossy verificou que nem todos os textos polêmicos apresentam um registro (ou um tom) discursivo patêmico. O apelo ao *pathos* se dá, algumas vezes, indiretamente, em decorrência da própria dicotomização de teses e da polarização social. Veremos, especificamente, como o texto (12), aparentemente imparcial, apela indiretamente ao *pathos* por meio de processos referenciais que (re)constroem referentes como “Brasil governado pelo PT”, “PT”, “Lula” e “Dilma”, ao mesmo tempo em que se alinha à tese de que o impeachment foi justo e se inscreve, no plano actancial, no polo dos proponentes dessa tese.

A reportagem do *GI* aborda o tema da destituição de Dilma Rousseff fazendo uma retrospectiva da governança petista. Mais do que uma retrospectiva, essa reportagem faz uma espécie de balanço, aparentemente imparcial, porque seu registro é predominantemente objetivo, dos governos petistas. Esse balanço inicia já no título, que é composto de dois sintagmas nominais coordenados (“Da esperança à crise” e “os 13 anos do PT”). O sintagma “Da esperança à crise”, ao ser focalizado, antecipa a recategorização que incide sobre o referente introduzido em seguida pela expressão “os 13 anos do PT”, acrescentando a este objeto de discurso: i) um sentimento que alude ao pronunciamento de Lula após sua vitória nas urnas em 2002 e que, conforme sugere o texto, marca o início da governança petista na presidência; e ii) uma informação sobre o quadro econômico negativo em que se encontrava o país na ocasião em que o PT deixou o poder. A governança petista é recategorizada, de partida, de modo a orientar argumentativamente o texto para o ponto de vista segundo o qual, se a suposta esperança inicial, em oposição ao medo (segundo Lula), foi o sentimento que motivou

a chegada do PT ao poder, o corolário do partido foi a crise na qual esse mesmo PT “da esperança” mergulhou o Brasil.

No lide, a expressão nominal “Luiz Inácio Lula da Silva” instaura no texto um referente que não é novo, pois já havia sido engatilhado pelo referente de “PT” expresso no título; trata-se, então, de uma anáfora indireta. O ponto de vista construído pelo título é reforçado, no lide, por dados que, a princípio, sugerem que havia realmente motivos para se ter esperança, pois a partir da chegada do PT ao poder (na figura de Lula presidente), o Brasil parecia bastante próspero, tendo vivido anos “de crescimento econômico com criação de emprego, ampliação de programas sociais e redução da pobreza”. Contudo, a partir de 2005, os “escândalos de corrupção” envolvendo o alto escalão do partido começaram a pôr em suspeição aquela impressão de prosperidade (às custas de quê estamos prosperando?), e, como consequência disso, começa a ruir a certeza de que o PT seria o melhor para o país (certeza antes motivada por aqueles fatos socioeconômicos). Esses “escândalos de corrupção”, somados à ideia de que a “recessão”, a “inflação acima da meta”, o “rombo nas contas públicas” e a “redução de programas sociais” são heranças do PT para o Brasil, constituem os dados que servem de premissa ao raciocínio, latente nesse texto, segundo o qual o PT foi o grande responsável pela crise política e econômica que quebrou o país e que essa (ir)responsabilidade do partido para com a nação justifica, a um só tempo, a destituição de Dilma e a perda de poder pelo partido.

O corpo do texto esmiúça a trajetória do partido na presidência, sucintamente relatada no lide. A planificação da reportagem, com a divisão em seções intituladas conforme o subtópico principal tratado em cada uma delas, e a evolução do referente de “Brasil governado pelo PT”, por meio de retomadas anafóricas diretas e indiretas, são fatores de textualidade que contribuem, a um só tempo, para a progressão do tema principal da reportagem e para a consolidação do ponto de vista do locutor, que o título já permitiu entrever, conforme descrição realizada acima.

Os títulos das seções expressam os principais acontecimentos que marcaram “os 13 anos do PT”: da *chegada ao poder* ao *impeachment*, passando por decisões econômicas que denotavam *responsabilidade fiscal*, por atitudes políticas que foram consideradas como *escândalos* (ainda no governo Lula), pelo *governo Dilma*, pela *crise* econômica vivida no segundo mandato da então presidente, por denúncias no âmbito da operação *Lava Jato* que culminaram na intensificação de *protestos*, além de *denúncias contra Lula*. O referente introduzido no lide pela expressão “o Brasil governado pelo PT” segue sendo direta e indiretamente retomado e transformado ao longo da reportagem.

Na seção intitulada “A chegada ao poder”, o referente mais proeminente é o de “Lula”, que retoma diretamente o objeto de discurso de “Luiz Inácio Lula da Silva” instaurado no lide. No primeiro parágrafo, ele é recategorizado como candidato derrotado por três eleições consecutivas (as de 1989, 1994 e 1998). Em seguida, por meio da expressão “o PT”, Lula é indiretamente apresentado como opositor de medidas econômicas implementadas por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso/FHC (seus antecessores na presidência do país). Apesar de o referente “Brasil no segundo mandato de FHC” ser descrito como um país em crise econômica, o fato de Lula e o PT se oporem às medidas econômicas de FHC desencadeou o aumento do dólar e o “medo”, nos “operadores de mercado”, de que Lula os prejudicasse. Foi esse fato, segundo a reportagem, que motivou uma estratégia de marketing que transformou a imagem prévia de Lula como “combativo militante” em “conciliador”, tendo sido essa nova imagem (mais agradável ao mercado) expressa pelo lema “Lulinha paz e amor”. A expressão “ex-torneiro mecânico” mantém o referente em tela e o recategoriza, por acréscimo de uma informação relativa à profissão exercida por Lula antes de ingressar na política.

Da segunda seção em diante, muitas predicções são atribuídas ao referente de “Lula”, todas relativas à sua atuação política e a maioria consolidando a imagem de político progressista, que conjugou desenvolvimento econômico (com inflação baixa, risco econômico baixo, valorização das commodities, incentivo ao consumo, superávit primário elevado) e bem-estar social (com redução expressiva da pobreza, baixo índice de desemprego e viabilidade de acesso a bens móveis e imóveis). Ao referente de “PT”, por outro lado, são acrescentadas informações ligadas a casos e a episódios de corrupção envolvendo representantes do partido. O referente da expressão “escândalos de corrupção”, que foi introduzido no lide, é retomado no título da segunda seção e a partir daí ganha proeminência ao longo de todo o texto. Expressões referenciais como “escândalos políticos”, “o primeiro [escândalo]”, “escândalo do mensalão”, “escândalo dos ‘aloprados’”, entre outros, e as predicções atribuídas a eles, assim como anáforas indiretas ancoradas no referente “a alta direção do partido”, tais como “ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz”, “ministro José Dirceu” e “ministro Antonio Palocci”, contribuem para conferir ao referente de “PT” um atributo bastante negativo, que poderia ser expresso por uma expressão do tipo “partido corrupto”, ou “partido da corrupção”.

A partir da terceira seção, o referente de “Dilma”, que já havia sido retomado na seção anterior, ganha saliência na reportagem. O governo da ex-presidente é representado nessa seção como tendo sido, igualmente às gestões de Lula, marcado por conquistas econômicas, por escândalos políticos protagonizados por integrantes da “cúpula petista” e pela tentativa de Dilma de enfrentar a corrupção.

Na seção seguinte, intitulada *A crise*, o referente expresso nesse título evolui com a menção à “queda mundial dos preços das commodities”, que “reduziu o valor das exportações brasileiras”, à alta inflação e ao endividamento, que levaram a população “a consumir menos”. A tentativa de Dilma de diminuir o impacto da crise intervindo na política de preços do setor energético não foi o suficiente para conter a *insatisfação popular* com seu governo. É o que indiciam os novos referentes instaurados no texto, que orientam para uma visão negativa da gestão de Dilma: “manifestações [realizadas por mais de 1 milhão de pessoas]”, logo em seguida recategorizado pela expressão referencial “o protesto” e por predicados que acrescentam informações relacionadas aos motivos dessas manifestações/protestos – “reajuste de R\$ 0,20 em tarifas de ônibus”, “fim da corrupção e da violência policial”, “melhorias no transporte, na saúde e na educação” e “gastos excessivos com a Copa do Mundo”. A expressão “outras bandeiras”, ao mesmo tempo em que encapsula a porção textual enumerativa que se segue a ela, recategoriza-a, sugerindo que os manifestantes foram movidos por preceitos éticos, como a Honestidade. A tópica que subjaz ao discurso instituído por esse e por outros trechos desse texto (especialmente o que corresponde à seção seguinte, intitulada *Lava Jato e protestos*) é a de que o povo não tolera desonestidade. Na continuidade dessa seção, o texto informa ainda sobre a crise vivida na segunda gestão de Dilma e provocada pela própria presidente e sua equipe econômica, fatos sinalizados no texto por referentes tais como “desequilíbrio das contas públicas”, “dificuldades para aprovar medidas de ajustes [fiscais]”, “economia em crise”, “terceira maior retração do PIB brasileiro da história”, “economia do país em queda”.

Na seção *Lava Jato e protestos*, o referente de “Operação Lava Jato” é novamente retomado e recategorizado como “operação que revelou um escândalo de corrupção na maior empresa do país, a Petrobras” e como “a maior investigação da história do país, englobando corrupção na Petrobras e envolvendo empreiteiras e políticos”, inclusive Lula e Dilma, acusados em delação premiada por Delcídio Amaral. O termo lexical “escândalo(s)” é utilizado, somente nessa seção, três vezes, o que sugere a dimensão retumbante que os casos de corrupção envolvendo integrantes do PT tomou. Esse termo também contribui para justificar a relação entre os casos de corrupção e os protestos e para confrontá-los com o cenário econômico marcado por alta inflação, aumento do desemprego, recorde do déficit primário, crise energética e crise na saúde (esta causada pelo “avanço do mosquito *Aedes aegypti*”).

A penúltima seção (*Denúncias contra Lula*) retoma o referente de “Lula”, agora de modo a reorientar sua imagem inicial, ligada à esperança, em direção à imagem do PT como partido corrupto. A ideia de que “o maior símbolo do PT” havia sido “denunciado pelo Ministério Público pela suposta compra de um apartamento tríplice em Guarujá (SP), mantido

no nome da construtora OAS” liga Lula à corrupção praticada pelo PT e consolida, pelo altíssimo grau de representatividade de Lula em relação a seu partido, a ideia de que o PT é um partido altamente corrupto. A tentativa de Dilma de nomear Lula seu ministro da Casa Civil, com o intuito de lhe garantir foro privilegiado, acabou por aumentar a impopularidade da então presidente. Nessa seção, são tornados presentes elementos representados pelos referentes de “juiz Sergio Moro”, “pedaladas fiscais” e “Eduardo Cunha”, mas eles não são valorizados no/por esse texto.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 132), “A presença atua de modo direto sobre a nossa sensibilidade”. A recorrência, no texto (12), de retomadas do referente de “escândalos de corrupção” (relacionados ao PT, a Lula, a Dilma e a outras pessoas ligadas ao partido), introduzido no lide da reportagem, confere aos elementos e dados selecionados no texto uma presença intensa que supervaloriza a ideia segundo a qual o PT é um partido corrupto. Ao tornar vivamente presente o elemento que corresponde ao objeto de discurso “corrupção” no decorrer de todo o texto, desde a chegada do PT ao poder até o impeachment, e ao associar o referente de “protestos” (realizados por milhares de brasileiros nas ruas do país) aos casos de corrupção envolvendo o partido, o locutor demonstra presumir que a Honestidade seja um valor compartilhado pelo povo brasileiro, mas que não o é pelo PT, e presume também as disposições afetivas desse auditório. Sendo assim, por mais que os presidentes petistas tenham realizado consideráveis feitos econômicos e sociais para o Brasil, o fato de suas gestões terem sido atravessadas e marcadas por atos de corrupção deve levar o interlocutor desse texto, intolerante à falta de honestidade e à corrupção, a sentir *indignação*, *repulsa*, ou até mesmo *ódio* pelo PT e por seus representantes. O apelo ao *pathos*, portanto, dá-se de maneira imbricada com o apelo ao *logos* nessa reportagem. É o apelo a certos valores, princípios, e a uma certa tópica que tornam o auditório suscetível a essas emoções; e essas emoções, vistas como um traço sentimental comum entre os proponentes da tese pró-impeachment, ajudam a constituir um dos polos sociais que se confrontam nessa polêmica.

A referenciação participa da inscrição da afetividade no texto (12). Os processos referenciais funcionam, portanto, como *pathémata*, ou seja, como elemento textual suscetível de provocar emoção no auditório (AMOSSY, 2006, p. 196). Diferentemente das marcas mais patentes de afetividade na linguagem, que expressam a emoção do locutor, a exemplo do que fazem os termos axiológicos e metadiscursivos, os processos referenciais revelam o fato de que a seletividade inerente à argumentação confere aos dados uma presença estrategicamente manifestada na superfície do texto. Lembrando que “a representação mental de qualquer objeto de discurso requer não somente a informação do contexto, mas a convocação de uma série de

conhecimentos gerais ou específicos e de estereótipos culturais” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 68), entendemos que a construção de referentes em um texto consiste em um dispositivo de textualização que contribui fortemente para uma argumentatividade que se pretenda razoável (na medida em que se acomoda à ideia que o orador faz de seu auditório) e capaz de suscitar sentimentos no interlocutor sem, contudo, apresentar-se necessariamente como engajada e/ou subjetiva.

O terceiro meio de prova retórico, que ajuda a conferir eloquência ao discurso, é o *ethos*. Acreditamos que, em um texto que manifeste, de modo latente ou patente, a modalidade polêmica, o *ethos*, tal como visto pela perspectiva discursiva retoricamente orientada aqui convocada, exerce um papel preponderante em relação a dois dos traços primários dessa modalidade argumentativa: a dicotomização de teses e a polarização social. A imagem que o orador constrói de si influencia na defesa de uma das teses antagônicas na medida em que pode conferir uma maior ou menor credibilidade aos raciocínios. Quanto à polarização social, o *ethos* pode vir a interferir em uma espécie de imagem coletiva (uma *imagem de nós*) de um dos grupos actanciais, na medida em que o locutor de um dado texto pode vir a ser considerado como porta-voz desse grupo.

O texto (12) constrói os referentes selecionados de modo a expressar um juízo de fato sobre os acontecimentos relatados. Os processos de introdução e de recategorização dos referentes nesse texto, como vimos, não sofrem a interveniência de expressões axiológicas ou valorativas ou de outras marcas que explicitem um juízo de valor. O estilo de linguagem utilizado não carrega traços de subjetividade, ou seja, não deixa marcas expressas da presença do *eu* (ou do *nós*) que ali fala, nem marcas explícitas de assunção de responsabilidade sobre o que diz (como índices de metadiscurso). Isso significa que o locutor se exime de emitir um juízo de valor sobre os governos petistas, sobre o próprio PT e sobre seus principais representantes, Lula e Dilma. O texto descreve os acontecimentos que marcaram a trajetória petista no poder como sendo *fatos* (logo, os apresenta como sendo dados inquestionáveis), de modo a materializar no texto a crença segundo a qual o discurso jornalístico faz uma representação fiel e verdadeira dos acontecimentos do mundo. Segundo Benetti e Hagen (2010), é essa crença que sustenta o capital simbólico da credibilidade, do qual o campo jornalístico é o detentor privilegiado, e que incide fortemente sobre o *ethos prévio* do jornalista.

Na AAD, o *ethos* discursivo (ou oratório) é distinguido do *ethos prévio* (ou imagem prévia de si). Enquanto o *ethos* consiste na imagem de si que “o locutor constrói, deliberadamente ou não, *em seu discurso*” (AMOSSY, 2006, p. 79, grifo da autora), para conferir força persuasiva a seu dizer, o *ethos prévio* diz respeito a elementos de identidade que

são preexistentes à materialização e à instituição de um discurso em um texto em uma situação enunciativa específica. Esses elementos podem ser “a ideia que o público faz do locutor antes de sua tomada da palavra, ou a autoridade que lhe confere sua posição ou seu *status*” (AMOSSY, 2006, p. 79). No primeiro caso, trata-se de um estereótipo, ou representação coletiva, sobre o locutor que circula socialmente; no segundo, de uma representação institucional (ou institucionalizada) sobre o papel social do locutor, sobre seu *status*, sobre seu poder. Em ambos os casos, a imagem prévia do locutor condiciona parcialmente seu discurso e deixa evidências da existência dela no texto.

Ao selecionar certos referentes e ao (re)construí-los ao longo do texto sem a interveniência explícita de marcas linguísticas de subjetividade, essa reportagem parece apresentar “a verdade dos fatos”. Quando um texto apresenta dados sob a forma de um juízo *de fato*, ele joga para o interlocutor a responsabilidade pelo juízo *de valor* que será (re)construído por ocasião de sua compreensão daqueles fatos. Essa maneira aparentemente imparcial de apresentar os dados constrói, mais do que uma representação do mundo ou da realidade, uma representação discursiva da própria instância de locução. O locutor do texto (12), então, cria de si uma imagem (um *ethos* discursivo) que condiz com aquela pré-definida institucionalmente no/pelo campo jornalístico: a imagem do jornalista como profissional comprometido com “a verdade dos fatos” (*ethos prévio* institucionalmente representado). Esta imagem prévia compõe os “dados situacionais” cuja recuperação depende do conhecimento, por parte do interlocutor, da situação de troca engendrada pelo texto e pelo discurso. Mais que isso,

Essa consideração [dos dados situacionais] necessita, quando se interroga sobre a força da fala, de um conhecimento do campo – político, intelectual, literário, etc. – do qual participa o locutor. Tal conhecimento permite determinar em que medida sua fala produz autoridade, se ele está autorizado a se apropriar dos assuntos que aborda e do gênero que seleciona (AMOSSY, 2006, p. 81).

Esses conhecimentos situacionais somados aos elementos textuais nos permitem identificar a cena enunciativa instituída pelo texto (12). A cena englobante é a do discurso jornalístico, que indicia o papel do locutor e a finalidade de seu dizer: o jornalista está buscando levar conhecimentos factuais ao leitor. A cena genérica é a da *reportagem*, pois esse texto jornalístico trata de um assunto que se supõe ser de interesse do leitor, com base em uma análise detalhada de dados/fatos. A cenografia é de um relato informativo, em oposição a um relato opinativo, pois a fala é encenada de modo a não demonstrar explicitamente o engajamento do locutor com o seu dizer. A nosso ver, essa encenação ajuda a construir um *ethos* de jornalista

imparcial e isento, sendo reflexo da materialização de coerções discursivas, institucionais e genéricas, ao mesmo tempo em que é instituída pelo texto.

Os processos referenciais (obviamente não apenas eles) contribuem fortemente para a construção tanto dessa encenação como desse *ethos* discursivo, na medida em que a referenciação é o mecanismo textual que confere presença e que revela a seleção dos dados e elementos de uma argumentação. Como a argumentação é constitutiva do discurso e é atributo de todo texto, a escolha de certos referentes e o modo de construí-los revela a parcialidade, latente ou patente, que atravessa qualquer texto. O texto (12), apesar de seu estilo objetivo de linguagem, não escapa a esse princípio: seus processos referenciais refletem um mecanismo retórico de persuasão que insiste na importância da imagem prévia ou discursiva do orador para o alcance de seu projeto argumentativo e que busca, estrategicamente, influenciar os leitores na tomada de posicionamento por uma ou por outra das teses que circulam socialmente sobre a questão mais específica do impeachment de Dilma Rousseff e a questão mais ampla dos governos presidenciais petistas.

6 CONCLUSÃO

Nosso principal objetivo, com esta pesquisa, era demonstrar como a LT poderia contribuir, com seus parâmetros de análise, para o estudo da inscrição da argumentatividade retórico-discursiva em textos. Para dar início a tal empreitada, iniciamos por apresentar a abordagem com a qual escolhemos estabelecer uma interface: a análise argumentativa do discurso (AAD), de Ruth Amossy, filiada à AD francesa contemporânea. Tal abordagem se mostrou condizente aos nossos interesses de pesquisa, primeiro, porque a LT é “uma disciplina que sempre, e por diferentes conduções metodológicas, incluiu a argumentação como um pressuposto inegável e como uma motivação para a análise de diversas estratégias de organização textual” (CAVALCANTE, 2016, p. 106-107), e, segundo, porque pretendíamos abordar certas estratégias de textualização sob uma perspectiva argumentativa que nos permitisse pensá-las também por um prisma retórico (e não por um prisma linguístico, como o faz a TAL, de Ducrot). A AAD, conforme expusemos no segundo capítulo, assume postulados das retóricas clássica e nova e os articula a pressupostos e categorias advindos de uma linguística do discurso de viés enunciativo e pragmático, o que faz dela uma abordagem discursiva “retoricamente orientada” da argumentação (cf. CAVALCANTE, 2016). Encontramos nessa abordagem, então, um pertencimento teórico-metodológico capaz de atender aos nossos anseios de investigação e de oferecer espaço às contribuições que a LT pode dar aos estudos da argumentação.

No âmbito da AAD, uma modalidade argumentativa nos chamou particularmente à atenção: a polêmica. Apesar de nosso trabalho de análise não ter se voltado à comprovação dos traços caracterizadores da polêmica em textos, muito do que Ruth Amossy sistematizou sobre esse fenômeno sociodiscursivo nos serviu de fundamento para as análises que fizemos das estratégias de textualização por meio das quais os locutores dão a ver seus posicionamentos mediante questões polêmicas.

Para além do nosso objetivo principal, o percurso operacional que empreendemos nesta tese teve início com uma reflexão sobre os termos da interface entre LT e AD que estamos propondo e sobre a relação entre texto, discurso e gênero com a qual trabalhamos. Mostrar como as duas disciplinas e seus conceitos mais caros se relacionam em nossa proposta requereu uma revisita à ATD de Jean-Michel Adam, não para nos contrapormos a ela, mas para, a partir dela, esclarecermos nosso modo de conceber *texto* frente a uma perspectiva que o colocava na posição de mera materialidade do discurso. Não era, a princípio, nosso intento realizarmos uma reflexão um tanto sistemática a esse respeito, mas, pelo fato de estarmos lidando com duas

abordagens, uma discursiva (a AAD) e outra textual (a ATD), que pressupunham uma relação unidirecional entre discurso e texto, em que aquele sobredetermina este, fez-se impreterível aparar as arestas conceituais que nos inquietavam. Assim, buscamos esclarecer e justificar nossa perspectiva textual, na qual a relação entre texto e discurso é bidirecional e simbiótica, e em que o texto não só materializa discursos como também os institui em uma dada circunstância enunciativa.

Em seguida, passamos às análises propriamente ditas das estratégias de textualização pelas quais os locutores de textos que tratam de questões polêmicas expressam suas opiniões ou pontos de vista. As estratégias foram divididas na análise, uma em cada (sub)seção do capítulo 5, por uma necessidade operacional cujo objetivo era mostrar, de maneira individualizada e focada, como cada estratégia funciona como vetor de argumentatividade retórico-discursiva nos textos. Na prática, contudo, essas estratégias se imbricam de modo a complexificar o funcionamento textual da argumentação discursiva.

A *intertextualidade*, por exemplo, é o fenômeno textual que faz emergir a polêmica em uma dada circunstância enunciativa. Seja na forma de “diálogo”, seja na forma de “polílogo”, a polêmica como modo de gestão do conflito entre discursos antagônicos somente pode ser apreendida na relação entre textos. No caso da entrevista de Silas Malafaia a Marília Gabriela, que se enquadra na modalidade “dialogal” poligerida denominada por Amossy (2014, 2017[2014]) de *interação polêmica*, foram dois textos-fonte que instauraram os debates inflamados entre esses locutores sobre duas questões profundamente controversas: a relação entre dízimo e enriquecimento de pastores evangélicos e a homossexualidade. No caso de textos monogeridos nos quais não há confronto expresso entre teses dicotômicas, é na forma de polílogo, ou seja, de um conjunto de textos que tratam de um assunto controverso e que se entrecruzam no espaço público democrático das sociedades pluralistas, que é possível reconstruir o debate polêmico. Nessa modalidade, os arrazoados em torno das teses controversas sobre um assunto profundamente controverso somente são possíveis de serem recuperados e reconstruídos na relação entre textos.

A *composicionalidade* como estratégia persuasiva também foi seccionada por uma motivação metodológica voltada ao alcance dos objetivos de mostrar, especificamente, como as categorias de plano de texto e de sequências operam na orientação argumentativa dos textos. Na análise da entrevista de Silas Malafaia a Marília Gabriela, por exemplo, vimos que é o plano de texto (ou plano pré-formatado pelo gênero), que prevê a dominância de uma sequência dialogal encaixante e de sequências encaixadas variadas, que autoriza a inscrição de um debate polêmico encenado pelos locutores. Trata-se, portanto, de um texto polêmico, de uma

“interação fortemente agonística” (AMOSSY, 2017[2014], p. 52) muito bem argumentada por ambos os locutores, em que as partes implicadas trazem suas razões e as fazem valer refutando as do adversário (AMOSSY, 2017[2014], p. 51). Essa troca fortemente agonística e bem arrazoada se inscreve na entrevista, dentre outros recursos textuais (como a intertextualidade e o plano de texto), por meio de sequências argumentativas.

A noção psicológica de “presença”, evocada pela nova retórica e que tomamos de empréstimo, nos permitiu enxergar o fenômeno da *referenciação* por um prisma especificamente argumentativo. Vimos como textos cujo propósito é informar, e não opinar, dão a ver seus projetos de persuasão na medida em que selecionam e presentificam alguns elementos e dados argumentativos (suprimindo de presença outros) que são erigidos, nos textos, por meio dos processos referenciais. Considerando esses elementos como referentes (ou objetos de discurso), pudemos abstrair dos textos os tipos de acordo e as tópicos nas quais os locutores dos textos se baseiam para se posicionarem, veladamente, em torno de questões controversas. A relação dos processos referenciais com a construção do *logos* se deu, portanto, em nossas análises, no sentido de buscarmos mostrar como os processos referenciais evidenciam posicionamentos antagônicos e indiciam a polarização social.

Sobre a relação entre processos referenciais e *pathos*, nossa análise mostrou como a presença também incide sobre o efeito emocional que o locutor de um texto pretende produzir no auditório. Na medida em que o apelo ao *pathos* não se deu expressamente em uma reportagem sobre o impeachment de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil, tomamos como pressuposto a tese de Amossy (2006) de que há uma imbricação constitutiva de *logos* e de *pathos*, de modo que os raciocínios expressos ou subjacentes aos textos conduzem, ainda que indiretamente, a uma argumentação que investe na disposição afetiva do interlocutor para assumir certo posicionamento. Vimos que a recorrência do referente de “escândalos de corrupção” ao longo da reportagem, relacionada aos referentes Lula, Dilma e PT, indicia os valores que o locutor presume serem compartilhados pelos interlocutores (honestidade e retidão moral) e indicia, a reboque, as emoções às quais esses locutores são suscetíveis (*indignação* contra e *ódio* pelo PT e seus representantes). A suposição de que essas emoções são um traço sentimental comum entre os proponentes da tese pró-impeachment colabora para o fenômeno da polarização social em torno dessa polêmica. Os processos referenciais se mostraram, portanto, como *pathémata*, ou seja, como recurso textual suscetível de provocar emoções no auditório.

Quanto ao *ethos*, vimos como a construção de referentes na reportagem sobre o impeachment de Dilma Rousseff conduziu à expressão de juízos de fato, ou seja, os

acontecimentos foram relatados de modo a não expressar a implicação do locutor com o seu dizer. Os processos de introdução e de recategorização de referentes ocorreram de modo a não sofrerem a interveniência de marcas de subjetividade, de marcas axiológicas ou valorativas, que explicitassem um juízo de valor. Essa condução argumentativa materializou na reportagem a ideia comumente admitida de que o discurso jornalístico faz uma representação fiel e verdadeira dos acontecimentos do mundo. É essa ideia que subjaz ao *ethos prévio* de jornalista como profissional comprometido com a verdade dos fatos, e foi por meio das escolhas referenciais, entre outros recursos, que o *ethos* discursivo do locutor da referida reportagem se mostrou condizente com essa imagem institucionalizada, incidindo também sobre a constituição da cena de enunciação materializada e instituída pela reportagem.

Destacamos que todas essas estratégias textuais (intertextualidade, composicionalidade e referenciação) são passíveis de serem mobilizadas, em cada texto, em função dos gêneros discursivos nos quais os textos se enquadram. Consideramos, portanto, que o gênero do discurso é o critério de textualização mais abrangente, que engloba e atravessa todos os outros.

Nosso trabalho não exauriu, obviamente, o tema que nos propomos a discutir. Tanto as reflexões teóricas como as análises que empreendemos podem (e assim o esperamos) ensejar vários outros investimentos acadêmicos, especialmente no âmbito disciplinar da LT. A primeira perspectiva de investigação que inscrevemos no horizonte desta tese, e da AAD, diz respeito à argumentatividade inscrita em outros gêneros, que relevem de outras esferas discursivas além da jornalística e da midiática. Seria interessante verificar como a argumentação retórico-discursiva se inscreve, via elementos de textualização, em gêneros que, segundo Amossy (2008), privilegiam as modalidades patêmica (apelo à ajuda humanitária, defesa perante os jurados, discurso lírico) e pedagógica (manual escolar, literatura infantil, romance de tese).

Outra perspectiva de pesquisa diz respeito a um dos critérios de textualidade que selecionamos para nossas análises: a intertextualidade. Os trabalhos produzidos no âmbito da LT sobre esse fenômeno, conforme apontamos logo no início desta tese, reconhecem a argumentação como uma de suas funções discursivas e, em geral, relacionam as seleções intertextuais ao argumento de autoridade. A análise que fizemos da charge de Cazo, no capítulo 4, mostrou que as seleções intertextuais nesse texto contribuíram para a construção de argumentos de transitividade. Supomos, a partir disso, que estudos da intertextualidade sob perspectiva retórico-discursiva podem mostrar como as relações intertextuais atuam na construção do *logos*, estando ligadas não somente aos argumentos de autoridade, mas também a outras técnicas argumentativas descritas pela nova retórica.

Por fim, consideramos importante que estudos em LT sobre as estratégias persuasivas aqui evocadas, além de outras, continuem a ser empreendidos na perspectiva de uma interface com a AAD que estabeleça relações específicas entre essas estratégias e a modalidade polêmica. Duas motivações nos fazem pensar na continuidade desse diálogo: uma relacionada a demandas circunscritas à esfera sociodiscursiva mais imediata na qual nos engajamos – a acadêmica; outra relacionada a uma demanda advinda da esfera política, bem mais abrangente, no contexto sociodiscursivo atual do Brasil.

Diferentemente de como fizemos nesta tese, é possível proceder um estudo no qual as características definidoras da polêmica sejam descritas em termos de textualidade. Em outras palavras, é possível comprovar os traços caracterizadores da polêmica por meio de critérios textuais. A relação entre modalidade polêmica e intertextualidade também nos parece merecer uma atenção mais detida, de modo a sistematizar, a partir das análises de outros textos sobre outras questões polêmicas, os termos da relação entre os fenômenos, respectivamente, sociodiscursivo e textual. É nesse sentido que a continuação do diálogo entre LT e AAD se impõe no contexto acadêmico.

No contexto político brasileiro que estamos atravessando, permeado de tensões ideológicas que têm reavivado o espectro do autoritarismo e da intolerância e que têm ameaçado abertamente a Democracia e seu valor mais fundamental, a Liberdade, fazer eco à *apologia da polêmica* é de suma importância para a própria continuidade do livre exercício reflexivo de que se valem as ciências humanas para (re)construir seus arcabouços teóricos. É, acima de tudo, por sua principal função, a de *permitir a coexistência no dissenso*, que a polêmica pública merece persistir na agenda dos estudos sobre o funcionamento da linguagem.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Orgs.). **Gêneros e seqüências textuais**. Recife: Edupe, 2009, p. 115-132.

_____. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. João Gomes da Silva Neto *et al.* 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011[2008].

_____. **Les textes**: types et prototypes. 4. ed. Paris: Armand Colin, 2017.

AMOSSY, Ruth. Nouvelle rhétorique et linguistique du discours. In: KOREN, R.; AMOSSY, R. (éds.). **Après Perelman**: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques? Paris: L'Harmattan, 2002, p. 153-171.

_____. Rhétorique et analyse du discours. Pour une approche socio-discursive des textes. In: ADAM, J.M.; HEIDMANN, U. (éds.). In: **Sciences du texte et analyse de discours**. Etudes de Lettres, 2005, p. 163-179.

_____. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2006.

_____. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, 2007, p. 121-146.

_____. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (Orgs.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

_____. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011a.

_____. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do *lógos* nas ciências da linguagem. In: EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia Muniz Proença (Orgs.). **Análises do discurso hoje**, vol. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011b, p. 1-14 (e-book).

_____. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo, Contexto, 2013.

_____. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

_____. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. Trad. Rosalice Pinto, Mariza Angélica Paiva Brito e Meire Virgínia Cabral Gondim. **ReVEL**, edição especial, vol. 14, n. 12, 2016, p. 165-190.

_____. **Apologia da polêmica**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2017[2014].

_____. **A argumentação no discurso**. Trad. Eduardo Lopes Piris *et al.* São Paulo: Contexto, 2018a[2006].

_____. Introduction: la dimension argumentative du discours – enjeux théoriques et pratiques, **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], n. 20, 2018b, Disponível em <http://journals.openedition.org/aad/2560> Acesso em 03/06/2018.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et strategies de designation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M-J (orgs.). **Du syntagme nominal aux objects-des-discours**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, p. 227-271, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. V. 1, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.245-287.

BENETTI, Marcia; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Ano VII, n. 1, p. 123-135, jan.-jun. 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. **Redação do ENEM 2016: cartilha do participante**. Brasília: MEC/INEP/DAEB, 2016.

CALFAT, Natalia Nahas. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante: fundamentos políticos à violência política. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 31, p. 6-20, ago./set. 2015.

CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador, 2017.

CARVALHO, Ana Paula Lima de. **Intertextualidades estritas e amplas**. 124f. Projeto de Tese (Qualificação de Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CATELÃO, Evandro de Melo; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Plano pré-formatado para um gênero. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 399-417, set./dez. 2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.

_____. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 125-149.

_____. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. In: **ReVEL**, edição especial, vol. 14, n. 12, 2016, p. 106-124.

_____. Linguística Textual e Argumentação. **Encontro do GELNE**. Natal/RN, 2017 (mimeo).

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SANTOS, Leonor Werneck dos. Referenciação e marcas de conhecimento partilhado. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, p. 657-681, set./dez. 2012.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. A presença do conceito gêneros de discurso nas reflexões de D. Maingueneau. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/SC, v. 13, p. 429-448, maio/ago. 2013.

_____. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 173-184.

COELHO, Fábio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XI-XVIII.

COSTA, Nelson Barros da. **A produção do discurso lítero-musical brasileiro**. 486f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2001.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 329f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

_____. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, p. 839-858, set./dez. 2012.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual: uma introdução**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FORTE, Jammile Sainne Malveira. **Funções textual-discursivas de processos intertextuais**. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006[2002].

_____. **Argumentação e linguagem**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009[1984].

_____. **A coesão textual**. 22. ed., 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCENA, Nedja Lima de. Papéis semânticos do objeto direto: uma perspectiva cognitivo-funcional. In: **Anais da XVIII Semana de Humanidades**, Natal/RN, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXVIII/artigos/GT35/GT%2035%20Nedja%20L.%20de%20Lucena.pdf> Acesso em 15/10/2018.

MACHADO, Irene A. Texto como enunciação. A abordagem de Mikhail Bakhtin. **Língua e Literatura**, n. 22, p. 89-105, 1996.

MACIEL, Lucas Vinício de Carvalho. A (in)distingção entre dialogismo e intertextualidade. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 17, n. 1, p. 137-151, jan./abr. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Discurso e análise do discurso. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008b, p. 135-155.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008c.

_____. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. Texto, gênero de discurso e aforização. Trad. Ana Raquel Motta. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). **Texto ou discurso?** 1.reimp. São Paulo: Contexto, 2017, p. 109-128.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010, p. 19-38.

MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 13-32.

MIQUELETTI, Fabiana. Tucanos e “mal-entendidos”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 118-129.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours. Tese, Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MONTEIRO, Luiz Antônio Cavalcanti. Texto jornalístico: semântica e discurso em verbos *dicendi*. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 709-723, jul.-dez. 2016.

MUSSALIM, Fernanda. A noção de texto em Análise do Discurso. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola, 2016, p. 45-70.

_____. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, vol. II. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 101-142.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: _____; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Discurso e textualidade**. 3. ed. Campinas/SP: Pontes, 2015, p. 13-35.

PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira. Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 391-409, maio/ago. 2014.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁ, Jammara Oliveira Vasconcelos de. **As funções cognitivo-discursivas das anáforas encapsuladoras**. 105f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, Franklin O. **Formas e funções das introduções referenciais**. 126f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SOUZA, Edson Rosa Francisco; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (Orgs.). **Linguística textual**: interfaces e delimitações – homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017.

ANEXO A – TEXTO (03): REPORTAGEM DA REVISTA *EXAME* SOBRE SILAS MALAFAIA

16/10/2018

Silas Malafaia: os mandamentos de um CEO da fé | EXAME

**Assine****BRASIL, EXAME HOJE**

Silas Malafaia: os mandamentos de um CEO da fé

O pastor carioca é o último dos grandes pregadores evangélicos a entrar em São Paulo, o maior mercado do país

Por **Jardel Sebba**

© 13 dez 2016, 13h16 - Publicado em 13 dez 2016, 13h15



16/10/2018

Silas Malafaia: os mandamentos de um CEO da fé | EXAME

Malafaia: plano de abrir 1.000 igrejas pelo Brasil na próxima década; nesse fim de semana, ele estreou em São Paulo (./Agência Brasil)

Reportagem publicada originalmente em EXAME Hoje, app disponível na App Store e no Google Play.

O que era para ser um banquete virou apenas a entrada. Desde sábado, o pastor Silas Malafaia promove celebrações para inaugurar a primeira sede de sua igreja, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, em São Paulo. Mas o espaço estreado na Mooca, zona leste paulistana, ainda não é a igreja definitiva. Depois de um ano pesquisando o mercado e sondando as oportunidades, ele fechou negócio em um imóvel a quatro quilômetros dali, onde começou uma reforma para levantar uma igreja para 6.000 pessoas.

No meio do caminho, mudou de rumo. Apareceu o imóvel na Mooca, ele resolveu reformá-lo rapidamente para transformar em igreja provisória, para 3.600 pessoas, e redimensionou o projeto da sede original para 10.000 pessoas. Aquela, a primeira, abre dentro de três anos. Esta, a provisória, abre neste fim de semana. “Desde a assinatura do aluguel, levamos 45 dias para aprontar o lugar, rebaixar o piso, instalar o som, as salas de estudo, as cadeiras, numa conta simples só com essas coisas gastamos 2,5 milhões de reais”, revelou Malafaia a EXAME Hoje.

O pastor carioca é o último dos grandes pregadores evangélicos a entrar no maior mercado do país. Ao lado da Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, da Igreja Mundial do Poder de Deus, do apóstolo Valdemiro Santiago e da Igreja Internacional da Graça de Deus, do missionário R.R. Soares, Malafaia vem fechar na cidade o grupo de principais líderes religiosos da fé que mais cresceu no país nos últimos anos.

De acordo com censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os evangélicos somavam mais de quarenta e dois milhões de fiéis no Brasil, ainda bem atrás dos católicos (mais de 123 milhões), mas à frente de todas as outras religiões e descrentes somados. O censo indica duas curvas nítidas: evangélicos, em crescimento vertiginoso, passaram em 2010 a representar 22,2% da população brasileira. Dez anos antes, esse número era de 15,4; vinte anos antes, de 9%. Do outro lado, os católicos, que em 2010 representavam 64,6% da população brasileira, ainda são uma sólida maioria, mas em queda. Para se ter uma ideia da curva que os números apontam, em 1970 a porcentagem de católicos na população brasileira era de 91,8%.

16/10/2018

Silas Malafaia: os mandamentos de um CEO da fé | EXAME

Anúncio



O crescimento dos evangélicos se deve principalmente ao neopentecostalismo, ou a terceira onda pentecostal, surgida na década de 1960 no Rio de Janeiro com o nascimento da Igreja Universal do Reino de Deus. O tele-evangelismo, o combate às religiões de matriz africana, a teologia da prosperidade (que, em breves linhas, celebra a riqueza como vitória), entre outros, compuseram uma política agressiva de crescimento que tirou fiéis da Igreja Católica e elevou em muito o nível de tensão entre as religiões cristãs no país.

No entanto, a gênese do pentecostalismo está na Assembleia de Deus, a igreja na qual Malafaia nasceu e foi formado, no caso dele a filial da Penha, na zona norte carioca. “Daniel Berg e Gunnar Vingren sentiram um chamado do Senhor para pregar a mensagem pentecostal no Brasil”, relata David Allen Bledsoe em *Movimento Neopentecostal Brasileiro* (Editora Hagnos, 2012). Os dois pregadores atuavam nos Estados Unidos no começo do século passado e seguiram o chamado, indo parar em Belém do Pará em dezembro de 1910. Foram abrigados por um pastor batista e aprenderam português para poder pregar. “Em 1911, ocorreu uma divisão entre eles e a Igreja Batista, o que resultou no começo da Missão de Fé Apostólica, com dezenove membros. Em 1914, o nome mudou para Assembleia de Deus”, registra Bledsoe. Era o início do pentecostalismo no Brasil

Aumentar o dízimo para depois dividir

Parte do projeto de crescimento dos evangélicos esteve ligado também a uma certa flexibilização de conceitos. No catolicismo, qualquer mudança é lenta. Mesmo vivendo um momento progressista sob o comando do Papa Francisco, o sexo, segundo a igreja, ainda se destina somente à procriação. Do outro lado, Edir Macedo proclama em sua biografia oficial, *O Bispo* (Douglas Tavolaro com Christina Lemos, Larousse, 2007) que “sexo é para ter prazer” e que “a cama é a base de uma aliança no altar”.

E o projeto de expansão é também um projeto financeiro, uma vez que cada um deve, segundo a Bíblia, dar a décima parte do que ganha à igreja, e fazer outras ofertas de acordo com seus propósitos. Logo, numa conta simples, mais fiéis trazem mais recursos que trazem mais igrejas que trazem mais fiéis. A expansão da Vitória em Cristo não é diferente.

16/10/2018

Silas Malafaia: os mandamentos de um CEO da fé | EXAME

Hoje a congregação tem 120 igrejas em seis estados brasileiros, mas a chegada a São Paulo marca um novo planejamento. “Meu projeto é abrir mil novas igrejas nos próximos dez anos pelo Brasil”, me diz Malafaia. “Claro que terei um olhar especial para o Estado de São Paulo, mas quero abrir igreja em tudo quanto é canto, do Amapá ao Rio Grande do Sul, não importa se é lugar de bacana ou não”, enfatiza, em seu tom de voz característico, alguns tons acima.

Nem todo mundo no meio evangélico enxerga nele uma liderança absoluta. “A vinda de Malafaia para São Paulo é muito mais política e empresarial do que eclesiástica”, pontua Marcelo Rebello, presidente da Associação Brasileira de Empresas e Profissionais Evangélicos (Abrepe). “Em sua campanha para se tornar um líder reconhecido, é notória a importância de estar na cidade com o maior PIB do país, onde estão os principais concorrentes. É uma grande vitrine e acho até que demorou para ele tomar esta decisão”, conclui Rebello. Político, empresarial e eclesiástico, Silas Malafaia é, sob todos esses aspectos, um bem-sucedido CEO da fé cuja forma de comandar seu, digamos, negócio traz ensinamentos. Selecionamos oito lições empresariais que podem ser apreendidas do líder da Vitória em Cristo:

1. Modernize-se sem abandonar as tradições

“Nossa igreja é marcada pela palavra, o pastor prega uma mensagem bíblica, ensina um assunto. Essas igrejas neopentecostais, as três mais famosas, são igrejas de cinco cultos por dia”, pontua Malafaia. Do jeito que ele fala, entender como funciona a Assembleia de Deus parece simples, mas não é. “São três vertentes. A mais ortodoxa, fechada, corresponde a mais da metade; uma ala moderada responde por uns 30%, e a ala contemporânea, da qual faço parte, representa de dez a quinze por cento”, lista Malafaia. Todos são iguais nos dogmas de fé, creem nas mesmas coisas, mas os costumes estão mais ou menos em sintonia com o mundo do lado de fora. Silas Malafaia é ligado à Assembleia de Deus desde criança, “A nossa era conhecida como ‘a igreja do pecado’ pelas outras congregações da Assembleia de Deus”, lembra o pastor. “Tive a graça de estar numa igreja mais aberta e ter nos meus pais pessoas com conhecimento teológico”, resume. Como queria expandir sua igreja e a quantidade de regras dentro da Assembleia de Deus era típica, como ele mesmo define, de um “mundo de maluco”, saiu da organização central numa boa e montou uma ramificação, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo. “Se quiser abrir uma igreja, não quero ter de ver se o pastor do bairro vai deixar, eu abro e acabou, não devo satisfação a ninguém”, diz. Um liberal na igreja e um conservador no ambiente mundano, Jerry Hall morreria de inveja se o conhecesse.

2. Seja sempre mais ambicioso

Malafaia era conferencista havia 35 anos, tinha viajado o mundo pregando, tinha uma editora, lançava seus livros, aparecia na TV, era conhecido em seu meio e não pensava em assumir uma igreja. Mas, uma vez convocado para liderar, não se fez de desentendido: abraçou a causa. “Cuidar de pessoas é a coisa mais difícil que tem. A igreja do meu sogro era de bairro, o que chamam de igreja local”, lembra o pastor. “Pensei: não vou assumir uma igreja para ser pastor local, para isso escolham qualquer outro aí. Vou pegar essa igreja e dar a ela uma abrangência nacional”, proclama.

3. Saiba esperar as oportunidades

A expansão da Vitória em Cristo começou sem planejamento fixo, mas para onde as oportunidades apareceram. “Um cara abriu um bingo num lugar fantástico em Natal, e com trinta dias aberto veio a lei e ele foi obrigado a fechar. Fui ver um ano depois, ele não queria alugar para ninguém, quando falei que era o Silas Malafaia ele topou. E assim entrei em Natal”, lembra, com uma ponta de orgulho. “Em Santa Catarina, uma senhora evangélica dona de universidades em Joinville soube que estava abrindo igrejas, me ligou e falou que tinha um terreno, eu só precisava pagar o aluguel”, relembra.

4. Conheça e cuide de seus comandados

Silas Malafaia tem cerca de 1.500 funcionários sob seu comando nas estruturas da Vitória em Cristo, entre pastores, engenheiros, funcionários administrativos e outros, a maioria concentrada na matriz carioca. “A estrutura dos templos e os detalhes fazem o Malafaia atingir um público com maior poder aquisitivo que o da Universal e o da Mundial”, analisa Marcelo Rebello. “Ele, por exemplo, costuma fazer propaganda de como paga bem a seus pastores, dos benefícios trabalhistas que dá a eles, etc.”, completa. De fato, em 2013 Malafaia revelou que um pastor de sua igreja poderia ganhar até 22.000 reais. Mas o plano de carreira não é fácil. “Para chegar a ser pastor comigo ele vai ser assistente até chegar ao primeiro nível, chamado de ‘diáconos’, um corpo de assistentes sem salário”, relata. “Se tiver mesmo a vocação, vai dirigir igrejas pequenas, onde a gente possa testar o camarada e ver se ele vai virar pastor ou não. Não tem uma regrinha, mas para virar pastor e ser consagrado o cara vai levar, no baratinho, de quatro a cinco anos pelo menos”, decreta.

5. Diferencie-se pela qualidade

“O meu sistema de abrir igrejas não é igual ao do Valdemiro, da Universal ou do R.R.”, diz Malafaia antes que o entrevistador toque no nome de seus concorrentes. “Eles têm custo muito baixo, abrem um galpão com sala para o pastor, outra para a tesouraria e outra para a secretaria e acabou o papo. Eu não, para abrir uma igreja, só de área educacional preciso ter no mínimo vinte salas. Toda igreja que abro tem que ter esse padrão, não sou caça-níquel”, diz, enfático. “A Universal, por exemplo, hoje tem uma estrutura diferenciada, mas o que os caras abriram de igreja com gente que não sabia nem o beabá da Bíblia...”, alfineta. Uma igreja padrão Malafaia custa em torno de 10 milhões de reais (isso, claro, varia de projeto a projeto) e tem ar-condicionado, sistema de som de última geração, TVs de led. “A igreja tem o papel social de melhorar a vida das pessoas. Quando o cara vem à Igreja e a casa dele é esculhambada, ele passa a querer melhorar a casa. Eu prego sobre isso, que Deus é esse que não dá dignidade para as pessoas terem uma vida melhor?”, teoriza.

6. Não fale em dinheiro

A revista Forbes publicou, em 2013, que Malafaia era o terceiro pastor evangélico mais rico do país (atrás, claro, de Edir Macedo e Valdemiro Santiago), com patrimônio estimado em 150

16/10/2018

Silas Malafaia: os mandamentos de um CEO da fé | EXAME

milhões de dólares. Irritado, ele mostrou na TV sua declaração de Imposto de Renda, na qual constava um patrimônio de cerca de R\$ 4,5 milhões, e está processando a revista. Em sua concepção, sempre que se fala em dinheiro e em pastores evangélicos, há a intenção de sugerir algo ilícito. “A ideia que se passa sempre é a de que a igreja evangélica é formada de imbecis e analfabetos comandados por malandros. Por que ninguém fala dos bilhões que a Igreja Católica manda todos os anos para o Vaticano?”, pergunta, aproveitando para classificar a questão sobre faturamento como uma “pergunta babaca”. Malafaia ainda garante que fez um propósito de abrir mão de salário em sua igreja por sete anos – o prazo vence em março do ano que vem.

7. Deixe claro que é o cargo que precisa de você, e não o contrário

“Meu aniversário é em setembro e eu ganho ofertas em dinheiro. Apenas por dois anos fiquei com elas para mim, e paguei o imposto devido, nos outros eu devolvi”, conta Malafaia, nesse momento à vontade para falar de dinheiro. Ele teve de diminuir o ritmo de palestras depois de assumir a igreja – este ano foram apenas seis ou sete lugares, pelo que lembra. Tudo em nome de um propósito. “Um conferencista conhecido como eu fica rico. Se estivesse fazendo só conferência, com venda de material, estaria faturando entre 300.000 e 400.000 reais por mês fácil. Os evangélicos cresceram e com eles cresceu também uma fome de conhecimento, e não há cinquenta caras do meu nível para atender essa demanda”, regozija-se.

8. Cause impacto

O Silas Malafaia formado em psicologia e em teologia, casado há 36 anos (“com a mesma mulher”, faz questão de completar), que tem três filhos e com o quinto neto a caminho raramente aparece nas manchetes. O que de fato o tornou uma pessoa pública nos últimos anos foi sua capacidade de polemizar sobre assuntos como homossexualidade e aborto. “Ele é muito mais conhecido por sua gíria antiquada e linguajar vulgar que pela capacidade de interpretar com equilíbrio e imparcialidade os textos bíblicos”, condena Marcelo Rebello. “A Bíblia é bem clara no que diz respeito à homossexualidade e ao aborto, no entanto, a palavra de Deus manda sermos tolerantes com as pessoas que não têm o mesmo ponto de vista que o nosso. A mensagem deve ser pregada com amor, com equilíbrio e com sabedoria, não pode ser um show pirotécnico”, conclui o presidente da Abrepe.

Amado e odiado, bem ou mal, estamos falando bastante dele nos últimos anos. E isso, aliado, claro, a toda a visão empresarial destilada aqui, está levando Silas Malafaia mais longe. Hoje a Mooca, amanhã, quem sabe, o mundo.

Para ler esta reportagem antecipadamente, assine EXAME Hoje.

NOTÍCIAS SOBRE

RELIGIÃO SÃO PAULO

**ANEXO B – TEXTO (05): ENTREVISTA DE SILAS MALAFAIA AO PROGRAMA DE
*FRENTE COM GABI***

(CD)

Entrevista SILAS MALAFAIA

PEDRO DIAS LEITE

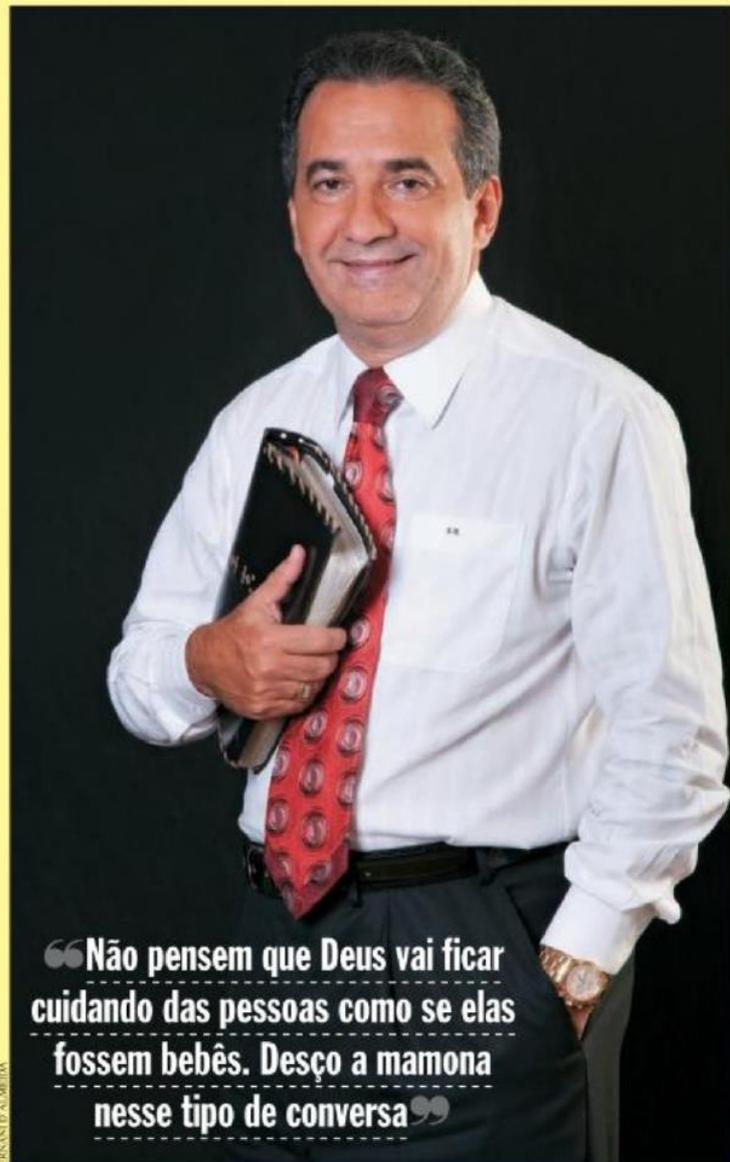
O Brasil não é homofóbico

O pastor diz que Deus não acerta as contas de quem gasta mais do que ganha e condena as leis contra a homofobia, que considera iniciativa de ativistas gays de olho nos cofres públicos

Com trinta anos de programas de televisão e vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (Cimeb), entidade que congrega cerca de 8.500 pastores de quase todas as denominações evangélicas, o pastor Silas Malafaia, 53 anos, é um dos mais respeitados televangelistas brasileiros. Sua pregação condena o aborto, o uso de drogas e o que enxerga como aumento dos privilégios dos homossexuais. Malafaia ensina que Deus ajuda as pessoas a progredir, mas desde que elas façam sua parte: “Quem ganha 1.000 reais não pode querer gastar 1.100. Não adianta depois esperar que Deus tire o nome do sujeito do cadastro de maus pagadores”. De Rolex de ouro no pulso e cabelos implantados, o pastor recebeu VEJA na sede da sua igreja, a Assembleia de Deus — Vitória em Cristo, no bairro da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A que o senhor atribui o crescimento do número de evangélicos no Brasil?

O Evangelho não é algo litúrgico, para ser dissecado em um culto de duas horas. A grandeza do Evangelho está no fato de ser algo que pode ser praticado. A Bíblia é o melhor manual de comportamento humano do mundo. As igrejas evangélicas têm pregado uma mensagem de grande utilidade para a vida das pessoas também depois do culto. Esse é o grande segredo. De que adianta eu fazer o meu fiel ficar duas horas dentro de um templo se, quando aquilo acaba, nada muda nas relações dele com a família, com o trabalho e na vida social? Nós pregamos uma mensagem que condiciona a prática da pessoa no seu dia a dia. Jesus disse: “Eu vim para que tenham vida, e vida em abundância”. Ele fala da vida terrena nessa passagem. Entre os católicos, quem mais se aproximou de nós, evangélicos, nessa maneira de encarar a pregação foi o movimento carismático. Os padres carismá-



“Não pensem que Deus vai ficar cuidando das pessoas como se elas fossem bebês. Desço a mamona nesse tipo de conversa”

LEONARDO ALMEIDA

Entrevista SILAS MALAFAIA

ticos católicos adotaram uma maneira de pregar que os pastores já utilizam há mais de quarenta anos.

Os pastores são muito eficientes não apenas em atrair mas também em manter seu rebanho, não? Sim. Quando uma pessoa se diz católica e alguém pergunta qual foi a última vez que ela foi à igreja, uma resposta comum é que isso ocorreu há vinte anos, quando fez a primeira comunhão. Entre os evangélicos, o fiel mais desligado vai responder que comparece aos cultos pelo menos duas vezes por semana, que dá o dízimo e faz a oferta.

Essa ênfase dos pastores em arrecadar dinheiro dos fiéis não é muito suspeita? Existe um preconceito miserável em relação aos evangélicos, que costumam ser descritos como bandos de idiotas, tapados, semianalfabetos, manipulados por espertalhões dedicados a arrancar tudo o que querem deles. Engana-se quem os enxerga assim. Manipulação e exploração existem em todo lugar. Tem muito bandido por aí. Mas esses malditos não conseguem segurar o povo. A distância que me separa de um Edir Macedo, por exemplo, vai do Brasil à China, mas é um erro achar que todo mundo que dá dinheiro à igreja dele, a Universal, é imbecil ou idiota. Claro que não é. A pessoa doa porque se sente abençoada, porque se libertou da bebida, vício que consumia todas as economias dela e que a deixava sem condições até de pagar a conta de luz. Ninguém é obrigado a ofertar. Mas, se quer ser membro, se quer pertencer ao grupo, tem de ajudar. Estou construindo uma igreja linda, com ar-condicionado central, ao custo de 4 milhões de reais. Ela será paga com ofertas dos fiéis, pois, obviamente, não vai descer um anjo do céu e dizer “Malafaia, está aqui um cheque de Jeová, preencha e deposite”. Quem critica os pastores deveria mesmo é agradecer às igrejas evangélicas. Desafio qualquer um a me apresentar uma entidade que recupere mais pessoas do que as igrejas evangélicas. Fazemos isso a um custo zero para o governo. Ainda assim, sempre aparece

“Existe um preconceito miserável em relação aos evangélicos, descritos como idiotas, tapados, semianalfabetos, manipulados por espertalhões dedicados a arrancar tudo o que querem deles. Engana-se quem os enxerga assim”

um desinformado querendo taxar a igreja, cobrar imposto. Logo de nós, que não cobramos um centavo sequer do governo para livrar as pessoas das drogas, da prostituição ou da bebida, e ainda temos impacto positivo na vida profissional dos fiéis. Muitos empregadores fazem questão de só contratar evangélicos. A gente ensina ao fiel que, quando ele está trabalhando, deve servir ao patrão como se estivesse servindo ao próprio Deus. É o que a *Bíblia* ensina.

Não é exagero? Não. Deus trabalha em harmonia com a ordem. Deus ama a autoridade. Aquilo que uma pessoa respeita é aquilo que ela vai atrair para a sua vida. Se alguém não respeita autoridade, não vai atrair essa noção para a vida dela. O evangélico não fuma e, portanto, adoece menos. Ele não bebe. Então, dificilmente vai ser daquele tipo de gente que não consegue acordar cedo, que sai para almoçar, enche a cara e faz o trabalho todo errado na parte da tarde. Evangélico não cheira cocaína. Ele aprende na igreja a ter princípios rígidos. Mas é bom que fique claro que a *Bíblia* também impõe deveres aos patrões. O livro sagrado adverte os patrões de que existe uma força superior

a eles, um poder que não permite que façam qualquer coisa.

Tem muita gente pragmática que já chega à igreja acreditando que vai aprender como subir na vida? Tem, mas, se o objetivo fosse apenas subir na vida, não teria rico na igreja. Na minha tem gente pobre, mas também tem desembargadores, membros do Ministério Público, doutores, empresários. Mas dinheiro não é tudo. Se fosse, rico não daria tiro na cabeça, não tomaria remédio de tarja preta. Mesmo que muita gente pense que não deu certo na vida porque Deus não quis, a lógica de buscar amparo em uma igreja não é essa. A pessoa que transfere suas incompetências para Deus está equivocada. Quando um fiel me procura e pede “pastor, ore por mim porque o diabo está roubando as minhas finanças”, eu mando parar com conversa fiada. Se uma pessoa sempre gasta mais do que ganha, a culpa é dela mesma. Não pensem que Deus vai ficar cuidando das pessoas como se elas fossem bebês. Desço a mamona nesse tipo de conversa. Eu mesmo quebrei seis vezes por culpa da minha incompetência, da minha falta de experiência. O Evangelho me prepara para viver a vida de maneira triunfante, mas não utópica. Quem ganha 1 000 reais não pode querer gastar 1 100. Não adianta depois esperar que Deus tire o nome do sujeito do cadastro de maus pagadores.

O senhor vê uma relação entre a ascensão da nova classe média e o crescimento das igrejas evangélicas? A classe emergente quer crescer, conquistar, quer ter o que nunca teve. Está emergindo para a conquista de coisas. A igreja é poderosa nesse negócio, tanto é que o secretário-geral da Presidência falou uma bobagem e depois veio pedir desculpa. (*Em fevereiro, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, falando da dificuldade do governo de se comunicar com a nova classe média, disse que o estado tem de fazer uma disputa ideológica por essa fatia da população, que estaria sob hegemonia de alas conservadoras, como os pastores evangélicos.*) Estamos aqui para pregar o Evangelho a todo mundo, para as pes-

soas crescerem e serem alguém na vida. Mas hoje o que se diz é que tudo o que é religioso tem de ser jogado de lado. Quer dizer que o filósofo, o metalúrgico ou o sociólogo podem influenciar politicamente, mas os pastores não? Não aceito esse raciocínio.

A sua atuação contra o projeto que criminaliza a homofobia em debate no Congresso foi contundente. Mas influir em leis é papel de um religioso? Se não fosse assim, a casa tinha caído. Essa lei é a lei do privilégio. O Brasil não é homofóbico. Eu separo muito bem os homossexuais dos ativistas gays. Esses últimos querem que o Brasil seja homofóbico para mamar verba de governo, de estatais, é o joguinho deles. Homofobia é uma doença. Ódio aos homossexuais, querer matá-los ou agredi-los é uma doença. Agora, opinião não é homofobia. O projeto diz que, se um homossexual se sentir constrangido pela internet, por um veículo de comunicação, cadeia no cara que constrangeu. Exatamente o que prevê a lei do racismo. Agora, olhe a diferença. Você já nasce com sua raça. Não escolhe. O homossexualismo é comportamental. Não vejo lógica em uma lei para criminalizar quem agride homossexual se um soco dado em um hétero dói da mesma maneira. A lei que estão propondo é uma lei da mordada. Se não aprendermos a respeitar a liberdade de expressão, será melhor mandar fechar a conta para balanço.

O senhor pratica exorcismo? A igreja tem isso. Se um fiel cair com espírito maligno, nós vamos cuidar dele. Mas não fazemos disso um pilar. A nossa igreja é marcada pela pregação da *Bíblia*.

Essa é a principal diferença entre sua igreja e as outras evangélicas pentecostais? Elas são muito centradas na prosperidade financeira. A *Bíblia* diz que prosperidade é obedecer às leis de Deus. Ser próspero não envolve só a parte material. Indica relacionamento com Deus, alegria de viver, paz, uma vida abundante. Quem não acredita em prosperidade é um idiota. Se riqueza fosse um mal, o senhor do mal faria

“Hoje o que se diz é que tudo o que é religioso tem de ser jogado de lado. Quer dizer que o filósofo, o metalúrgico ou o sociólogo podem influenciar politicamente, mas os pastores não? Não aceito esse raciocínio”

todo mundo ficar rico. Mas não é só o aspecto financeiro. A igreja tem de pregar, preparar o fiel, ensinar a conhecer a palavra, a vida com Deus. Se for para prometer milagre, posso fazer seis cultos por dia. A minha igreja e a maioria das evangélicas não aceitam esse tipo de coisa.

Qual a sua posição sobre o projeto que propõe a descriminalização do uso de drogas e que deve chegar ao Congresso ainda neste mês? Espero que o Senado e a Câmara joguem no lixo essa porcaria. Perderam o juízo. Não existe lógica em liberar o consumo de drogas e penalizar o traficante. Então eu estou desconfiado de que vai vir um marciano vender drogas aqui, um intergaláctico. Olhe a hipocrisia!

O senhor assumiu o comando da igreja em 2010, mudou o nome para Assembleia de Deus — Vitória em Cristo e deu início a um bem-sucedido projeto de expansão. Até onde pretende chegar? Essa aqui era uma igreja de bairro, meu sogro era presidente. Quando meu sogro morreu, fui eleito por unanimidade para o lugar dele. Agora, temos igrejas no Paraná, em Santa Catarina, no Espírito Santo, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte,

além do Rio. São 120 templos, e eu quero chegar a 5 000 em dez anos.

Qual foi a sua arrecadação no ano passado? A igreja arrecadou 20 milhões de reais. De 50% a 60% do dízimo foi ofertado por meio de cartão de crédito. Não vejo nenhum problema nisso. Comprar bebida com cartão pode. Ir para o motel traír a mulher e pagar com cartão pode. Dar dinheiro à igreja usando cartão não pode?

Os pastores ganham bem? Pago entre 4 000 e 22 000 reais a eles, dependendo da função, do tempo dedicado. Pastor que vem de outras cidades recebe casa, escola e plano de saúde. A igreja não quer ter um pastor maltrapilho. Uma pessoa não pode ser incumbida de cuidar de vidas se a cabeça dela estiver focada em arranjar dinheiro para pagar as contas.

O senhor ficou rico? Tenho uma boa casa no Recreio dos Bandeirantes, em um condomínio. Hoje deve valer uns 2,5 milhões de reais, acho que paguei 600 000. Tenho alguns apartamentos e uma casa em Boca Raton, na Flórida, que comprei para pagar em trinta anos. Meu filho estudou nos Estados Unidos. No ano passado, ganhei de presente de aniversário de um parceiro um carro Mercedes-Benz blindado. Em 2010 comprei um jato Gulfstream fabricado em 1986 e paguei por ele 3 milhões de dólares. O jato não é da igreja, e também não é meu. Quem comprou mesmo foi a associação que administra nossas obras sociais e custeia nosso tempo na televisão.

O senhor pensa em entrar para a política? Nunca serei candidato a nada, nem a assistente de carimbador de vereador. Mas quero influenciar as pessoas. Votei duas vezes no Fernando Henrique Cardoso, duas vezes no Lula, depois votei no José Serra. Não satanizo partido político nem candidaturas.

O senhor fez implante de cabelo? Custou 20 000 reais. Ficou muito bom. Fiz com o mesmo médico do Zé Dirceu (*ex-ministro José Dirceu*) e do Agripino (*senador José Agripino Maia — DEM*). ■

ANEXO D – TEXTO (08): ENTREVISTA DE SILAS MALAFAIA À REVISTA ISTOÉ



ÚLTIMAS REVISTA VÍDEOS BRASIL ECONOMIA MUNDO COLUNAS COMPC



Apontado como o terceiro pastor mais rico

do Brasil, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo anda de jato executivo, afirma faturar R\$ 45 milhões por ano com a sua editora e diz que evangélico não é babaca

por Rodrigo Cardoso
Edição 30.01.2013 - nº 2254



EM FAMÍLIA

Malafaia casou virgem aos 21 anos e, em 2011, fez um preenchimento capilar no lado esquerdo para corrigir uma falha

De Angra dos Reis, local escolhido para curtir 15 dias de férias em meio a passeios de lancha e banho de mar próximo às ilhas da região, o carioca Silas Malafaia, 54 anos, pregou a orelha no celular e, por quase duas horas, abriu o verbo. O líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo estava bravo depois de ser apontado pela revista americana “Forbes” como o terceiro pastor evangélico mais rico do País, com um patrimônio avaliado em aproximadamente R\$ 300 milhões. Ele pretende acionar judicialmente a

publicação e provar que a sua renda pessoal não chega a 2,5% do valor publicado. Um dos mais antigos tele-evangelistas do País, Malafaia é um ex-conferencista que se tornou pastor há apenas dois anos e meio e já administra 120 templos pelo Brasil. Nascido em Jacarepaguá, zona oeste do Rio, casado há 32 anos e pai de três filhos, o sacerdote conta que a maior oferta que um fiel deu em sua igreja foi de R\$ 2 milhões e a sua editora fatura R\$ 45 milhões por ano. É dele, ainda, a voz mais estridente contra o projeto de lei que criminaliza a homofobia.



**"Tenho um avião da Associação Vitória em Cristo que coloquei à venda.
Paguei R\$ 6,6 milhões, mas é dispendioso. Vale R\$ 2,6 milhões"**



"O Jean Wyllys só tem essa voz toda porque é gay.
Se não fosse, seria um zero à esquerda. Ele teve 16 mil votos"

Fotos: Tomás Rangel/Folhapress; MARCOS DE PAULA/AG. ESTADO/AE



ISTOÉ –

De onde vem o patrimônio?

Silas Malafaia –

Da renda de venda de livros, de conferências, da minha editora (Editora Central Gospel), que fatura R\$ 45 milhões por ano. Aí, a “Forbes” divulgar que o meu patrimônio pessoal é de R\$ 300 milhões é uma sacanagem para dizer que pastor apanhou dinheiro dos otários. Que pastor é milionário porque tem um bando de babaca de quem ele toma dinheiro. Mas eu não vou tolerar isso.

ISTOÉ –

O que vai fazer?

Silas Malafaia –

Vou ganhar dinheiro dos americanos (da “Forbes”) lá na América, vou processá-los lá. A “Forbes” cometeu um equívoco grosseiro ao dizer que os dados são do Ministério Público e da Polícia Federal. Os dois órgãos não têm autoridade legal para passar dados de ninguém. Tentaram somar a arrecadação da Associação Vitória em Cristo, que não é minha, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que não é minha, e da editora. Mas, se eu juntar os três, a arrecadação chega à metade do que disseram. Foi uma campanha sacana com subjetividade muito malandra. Ri quando vi a lista. Porque eu ter mais recursos que o R. R. Soares (da Igreja Internacional da Graça de Deus) é

uma sacanagem com o R. R.

ISTOÉ -

O sr. é acusado até por evangélicos de vender bênçãos.

Silas Malafaia -

Quem pensa assim é um estúpido! Acha que eu sou criança para vender bênçãos, rapaz! O que eu faço, e é bíblico, é liberar uma palavra profética.

ISTOÉ -

Arrecadar oferta por meio de máquina de cartão de débito e crédito não é comércio?

Silas Malafaia -

A minha igreja tem desembargador, procurador, caras com doutorado. Vai dizer que a igreja evangélica só tem babaca, analfabeto, operário? Hoje a igreja evangélica é o extrato da sociedade: tem pobre, classe média e rico. Eu ganhei no meu aniversário uma Mercedes-Benz blindada de R\$ 450 mil de um fiel, empresário rico, e não de um imbecil. Um dia, entro na minha empresa e está lá o carro com um laço em cima. Esse cara é um babaca que precisou ir à igreja para ficar rico? O cara é dono de uma frota de mais de 200 caminhões! É tolice achar que na minha igreja, onde tem desembargador e procurador, o malandro aqui está tomando dinheiro dessa turma. Eu dei o carro que eu ganhei para a igreja. Foi uma oferta para ajudar na construção do templo do Rio de Janeiro, uma sede provisória na Penha para seis mil pessoas sentadas. E repeti três vezes que não pedia para fazerem o mesmo.

ISTOÉ -

Qual a porcentagem de arrecadação da igreja por meio de cartões?

Silas Malafaia -

60% das ofertas na minha igreja vêm de cartões, algo entre R\$ 25 milhões a R\$

30 milhões.

ISTOÉ -

E, no total, quanto a Vitória em Cristo arrecada de fiéis por ano?

Silas Malafaia -

No ano passado, uns R\$ 50 milhões. O R. R. Soares e o Valdemiro (Santiago, líder da Igreja Mundial do Poder de Deus) devem arrecadar R\$ 600 milhões de oferta e dízimo. A Universal do Reino de Deus uns R\$ 2 bilhões.

ISTOÉ -

Qual a maior oferta que já recebeu?

Silas Malafaia -

Duas vezes por ano fazemos campanhas especiais por objetivos específicos. E peço ofertas assim: “Quem sabe aqui vou ter um irmão que vai dar uma oferta acima de R\$ 100 mil, R\$ 10 mil, acima de R\$ 1 mil, R\$ 500, acima de R\$ 100 e R\$ 50. No resto do ano as ofertas são normais. A maior oferta que recebi de um fiel, um empresário, foi de R\$ 2 milhões, em 2011.

ISTOÉ -

O sr. dirige o próprio carro, pega fila em banco, faz compra em supermercado?

Silas Malafaia -

Eu dirijo. Por muito tempo era eu quem fazia compra no mercado. Hoje, não mais. Não sei o que é pegar uma fila de banco há uns dez anos. E não me faz falta. Mas tenho pegado fila em aeroporto. Tenho um avião executivo da Associação (Vitória em Cristo) que coloquei à venda faz seis meses porque é dispendioso para o que eu faço. É um avião grande (um Gulfstream, modelo G-III, ano 1986), para 11 pessoas, dá para ficar de pé nele. Paguei R\$ 6,6 milhões em 2010 e, hoje, ele vale R\$ 2,6 milhões. Tomei prejuízo. Quero um jato com

custos de manutenção e operacionais mais baixos, para seis, sete passageiros. Avião é uma ferramenta que utilizo até seis dias por semana.

ISTOÉ -

Por que não tem templos fora do Brasil?

Silas Malafaia -

Com o mesmo montante de dinheiro com que inauguro dez igrejas o Valdemiro abre 70. É o estilo da igreja dele. Essas igrejas, do (Edir) Macedo (da Universal), Valdemiro e R.R. (Soares) são rotativas. Muita gente as procura para uma demanda, uma necessidade de momento. Na minha igreja, não. Aqui, o cara é fincado como um membro. O meu crescimento é mais consistente. Abri uma igreja em Curitiba para três mil pessoas sentadas. Aluguei a propriedade, mas gastamos lá R\$ 7 milhões. Minhas igrejas são lindas, clean, nada luxuosas, mas hiperconfortáveis, com cadeiras, som, de primeira linha. Na igreja que estou fazendo na Penha, no Rio, vamos gastar R\$ 12 milhões em obras. Esses caras abrem um salão e gastam com som, cadeira, uma pinturazinha, um conserto no banheiro, às vezes um ar-condicionado, uns 300 mil contos, irmão! Meu mundo é outro, mas chego lá.

ISTOÉ -

O sr. já presenciou um beijo de duas pessoas do mesmo sexo?

Silas Malafaia -

Sim, em shopping. Senti repulsa. Deus fez macho e fêmea. Não conheço ordem cromossômica, hormônios ou sexo de homossexual. É um comportamento que não aceito e é um direito meu. E não aceitar não significa que quero destruir aquela pessoa. Na igreja, homossexualismo é pecado, como adultério e prostituição. Uma pesquisa americana mostra que 46% dos gays foram abusados ou violentados quando eram crianças ou adolescentes. Então, como é que o cara nasce gay? Não estou aqui para proibir ninguém de ser gay. Não quero é que o meu direito de me manifestar sobre o homossexualismo seja

impedido. E o ativismo gay não suporta o contraditório.

ISTOÉ -

Quem o orientou sobre sexo?

Silas Malafaia -

A minha mãe. Meu pai é oficial da reserva, ex-combatente da Marinha, um cara reservado, sério. E minha mãe, pedagoga, psicóloga. Mas na igreja se aprende desde cedo sobre esses assuntos. Coisas como “você é homem, tem de se relacionar com uma menina, mas tem a hora certa, sexo só depois de casar...” Isso tudo que a “Bíblia” apresenta como regra para o cristão é ensinado desde cedo. Comecei a namorar a minha atual esposa com 14 anos. Ela tem um ano a menos. Casei com 21. Ela é minha primeira e única namorada. Eu casei virgem e ela também. Somos casados há 32 anos. Hoje, porém, chega na igreja garoto e garota com 16 anos com mais hora de cama do que piloto de Jumbo de voo.

ISTOÉ -

Por que a pressão dos evangélicos é tão grande para que o projeto de lei que trata da questão dos direitos dos homossexuais não passe no Senado?

Silas Malafaia -

Os ativistas gays querem uma lei para calar qualquer um que fale contra a prática homossexual. Há uma diferença entre condenar uma conduta e discriminar uma pessoa. Eles é que têm medo da crítica por não ter convicção do que são. Porque, quando você tem convicção do que é, você discute. No Brasil, você pode criticar padre, pastor, jornalista, mas se criticar gay é ho-mo-fó-bi-co! O sindicato gay, que mama na teta e sobrevive de grana de governo e de estatais, diz ser homofobia quando alguém fala contra eles. Os evangélicos estão decidindo eleição. O pau está cantando e não vai ter moleza. Nessa questão de direitos dos homossexuais em que estamos batendo desde 2006, deputado e senador que votar pela aprovação do projeto vai dançar!

ISTOÉ –

Por que os sacerdotes católicos não criticam abertamente o projeto?

Silas Malafaia –

Existem pedófilos e homossexuais na igreja evangélica? Claro que sim. Mas só por isso não posso falar sobre pedofilia e homossexualidade? Acho de uma covardia e omissão uma instituição tão poderosa, com tanto acesso à mídia como a Igreja Católica, se calar tanto. Ou então a maioria dos padres é homossexual – e aí tem de ficar calada mesmo.

ISTOÉ –

O deputado federal e homossexual Jean Wyllys (PSOL-RJ) virou uma grande liderança.

Silas Malafaia –

Ele teve 16 mil votos e só foi eleito deputado porque estava pendurado no Chico Alencar, que teve 220 mil votos, irmão! Com todo respeito, ele só tem essa voz toda porque é gay. Se não fosse, seria um zero à esquerda. Acha outro no Congresso com 16 mil votos que tenha representatividade para falar! Pô, o meu irmão (Samuel Malafaia) foi eleito deputado estadual com 135 mil votos! Se (Wyllys) não fosse gay, não estaria com essa banca toda.

ISTOÉ –

Usa segurança particular?

Silas Malafaia –

Passsei a andar com segurança faz um ano por causa de ameaças. Depois que comecei o enfrentamento ao ativismo gay, em 2008, passei a receber ameaças de morte. Eu não ligava, no começo. Uma vez, em um aeroporto, um sujeito quase me agrediu. E, continuamente, por e-mail, Twitter, telefone, me ameaçavam. Nunca gostei de segurança, é horrroso. Mas precisei me precaver. Se vierem, vão encontrar quatro caras com muita disposição. Não

vou tomar tapa de gay em aeroporto e nem em shopping, irmão, porque vai ficar ruim para mim!

Recomendado por

Pela Web



Conheça o seguro de carro mais barato do Brasil!

Seguro Auto



Comida, bebida, piscina e a praia: tudo em um All Inclusive!

Room5



Sua casa bem cuidada por quem é especialista em seguros

Banco do Brasil



Clique e vire o Poupe Star da sua casa

Abradee



Agronegócio utiliza ferrovia para fazer o País crescer

Rumo



A ação que rendeu 700%. Descubra aqui qual é a aplicação do momento

Empiricus Research



Piso radiante: custo vs. eficiência

The Daily Prosper



Mãe de Sabrina Satto testa creme anti-rugas

Bbrands TV - Beyoung

Para você

ANEXO E – TEXTO (12): REPORTAGEM DO PORTAL G1 SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E OS 13 ANOS DE PT NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

[globo.com](https://www.globo.com) (<https://www.globo.com>) [g1](https://g1.globo.com) (<https://g1.globo.com>) [ge gshow](https://gshow.globo.com) (<https://gshow.globo.com>) [videos](https://globoplay.globo.com) (<https://globoplay.globo.com>)
g1.globo.com POLÍtica (HTTP://G1.GLOBO.COM/POLITICA) ENTRE
 PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA (HTTP://G1.GLOBO.COM/POLITICA/PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA/)

DA ESPERANÇA À CRISE, OS 13 ANOS DO PT

Publicado em 31/08/2016, Atualizado em 31/08/2016

Desde a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, o Brasil governado pelo PT viveu anos de crescimento econômico com criação de emprego, ampliação de programas sociais e redução da pobreza. Passou por dois grandes escândalos de corrupção envolvendo a alta direção do partido: o mensalão, em 2005, e a Lava Jato, deflagrada em 2014. Com o impeachment de Dilma, o partido deixa o poder e uma herança de recessão, inflação acima da meta, rombo nas contas públicas e redução de programas sociais. O impeachment interrompe o mais longo período de poder de um partido eleito democraticamente no Brasil: 13 anos e 132 dias.

A CHEGADA AO PODER

ula perdeu três eleições presidenciais: em 1989, na primeira eleição direta após o fim da ditadura militar, foi derrotado no 2º turno por Fernando Collor de Mello; depois, em 1994 e em 1998, viu Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ser eleito no 1º turno.

GALERIA: Veja fotos dos 13 anos do PT no poder (<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/os-13-anos-do-pt-no-poder/#/os-13-anos-do-pt-no-poder/foto-0>)



Em janeiro de 2003, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ergue os braços do presidente eleito e recém-empossado Luiz Inácio Lula da Silva em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília (Foto: Ed Ferreira/Estadão Conteúdo/Arquivo)

Na oposição, o PT criticou o Plano Real, que acabou com a hiperinflação em 1994, e foi contra reformas econômicas e privatizações feitas nos governos Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002).

No segundo mandato de FHC, o Brasil passou pelas crises de desvalorização do real, em 1999, e energética, em 2001. Em 2002, a inflação subiu e fechou o ano em 12,53% (g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/desde-1999-inflacao-anual-superou-centro-da-meta-do-governo-dez-vezes.html) – só em dezembro, foi de 2,1%, número que, anualizado, chega a quase 30%. Foi um ano em que o risco-país foi recorde e o desemprego subiu.

Durante a campanha eleitoral, com a possibilidade cada vez maior de Lula vencer, o dólar superou R\$ 4. Era o medo dos operadores de mercado de que Lula, ao assumir, aumentasse gastos e cancelasse reformas feitas por FHC.

Para neutralizar as críticas, o marqueteiro Duda Mendonça, que coordenava a campanha de Lula, transformou o combativo militante em conciliador, sob o lema "Lulinha paz e amor". Ainda candidato, Lula leu a "Carta ao Povo Brasileiro", em que se dizia disposto a discutir uma agenda de crise com FHC e enumerava promessas em uma espécie de pacto com o mercado.

Lula venceu no 2º turno o tucano José Serra. No primeiro pronunciamento após a vitória, disse que "a esperança venceu o medo". O governo do ex-torneiro mecânico alcançaria índices expressivos de crescimento econômico e redução da pobreza.

RESPONSABILIDADE FISCAL E ESCÂNDALOS

Ao assumir, Lula contrariou ao mesmo tempo as expectativas de parte dos críticos e de simpatizantes. Promoveu um intenso ajuste fiscal, cortando gastos, e aprovou no Congresso mudanças em regras da Previdência do setor público e do mercado de crédito. Ainda em 2003, a economia se recuperou e engatou um crescimento contínuo até a crise mundial de 2009, já no segundo mandato de Lula.



A foto que se tornou símbolo da campanha à reeleição de Lula, em 2006, foi feita durante uma visita do presidente a Lauro Freitas (BA), para inaugurar residências do Projeto Habitar Brasil (Foto: Ricardo Stuckert/PR/Arquivo)

Na política, o PT enfrentou escândalos políticos já no primeiro mandato. O primeiro, em 2004, gerou a CPI dos Bingos após o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, cujo ministro era José Dirceu, ter sido flagrado em vídeo negociando propina com um empresário do ramo de jogos. Apelidada de CPI do Fim do Mundo, a comissão acabou investigando todo tipo de denúncia contra o governo, incluindo a morte do prefeito Celso Daniel.

Escândalos diferentes derrubaram, em um espaço de nove meses, os dois principais ministros de então, José Dirceu (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda).

O [escândalo do mensalão](http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/desde-1999-inflacao-anual-superou-centro-da-meta-do-governo-dez-vezes.html) (g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/desde-1999-inflacao-anual-superou-centro-da-meta-do-governo-dez-vezes.html) estourou em junho de 2005, quando o deputado Roberto Jefferson, do PTB, então aliado de Lula, acusou José Dirceu de comandar um esquema de pagamento a parlamentares em troca de apoio político ao governo.

Dirceu renunciou em 16 de junho ao cargo de ministro e reassumiu o mandato de deputado federal para se defender das acusações e foi cassado pela Câmara em dezembro. No lugar de Dirceu na Casa Civil, assumiu a então ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Em março de 2006, caiu Palocci, que deixou o Ministério da Fazenda acusado de mandar violar o sigilo bancário do caseiro

Francenildo Costa (em 2009, Palocci foi absolvido no STF). (g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1283442-5601,00-STF+ABSOLVE+PALOCCI+DA+ACUSACAO+DE+QUE+TERIA+QUEBRADO+SIGILO+DE+CASEIRO.html).



Março/2006 - Francenildo dos Santos, caseiro da casa onde aconteciam festas com garotas de programa com a presença do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e que teve seu sigilo bancário quebrado ilegalmente pelo ministro, depõe na CPI dos Bingos (Foto: Beto Barata/Estadão Conteúdo/Arquivo)

Durante a campanha à reeleição de Lula, o PT foi acusado de tentativa de compra de um dossiê antitucano, no que ficou conhecido como escândalo dos "alopradados" (g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1276788-5601,00.html).

Mas as denúncias não abalaram a continuidade do PT no poder. Amparado em pesquisas que mostravam o avanço de políticas como o Bolsa Família, Lula foi reeleito em 2006, no auge de sua popularidade, em disputa contra Geraldo Alckmin – no segundo turno, mas por ampla margem.

No primeiro ano de Lula, a inflação do IPCA recuara para 9,3% e, quatro anos depois, estava em 3,14% (g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1418378-5602,00-IBGE+INFLACAO+EM+FOI+DE+A+MENOR+EM+ANOS.html). A balança comercial bateu recorde em 2006 (g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1418378-5602,00-IBGE+INFLACAO+EM+FOI+DE+A+MENOR+EM+ANOS.html), com ajuda do crescimento acelerado dos preços das commodities e incentivos ao consumo.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a pobreza diminuiu 19% na gestão Lula entre 2003 e 2005, alcançando o menor patamar desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1992. O Bolsa Família (g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL291843-5598,00-BOLSA+FAMILIA+GANHA+ADEPTOS+NO+MUNDO+INTEIRO+DIZ+ECONOMIST.html) foi considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice José Alencar sobem a rampa do Palácio do Planalto durante cerimônia de posse do 2º mandato, em Brasília, em 1º de janeiro de 2007 Dida Sampaio/Estadão Conteúdo/Arquivo

Em 2008, o país ganhou o chamado "grau de investimento" (g1.globo.com/economia/noticia/2014/03/brasil-atingiu-grau-de-investimento-em-abril-de-2008.html), das agências de classificação de risco, que colocaram o Brasil entre os destinos recomendados para investimento estrangeiro.

Em meio à crise financeira dos Estados Unidos, Lula chegou a dizer que o Brasil estava pronto para o "espetáculo do crescimento" e que, se chegasse ao país, a crise seria uma "marolinha", que não daria "nem para esqui".

Em cadeia nacional no fim de 2008, [Lula pediu que os brasileiros não deixassem de consumir](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL932658-5601,00-LULA+PEDE+QUE+BRASILEIROS+CONTINUEM+CONSUMINDO+COM+RESPONSABILIDADE.html) (g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL932658-5601,00-LULA+PEDE+QUE+BRASILEIROS+CONTINUEM+CONSUMINDO+COM+RESPONSABILIDADE.html). "Se você está com dívidas, procure antes equilibrar seu orçamento. Mas se tem um dinheirinho no bolso ou recebeu o décimo terceiro, e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustrar seu sonho, com medo do futuro", afirmou.

Em 2009, a economia encolheu 0,9%. Mas a recuperação começou antes do fim do ano, puxada por medidas de estímulo ao consumo, como a redução de impostos sobre eletrodomésticos da linha branca e automóveis, e incentivos à expansão do crédito.

O Brasil foi um dos primeiros países a sair da crise e, em 2010, a economia cresceu 7,5%, a maior alta desde 1944 (g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/economia-brasileira-cresce-75-em-2010-mostra-ibge.html). A revista britânica "The Economist" estampou capa com o Cristo Redentor "decolando". A taxa de desemprego caiu com intensidade, se aproximando de 5%. As reservas internacionais – que servem como "seguro" para a estabilidade do país – passaram de US\$ 300 bilhões.

Veja a seguir gráfico com indicadores econômicos até o impeachment de Dilma e, abaixo, leia sobre o governo Dilma:

Inflação

IPCA, em % ao ano



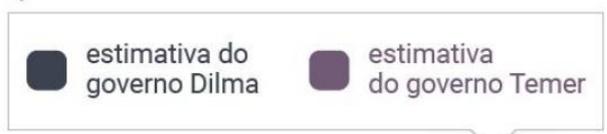
PIB

Em % ao ano



Superávit ou deficit primário

Em valores correntes (bilhões de R\$)



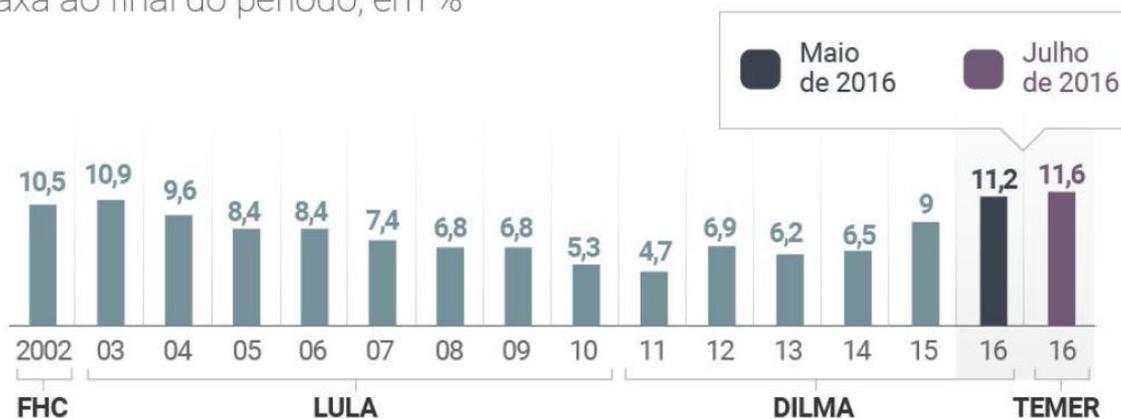
102,5 128,7 104,0



Obs.: o resultado primário não considera o pagamento de juros da dívida

Desemprego

Taxa ao final do período, em %



Dados até 2011 são da Pesquisa Mensal de Emprego, que foi descontinuada. Dados a partir de 2012 são da Pnad Contínua. As duas séries possuem bases e forma de cálculo diferentes, e portanto não são comparáveis.

Câmbio

Cotação do dólar no fechamento do ano, em R\$



Risco país

Em pontos, no fechamento do ano



Infográfico elaborado em: 29/8/2016

Infográfico mostra indicadores econômicos até o impeachment

GOVERNO DILMA

Ao longo do segundo mandato de Lula, Dilma ganhou protagonismo, comandando o principal programa de investimentos governamentais, o Programa de Aceleração do Crescimento (foi chamada por Lula de "mãe do PAC"), e assumiu a posição de pré-candidata do PT à Presidência. Com a participação direta de Lula na campanha e capitalizando sucessos nas áreas econômica e social, venceu José Serra no 2º turno.



2010 - Lula marca as costas da então ministra Dilma Rousseff na plataforma FPSO JK (P-34), no campo de Jubarte, durante produção do primeiro óleo da camada pré-sal (Foto: Ricardo Stuckert /PR)

Seis meses após a posse, seu principal ministro deixou o cargo: Antonio Palocci, da Casa Civil, saiu sob pressão política por suspeita de aumento de patrimônio incompatível com a renda (g1.globo.com/politica/noticia/2011/06/ministro-antonio-palocci-pede-afastamento-do-cargo-diz-not.html).

Dilma iniciou o que ficou conhecido como "faxina ética (g1.globo.com/politica/mudancas-no-ministerio-de-dilma/)", que resultou na saída de sete ministros em 2011. A presidente ganhou elogios em eventos públicos e sua aprovação subiu.

No mesmo ano, o Brasil ultrapassou o Reino Unido e se tornou a 6ª maior economia do mundo (g1.globo.com/economia/noticia/2011/12/jornais-britanicos-registram-que-pib-do-brasil-passou-o-do-reino-unido.html). O Banco Central, sob pressão do governo, reduziu a taxa básica de juros para 7,25% em 2012.

Naquele ano, a ordem era blindar o Planalto dos efeitos do julgamento do mensalão, que culminou na condenação da cúpula petista por um esquema de compra de votos de parlamentares em troca da aprovação de projetos. José Dirceu foi condenado (g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2012/11/trajetoria-de-dirceu-vai-de-alvo-da-ditadura-condenacao-por-corrupcao.html) como o "chefe da quadrilha".

A visão dos analistas (oglobo.globo.com/brasil/impacto-do-mensalao-nas-eleicoes-de-2014-dependera-da-economia-9943115) era a de que o impacto do julgamento na reeleição de Dilma dependeria da situação da economia do país.



A CRISE

No primeiro mandato de Dilma, a economia cresceu em média 2% ao ano, contra 3,5% da média mundial, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). De 2002 a 2014, a média anual de crescimento foi de 3,4%. A queda mundial dos preços das commodities reduziu o valor das exportações brasileiras. Endividada e pressionada pela inflação persistente, a população passou a consumir menos.



Em janeiro de 2013, Dilma anunciou a [redução da tarifa da conta de luz](http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/dilma-confirma-reducao-na-conta-de-luz-e-critica-pessimistas.html) (g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/dilma-confirma-reducao-na-conta-de-luz-e-critica-pessimistas.html), dizendo que "fracassaram" as previsões daqueles que "são do contra". O governo baixou ou extinguiu encargos sobre a tarifa e renovou contratos de concessão de geração e transmissão de energia pagando menos pelo serviço.

Em junho, mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas em manifestações que tomaram o país (g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html). O protesto, que começou contra o reajuste de R\$ 0,20 em tarifas de ônibus, cresceu e ganhou outras bandeiras, como o fim da corrupção e da violência policial, melhorias no transporte, na saúde e na educação e os gastos excessivos com a Copa do Mundo.



Imagens dos protestos de junho de 2013 agora fazem parte do acervo do Mam (Foto: Mídia Ninja/Acervo do MAM-SP)

Em setembro, a mesma "Economist" se perguntava se o Brasil "estragou tudo" (g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/revista-britanica-questiona-se-brasil-estragou-tudo.html). Em 2014, a vitória de Dilma sobre o tucano Aécio Neves no segundo turno refletiu a disputa mais apertada para presidente desde 1989, quando o país voltou a ter eleições diretas. "Não acredito que estas eleições tenham dividido o país ao meio", declarou Dilma no discurso de vitória.

Apesar dos avanços na área social, como a redução da pobreza em 63% entre 2004 e 2014, e a diminuição da desigualdade de renda, o desequilíbrio das contas públicas e dificuldades para aprovar medidas de ajustes propostas pelo então ministro da Fazenda Joaquim Levy, levaram a economia a ganhar contornos de crise.

O PIB do Brasil encolheu 3,8% (g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html). A retração, em relação a 2014, foi a maior da série histórica IBGE, iniciada em 1996, e a terceira maior da história (atrás das quedas de 1981 e 1990, de 4,3%).

A redução das tarifas imposta pelo governo comprometeu o equilíbrio financeiro das companhias elétricas. E contribuiu para os aumentos mais fortes nas contas de luz (g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/01/entenda-o-que-esta-fazendo-conta-de-luz-subir.html), assim como a falta de chuvas. O governo decidiu repassar aos consumidores todos os custos com os programas e ações no setor elétrico. O país fechou 2015 em queda.

LAVA JATO E PROTESTOS

Mas os reflexos dos protestos de junho de 2013 ainda se mostrariam mais contundentes diante da deflagração da Operação Lava Jato, que revelou um escândalo de corrupção na maior empresa do país, a Petrobras.



A Operação Lava Jato começou investigando um esquema de lavagem de dinheiro do doleiro Alberto Yousseff e acabou sendo a maior investigação da história do país, englobando corrupção na Petrobras e envolvendo empreiteiras e políticos

Dilma viu sua popularidade cair com os escândalos envolvendo o partido e seus integrantes. Durante a operação, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o marqueteiro das campanhas de Dilma e Lula, João Santana, foram presos. Em 13 de março de 2016, houve o [maior protesto nacional contra o governo Dilma](http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contras-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html) (g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contras-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html).

Poucos dias depois, o ex-líder do governo, o [senador Delcídio Amaral, também envolvido no escândalo, acertou acordo de delação premiada](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/03/delcidio-do-amaral-acusa-dilma-e-lula-em-delacao-premiada-vazada.html) (g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/03/delcidio-do-amaral-acusa-dilma-e-lula-em-delacao-premiada-vazada.html), envolvendo Lula e Dilma em suas acusações.



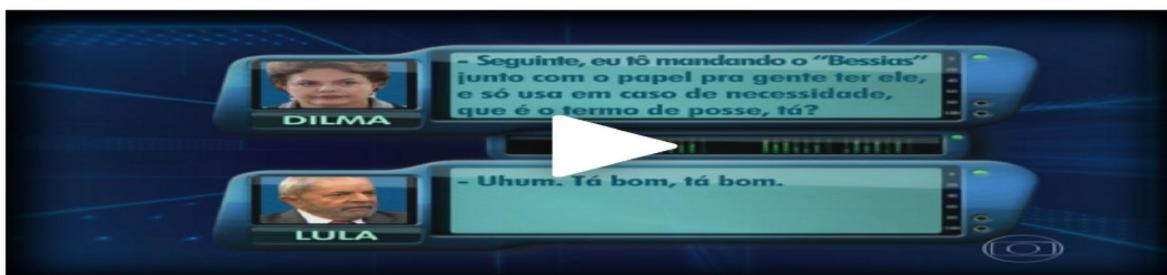
Apesar da retomada da política de juros altos, a inflação fechou o ano em 10,67%, a maior dos governos do PT. O Brasil perdeu o grau de investimento no exterior. [O desemprego voltou a crescer, passando de 8%](http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/taxa-media-de-desemprego-ficou-em-85-em-2015-diz-ibge.html) (g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/taxa-media-de-desemprego-ficou-em-85-em-2015-diz-ibge.html). E o déficit primário (despesas maiores que as receitas, sem contar os juros da dívida) foi o maior da história: R\$ 111 bilhões.

Em janeiro de 2015, o país sofreu um [apagão que atingiu ao menos 11 estados](http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-os-fatores-de-risco-para-novos-blecautes-no-brasil.html) (g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-os-fatores-de-risco-para-novos-blecautes-no-brasil.html).

Na área da saúde, o governo ganhou nova preocupação, com avanço do [mosquito *Aedes aegypti*](http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/dilma-e-ministros-participam-de-mobilizacao-nacional-contras-aedes.html) (g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/dilma-e-ministros-participam-de-mobilizacao-nacional-contras-aedes.html), transmissor do vírus da dengue, chikungunya e do vírus da zika. Em fevereiro de 2016, os casos notificados de suspeita de microcefalia no país subiram de 4.783 para 5.079 (<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/casos-notificados-de-suspeita-de-microcefalia-chegam-5079-no-pais.html>).

DENÚNCIAS CONTRA LULA

Também em março de 2016, o PT assistiu ao seu maior símbolo, Lula, ser denunciado pelo Ministério Público pela suposta compra de um apartamento triplex em Guarujá (SP) (g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/mp-diz-que-denuncia-contralula-sobre-triplex-e-contexto-de-crime-estadual.html), mantido no nome da construtora OAS. No mesmo mês, o Planalto anunciou o ex-presidente como novo ministro da Casa Civil – o que lhe daria foro privilegiado.



Lula não chegou a tomar posse. Foi impedido pela Justiça após a divulgação de um grampo de um telefonema entre Lula e Dilma (g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html), autorizada pelo juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça Federal.

A "campanha da esperança contra o ódio", pregada por Lula pouco antes da reeleição de Dilma, deu lugar à impopularidade recorde de Dilma.

Em janeiro, a presidente admitiu que seu maior erro foi não ter observado que a crise era tão grande. O mea culpa veio "tarde demais" nas palavras do ex-ministro Thomas Traumann, que pediu demissão após a divulgação de um relatório em que afirmava que o governo apresentava "comunicação errática" e alertava para um "caos político".

A essa altura, as "pedaladas fiscais" haviam sido reprovadas pelo Tribunal de Contas da União. O conflito com o presidente eleito da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), resultou no aceite do pedido de impeachment pelas supostas manobras.

A Câmara dos Deputados aprovou a continuidade do impeachment por 367 votos favoráveis e 137 contrários (g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html) em 17 de abril. Na véspera, em vídeo divulgado na internet (g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/dilma-divulga-nas-redes-sociais-pronunciamento-sobre-impeachment.html), Dilma voltou a dizer que é inocente. "Não há razão para o pedido de impeachment contra mim. Acusam-me sem nenhuma base legal. Não cometi crime de responsabilidade, não há contra mim qualquer denúncia de corrupção ou desvio de dinheiro público. Jamais impedi investigação contra quem quer que fosse. Meu nome não está em nenhuma lista de propina", declarou.

O Supremo autorizou a abertura de inquérito para investigar Dilma, Lula e o advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, por suposta obstrução à Justiça (<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/08/teori-autoriza-inquerito-para-investigar-dilma-lula-cardozo-e-mercadante.html>), em tentativa de atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato.

O IMPEACHMENT

A espera da votação no Senado, que chegou a ser derrubada após a saída de Cunha da Câmara – réu na Lava Jato – a defesa de Dilma ainda tentou derrubar o impeachment no Supremo. O ministro Teori Zavascki negou o pedido. Ela foi afastada por 55 votos a favor e 22 contra pelos senadores no dia 12 de maio (<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/dilma-e-intimada-sobre-impeachment-e-afastada-por-ate-180-dias.html>).

Em 10 de agosto, após meses de discussões acaloradas, o Senado decidiu tornar Dilma ré por crime de responsabilidade fiscal, por 59 votos a 21 (<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senadores-aprovam-parecer-dilma-vira-re-e-vai-julgamento-em-plenario.html>).

O julgamento final teve início no dia 25 de agosto e durou cinco seis dias no Senado. Dilma fez sua defesa. Lula estava nas galerias assistindo ao discurso. Ela voltou a afirmar ser vítima de golpe.

Em seu julgamento final, foi destituída do cargo por 61 votos (<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>), contra 20. Não houve nenhuma abstenção.

SAIBA MAIS:

DIA 1 (<http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/julgamento-de-dilma-dia-1/>)

DIA 2 (<http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/julgamento-de-dilma-dia-2/>)

DIA 3 (<http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/julgamento-de-dilma-dia-3/>)

DIA 4 (<http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/julgamento-de-dilma-dia-4/>)

DIA 5 (<http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/julgamento-de-dilma-dia-5/>)

CRÉDITOS:

Reportagem: Clara Velasco, Laura Nairne, Rosanne D'Agostino e Thiago Reis

Foto de capa: Ueslei Marcelino/Reuters

🗨 [Comente este infográfico \(https://falecomog1.globo.com/\)](https://falecomog1.globo.com/)

<http://www.globo.com>

© Copyright 2000-2016 Globo Comunicação e Participações S.A.

ANEXO F – TEXTO (13): NOTÍCIA DA REVISTA *CARTA CAPITAL* SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital

Política

História

Senado aprova impeachment e destitui Dilma

por Redação — publicado 31/08/2016 13h36

Senadores derrubam a primeira mulher a presidir o País em um processo de base jurídica frágil e questionado por ampla parcela da sociedade

Lula Marques / AGPT



Dilma Rousseff durante sua defesa e interrogatório no Senado, na segunda-feira 29

Leia também

Impeachment: duelo jurídico tem choro, Deus, ditadura e "lulopetismo"

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital

Dilma: “Temer é coadjuvante, o líder é Cunha”

Do êxtase à apatia: o silêncio do 'Brasil real' ao longo do julgamento

Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de Estado, diz Dilma

Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, reeleita em outubro de 2014 com 54 milhões de votos, foi removida de forma definitiva do poder nesta quarta-feira 31 pelo Senado, que confirmou seu impeachment por 61 votos a 20, sem nenhuma abstenção. Com o resultado, que será questionado pela defesa de Dilma no Supremo Tribunal Federal (STF), Michel Temer, interino desde 12 de maio, assume a presidência da República de forma definitiva até 2018.

Ameaça Temer uma ação aberta pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pede a cassação da chapa vitoriosa nas eleições de 2014. Caso o TSE casse a chapa Dilma-Temer ainda neste ano, novas eleições seriam convocadas. Se isso ocorrer a partir de 2017, um novo presidente da República seria eleito indiretamente pelo Congresso. Há dúvidas, entretanto, a respeito da vontade política da Justiça Eleitoral, hoje presidida por Gilmar Mendes, de levar adiante a ação.

A votação no Senado é o desfecho de um longo processo, cujo resultado estava definido há meses. No julgamento, em tese, os senadores avaliaram que a emissão de **três decretos orçamentários sem autorização do Congresso** e o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil por conta do pagamento do Plano Safra, a chamada "pedalada fiscal", configuraram crimes de responsabilidade.

Na prática, o que se viu foi um processo coberto por um verniz de legalidade, promovido pelo cumprimento das regras procedimentais previstas na Constituição, mas definido por uma batalha política na qual os vencedores buscaram um motivo qualquer para legitimar a destituição da presidenta.

O Tribunal de Contas da União (TCU), órgão ligado ao legislativo e composto majoritariamente por ex-parlamentares, desempenhou um papel central no processo. No TCU foram elencados os argumentos para legalizar a remoção de Dilma Rousseff, uma história que ainda não chegou a seu fim.

Na terça-feira 30, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou a intenção de ingressar com uma representação no Ministério Público Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, e o auditor fiscal Antônio Costa D'Ávila. Os dois foram ouvidos no primeiro dia da sessão de julgamento no Senado do processo de impeachment e

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital

D'Ávila admitiu que auxiliou Oliveira na confecção da representação contra Dilma que posteriormente ele mesmo, D'Ávila, auditou.



Oliveira, procurador no TCU: ele teve papel central no processo (Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil)

Eduardo Cunha, o artífice do golpe

Enquanto o TCU forneceu os "argumentos", o então presidente da Câmara **Eduardo Cunha** (PMDB-RJ), foi o responsável por colocar em prática o projeto de impedimento da presidenta. Eleito em 1º de fevereiro de 2015, ao derrotar o petista Arlindo Chinaglia, apoiado pelo Palácio do Planalto, Cunha foi desde o início um ferrenho opositor do governo, embora integrasse a base aliada.

Acossado pelas investigações da **Operação Lava Jato**, Cunha elegeu o Executivo como alvo e buscou a todo tempo encurralar Dilma Rousseff. Para muitos, tratava-se de uma estratégia para forçar o governo a interferir no trabalho do Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República.

Cunha não poupou esforços. Autorizou a abertura de CPIs contra o governo, acelerou as análises das contas de Dilma e pautou projetos de lei, bem como votações de vetos presidenciais, que implicariam no aumento de gastos do governo em um período no qual o Planalto trabalhava para aprovar um ajuste fiscal. Mais importante que as "pautas-bomba", o peemedebista orientou os autores do pedido de impeachment a adaptar a peça acusatória às exigências burocráticas do Parlamento.

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital

Outro objetivo da pressão sobre o Executivo era conseguir o apoio do PT contra a sua cassação no Conselho de Ética da Câmara. Por meses, o deputado cortejou governo e oposição de forma a evitar o avanço da análise de seu caso pelo Conselho de Ética. Cunha é acusado de quebra de decoro parlamentar por mentir a respeito da existência de contas na Suíça em seu nome. O parlamentar tem ao menos 5 milhões de dólares depositados no exterior.

As ameaças do peemedebista foram públicas, mas a direção do PT decidiu não ceder à chantagem. Às 14 horas de 2 de dezembro de 2015, os deputados petistas Leo de Brito (AC), Zé Geraldo (PA) e Valmir Prascidelli (SP) anunciaram que votariam pela cassação de Cunha no Conselho de Ética. Quatro horas depois, **o então presidente da Câmara concedeu entrevista coletiva na qual anunciava o acolhimento do pedido de impeachment** assinado pelos advogados Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo.



2 de dezembro de 2015: Cunha acolhe o pedido de impeachment (Foto: Lula Marques/Agência PT)

A aceitação do pedido teve como uma de suas justificativas o significativo apoio popular à remoção de Dilma Rousseff. Durante todo o ano de 2015, com a economia em frangalhos e a enorme repercussão dos casos de corrupção envolvendo o PT na Lava Jato, Dilma enfrentou diversos protestos, os maiores deles em 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015.

Organizados por grupos como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua, o Revoltados Online e grupelhos favoráveis a uma intervenção militar, as manifestações reuniram centenas de milhares que

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital

protestavam contra a corrupção e o PT. Alvos de intensa cobertura midiática, os atos serviram de pretexto para Cunha desfechar sua vingança.

A aceitação do pedido de impeachment e a intensificação das manifestações serviram de senha para a oposição capitaneada pelo PSDB mergulhar de forma definitiva na campanha contra Dilma.

O grupo do senador mineiro Aécio Neves, que desde outubro de 2014 buscou deslegitimar a vitória eleitoral de Dilma, por meio de ações como um pedido de auditoria nas urnas eletrônicas, insistia em um desfecho célere para o processo, mas figuras como José Serra e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, resistiam. Em 10 de dezembro de 2015, oito dias depois de Cunha acolher o pedido, o PSDB, com a bênção de Fernando Henrique Cardoso, fechou posição a favor do impeachment.

O PMDB avança contra a Lava Jato

Com a possibilidade de formar um novo governo baseado no "centrão" fiel a Eduardo Cunha e no PSDB, agora unificado, Michel Temer vislumbrou a chance de assumir a presidência da República. Em atos considerados por Dilma como traição, afastou-se progressivamente da presidenta.

Em 7 de dezembro, Temer vazou uma **carta privada a Dilma na qual revelava sua mágoa com a petista** e com o núcleo duro do Planalto por ser um "vice decorativo". Mais importante, no documento o vice deixava claro que sua prioridade dali em diante seria a unidade partidária, e não a manutenção do governo.

Por natureza dividido entre diversos caciques regionais, o PMDB divergia a respeito da possibilidade de apoiar Dilma ou fechar questão a favor do impeachment e de Michel Temer. Lideranças como Leonardo Picciani (RJ) e Jader Barbalho (PA) se mantiveram fieis à petista até o início de 2016, mas diante da onda pró-Temer mudaram de lado. Em 29 de março de 2016, por aclamação, com Cunha no papel de estrela da convenção e gritos de "fora PT" e "Temer presidente", **o PMDB abandonou oficialmente o governo Dilma.**

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital



29 de março: PMDB anuncia sua saída do governo Dilma com gritos de 'Temer presidente' (Foto: Igo Estrela/PMI)

Em maio, ficou demonstrado que o ímpeto de muitos no PMDB para derrubar Dilma tinha um único objetivo: brechar a Lava Jato. Em uma das tantas conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sergio Machado, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) explicitiva: "Tem que resolver essa porra... **Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria**". A conversa prosseguiu:

MACHADO: Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ: Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO: É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ: Com o Supremo, com tudo.

MACHADO: Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ: É. Delimitava onde está, pronto.

Governo desarticulado, Lula torpedeado

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital

Durante todo o período de crise, ficou clara a dificuldade de articulação de Dilma e do PT, este duramente atingido pelo avanço da Lava Jato. A tentativa derradeira de salvação do governo foi a convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a Casa Civil. O objetivo era unir a notória capacidade de articulação de Lula ao poder da "caneta", de nomear aliados para cargos disputados em Brasília. A carta final de Dilma e do PT foi, porém, torpedeada por setores contrários a sua permanência no poder, com o apoio do juiz Sergio Moro.

Lula foi nomeado ministro-chefe da Casa Civil em 16 de março, mas na noite do mesmo dia a divulgação de áudios interceptados pela Polícia Federal no âmbito da Lava Jato paralisaram o País. Gravados entre 17 de fevereiro e 16 de março, os grampos foram tornados públicos no dia da posse de Lula por Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos inquéritos da Lava Jato em primeira instância.

Entre as gravações, que traziam inclusive conversas pessoais de familiares de Lula, um áudio específico provocou imensa polêmica. Captado às 13h32 de 16 de março, depois de o próprio Sergio Moro ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente, o grampo trazia uma conversa entre Lula e Dilma.



Cerimônia de posse de Lula como ministro da Casa Civil, em 17 de março (Foto: Ichiro Guerra/PR)

Nela, os dois falam a respeito do "termo de posse", documento que confirmaria a nomeação de Lula para a Casa Civil, e Dilma diz para ele ser usado só "em caso de necessidade". O diálogo foi

29/10/2018

Senado aprova impeachment e destitui Dilma — CartaCapital

imediatamente interpretado como uma tentativa de Dilma de impedir uma eventual prisão de Lula, investigado na Lava Jato, e o veredito tomou as manchetes dos maiores veículos de mídia do País. Dois dias depois, em 18 de março, **Gilmar Mendes suspendeu monocraticamente a posse de Lula**, decisão jamais submetida ao plenário do Supremo.

Apenas em junho, Teori Zavascki, colega de Mendes no STF e relator da Lava Jato na Corte, proferiu decisão afirmando que **o áudio sobre o termo de posse foi colhido "sem abrigo judicial"**.

Sem a força política de Lula, Dilma viu seu governo se desfazer. Temer, que em 2015 avaliava o impeachment como "impensável", passou a formar um governo paralelo, composto por uma série de deputados federais do centrão de Cunha e que tem como segundo partido mais importante o PSDB, derrotado quatro vezes consecutivas nas urnas desde 2003. Neste contexto, a Câmara e o Senado, em meio a debates acalorados que mostraram o crescente isolamento do PT, apenas formalizaram a realidade política formada nas páginas de jornais e gabinetes.